

Marcos Pinheiro Barreto

Educação e meio ambiente: a formação de
professores em tempos de crise

Niterói – RJ
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Marcos Pinheiro Barreto

Educação e meio ambiente: a formação de professores em tempos de crise

Tese apresentada como requisito para aprovação no curso de doutoramento em educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense

Orientação:
Prof^a. Dr^a. Mary Theresinha Rangel

Niterói – RJ
2007

Marcos Pinheiro Barreto

Educação e meio ambiente: a formação de professores em tempos de crise

Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Educação perante a banca examinadora assim composta:

Aprovada em : .../..../.....

.....
Prof^a.Dr^a. Mary Theresinha Rangel

.....
Prof^a.Dr^a. Eunice Shilling Trein

.....
Prof^a. Dr^a. Nyrma Souza N. de Azevedo

.....
Prof.Dr. Mauro Guimarães

.....
Prof^a.Dr^a. Marsyl Bulkool Mettrau

Este trabalho é dedicado ao menino Miguel,
que, há um ano e meio,
me tornou vovô antes de virar dotô,
ainda que pr'a ele só o primeiro título importe....

Agradecimentos

Muitas são as pessoas a quem devo agradecer pela colaboração nesta longa empreitada de doutoramento.

À minha mulher, Fatinha, às filhas, Marina, Alice e Joana e à sogra, Aparecida que além de compreenderem minhas ausências do cotidiano doméstico, protegeram meus dias de isolamento acadêmico.

Às professoras Mary Rangel, orientadora que sempre me estimulou durante a jornada, e Eunice Trein, interlocutora sempre atenta aos problemas teóricos e metodológicos provocados pela pesquisa.

À amiga Mônica Lepri, por ter me estimulado a trabalhar com as fotografias como fonte e estratégia de pesquisa.

Aos professores Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Giovanni Semeraro e Osmar Fávero, cujas aulas e leituras sugeridas, me permitiram amadurecer uma crítica ao metabolismo do capital, bem como a sustentar a possibilidade de uma educação contra-hegemônica e emancipadora.

À professora Joanir Azevedo pelo aprendizado sobre a riqueza material e simbólica do cotidiano.

Ao professor José Augusto Pádua pelo aprendizado sobre a história das relações entre as sociedades humanas e a natureza.

Aos colegas de curso, que hoje dispersos, garantiram um fértil ambiente acadêmico nas disciplinas cursadas pela turma de 2003.

À professora Leila Pereira que revisou com dedicação e competência todo o texto da tese.

À Ângela Duque e Felipe Duque que generosamente trataram das fotos-legenda presentes na tese.

Por fim, agradeço a inestimável colaboração das alunas e alunos do curso de Pedagogia, que doaram tempo e trabalho na elaboração de um rico acervo, de que me servi para sustentar a presente pesquisa.

RESUMO

Barreto, Marcos Pinheiro. Educação e meio ambiente: a formação de professores em tempos de crise. Orientadora: Mary Rangel. Niterói-RJ/UFF, 28/02/2007. Tese de doutorado em Educação, 250 páginas. **Campo de confluência:** Estudos do Cotidiano e Educação Popular. **Linha de pesquisa/Projeto de Pesquisa:** Diversidade sociocultural, de meio ambiente e de identidade de gênero: temas da educação inclusiva.

A presente pesquisa defende um diálogo, que se pretende interdisciplinar, principalmente entre o marxismo, as correntes mais críticas do ambientalismo e a Teoria das Representações Sociais, do campo da Psicologia Social, com a perspectiva de contribuir para a formação de educadores capazes de compreender os nexos entre a dimensão material e simbólica da produção da existência humana, que tem no trabalho a mediação fundamental, por garantir ontologicamente a condição social dos homens, dando sentido às relações históricas entre as sociedades humanas e a natureza.

O primeiro capítulo contextualiza historicamente a emergência do conceito de Educação Ambiental (EA), identificando as principais tendências que disputam estrategicamente as possibilidades político-pedagógicas da EA, além de defender uma perspectiva crítica quer na percepção da chamada crise ambiental, quer nas propostas de formação de educadores ambientais.

O segundo explora um terreno comum entre a Teoria das Representações Sociais e o marxismo, demonstrando a importância do diálogo entre o senso comum e o saber acadêmico para a elaboração de estratégias pedagógicas que provoquem transformações no cotidiano vivido. Procura, ainda, estabelecer os nexos entre educação, representações sociais e cotidiano urbano no contexto de um curso de formação de professores.

O terceiro apresenta os passos metodológicos da pesquisa desenvolvida com as alunas do curso de Pedagogia relativamente à produção de imagens legendadas sobre o experiência urbana das mesmas, demonstrando a possibilidade de buscarmos, nas representações sociais sobre cotidiano vivido, indicadores de (in)sustentabilidade nas cidades retratadas. Neste capítulo são apresentadas ainda as coleções temáticas que foram organizadas a partir do acervo de fotos-legenda.

No quarto, quinto e sexto capítulos, as coleções temáticas são analisadas de modo a permitirem a pesquisa de indicadores socioambientais a partir das representações elaboradas pelas alunas, orientando a abordagem de alguns temas considerados pertinentes para o amadurecimento de uma agenda de educação socioambiental em espaços urbanos, de modo a buscar as rupturas necessárias para construção de projetos pedagógicos transformadores e emancipatórios, a partir de espaços escolares e não escolares.

A riqueza material e simbólica das coleções de foto-legendas produzidas permitiu uma aproximação importante com o que poderíamos chamar de 'ideário socioambiental' das alunas, indicando tanto as possibilidades, como os limites, para a consolidação de uma agenda de educação crítica que se solidarize com as demandas sociais e ambientais, não apenas das comunidades escolares imediatamente envolvidas, como de todas as populações que tem sido historicamente espoliadas na sua qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, meio ambiente e crise civilizatória.

Sumário

Introdução

..... 7

1. Estudando as relações entre educação e meio ambiente no contexto da crise do capital.

- **A noção de “crise ambiental” e a emergência do conceito de Educação Ambiental**
- Mapeando as tendências da Educação Ambiental
- Sobre as possibilidades de uma tendência ecossocialista
- Um terreno comum entre o ambientalismo e o marxismo

2. Estudando as relações entre educação, cotidiano urbano e suas representações sociais no contexto de um curso de formação de professores.

- **Introdução**
- **As representações sociais e o cotidiano**
- **As representações sociais e as lutas sociais**
- **Postulando a vontade teórica no cotidiano de um curso de pedagogia..**

3. Pesquisando indicadores de sustentabilidade: a experiência urbana e as representações sociais de estudantes de pedagogia.

- **Traçando um perfil socioambiental do alunado da FEUFF**
- **Organizando a produção de imagens e as coleções temáticas**
- Pesquisando os nexos entre as representações do cotidiano urbano e os indicadores de (in)sustentabilidade.....

4. A casa e a rua.

- Interiores
- **Vistas e quintais**
- **Minha rua**
- **Pesquisa temática para uma agenda de educação socioambiental**
 - *A mídia doméstica*
 - *O tempo livre doméstico e o tempo produtivo*
 - *Os quintais na fronteira da urbanização*
 - *A vida confinada nos apartamentos*
 - *A rua: entre o espaço familiar e o espaço público*

5. Percursos Urbanos.

- **Situações de trânsito**
- **Baía de Guanabara**
- **Pesquisa temática para uma agenda de educação socioambiental**

- *Trânsito e degradação da vida*
- *Uma matriz energética insustentável*
- *A Baía de Guanabara: entre a topofilia nostálgica e o topocídio anunciado*

6. As escolas e suas imediações.

- **Escolas / situações favoráveis**
- **Escolas / situações ambivalentes**
- **Escolas / situações desfavoráveis**
- **Pesquisa temática para uma agenda de educação ambiental**
 - ***A qualidade das relações na escola: entre o afeto e o profissionalismo***
.....
.....
 - *A qualidade do trabalho pedagógico: entre o descompromisso do poder público, a herança pedagógica conservadora e a crítica conformista*
.....
 - ***A qualidade da gestão escolar: entre as práticas autoritárias e a necessidade de democratização***.....
.....

7. Considerações finais

8. Bibliografia

9. Anexos (segundo volume)

- Coleções de Fotos-legenda
 - Interiores
 - Vistas e quintais.....
 - Minha rua.....
 - Situações urbanas.....
 - Baía de Guanabara.....
 - Escolas: situações favoráveis.....
 - Escolas: situações ambivalentes.....
 - Escolas: situações desfavoráveis.....

- Coleções de Textos
 - Interiores
 - Vistas e quintais.....
 - Minha rua.....
 - Situações urbanas.....
 - Baía de Guanabara.....
 - Escolas: situações favoráveis.....
 - Escolas: situações ambivalentes.....
 - Escolas: situações desfavoráveis.....

EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMPOS DE CRISE

Introdução

A presente pesquisa expressa as inquietações de um professor, nos últimos oito anos trabalhando com as licenciaturas em História, Ciências Sociais e Pedagogia, na Universidade Federal Fluminense. Como professor assistente da Faculdade de Educação tenho participado, juntamente com a Prof^a Eunice Trein da mesma faculdade, de um componente curricular a que batizamos *Educação e Meio Ambiente*, com carga horária de 60 horas, oferecida às alunas(os) do curso de Pedagogia.

Aproveitando a flexibilidade de uma estrutura curricular que prevê a oferta de atividades temáticas livres, ainda dialogando pouco com as tradicionais disciplinas, mas cumprindo um papel importante para a introdução de alguns saberes até então pouco contemplados na formação de professores, procuramos desenvolver teórica e metodologicamente um trabalho pedagógico que promova “a sensibilização das alunas do curso de pedagogia para questões ambientais, ampliando suas capacidades perceptivas, intelectuais e valorativas sobre o meio ambiente, mobilizando-as para ações críticas na Universidade e nas futuras escolas aonde forem trabalhar”¹.

Defendemos a pertinência das chamadas questões ambientais num curso de formação de professores, tendo em vista a gravidade e a profundidade da crise civilizatória que vivemos nesta virada de milênio, embora nem sempre percebida dessa maneira. Manifestando-se na biosfera terrestre com o aquecimento global, o esgotamento de recursos naturais, o desmatamento

¹ Do texto *Meio Ambiente e Educação: uma relação em construção no curso de Pedagogia da UFF*, comunicação apresentada na 53ª Reunião Anual da SBPC, em Salvador, 2001.

desenfreado, a poluição dos solos, das águas e da atmosfera, com o conseqüente empobrecimento e dilapidação da biodiversidade em todo o planeta, assim como nas condições de vida de grande parte da humanidade, com a progressiva exclusão social desencadeada pelos processos em curso de globalização em bases capitalistas, tal crise expressa a insustentabilidade dos atuais padrões de produção e consumo de riquezas, responsáveis pela difusão da miséria ambiental e humana em escala planetária.

Tendo em vista a emergência, desde a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tblisi (1977), de propostas educacionais formais e não-formais que respondam aos desafios interdisciplinares impostos pela crise ambiental, ganhando, nos últimos anos, em muitos países como no Brasil, uma importância crescente, inclusive nas pautas curriculares oficiais, consideramos inadiável a necessidade de pesquisarmos as implicações epistemológicas, teóricas, práticas e éticas de um trabalho pedagógico que procura encontrar um *locus* interdisciplinar no contexto de um curso de Pedagogia, ainda marcado por uma herança fortemente disciplinar.

Partindo do pressuposto que vivemos, também no campo da Educação Ambiental, o embate entre visões sociais de mundo diferentes, que percebem de modo diferenciado a crise de que tratamos, expressando-se em propostas pedagógicas coerentes com essas diferenças, buscamos desenvolver junto ao alunado do curso de Pedagogia, com sua maioria feminina, uma perspectiva crítica de modo a tomarem a questão ambiental em sua complexidade, articulando saberes econômicos, políticos, sociais, culturais e ecológicos.

A despeito do entusiasmo e interesse manifestado pela maioria das alunas, temos identificado, a partir das representações sociais geradas nas atividades desenvolvidas, percepções predominantemente naturalistas e conservacionistas dos problemas ambientais contemporâneos, resultantes de uma herança secular marcada pelo paradigma científico clássico da modernidade ocidental, cartesiano, positivista e disciplinar, constituindo-se num

limite epistemológico à construção de estratégias pedagógicas interdisciplinares, capazes de alcançar uma compreensão potencialmente transformadora da realidade em crise.

Em tal sentido, como temos insistido, “a questão ambiental é um tema rico para ampliar a compreensão da realidade e sua transformação, pois além dos aspectos físicos, engloba também os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais”², redefinindo a própria noção de cidadania, para além dos limites da lógica liberal, na medida em que;

*pensar em meio ambiente é pensar em qualidade de vida que pressupõe relações sociais que se estruturam a partir das relações que o homem vem estabelecendo historicamente com a natureza e com os outros homens. Estas relações são passíveis de uma abordagem ontológica, epistemológica e ética mediada por uma prática pedagógica de caráter transformador.*³

Nos limites desta pesquisa, proponho um diálogo que se pretende interdisciplinar principalmente entre o marxismo, as correntes mais críticas do ambientalismo e a Teoria das Representações Sociais, do campo da Psicologia Social, com a perspectiva de contribuir para a formação de educadores capazes de compreender os nexos entre a dimensão material e simbólica da produção da existência humana, que tem no trabalho a mediação fundamental, por garantir ontologicamente a condição social dos homens, dando sentido às relações históricas entre as sociedades humanas e a natureza.

A pesquisa demonstra, ainda, a fertilidade dos campos teóricos em questão para a valorização da experiência cotidiana como fonte de conhecimentos, percepções e sentimentos, que associados ao senso comum, precisam estar presentes tanto nas situações de pesquisa, quanto nas situações pedagógicas, para que em permanente diálogo com os saberes

² Do texto *Meio Ambiente e Educação: as representações sociais e a formação do educador*, apresentado no formato de comunicação na II Jornada Internacional de Representações Sociais, em Florianópolis, 2001.

³ idem

científicos, sejamos capazes, alunos e professores, de participarmos com nosso trabalho dos esforços sociais na construção de um destino sustentável para a condição humana.

O primeiro capítulo pretende contextualizar historicamente a emergência do conceito de Educação Ambiental (EA), identificar as principais tendências que disputam estrategicamente as possibilidades político-pedagógicas da EA, além de defender uma perspectiva crítica quer na percepção da chamada crise ambiental, quer nas propostas de formação de educadores ambientais.

O segundo explora uma aproximação, um terreno comum, entre a Teoria das Representações Sociais e o marxismo, demonstrando a importância do diálogo entre o senso comum e o saber acadêmico para a elaboração de estratégias pedagógicas que provoquem transformações no cotidiano vivido. Procura, ainda, estabelecer os nexos entre educação, representações sociais e cotidiano urbano no contexto de um curso de formação de professores.

O terceiro apresenta os passos metodológicos da pesquisa desenvolvida com as alunas do curso de Pedagogia relativamente à produção de imagens legendadas sobre o experiência urbana das mesmas, demonstrando a possibilidade de buscarmos, nas representações sociais sobre cotidiano vivido, indicadores de (in)sustentabilidade nas cidades retratadas. Neste capítulo são apresentadas ainda as coleções temáticas que foram organizadas a partir do acervo de fotos-legenda.

No quarto, quinto e sexto capítulos as coleções temáticas são analisadas de modo a permitirem a pesquisa de indicadores socioambientais a partir das representações elaboradas pelas alunas, orientando a abordagem de alguns temas considerados pertinentes para o amadurecimento de uma agenda de educação socioambiental em espaços urbanos, de modo a buscar as rupturas necessárias para construção de projetos pedagógicos transformadores e emancipatórios, a partir de espaços escolares e não escolares.

1. ESTUDANDO AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL

A noção de “crise ambiental” e a emergência do conceito de Educação Ambiental

Sem pretensões de realizar um estudo histórico sobre a emergência da Educação Ambiental, enquanto campo teórico-prático compartilhado por sujeitos individuais e coletivos razoavelmente identificados por conceitos, valores e percepções sobre os riscos ambientais iminentes aos padrões de desenvolvimento econômicos vigentes, convém recuperarmos, ainda que sumariamente, o nexos histórico entre o processo de consolidação deste campo e o recrudescimento dos impactos ambientais, expressos através de inúmeros indicadores⁴ sobre a poluição da atmosfera, das águas, dos solos, sobre a dilapidação de recursos naturais ou sobre a extinção de espécies, assumindo uma visibilidade planetária, já nos anos 60.

Os anos 60

Como nos sugere Carvalho (1998), a publicação dos livros de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa* (1962) e de Jean Dorst, *Antes que a natureza morra* (1965), expressaram exemplarmente o que a autora identifica como o “acontecimento ambiental”⁵, que emergindo no contexto dos movimentos de contra-cultura desta década como um movimento contestatário, contribuiu para a percepção dos riscos associados ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial, denunciando a noção de progresso e o domínio tecnológico

⁴ Como nos indica Viola (pg.67,1987), desde os anos 60, pesquisas científicas tem permitido monitorar as mudanças climáticas globais, acompanhando o acúmulo crescente o dióxido de carbono na atmosfera, produto sobretudo da queima de combustível fóssil ou de biomassa das florestas, concorrendo para o que hoje conhecemos como efeito estufa, ou o aumento da temperatura média do planeta.

⁵ Por “acontecimento ambiental” a autora entende a emergência de “ um campo contraditório e diversificado de discursos e valores que constituem um amplo ideário ambiental”, incluindo “ movimentos sociais de filiações ideológicas diferenciadas, políticas públicas, partidos políticos verdes, estilos de vida alternativos et...” (pg.114)

crecente dos homens sobre os recursos naturais, assim como os valores materialistas da "sociedade de consumo" e a corrida armamentista / nuclear.

A tensa conjuntura da Guerra Fria dos anos 60, protagonizada pelas duas potências, EUA e URSS, que com crescente mobilização de recursos humanos, tecnológicos e financeiros, armavam-se de mísseis balísticos já de terceira geração⁶, caracterizando o que Hobsbawm (1997) chama de "escorregada pelo declive de barbarização"⁷, que tem como forte indicador a intensa produção de armas de destruição em massa. A corrida armamentista concorreu para o forte componente pacifista do ideário ambiental que então se formava, tendo a Guerra do Vietnam como alvo privilegiado de protestos.

Ainda que parcialmente tributários da cultura socialista, como da crítica à ética utilitarista do capitalismo, como nos indica Viola (1987)⁸, os movimentos ecológicos do então chamado 1º Mundo, mobilizando além de intelectuais, professores universitários e militantes, sobretudo jovens de classes médias, ao associarem ecologia e pacifismo, buscavam uma alternativa aos modelos civilizatórios representados pelo capitalismo e pelo socialismo real, este visivelmente desgastado pela herança stalinista e pela violência soviética contra a Primavera de Praga.

Com a intenção de explorar com mais cuidado, mas em outro momento, as identidades e contradições entre o marxismo e o ambientalismo, convém aqui apenas assinalar as primeiras divergências entre os dois campos, no momento de emergência de um movimento de caráter emancipatório, como assinala Carvalho⁹, propondo um "novo ethos individual e coletivo como via alternativa", articulando uma crítica ao industrialismo, ao consumismo, ao

⁶ Clóvis Brigagão (1983) apresenta uma interessante cronologia da Corrida Armamentista, para indicar que os mísseis de terceira geração, foram os mísseis balísticos projetados para serem lançados de submarinos, cerca de 500 no caso americano, com cada um portando 16 mísseis, cada qual com ogivas capazes de um poder de destruição três vezes superior às bombas de hidrogênio lançadas sobre as populações civis de Hiroshima e Nagasaki.

⁷ No ensaio "Barbárie: manual do usuário", o historiador inglês procura recuperar o sentido histórico do "avanço da barbárie no Ocidente após a Segunda Guerra Mundial" (pg.274)

⁸ Op.cit. (pg.69)

⁹ No texto já indicado, pg.116.

armamentismo, com uma valorização da vida comunitária em bases naturais, buscando inspiração nos valores de culturas tradicionais, nas religiões orientais, como o zen-budismo, afirmando a construção de uma subjetividade¹⁰, livre dos constrangimentos autoritários dos sistemas sociais estabelecidos. Importa considerar que este ideário comprometido com a emancipação humana, a despeito de suas fragilidades teóricas e práticas¹¹, ganha adesão de segmentos da juventude na década de 70, momento de aguda crise do marxismo, que na sua vertente mais ortodoxa e hegemônica, subestimava a crise ecológica, a finitude dos recursos naturais e os riscos nucleares, bem como a questão democrática, como expressão também da existência pessoal/subjetiva.

Os Anos 70

No início dos anos 70, teremos sob o patrocínio da ONU, a organização da *Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano em Estocolmo* (1972), que além de afirmar o direito das presentes e futuras gerações a um ambiente saudável e não degradado, recomendava a formulação de um programa de educação ambiental a ser seguido pelas nações. A importância estratégica da educação, “como um dos elementos mais críticos para que se possa combater a crise ambiental do mundo”, foi reafirmada em Belgrado, durante o *Encontro Internacional de Educação Ambiental* (1975), que formulou os princípios de um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

Nós necessitamos de uma nova ética global – uma ética que promova atitudes e comportamentos para os indivíduos e sociedades, que sejam consoantes com o

¹⁰ Impossível não lembrarmos da difusão do uso de drogas no contexto da contra-cultura, tomadas como portadoras de novas percepções capazes de libertar os homens dos valores tradicionais da cultura urbano-industrial dominante.

¹¹ Vale aqui um registro para a proliferação de comunidades, de base agrícola e artesanal, reunindo jovens em diversos países, sobretudo no Hemisfério Norte, mas não exclusivamente, que procuravam viver em comunhão com a natureza, longe as contaminações materiais e ideológicas do mundo industrial-urbano.

lugar da humanidade dentro da biosfera; que reconheça e responda com sensibilidade às complexas e dinâmicas relações entre a humanidade e a natureza, e entre os povos. Mudanças significativas devem ocorrer em todas as nações do mundo para assegurar o tipo desenvolvimento racional que será orientado por esta nova idéia global – mudanças que serão direcionadas para uma distribuição equitativa dos recursos da Terra e atender mais às necessidades dos povos. (Carta de Belgrado, 1975)

Projeta-se assim, um programa de educação ambiental , nos termos de uma “ética global individualizada”, que responda às situações de “desigualdades entre pobres e ricos, e entre países” , assim como à “*crescente deterioração do ambiente físico em escala mundial, buscando a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e dominação*”. Apresentando críticas à lógica armamentista, que compromete o atendimento das necessidades humanas com a expansão dos orçamentos militares, assim como à lógica de maximização do crescimento econômico, que não considera os limites da exploração dos recursos naturais, tal documento postulava um papel fundamental para um programa de EA, de caráter multidisciplinar, empenhado no “desenvolvimento de novos conceitos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e , efetivamente, a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras”.

A afirmação de tais princípios teve o mérito de superar em parte as abordagens meramente naturalistas e conservacionistas de um segmento do que chamamos de movimento ambientalista, ainda não tratado aqui por ter emergido antes dos anos 60¹², cujas raízes históricas podem ser buscadas, como o faz Carvalho (2000), nas “novas sensibilidades para com a natureza”

¹² Viola, no artigo mencionado (1987), lembra a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza em 1958, reunindo ativistas naturalistas e filantropos, vinculada à União Internacional para a Conservação da Natureza, com sede na Suíça desde 1947, com objetivos de atuação estritamente conservacionistas, como o foram as entidades de proteção de animais do séc.XIX.

presentes no romantismo anglo-saxão dos séculos XVIII e principalmente no XIX, quando já se faziam sentir a aspereza social e ambiental do espaço urbano e industrial, com a valorização da natureza, pura e selvagem, tomada como ideal estético e moral do individualismo burguês.¹³

Por outro lado, ao atribuir aos processos e aos sistemas educacionais um papel quase redentor diante dos impasses e das contradições entre os interesses implicados na formulação de uma “nova ética global”, a Carta de Belgrado subestima as relações de poder hegemônicas, quer no cenário capitalista, dominadas pela aliança entre grandes corporações transnacionais e os complexos industriais-militares das potências ocidentais, quer no mundo socialista, sob a tutela, em grande medida, do autoritarismo dos partidos comunistas, poderosos sujeitos coletivos, pouco tolerantes com as divergências sobre os rumos do planejamento estatal. Embora vencido em Belgrado, na sua visão fragmentária da crise ambiental, o “conservacionismo”, como veremos mais tarde, mantém ainda hoje um lugar significativo nas disputas que marcam o campo da EA¹⁴.

Ainda nos anos 70, como desdobramento de Belgrado, teremos a realização, sob os auspícios da UNESCO, da *Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi* (Geórgia – 1977), quando foram definidos os objetivos, as características, assim como as estratégias de EA, combinando ações nos planos nacional e internacional.

(...) um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente

¹³ A obra, *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais*, do historiador inglês Keith Thomas (1993), nos permite compreender que a modernidade europeia, a despeito de encarnar um projeto “de domínio do homem sobre o mundo da natureza”, como “meta incontestável do esforço humano” começa a partir do fim do séc. XVIII, a experimentar “mudanças de sensibilidades” em relação ao mundo natural, sobretudo entre as classes sociais mais letradas.

¹⁴ Para comodidade do autor e de seus leitores, assumirei o uso da sigla, já consagrada na literatura sobre educação ambiental

criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram o conhecimento, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução de problemas ambientais e da gestão da questão da qualidade de meio ambiente. (Recomendação nº 1 aprovada conferência de Tbilisi)

Tendo como saldo a aprovação de um conjunto de mais de 40 recomendações, *Tbilisi* continua sendo uma referência a respeito da EA, articulando objetivos no plano da consciência, do conhecimento, do comportamento, das habilidades e da participação, garantidas por um processo formal ou não-formal de educação que considere os seguintes princípios básicos;

- * considerar o meio ambiente em sua totalidade, tendo em vista as dimensões tecnológicas, sociais, econômicas, políticas, éticas etc;

- * garantir um processo contínuo e permanente de formação, desde a pré-escola;

- * assumir um enfoque interdisciplinar;

- * examinar as questões ambientais considerando a perspectiva local, regional, nacional e internacional, concentrando-se nas situações ambientais atuais, sem desconsiderar a perspectiva histórica das mesmas;

- * trabalhar a necessidade da cooperação local, nacional e internacional na prevenção e resolução de problemas;

* destacar a complexidade das questões ambientais

Embora confirme os aspectos progressistas e aparentemente consensuais acenados anteriormente, na medida em que determinados conceitos como os de totalidade, interdisciplinaridade, complexidade, consciência, cooperação, gestão e participação, podem ganhar sentidos bastante diferenciados dependendo da matriz teórica que os evoca e articula, somente superficialmente tais postulados podem satisfazer a todos os interesses implicados nos conflitos sócio-ambientais contemporâneos.

Os anos 80

Nos anos 80, se temos por um lado a institucionalização da EA em diversos países¹⁵, com inegável perda de vocação emancipatória nos termos de um “discurso ecológico oficial”¹⁶, temos por outro lado, a “expansão do ideário ambientalista”, segundo Carvalho (1998), com o ecologismo integrando o conjunto dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que politizam demandas sociais identificadas com as questões de gênero, etnia, sexualidade e meio ambiente, redesenhando a cartografia política da modernidade.

No chamado 1º Mundo, a presença de novos sujeitos sociais atuando politicamente na esfera pública, com novos repertórios de lutas e novas bandeiras, organizados em bases poucos institucionalizadas e transclassistas, desafiavam por um lado, os limites democráticos da cultura liberal/iluminista e os interesses financeiros, econômicos e geo-estratégicos de grandes corporações privadas e estatais, fortemente imbricados com os mecanismos de regulação econômica e social dos Estados de Bem Estar Social, tanto na América do Norte como na Europa, sob o assédio das políticas desregulatórias e privatizantes das agendas neoliberais dos governos Tatcher e Reagan,

¹⁵ Vale aqui lembrar do Parecer 819/85 do MEC, propondo a inclusão de conteúdos ecológicos no ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento, de modo a viabilizar a “formação da consciência ecológica do futuro cidadão”.

¹⁶ Assim se refere Isabel Carvalho em sua tese de mestrado (1988), quando analisa os embates entre os discursos ecológicos, identificando nas orientações de Tbilisi e sua inspiração liberal, a tentativa de disciplinar os indivíduos nos marcos de uma democracia formal e representativa.

preunciando a hegemonia desta perspectiva na década seguinte.¹⁷ Por outro lado, desafiavam a tradição de lutas dos antigos movimentos sociais, com bases sociais classistas, organizados em partidos e sindicatos, identificados predominantemente com o ideário marxista ou social-democrata, no contexto de uma crise teórica e política das forças sociais de esquerda, com dificuldades de resistir ao avanço das teses neoliberais, que se tornaram ainda maiores com o colapso socialista do Leste Europeu, no final desta década.

Em relação aos movimentos ambientalistas, podemos identificar no ecopacifismo um importante protagonismo nesta década, promovendo manifestações contra o uso de energia nuclear¹⁸ e contra a presença dos arsenais da OTAN em diversos países europeus, dirigindo sua crítica indistintamente aos regimes capitalistas e socialistas. Segmentos importantes da militância destes novos movimentos sociais encontraram, nesta medida, sustentação teórico-filosófica no campo da Pós-modernidade, recusando as “grandes narrativas” que herdamos da modernidade.

Se o impacto dos novos movimentos sociais foi pouco significativo no então chamado 2º Mundo, face ao caráter autoritário dos regimes do *socialismo real*, de matriz soviética, a emergência destes movimentos no 3º Mundo puderam expressar inúmeras demandas sociais relativas à precariedade das condições de trabalho, à ausência de saneamento básico, à melhoria dos serviços de saúde e educação, bem como demandas propriamente ambientais, muitas vezes “importadas” da experiência dos movimentos sociais do hemisfério Norte. Sobre as diferenças entre os movimentos de vocação ambiental, considerando os países centrais e os periféricos, Viola (1987) reconhecia na ocasião, a maior dificuldade dos ambientalistas de países marcados pela herança colonialista, pois que precisavam combinar em suas lutas os problemas derivados da degradação ambiental e os decorrentes da pobreza e da injustiça social. De fato, o autor assinala que os movimentos populares nos países periféricos se mantiveram distantes da militância ecologista, quase sempre organizados por setores médios e intelectualizados, nem sempre conseguindo estabelecer diálogo com militantes sindicais, partidários ou mesmo de movimentos urbanos e rurais, ainda que diversas lutas por eles encaminhadas tivessem claras implicações ambientais. As razões deste

¹⁷ Oportunamente, neste trabalho, retomaremos o tema da hegemonia política e ideológica do neoliberalismo, no contexto de uma crise sem precedentes do capitalismo “globalizado”, bem como de seus efeitos no ideário do ambientalismo neste princípio de século.

¹⁸ É oportuna a lembrança do acidente de Chernobyl, com a contaminação nuclear atingindo populações, rebanhos e plantações em vários países europeus.

desencontro, no entanto, que guardam relações com as divergências teóricas, filosóficas e políticas entre a esquerda e o ambientalismo, serão tratadas mais adiante, quando não por atravessarem toda a década seguinte, sustentando um debate que evoca os conceitos polarizados como os de esquerda/direita, capitalismo/socialismo, espiritualismo/materialismo e modernidade/pós-modernidade¹⁹, importantes para mapearmos as tendências teóricas e práticas que vão se desenhando no campo da EA, num contexto de consolidação da agenda neoliberal em escala planetária, em sintonia com mudanças que se processavam no metabolismo do capital globalizado.

Para encerrar o cenário dos anos 80, cabe o registro de mais um evento internacional, consolidando a institucionalização da EA, ocorrido em Moscou (1987) - *Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio-ambiente* - sem maiores acréscimos em relação às formulações de Tbilisi.

Os anos 90

Vinte anos depois da Conferência de Estocolmo e das graves advertências então formuladas sobre a crise ambiental provocada pelos impactos predatórios das atividades humanas, a ONU promoveu no Rio de Janeiro (1992), a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano*, um mega-evento, reunindo representações oficiais de mais de 150 países, pesquisadores e técnicos de agências governamentais e não-governamentais e privadas, também de universidades de todo o mundo, além da expressiva presença de inúmeros ativistas de movimentos sociais, representando minorias étnicas, camponeses, mulheres, homossexuais, e tantos outros, além dos propriamente ambientalistas, de todos os continentes. Tudo isso com uma grande cobertura da mídia internacional que trouxe para o Rio de Janeiro um grande contingente de jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas, garantindo a mobilização da opinião pública mundial em relação ao evento, também um espetáculo mediático.

Não será demais afirmar que a intensa mobilização aludida foi proporcional à gravidade da crise planetária, provocada pela insustentabilidade dos atuais padrões de produção, distribuição e consumo de riquezas, injustos socialmente e predatórios

¹⁹ Por sugestão de Selene Herculano (1992) e Arthur Soffiati (2002), que defendem a centralidade destes conceitos para entendimento das clivagens internas no campo ambientalista.

ambientalmente, exigindo mudanças urgentes, sob pena de comprometermos o destino de futuras gerações, sendo esta a avaliação dos principais documentos que subsidiaram o encontro.

Tendo em vista esta ordem de preocupações, durante a ECO-92, como ficou conhecido o encontro, foi consolidado o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que procura expressar a necessidade de um outro paradigma de desenvolvimento, capaz de conciliar a produção de riquezas com a preservação de recursos naturais, além distribuir com justiça a riqueza produzida.

Naturalmente que num cenário marcado por grande diversidade de posições e interesses, longe de um consenso, tivemos desde então uma intensa disputa, não apenas em relação ao conceito, mas também em torno das estratégias para a sustentabilidade pretendida. Durante o encontro vários embates opuseram os interesses entre países ricos e pobres (ou mesmo entre seus pares), entre organizações não-governamentais e movimentos e seus respectivos governos, entre partidos políticos de distintas orientações ideológicas, sendo que a Conferência foi animada por duas programações paralelas, uma oficial e outra alternativa e crítica à primeira, congregando basicamente ONGs e movimentos sociais.

Além da aprovação de tratados importantes sobre a biodiversidade, sobre as águas, os mares, as florestas e as mudanças climáticas, depois de duras negociações entre os interesses governamentais, públicos e privados implicados nas medidas a serem tomadas no sentido do desenvolvimento sustentável, foi aprovada a Agenda 21, segundo Crespo (1998)²⁰, “*o mais importante resultado da Conferência...*”, principalmente por não se ater a uma mera declaração de princípios, mas por conter em suas mais de 500 páginas “*um roteiro detalhado, sugerindo ações, atores, metodologias para obtenção de consensos, mecanismos institucionais para a implementação e monitoramento de programas, estimando o custo da implementação*”, um “*texto-chave*”, resume, “para guiar governos e sociedades, nas próximas décadas, rumo à sustentabilidade.”

Embora as implicações educacionais estejam sempre presentes ao longo de todo o documento, uma vez que os conceitos de cidadania, participação, cooperação, solidariedade, parceria, democracia e gestão, direta ou indiretamente evocam a educação ambiental, esta merecerá um capítulo específico sob o título de “*Promovendo*

²⁰ No artigo citado, Samira Crespo, apresenta um resumo oportuno da estrutura do documento.

a Conscientização Ambiental". Valorizando tanto a educação formal, estabelecendo metas para a erradicação do analfabetismo e a universalização da educação básica, quanto a educação informal, o documento sugere dois processos pedagógicos combinados, um correspondendo a *conscientização* sobre a complexidade dos problemas ambientais, percebendo as repercussões locais e globais dos mesmos, outro referente aos *comportamentos* a serem estimulados, não predatórios, de modo a podermos falar de uma educação para a sustentabilidade, defendida no documento.

Como o documento teve um caráter mais programático, não detalhando com precisão teórica os conceitos empregados quando correlaciona *consciência e comportamento*, as ambivalências acabam por prevalecer, permitindo diversas apropriações conflitantes sobre o papel da educação, não raro mascarando as reais dificuldades para a superação da crise que ora vivemos, subestimando a incompatibilidade entre a lógica do desenvolvimento em bases capitalistas, a preservação de recursos naturais e o atendimento das demandas sociais no planeta. Desde então, ao longo da década, temos assistido diferentes atores sociais defenderem o desenvolvimento sustentável, bem com uma educação ambiental que lhe corresponda, não sendo difícil verificar, como assinala Guimarães (2000), "*...a cooptação de categorias/conceitos anteriormente atrelados à propostas críticas*", em favor de um projeto desenvolvimentista, "*que vincula o processo educativo a um novo modelo de acumulação de capital, agora denominado de "desenvolvimento sustentável"*".

De fato, ao fazermos um balanço da década, não há como sermos muito otimistas ou ingênuos, como parecem sugerir muitos projetos de educação ambiental, que em escolas ou desenvolvidos por ONGs em suas múltiplas parcerias, inspirados acriticamente no conceito de desenvolvimento sustentável, parecem desconsiderar a hegemonia conquistada pela agenda neoliberal em escala planetária, sob o ritmo vertiginoso da mundialização do capital financeiro/industrial, mutilando a soberania de Estados Nacionais, privatizando empresas estatais e serviços públicos, desregulamentando contratos sociais, intensificando o uso de tecnologias poupadoras de mão de obra, combinando desemprego, fome e perda de direitos sociais, sequestrando o conceito de cidadania, tão caro ao discurso ambientalista, para submetê-lo à lógica do mercado globalizado.

Assistimos, ainda nesta década, à intensificação da exploração industrial de recursos naturais com emprego das “tecnologias sujas”, a despeito da agenda ambiental de um crescente número de empresas “verdes”, assumindo uma das versões importantes do conceito de sustentabilidade, conciliando lucratividade e eficiência ambiental, do mesmo modo, que assistimos ao crescente controle privado de reservas naturais estratégicas, por grandes corporações transnacionais, loteando entre elas os minérios, as matas, as águas e os solos e a biodiversidade em todo o planeta. Os limites ambientais acordados na ECO-92²¹, foram rigorosamente desrespeitados pelas grandes corporações e pelas nações.

Para tornar o cenário mais sombrio, assistimos ainda ao recrudescimento de conflitos armados em regiões estrategicamente preocupantes, do ponto de vista da paz mundial;

- ✓ como na Península Balcânica, nas violentas guerras entre sérvios, croatas e bósnios nas repúblicas que integravam a Iugoslávia, nos fazendo reviver os nacionalismos étnicos que justificaram e armaram na Europa as Guerras Mundiais do século passado;

- ✓ no Oriente Médio, com a frustração dos acordos de paz, patrocinados pelo Governo dos EUA , entre os ainda despatriados palestinos e Israel, com a radicalização dos ataques terroristas de organizações palestinas e o terrorismo do Estado israelense, este sob hegemonia das forças sociais e políticas mais expansionistas, militaristas e intolerantes;

- ✓ no Golfo Pérsico, com a guerra desencadeada pelos EUA e seus aliados contra o Iraque do ex-aliado Saddam Hussein, para a pretexto de libertar o Kuwait, aumentar seu controle sobre as estratégicas reservas petrolíferas na região, tornando desde então explosiva a presença militar norte-americana e europeia na Península Arábica, fomentando a resistência armada de movimentos islâmicos, repercutindo em todo o mundo muçulmano;

²¹ A recusa do governo estadunidense (BUSH) de aceitar os termos do Protocolo de Kioto, que compromete os signatários a reduzirem a emissão de dióxido de carbono e demais gases causadores do efeito estufa, dez anos depois da ECO-92, foi o mais notável e expressivo gesto de descompromisso da mais poderosa economia do planeta com a sustentabilidade do mesmo.

✓ na antiga URSS, com a explosão de conflitos que opuseram Moscou e as identidades nacionais e étnicas que sofreram a hegemonia russa/soviética, para lembrarmos da guerra no Afeganistão de maioria muçulmana;

✓ ou no continente africano, com seu povo sendo vitimado pela fome, a corrupção, o despotismo e pelas guerras étnicas, com os bárbaros genocídios em Ruanda e no Zaire.

Deste modo, no fim dos anos 90, tivemos um agravamento considerável em relação ao cenário discutido em 92; com a precarização das condições de vida e de trabalho de grandes contingentes humanos e a manutenção dos mecanismos locais e globais de concentração de riquezas, configurando um apartheid em escala planetária; com a continuidade e a expansão dos padrões produtivos capitalistas, geradores de intensa degradação ambiental, ameaçando mares, rios, solos e a atmosfera, comprometendo a vida, humana e não humana, no planeta; além da militarização crescente dos conflitos no mundo, fortemente alimentada, pelos interesses dos chamados complexos industriais-militares das nações mais ricas, sobretudo dos EUA, assumindo cada vez mais claramente sua condição de “polícia” do mundo, após os atentados de fundamentalistas islâmicos nas torres de Nova Iorque e no Pentágono, em 2001.

Os anos 90 foram marcados ainda por um significativo refluxo dos movimentos sociais, quer consideremos os “antigos” de base sindical, partidária e mesmo comunitária, como no caso das associações de moradores brasileiras, como os “novos”, organizados em torno de questões de gênero, etnia ou sexualidade, sob o peso da expansão da agenda neoliberal e das reformas implementadas em todo o planeta em obediência ao “novo” padrão de acumulação de capital, mais financeiro do que produtivo e correspondendo a um processo de mercantilização/privatização, atingindo profundamente os Estados e as esferas das sociedades civis em grande parte dos países, mais intensamente e não exclusivamente nos países periféricos. Diante da inevitabilidade da “globalização” do capital e dos mercados, defendida pelos países

centrais (G-7), pelo FMI e demais agências multilaterais (BIRD e BID), como a única saída para a crise da economia mundial/local, tal agenda repercutiu seriamente no ideário dos movimentos sociais, neutralizando a dimensão emancipatória de lutas sociais, afetando tanto os militantes do campo socialista, tributários de correntes do marxismo, com sindicatos e partidos suavizando suas pautas em busca de “resultados” possíveis, como os demais movimentos, muitos dos quais abdicando de utopias sociais mais coletivas e adotando valores e conceitos da chamada pós-modernidade, para justificar a afirmação pragmática de direitos sociais fragmentados e setorizados.

Como reivindicam os setores mais críticos do campo ambientalista, o conceito de “desenvolvimento sustentável” precisa ser submetido à uma crítica mais rigorosa de seus fundamentos teóricos/práticos, filosóficos e ideológicos, de modo a podermos superar as formulações, que por subestimarem o caráter estrutural e complexo da crise que vivemos, preferem atenuar as contradições presentes nesta virada de século, para defenderem a conciliação entre capital, trabalho e meio ambiente, nos marcos do processo de “globalização” vigente.

Mapeando as tendências da Educação Ambiental.

Trabalhando com alguns autores que procuraram identificar as principais tendências que disputam conceitos no campo ambiental, entre eles o estratégico conceito de “desenvolvimento sustentável”, creio que podemos distinguir aquela que tem exercido uma força hegemônica, traduzindo-se em políticas governamentais e não governamentais, que repercutem em muitos projetos de educação ambiental, quer em espaços escolares, quer em cenários sociais mais amplos.

Podendo ser caracterizada de diferentes maneiras, tal tendência hegemônica e não homogênea certamente, pode ser aproximada à orientação identificada por Loureiro²² como a de “tecnicismo”, na medida em que preconiza a primazia das “*soluções técnicas e de manejo e gestão de recursos naturais*” para resolver os dilemas

²² Loureiro, C. Frederico (2000, pg. 20)

gerados pela crise ambiental, negligenciando as dimensões políticas e econômicas das opções tecnológicas em questão.

Outro autor que procura discutir *“as atitudes diante da crise ambiental da atualidade”*, Soffiati²³, propõe o termo “compatibilismo” para identificar a tendência que *“pretende conciliar, em caráter permanente os estilos convencionais de desenvolvimento com a proteção da natureza”*, afirmando o caráter *“francamente compatibilista”* da própria legislação brasileira.

De outro modo, Crespo²⁴ identifica o que ela chama de “ambientalismo pragmático” ou como “ecologia de resultados”, segundo a autora uma das principais tendências da atualidade, *“preocupada em frear o processo de depleção dos recursos e criar dentro dos sistemas sócio-econômicos vigentes, onde predomina o capitalismo, mecanismos de compatibilizem desenvolvimento econômico e manejo sustentável de recursos”*. Segundo a mesma autora os *“pragmáticos”* defendem como *“pontos programáticos fortes”*; o investimento em tecnologias limpas e a regulação do uso e direitos sobre os recursos naturais.

No limite desta tendência poderíamos citar ainda um estudo mais antigo sobre as distintas posições no campo ambiental, quando Viola²⁵ identificava os *“ecocapitalistas”*, que defendem o mercado como *“alocador de recursos, sendo este disciplinado por um Estado que opera como guardião ecológico da sociedade, sendo compatível com o predomínio da grande propriedade oligopólica”*.

Ao traduzir o conceito de desenvolvimento sustentável, segundo uma perspectiva conciliadora com os padrões de produção capitalista, tal tendência dilui os conteúdos potencialmente críticos do ambientalismo em favor de uma *“sustentabilidade conservadora”*, como sugere Lima²⁶, *“que busca se legitimar como uma proposta moderna e eficiente, capaz de orientar a transição de um modelo de crescimento exponencial esgotado para um de desenvolvimento sustentável.”*

O que se pretende no presente estudo, com as sugestões acima, é materializar teoricamente a tendência mais difundida e mais facilmente percebida não só por muitos sujeitos sociais envolvidos em práticas ambientais, entre elas a educação ambiental, mas

²³ Soffiati, Arthur (2002, pg. 57)

²⁴ Crespo, Samyra (1998, pg. 215)

²⁵ Viola, Eduardo (1987, pg.79)

²⁶ Lima, Gustavo Ferreira da C. (2002, pg.122)

sobretudo pela chamada opinião pública, na medida em que não exige, nem teórica nem praticamente, rupturas com o modelo de desenvolvimento vigente e seu ideário sob forte influência das teses neoliberais. Agências estatais, empresas privadas e mesmo algumas organizações não-governamentais mais pragmáticas, trabalham nos marcos de uma *sustentabilidade conservadora*, produzindo discursos e práticas “oficiais”, valorizando noções científicas e técnicas, como se neutras fossem, tratando os mecanismos de gestão ambiental (conselhos, leis, selos e mercadorias verdes) como um campo da ação preferencial de especialistas, conseqüentemente desvalorizando a participação mais efetiva da população.

Ao fazer a crítica sobre a chamada “Pedagogia da Reciclagem”, promovida pela empresa Reynolds Latasa²⁷, com forte apelo junto à escolas e municípios, Layrargues (2002)²⁸ chama atenção para o uso da noção de “ecoefficiência”, presente no discurso de combate ao desperdício, que atende às necessidades de seu metabolismo industrial, reciclando latas de alumínio com significativa economia de custos de produção, ao mobilizar alunos e cidadãos para a coleta de latas usadas. Ao mesmo tempo diminui a participação de catadores remunerados do processo de reciclagem. Valorizando a reciclagem²⁹ e não a redução do consumo, princípio importante de sustentabilidade, a Latasa, com apoio de parceiros públicos e privados, parece consagrar a máxima de reciclar para não reduzir o consumo, pedra de toque da lógica capitalista, mantendo a estratégia da descartabilidade e da obsolescência planejada, além de diminuir a chance de geração de rendas por parte de segmentos desempregados da população.

Como nos indica o exemplo acima, a “defesa do meio ambiente” tem, em muitas situações, mascarado os interesses do mercado e de sua lógica acumulativa, invariavelmente secundarizando a participação mais efetiva dos interessados nos processos de gestão ambiental, configurando uma perspectiva conservadora que tem procurado assenhorar-se do conceito de desenvolvimento sustentável, com importantes repercussões nas práticas de EA. Deste modo, como nos indica Lima³⁰, a tendência conservadora tem se caracterizado por ser portadora de uma concepção reducionista e fragmentada da crise ambiental, dissociando as dimensões políticas e sociais dos

²⁷ Empresa integrante da transnacional norte-americana *Reynolds Metals*, responsável no Brasil pela produção das latas de alumínio para embalagem de bebidas.

²⁸ Layrargues, Philippe P. (2002, pg.202)

²⁹ A pedagogia do três “Rs”, associada ao referido projeto, implicaria a indissociabilidade entre os fatores da redução do consumo, da reutilização e da reciclagem de materiais.

³⁰ Op.cit. (pg.127)

problemas ambientais, apostando em inesgotáveis soluções tecnológicas para os mesmos. Estes postulados correspondem à uma valorização de ações pedagógicas que pouco incorporam do caráter interdisciplinar preconizado desde Tbilisi e assumido pelos segmentos mais críticos do campo ambiental, identificando educação com mudanças comportamentais e individuais e quase sempre motivadas por uma perspectiva conservacionista em relação à natureza, como se as sociedades contemporâneas pudessem ser transformadas por uma educação “conscientizadora” capaz de mobilizar os indivíduos para ações ambientalmente “corretas” em relação à natureza. Como não trabalha com o conceito de contradição que nos permite compreender a natureza dos conflitos sócio-ambientais contemporâneos, a sustentabilidade pode ser alcançada através de uma transição harmônica e consensual, para a qual a educação ambiental deve concorrer. Claro está que os projetos de EA, realizados em escolas ou comunidades, que aceitam as premissas acima, trabalham com uma concepção empobrecida de cidadania, no limite circunscrito pelo liberalismo que só tolera a participação tutelada dos cidadãos. Não sem razão, o autor citado acima, afirma que tal concepção de sustentabilidade constitui “ *o mais poderoso obstáculo a uma abordagem transformadora dos problemas ambientais.*”³¹

Se a tendência caracterizada até aqui, apresenta-se como hegemônica, precisamos seguir com o mapeamento proposto para identificar uma outra postura, que a despeito das diferenças existentes, pode ser considerada como uma perspectiva também conservadora. Trata-se da corrente teórica identificada por Loureiro³² como “romantismo ingênuo”, cuja produção “*apresenta fortes evidências de que buscam sacralizar o ambiente*”, com o ser humano sendo tomado como um “*agente nefasto*” e professando um certo purismo em relação às atitudes ambientalmente corretas. Também identificados como “*conservacionistas*”, “*que almejam um aproveitamento racional e judicioso dos recursos naturais, reservando algumas amostras de ecossistemas nativos para proteção integral*”³³, tal tendência pode ser dividida entre seus segmentos mais pragmáticos, aproximando-se das teses de uma sustentabilidade conservadora, e os segmentos que poderíamos chamar de “fundamentalistas”, como o faz Viola³⁴, empenhados na construção de comunidades alternativas e periféricas, revelando

³¹ Opcit. (pg. 126)

³² Op.cit. (pág.20 e 21)

³³ Sofiatti, A.(op.cit. pg. 58)

³⁴ Op.cit. (Pg.77)

pessimismo em relação às possibilidades de mudanças sociais e sendo muito refratárias em relação aos demais movimentos ambientais. Uma versão mais radical do fundamentalismo se traduz na vertente conhecida como “*ecofacista*”, que por tomarem a humanidade como inimiga da natureza, justificam a supressão da democracia em favor de soluções de força, sustentadas por uma elite esclarecida sobre a importância da preservação natural.

Embora não representem qualquer ameaça à hegemonia da primeira tendência, pois esta posição atualmente é sustentada por algumas ONGs e por movimentos pouco expressivos socialmente, os *conservacionistas* já experimentaram maior visibilidade nos anos 60 e 70, deixando algumas marcas na cultura ambiental contemporânea, sobretudo em relação ao sentido a-histórico de suas formulações e à concepção naturalizada de meio ambiente, traços ainda presentes na percepção de não raros professores e demais educadores ambientais.

Outra tendência que merece registro neste esforço de mapeamento do campo ambiental, diz respeito ao “espiritualismo” sustentado por parte da militância ambientalista, que segundo Loureiro no artigo citado, tem tido uma importante contribuição para as reflexões de natureza ética e moral suscitadas pela crise vivida, “*quando se busca obter reconhecimento da vida em todas as suas formas de manifestação e repensar a individualidade, tendo como ponto de apoio uma nova relação mais harmoniosa com a natureza.*”³⁵ A significativa atuação de seitas esotérico-religiosas tanto na ECO 92, como nos três Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre já neste século, denotam a importância das correntes espiritualistas nos debates sobre as relações entre a humanidade e o meio ambiente, denunciando a insustentabilidade da situação atual, marcada por miséria social e depredação ambiental. Nas palavras de quem talvez melhor represente esta perspectiva no Brasil, Leonardo Boff, trata-se de “*propiciar uma visão não materialista e espiritual da natureza que propicie o “re-encantamento” em face da sua complexidade e a veneração diante do mistério do universo*”, de modo a que as religiões cumpram a “*função re-ligadora*” capaz de buscar “*uma nova experiência ecológica, que é ecumênica, holística e mística*”.³⁶ Considerando que a perspectiva representada por Boff, a de uma “ecologia integral”, não transige com o pragmatismo hegemônico e com a lógica do capital,

³⁵ Op.cit. (pg.22)

³⁶ Boff, L. (2000, pgs. 30 e 31)

embora pareça secundarizar as contradições sociais em favor de uma libertação do ser humano, tomado genericamente³⁷, podemos com o “espiritualismo” demarcar uma fronteira no campo ambiental, para tratar das demais tendências, que como esta, afirmam seu compromisso com a emancipação humana e se manifestam criticamente em relação ao modelo de desenvolvimento em bases capitalistas.

Assim, se considerarmos a existência de um polo, reunindo tendências que podemos chamar de “emancipatórias”, como fazem alguns autores³⁸, de modo a nos contrapormos em relação ao polo conservador e pragmático, teremos um sub-campo, que não sendo homogêneo, comporta algumas vertentes que merecem ser aqui consideradas. Procurando um terreno comum que justifique o uso da noção de *emancipação* para caracterizar posições teóricas e práticas distintas, poderemos encontrá-lo na percepção de que a crise não é apenas ambiental, tendo uma dimensão estrutural e planetária e para ser tanto compreendida como superada, as práticas sócio-ambientais precisam de fundamentos teórico-críticos capazes de concorrer para as profundas transformações que precisam ocorrer nos padrões de produção, consumo e distribuição de riquezas. De maneira geral, resistem criticamente à banalização do conceito de “*desenvolvimento sustentável*”, entendendo existirem contradições insuperáveis entre o capitalismo, enquanto modo de produção de riquezas e de reprodução da existência humana, vale dizer, como experiência civilizatória, e a preservação ambiental, considerando as necessidades das gerações futuras. Provavelmente, para os segmentos identificados com a perspectiva de uma “sustentabilidade emancipatória”³⁹, faça mais sentido trabalhar com o conceito de “sociedade sustentável”, exprimindo a necessidade imperiosa de superação das ambigüidades presentes nas práticas e discursos que procuram compatibilizar capital, trabalho e natureza, em favor de um projeto civilizatório alternativo.

Na medida em que os debates orientados por esta perspectiva emancipatória, tem sido marcados sobretudo pela polarização entre a tradição marxista e as correntes ambientalistas potencialmente mais críticas, nos ocuparemos com mais atenção sobre as questões que afastam e aproximam as referidas tendências.

³⁷ Na mesma obra ao defender uma perspectiva planetária e cósmica da condição humana, Boff afirma que da distância de uma nave espacial na órbita da Terra, “borram-se as diferenças entre ricos e pobres, ocidentais e orientais, neoliberais e socialistas”, sendo todos igualmente humanos.

³⁸ Carvalho, Isabel (1998); Lima, Gustavo F. (2002), entre outros.

³⁹ Gustavo Ferreira da C. Lima usa a noção no artigo já citado, em oposição ao que identificou como “sustentabilidade conservadora”.

Sobre as possibilidades de uma tendência ecossocialista.

Explorando, deste modo, o fértil debate que transita entre as polaridades de direita/esquerda, capitalismo/socialismo, modernidade/pós-modernidade, proponho encaminhá-lo de tal modo a nos ocuparmos inicialmente de um eixo reunindo as duas primeiras polarizações, para em seguida nos determos sobre outro eixo com a última dualidade. Esta intenção não pretende sugerir qualquer apartação real entre as questões suscitadas por cada uma das polaridades, sempre relacionáveis, mas obedece apenas à necessidade de organização do pensamento.

Direita/esquerda; capitalismo/socialismo.

Embora em certos domínios do campo ambientalista, certamente motivados pelo convite pós-moderno de abandono à tradicional clivagem direita/esquerda, como se ela não mais correspondesse à realidade das forças políticas no cenário de um mundo globalizado pós-industrial, se busque uma superação desta polaridade⁴⁰, considero indispensável defender a atualidade destas noções para estabelecermos uma fronteira, embora movediça, entre as correntes ambientalistas.

Evocando o filósofo italiano Norberto Bobbio⁴¹, que em entrevista a um jornal brasileiro afirma - *"Como direita continuo a considerar aquelas forças que se põem a serviço dos interesses das pessoas satisfeitas. Os outros, os que se sentem e agem do ponto de vista dos pobres, dos danados da terra, são e serão sempre a esquerda."*- Emir Sader⁴², renova a atualidade da distinção entre as duas posições acrescentando:

⁴⁰ Em trabalho recente, Loureiro (2003), discutindo os encontros e desencontros entre o ambientalismo e a esquerda, apresenta o slogan do Partido Verde alemão como emblemático desta posição; "Não somos nem de esquerda nem de direita, estamos à frente", sendo assumido pelo PV brasileiro.

⁴¹ No artigo citado, Loureiro resume a posição de Bobbio (1995), caracterizando a esquerda com a emancipação humana e a igualdade social para a conquista da liberdade e a direita com a tradição e a desigualdade, como condições naturais para a conquista da liberdade individual.

⁴² Trata-se do artigo "O mundo pelo avesso" publicado no site *Carta Maior*, em 29/08/03.

" É de esquerda quem se opõe ao capital especulativo, quem luta pelos direitos do mundo do trabalho, pela distribuição de renda, pela universalização dos direitos. De direita é quem defende os interesses do capital financeiro, quem privilegia os critérios de mercado em detrimento dos direitos da grande massa da população, que vive do seu trabalho".

Considerando satisfatória estas indicações para a devida distinção entre o que poderíamos chamar de "verdes de esquerda" e "verdes de direita", importa tratar com mais cuidado das posições, que sem fazerem defesa doutrinária em favor do capital e do mercado, mas polemizando com o pensamento de esquerda, aparentemente confundem a distinção aqui explicitada.

O que parece sustentar a pretensão de uma "terceira via" por parte de segmentos do campo ambientalista, diz respeito às experiências do "socialismo real", marcadas pela *"crença no progresso tecnológico e no desenvolvimento ilimitado das forças produtivas como caminho para a emancipação humana"*, como nos sugere Loureiro⁴³, compartilhando com o mundo capitalista uma opção industrialista e predatória, independente dos apelos ideológicos distintos. As críticas de ambientalistas em relação à matriz iluminista presente no marxismo ortodoxo, que historicamente tem postulado uma noção de progresso através do controle e domínio tecnológico sobre a natureza, concorreram para alimentar desconfianças mútuas, aparentemente incompatibilizando definitivamente o pensamento marxista com o ambientalismo. Sem subestimar a importância desta crítica, John Foster⁴⁴ procura relativizar as acusações de

⁴³ Loureiro (2003, pg.71)

⁴⁴ Foster, John B. *Marxismo e meio ambiente.*

antropocentrismo feitas à Marx, como tributário do mito de Prometeu⁴⁵, associado à pretensão de domínio pleno da natureza, procurando demonstrar a inconsistência de parte das críticas em questão, apontando diversas passagens na obra, tanto de Marx quanto de Engels, muito próximas do ambientalismo contemporâneo. O conceito de desenvolvimento sustentável, tão caro ao ideário ambientalista, por exemplo, não parece tão distante ao pensamento de Marx quando elaborou sua crítica ao capital;

Do ponto de vista de uma forma mais alta de sociedade, a propriedade privada do globo por indivíduos isolados parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um homem sobre outro. Nem mesmo numa sociedade inteira, uma nação ou mesmo todas as sociedades simultaneamente existentes juntas são proprietárias do globo. Elas são apenas posseiras, suas usufrutuárias e, como boni patres familias devem legá-lo, em melhores condições, às futuras gerações.⁴⁶

Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso na arte de roubar não só o trabalhador, mas o solo; todo progresso em aumentar a fertilidade do solo por um dado tempo é um progresso para arruinar as fontes de longa duração dessa fertilidade.(...) A produção capitalista, portanto, só desenvolve as técnicas e o grau de combinação do progresso social da produção minando, simultaneamente, as fontes

⁴⁵ Neste artigo o autor adverte para o fato de que o mito de Prometeu, também se associa à criatividade, à revolta e à revolução, aspectos que teriam mobilizado mais a atenção de Marx do que a idéia de domínio sobre natureza.

⁴⁶ Segundo indicação de Foster; Marx, Capital, vol.III, p.776.

*originais de toda a riqueza – o solo e o trabalhador.*⁴⁷

Em outra obra (2005)⁴⁸, Foster procura demonstrar que longe de representarem passagens acidentais no pensamento de Marx, as preocupações ecológicas, se assim quisermos chamar, acompanham a produção teórica do mesmo desde os anos 40 do século XIX, quando acompanhava os trabalhos de químicos, entre eles o alemão Justos von Liebig, investigando as razões da degradação dos solos, que na Europa e nos Estados Unidos, ganhavam a preocupação dos grandes empreendedores agrícolas. Foi, portanto, no contexto de uma crise provocada pelo esgotamento de minerais e da queda de fertilidade nos solos, que Liebig desenvolveu seus estudos esclarecedores sobre o papel dos nutrientes do solo (nitrogênio, fósforo e potássio) para assegurar boas colheitas. Uma segunda revolução agrícola⁴⁹, ocorrida entre 1830 e 1880, estaria em marcha, inspirada nos trabalhos e pesquisas de químicos agriculturistas⁵⁰, que permitiram a emergência de uma indústria de fertilizantes, além da caça imperialista de fontes de fertilizantes naturais, sobretudo ilhas ricas em guano, com os Estados Unidos explorando quase uma centena delas em diversas partes do planeta.⁵¹

Foi o sentido crítico do trabalho deste químico alemão em relação à agricultura capitalista, por não respeitar as necessidades de reposição natural de nutrientes dos solos, mobilizados para a crescente demanda alimentar das cidades, que inspirou Marx na construção do conceito de “falha metabólica”, conceito que merece a devida atenção por suas implicações para o entendimento sobre a natureza capitalista da crise ambiental já percebida no séc.XIX. Quando escreveu sua crítica ao capital, Marx conhecia bem as críticas

⁴⁷ Marx, Capital, vol.I, p.637-8.

⁴⁸ Trata-se da obra “A ecologia de Marx: materialismo e natureza”(2005)

⁴⁹ Segundo Foster, alguns historiadores consideram como uma segunda revolução agrícola as mudanças ocorridas na Grã-Bretanha, entre 1830 e 1880, associadas ao crescimento da indústria de fertilizantes e ao desenvolvimento da química de solos, com forte contribuição dos trabalhos de Liebig.(pg. 210)

⁵⁰ Em 1838 foi fundada a Royal Agricultural Society of England, com apoio de ricos proprietários de terra, destinada a melhorar a produtividade da agricultura inglesa, estimulando as pesquisas que relacionavam química e agricultura (p.212).

⁵¹ Segundo Foster, foram exatamente 94 as ilhas com intensa frequência de aves marinhas, cujas fezes são ricas em nitrogênio e fosfatos, exploradas entre 1856 e 1903, sendo que 66 foram incorporadas ao território norte-americano.(p. 214).

de Liebig, entre outros estudiosos, sobre os agravos provocados nos solos com o comércio a longa distância de alimentos e fibras, caracterizando uma ruptura, ou “falha”, entre cidade e campo na medida em que eram destinados ao consumo urbano os nutrientes que deveriam retornar aos locais de plantio e pastagens, restituindo a saúde produtiva dos mesmos, invariavelmente após o consumo, eram transformados em lixo e esgoto de uma crescente urbanização de populações humanas e animais, a poluírem os solos, as águas e os ares das grandes cidades européias e norte-americanas.

O conceito de metabolismo, como nos demonstra Foster⁵², foi central em sua obra madura, na medida em que se encontra associado à noção de “troca material”, no campo da biologia identificado com processos metabólicos de crescimento e decadência, na perspectiva de Marx, associado ao processo de trabalho, usando o conceito “para descrever a relação do homem com a natureza através do trabalho”. Ou nos termos do próprio Marx;

O trabalho é, antes de qualquer coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza.[...] Através desse movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera sua própria natureza.⁵³

Esta indissociabilidade entre a condição humana e as suas bases de sustentação material, enraizadas na natureza, ganha um sentido histórico quando critica a produção capitalista e seus impactos predatórios na quer fertilidade dos solos, quer na saúde dos trabalhadores, revelando sua insustentabilidade, na medida em que;

⁵² Op.cit.p.221

⁵³ Op.cit. p. 221

*"ela [a grande propriedade fundiária] produz condições que provocam uma falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida. Isto resulta num esbulho da vitalidade do solo, que o comércio transporta muitíssimo além das fronteiras de um único país. [...] Se originalmente elas se distinguem [a indústria e a agricultura em larga escala] pelo fato de que a primeira deixa resíduos e arruína o poder do trabalho e portanto o poder natural do homem, ao passo que a última faz o mesmo com o poder natural do solo, elas se unem mais adiante no seu desenvolvimento, já que o sistema industrial aplicado à agricultura também debilita ali os trabalhadores, ao passo que, por seu lado, a indústria e o comércio oferecem à agricultura os meios para exaurir o solo."*⁵⁴

Assim, se a distância epistemológica entre o marxismo e o ambientalismo, não se apresenta insuperável, se considerarmos que a noção de sustentabilidade não era estranha ao pensamento marxiano, bem como a idéia de progresso irrestrito não era tão cega como já foi atribuída ao autor, convém buscarmos outras divergências, como a que se refere a premissa que atribui ao proletariado a tarefa revolucionária de superação do capitalismo, que tomada em bases ortodoxas, levou parte da esquerda à uma subestimação de outros sujeitos históricos capazes de formularem alternativas ao capitalismo. De fato, como assinala Loureiro⁵⁵, a origem histórica do movimento ambientalista em

⁵⁴ Op.cit. p. 219

⁵⁵ Op.cit. p.67

setores das classes médias, com posições invariavelmente ambivalentes em relação à contradição entre capital e trabalho, repercute até hoje no movimento sindical, embora já tenha sido mais refratário ao ideário ambientalista, com as desconfianças⁵⁶ sendo aos poucos vencida com a percepção de que as pautas ambientais, imbricadas com a qualidade de vida, não são estranhas aos interesses dos trabalhadores.⁵⁷

Precisamos considerar ainda, que o colapso do "socialismo real" no Leste Europeu, concorreu decisivamente para fragilizar o ideário socialista, ao mesmo tempo em que alimentava em muitos setores da esquerda mundial uma migração para outros campos teóricos, assim como revitalizou o ideário neoliberal, que cantava vitorioso o fim do socialismo, confluindo para busca de uma "superação" da dualidade direita/esquerda.

O "*defensivismo*" progressivamente assumido pelo movimento operário-sindical, como nos sugere Mézáros(2002)⁵⁸, resultante do caráter setorial e parcial das lutas encaminhadas de forma centralizada e burocratizada por centrais sindicais e partidos políticos historicamente ligados ao ideário socialista, garantiu no pós-guerra a adesão política aos "Estados de Bem-Estar", como interlocutores legalmente constituídos, regrado e limitando, segundo a lógica da expansão capitalista, as expectativas e os direitos dos trabalhadores. Este processo de abandono do caráter utópico e revolucionário do movimento socialista e de sua base social operária é identificado também por Antunes (2001), quando acusa "*um processo político e ideológico de socialdemocratização da esquerda*", atingindo fortemente o chamado sindicalismo de esquerda, sobretudo a partir da "crise" dos "Estados de Bem-Estar" e a sua superação pela agenda neoliberal afinada com o as novas exigências do capital "globalizado", caracterizando atualmente nesta virada de

⁵⁶ Não há como deixar de lembrar dos debates que marcaram o retorno de exilados brasileiros no fim dos anos 70, alguns dos quais, como Fernando Gabeira, trazendo para o cenário político nacional questões referentes à ecologia e à sexualidade, encontrando forte resistência dos setores mais ortodoxos da esquerda brasileira.

⁵⁷ No caso brasileiro, vale registrar como o conceito de Justiça Ambiental tem sido trabalhado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), in Martins (2004) e Neto (2004).

⁵⁸ No prefácio à edição brasileira de sua obra "Para além do capital".

século uma “*regressão da própria socialdemocracia*”⁵⁹, assumindo pressupostos do ideário neoliberal e co-patrocinando, tanto nos países centrais como nos periféricos, reformas que tem atingido duramente os direitos sociais e econômicos de trabalhadores e afetando as políticas públicas sociais dos governos, favorecendo o cultivo de uma atitude complacente e resignada por parte dos movimentos sociais de um modo geral.

Os efeitos da crise do pensamento de esquerda articulada com avanço do neoliberalismo em relação ao campo ambientalista, se traduziram, segundo Loureiro (2000), na subestimação das contradições entre capital e trabalho e na valorização das chamadas “questões universais”, entendendo que os riscos ambientais planetários se sobrepõem aos interesses de classes, naturalizando de certa forma o capitalismo como sistema societário e, como consequência, apostando em mudanças pragmáticas, no sentido do “aprimoramento” da democracia e da cidadania, através de ações políticas e educativas locais e cotidianas, sem estabelecerem maiores relações com a “crise” estrutural das sociedades contemporâneas sob a hegemonia do “conservadorismo dinâmico”⁶⁰, expresso nas mudanças do metabolismo do capital mundializado. Deste modo, ao desvincular os nexos entre capital, trabalho e meio ambiente para compreender a natureza da crise que ora vivemos, desconsiderando a importância da tradição crítica do marxismo para tanto e sublimando as contradições das sociedades capitalistas, setores ponderáveis do campo ambientalista acabam fazendo coro com a sinfonia “pós-moderna” para afastar, como questão superada, a necessidade histórica de um projeto civilizatório de inspiração socialista.

Reafirmando, assim, como sugere Mézáros⁶¹, “*a atualidade histórica da ofensiva socialista*”, diante do malogro do defensivismo e da falência dos “Estados de Bem-Estar”, considerando portanto oportuna as clivagens

⁵⁹ De que outra maneira poderemos caracterizar a trajetória do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, que na última década flexibilizaram suas respectivas bandeiras, abdicando dos princípios socialistas em favor de uma política pragmática nos marcos da ordem capitalista. Este trabalho começou a ser escrito sob o impacto da Reforma da Previdência aprovada pela Câmara de Deputados, de clara orientação privatista, atingindo principalmente direitos previdenciários de aposentados e funcionários públicos.

⁶⁰ A expressão é usada por Lima (2002) no artigo já citado, propondo ainda como possibilidade a expressão de “modernização conservadora” para caracterizar os processos de mudança em questão.

⁶¹ Op.cit. p.24

direita/esquerda, capitalismo/socialismo, passo a discutir a insustentabilidade do projeto civilizatório em bases capitalistas, tendo em vista o caráter destrutivo do mesmo, quer consideremos seus impactos sobre o mundo do trabalho, quer sobre o meio ambiente.

Contra a expectativa, algo conformada, de segmentos da esquerda e de ambientalistas que mesmo (parcialmente) críticos à lógica capitalista, parecem acreditar na possibilidade de dotá-la de uma sensibilidade social e ambiental de modo a transitarmos pacificamente para um modelo de “desenvolvimento sustentável”, podemos contrapor à tal expectativa a oportuna análise que faz Ricardo Antunes (2001), para quem as transformações que marcaram o mundo contemporâneo nas últimas duas décadas, impulsionadas pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, são dotadas de um caráter destrutivo, sendo que duas das suas manifestações são ...

"mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente."⁶²

Se considerarmos, como este autor, que este cenário de “aguda destrutividade” expressa a natureza estrutural de uma crise sem precedentes e que as dimensões sociais e ambientais não podem ser dissociadas, sob pena de não percebermos a lógica do que Mészáros⁶³ chama de “sistema de sociometabolismo do capital” e sua tendência de autodestruição, no limite, nos avizinando da própria destruição global da humanidade, não podemos ceder aos apelos de um “desenvolvimento sustentável”, tão freqüentemente apregoado por projetos sócio-educativos associados à Educação Ambiental.

O que estes e outros autores, que trabalham no campo do materialismo histórico, procuram demonstrar e que não podem ser desconsiderados pelos setores mais críticos do ambientalismo, é que não estamos diante de uma mera crise cíclica do capitalismo, na medida em que o processo de “mundialização do capital”, iniciado nos anos 80, como nos adverte Chesnais

⁶² Op.cit.p. 38.

⁶³ Vale notar que é de Ricardo Antunes a apresentação da publicação brasileira da obra deste autor, já citada anteriormente.

(1999), implicou em mudanças no padrão de acumulação fordista, que caracterizou o desenvolvimento capitalista no pós-guerra, em favor de “*um regime de acumulação financeirizada mundial*”, conceito interessante para caracterizar a crescente hegemonia do capital financeiro sobre aqueles de origem industrial ou comercial. Este regime de acumulação tem como epicentros os grandes centros financeiros, ligados em tempo real pelas novas tecnologias de informação, tendo como principais protagonistas as corporações de alcance global, as antigas “multinacionais”, agora sob a forma de grandes grupos financeiros, ainda que de base industrial, com crescente atuação nos mercados de câmbio, sendo responsáveis por 2/3 das trocas internacionais de bens e serviços.⁶⁴ Movida por um movimento essencialmente especulativo, privilegiando ganhos de curto prazo no mercado financeiro em detrimento de investimentos propriamente produtivos, esta autêntica “economia de cassino”, como a batiza Harvey⁶⁵, se permitiu a formação de uma “pequena nobreza”⁶⁶ nos países centrais ligada aos negócios e serviços financeiros com as oportunidades de ganhos fáceis, tem produzido impactos severos sobretudo nos países periféricos.

Para demonstrarmos a natureza da crise atual e a conseqüente insustentabilidade do padrão de acumulação capitalista pós-fordista, podemos recorrer aos aspectos assinalados por Chesnais⁶⁷, quando acusa;

- ✓ a manutenção de taxas de crescimento muito baixas, não apenas nos países periféricos, mas também nos países semi-periféricos e mesmo nos centrais;

- ✓ o aumento do desemprego em massa, combinada com a chamada “flexibilização” das condições de trabalho que se traduzem em precarização de direitos e de contratos, atingindo mais duramente os países periféricos;

⁶⁴ Chesnais (1999, p.85)

⁶⁵ David Harvey propõe esta noção na sua obra “Condição pós-moderna”, p. 300.

⁶⁶ O autor se refere aos jovens executivos de grandes corporações identificados com a cultura *yuppie*.

⁶⁷ Op. cit. p. 78

✓ o aumento das desigualdades entre países, assim como em relação as classes sociais dentro dos países individualmente.

Longe de se constituírem em impactos conjunturais, tais acontecimentos expressam contradições profundas e insanáveis, na medida em que o capital mundializado *“concentra nas mãos de um número cada vez menor de grupos econômicos o conhecimento, a tecnologia, a riqueza e o poder sobre a vida humana, ampliando de forma escandalosa o apartheid social entre as nações e dentro delas”*, como afirma Frigotto⁶⁸, para desautorizar qualquer ilusão sobre as possibilidades dos *“países periféricos e semi-periféricos saírem desta situação”*, pois a tendência é de aprofundamento das desigualdades, face à *“incontrolabilidade destrutiva”*⁶⁹ que assume hoje o projeto *“civilizatório”* capitalista, intensificando o processo de *“dessociabilização”*⁷⁰ da produção de riquezas, com a precarização da força humana que trabalha e a deslegitimação de direitos sociais, assim como recrudescendo a divisão internacional do trabalho em prejuízo de nações africanas, asiáticas e latino-americanas, que perdem progressivamente o controle de seus mercados internos e de seus recursos naturais para grandes e poucas corporações transnacionais dos países centrais, sob o peso de chantagens financeiras ou militares.

Admitir, portanto, como o fazem os setores mais pragmáticos do campo ambientalista, a possibilidade de uma transição sem rupturas para um modelo de desenvolvimento sustentável, exige o abandono do conceito de *trabalho* e de sua materialidade contemporânea, de modo a reduzir a *“crise”* à sua dimensão ambiental e manter, assim, alguma expectativa civilizatória por parte do capital, introduzindo soluções tecnológica *“limpas”* e educando a sociedade para uma relação menos destrutiva com a natureza.

Tanto quanto em relação à *“força humana que trabalha”*, o *“meio ambiente”* está sujeito a mesma *“incontrolabilidade”* do capital, não apenas se

⁶⁸ Frigotto, G. *“A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referências teóricos”*(2001)

⁶⁹ Esta noção é desenvolvida por Mészáros no capítulo intitulado *“A ativação dos limites absolutos do capital”*, da obra citada.(2002, p.226)

⁷⁰ Esta noção é tomada de empréstimo de Ricardo Antunes, quando este associa, na obra citada, a *“(des)sociabilização contemporânea”* aos efeitos predatórios da crise capital sobre o trabalho, os direitos sociais, assim como sobre o meio ambiente.

considerarmos a acelerada dilapidação dos recursos naturais, a crescente contaminação dos solos, das águas e da atmosfera, ameaçando a sobrevivência de gerações futuras, mas também considerando o vertiginoso processo de privatização em escala planetária dos recursos naturais, mercantilizando as mais elementares necessidades humanas.

Como expressão emblemática desta vocação destrutiva, podemos evocar o desempenho do atual governo dos EUA, desencadeando guerras para aumentar seu controle sobre regiões estratégicas na produção ou distribuição de petróleo, como no Afeganistão e Iraque, sob o pretexto de defesa contra Estados "terroristas", destruindo a infraestrutura urbana e produtiva destes países e impondo perdas humanas entre populações civis, ao mesmo tempo em que sustenta internamente o afrouxamento das leis de proteção ambiental em relação às atividades petrolíferas, mineradoras e energéticas, sob o argumento de que as restrições ambientais comprometem o desempenho da economia estadunidense⁷¹. Com mais quatro anos de mandato, o atual governo, tudo indica, deve prolongar a guerra "anti-terrorista" com sérios riscos para algumas nações cujos governos resistem à hegemonia dos interesses dos EUA e de seus aliados nos territórios árabes, como o Irã e a Síria. Tampouco podemos esperar qualquer "sensibilidade" do mesmo governo em relação aos compromissos ambientais acordados internacionalmente, desde os anos 70 .

Entendendo como Frigotto, que a "anatomia do capital mundializado" pouco tem a oferecer, "senão mais barbárie e aniquilamento das bases sociais e materiais da vida"⁷², impõe-se, quando não por uma questão de sobrevivência, a defesa de uma superação da lógica capitalista em favor de um projeto civilizatório alternativo, reivindicado por alguns setores do ambientalismo, como expressão de uma "sustentabilidade emancipatória" , que liberte as sociedades e a natureza da tirania do capital. Para encontrar o lugar de tal utopia, nos encontros e desencontros entre o marxismo e o ambientalismo,

⁷¹ "George Bush defende a poluição". *Jornal do Brasil*, 16/09/2003, p. A9. Já no princípio deste ano Bush afirmava;

" *somos o maior poluidor do mundo, mas, se for preciso, vamos poluir ainda mais par evitar uma recessão na economia americana*". *Revista "JB Ecológico"*, nº 1, março de 2003, p.40

⁷² *Op.cit.* p.39

trataremos a seguir das tensões referentes às polarizações modernidade/pós-modernidade.

Modernidade / Pós-Modernidade

Sem pretensões de fazer justiça ao caráter multifacetado do que hoje poderíamos chamar de uma "cultura pós-moderna", que se manifesta em múltiplos campos de conhecimento, assim como nas práticas econômicas, políticas e sociais que ganham crescente hegemonia nas sociedades contemporâneas, julgo pertinente resgatar, com a ajuda do historiador Perry Anderson⁷³, o sentido histórico da emergência do conceito de pós-modernidade em contraposição ao de modernidade.

Segundo Anderson, depois de ter sido apropriada pela teoria literária para se contrapor aos rigores estéticos e ao humanismo racionalista da modernidade⁷⁴, pela historiografia num sentido negativo para expressar ceticismo em relação ao imperialismo ocidental⁷⁵ e pela sociologia para demarcar, também negativamente, a falência dos ideais modernos do liberalismo e do socialismo em favor de uma sociedade "*pós-moderna de impulso cego e conformidade vazia*"⁷⁶, será nos anos 70 que noção de pós-modernidade ganhará maior difusão. À partir do campo literário, um crítico de origem egípcia, Ihab Hassan, usa o conceito para caracterizar as tendências que nas artes visuais, na música ou na tecnologia rejeitavam o paradigma modernista, para sugerir "*um tipo diferente de acomodação entre a arte e a sociedade*", vale dizer entre arte e mercado, livre de constrangimentos ideológicos, proclamando superadas as noções de esquerda e direita, base e superestrutura, produção e reprodução etc...⁷⁷. Em sintonia com este

⁷³ Trata-se da obra "As origens da Pós-Modernidade" (1999)

⁷⁴ Anderson refere-se principalmente ao poeta Charles Olson que associa as ideias de pós-modernidade, pós-humanismo e pós-história em seu manifesto estético em 1951.

⁷⁵ Trata-se do historiador Arnold Toynbee, que nos anos 50 definiu a idade pós-moderna como sendo marcada pela emergência de uma classe operária no ocidente e pelo movimento de elites intelectuais não ocidentais no sentido de dominar os segredos da modernidade ocidental.

⁷⁶ Aqui, Anderson faz referência ao clássico de Wright Mills e Irving Howe, "A imaginação sociológica", publicada no final do anos 50.

⁷⁷ Anderson (1999, p. 26 e 27)

movimento, um manifesto arquitetônico⁷⁸ acusava “a arquitetura ortodoxa moderna” e suas pretensões revolucionárias, utópicas, puristas, sempre insatisfeita com realidade existente, para defender a tese de que o arquiteto deveria se ocupar do que existe, e não daquilo que deveria ser. Contra a “construção para o Homem”, princípio da modernidade, definia a arquitetura como “Construção para homens (mercados)”, inaugurando uma tendência neste campo que se apropriaria do signo da pós-modernidade.

Ainda no final da década, o “emblema pós-moderno” ganhará estatuto filosófico com a obra de J. F. Lyotard⁷⁹, que enaltecerá a emergência de uma sociedade pós-industrial, que tem no conhecimento a principal força econômica, não mais concebida como uma totalidade orgânica, como queriam os funcionalistas, ou como campo de lutas de classes, como defendem os marxistas, mas como uma nova sociabilidade definida pela temporalidade dos contratos “em todas as áreas da existência humana – a ocupacional, a emocional, a sexual, a política – redefinidas de modo mais econômico, criativo e flexível. Assim proclama a falência de todas as narrativas grandiosas da modernidade, embora tivesse como alvo privilegiado, como assinala Anderson, o socialismo clássico.

Deste modo, como sugere Foster⁸⁰(1999), uma certa coerência parece indicar que sob o significado de pós-modernismo teremos um jogo de três negações básicas; contra a *totalização*, contra a *teleologia* e contra qualquer forma de *utopia*, resultando numa “*abordagem descentralizada, caótica mesmo, da sociedade, que é vista como inerentemente fragmentada*”⁸¹. No limite desta investida contra o humanismo moderno, teríamos a morte epistêmica do homem, desautorizando qualquer pretensão científica das chamadas ciências sociais, transformadas em saberes/poderes, igualmente válidos na atitude de abandono de qualquer práxis social inspirada em projetos societários globais alternativos ao processo de globalização do capital em curso, com os conceitos de revolução, emancipação e libertação sendo silenciados, pois se trata também

⁷⁸ Anderson se refere a obra “Learning from Las Vegas”, lançada por arquitetos norte-americanos em 1972, sob a liderança de Robert Venturi.

⁷⁹ Trata-se da obra “A condição pós-moderna”, publicada na França em 1979.

⁸⁰ Foster, J. B. “Em defesa da história”, (?p.197)

⁸¹ Idem.

da “morte da história”, como expressão de um devir humano comum, em favor de uma multiplicidade de histórias evocando novas identidades/subjetividades sociais como as mulheres, negros, homossexuais, imigrantes, minorias étnicas....Para tanto, precisamos supor, como indica Cardoso (2001)⁸², “*uma sociedade fragmentada em subculturas, numa ausência de horizontes holísticos, coletivos, bem como da possibilidade de qualquer tipo de mobilização global*”.

Ainda acompanhando Anderson para apreendermos o sentido histórico da pós-modernidade, teremos a crítica de F. Jameson, que nos anos 80 propôs a “ancoragem” do pós-modernismo nas mudanças que marcavam o metabolismo do capital, expressas na agenda neoliberal. Não se tratava mais de uma discussão empenhada na ruptura estética ou epistemológica em relação à modernidade – “*a pós-modernidade torna-se o sinal cultural de um novo estágio na história do modo de produção reinante*”.⁸³

Se parece inquestionável, no cenário de unificação eletrônica do planeta que garante a difusão em tempo real de produtos culturais e de capital, a cumplicidade do pós-modernismo com a lógica do mercado e do espetáculo, apresentando-se, segundo Jameson, como “o primeiro estilo global especificamente norte-americano”⁸⁴, cumplicidade que merece profunda recusa pelo caráter totalitário com que se reveste, pretendo nos limites deste trabalho examinar as tensões que as teses pós-modernas tem provocado no debate entre o marxismo e o ambientalismo, sobretudo quando se discute as possibilidades e limites de um modelo de desenvolvimento realmente sustentável.

Ao fazer um balanço do materialismo histórico e acusando sua crise paradigmática diante dos vertiginosos acontecimentos que alteraram o “*sociometabolismo do capital*” e da correspondente hegemonia neoliberal, aparentemente sepultando a utopia socialista, Michael Löwy⁸⁵, apresenta três debilidades importantes a serem superadas pelo marxismo, devidamente

⁸² Cardoso, Ciro Flamarion. “Epistemologia pós-moderna: uma visão de um historiador”(2001)

⁸³ Op.cit. p. 66

⁸⁴ Op.cit. p. 76 e 77.

⁸⁵ Trata-se do artigo “ Além do neoliberalismo: a alternativa socialista” (1998)

apontadas e criticadas pelo ambientalismo, assim como por outros movimentos sociais que se aproximaram da "cultura pós-moderna".

O primeiro limite, como prefere Löwy, diz respeito "a ignorância ou a subestimação das formas não-econômicas de dominação", para se referir às lutas sociais que acusam as opressões de gênero, raça, nacionalidade ou religião. A centralidade da crítica marxista ao capitalismo, explorando a contradição capital/trabalho no espaço da produção e conseqüentemente os mecanismos de exploração e opressão de trabalhadores assalariados, deixava de contemplar, já nos anos 60, a emergência de novos movimentos sociais de mulheres, negros, camponeses, minorias étnicas, estudantes, assim como os de natureza ecológica, que encontrarão fundamentos teóricos e filosóficos em outros campos teóricos, de onde se produziram formulações identificadas com o pós-modernismo. As novas identidades sociais que emergem destas lutas encontraram inspiração menos em Marx, do que em Michel Foucault, Félix Guattari, Edgar Morin, Gilles Deleuze, J. Habermas, além do citado Lyotard, para falar de alguns autores que atraíram muitos intelectuais que migraram do campo da esquerda clássica e que são de certa forma identificados com a pós-modernidade.

A crítica ao economicismo dos marxismos identificados com o "realismo socialista", abria espaço para a manifestação de outros sujeitos sociais, e aqui Löwy aponta outro limite, subjacente ao primeiro, o da "*redução do sujeito revolucionário somente à classe operária*", secundarizando o protagonismo de movimento sociais que atuam menos na esfera da produção e mais na esfera da reprodução da sociedade. As mudanças na sociabilidade do capital, com profundas mudanças no mundo do trabalho e suas repercussões multifacetando a própria identidade dos trabalhadores, abalaram decisivamente a promessa revolucionária a ser realizada por este sujeito coletivo, a classe operária, cujas formas de organização, quer em partidos ou sindicatos, sofreram um processo de domesticação à medida que cediam terreno às novas exigências da acumulação flexível do capital. Mútuas desconfianças afastam ainda as posições entre marxistas e segmentos organizados da chamada sociedade civil, com os primeiros sustentando uma certa hierarquia, com mais ou menos ortodoxia, em

favor das determinações econômicas e da primazia do movimento sindical e operário, enquanto que os segundos afirmam o princípio das múltiplas determinações e narrativas, não necessariamente afinadas com projetos sociais de emancipação coletiva. Se o pós-modernismo contribuiu para a compreensão das novas sensibilidades e subjetividades que não encontravam lugar na *episteme* moderna, por se encontrarem instrumentalizadas no liberalismo pela cidadania formal regulada pelo mercado, ou atrofiadas no socialismo pela imposição estatal de uma subjetividade coletiva e partidária, por outro lado, com a celebração da fragmentação de uma totalidade não mais possível, de múltiplas subjetividades sociais encerradas em territorialidades distintas, parece ter concorrido para a “guetização” de lutas sociais, com a acentuação de perspectivas individualistas e narcísicas.

Um terceiro importante limite do materialismo histórico é apontado ainda por Löwy, quando se refere aos “problemas ecológicos”, ou seja, a subestimação dos limites e riscos ambientais como elemento fundamental para entendermos a crise do capital e seu alcance planetário. Não sem razão, o ambientalismo de modo geral tem formulado críticas, como já foi comentado, contra a vocação desenvolvimentista e industrialista das experiências do chamado “socialismo real”, mas estendendo indevidamente sua acusação de antropocentrismo predatório, ou de dominação da natureza, a todo e qualquer projeto de inspiração socialista. Investindo, assim, contra as bases epistemológicas do modernismo, que tem no humanismo antropocêntrico e na racionalidade científica do Iluminismo, os fundamentos de uma relação predatória entre as sociedades humanas e a natureza, certos setores do ambientalismo, organizados em ONGs, em universidades ou movimentos sociais, preconizam a emergência de uma sociedade pós-moderna, que transcenda o capital e o trabalho, o liberalismo e o socialismo.

A despeito da pertinência das críticas ao racionalismo instrumental do homem moderno, de que também o marxismo é tributário, a busca de uma sociedade sustentável por tais correntes ambientalistas, como identifica Loureiro (2003)⁸⁶, acabam restringindo suas ações à “*práticas particularizadas e*

⁸⁶ No artigo já citado, p.66

pouco vinculadas a uma estratégia de atuação global”, indicando a inconsistência teórica desta posição, que parece superestimar experiências locais e a educação ambiental como caminho para mudanças comportamentais e éticas, subestimando o caráter destrutivo do processo de globalização em curso, rompendo a dialética sugerida pelo próprio emblema dos movimentos ambientalistas – Pensar global, Agir Local. Quão mais próximo os movimentos ambientalistas estiverem de aceitar a irreversibilidade dos “tempos pós-modernos”, lastreado pelos princípios da acumulação privada das riquezas socialmente produzidas e no controle privado dos recursos naturais, como caminho único e natural da humanidade para superar a “crise ambiental”, mais próximos estarão de abandonar irremediavelmente a dimensão emancipatória que marcou a emergência das lutas ambientais, junto com os princípios político-filosóficos da autogestão e da autonomia, em favor da participação, ainda que crítica, nos projetos financiados pelo poder público ou por empresas, as famosas parcerias tão preconizadas pelas agências multilaterais, conformando o ideário de uma educação para o desenvolvimento sustentável, em bases conservadoras.

A operação filosófica realizada pelo pós-modernismo, que atinge tanto o campo ambientalista, quanto o campo marxista, decretando a morte da modernidade sob o triunfo universal do capital, como nos adverte Anderson⁸⁷, resulta *“no cancelamento das alternativas políticas”*, na medida em que *“a possibilidade de outras ordens sociais era um horizonte essencial do modernismo”*, ou seja, falamos aqui de morte da utopia.

Contra esta perspectiva sombria, Löwy reclama uma ruptura do marxismo com a *“modernidade capitalista-ocidental”*, que liquidou o potencial emancipatório da modernidade⁸⁸, retomando a utopia, com sua necessária perspectiva *“romântico-revolucionária”*, de construção de uma nova possibilidade civilizatória, não apenas *“uma versão mais progressista do paradigma industrial-capitalista,”* mas restaurando no horizonte material e

⁸⁷ Quando recupera a crítica de Jameson, na obra já citada (1998. P. 108)

⁸⁸ A afirmação é de Boaventura de Souza Santos (1995), quando discute os processos de “hegemonização da racionalidade técnico científica, de hipertrofia da princípio de mercado em detrimento do princípio de Estado e com o esquecimento total do princípio da comunidade rousseuniana”.

simbólico da humanidade a necessidade histórica, pois ela não morreu, de “ *um novo modo de vida fundado no valor de uso e na democracia socialista, nos recursos renováveis e no cuidado com a natureza, na igualdade das raças e dos sexos, na fraternidade social e na solidariedade universal* ”.

A utopia “vermelha e verde”, defendida por Löwy, baseada no pressuposto de que “ *a lógica capitalista do lucro e da acumulação levará nas próximas décadas, a uma crise ecológica de dimensões inimagináveis*”⁸⁹, sugere mais do que a possibilidade, a urgência de uma aproximação filosófica, teórica e política entre marxistas e ambientalistas, incorporando todos os demais movimentos sociais que tem se manifestado contra o processo de globalização hegemônico, por natureza excludente e predatório. A delimitação de um terreno comum que permita a consolidação de uma “esquerda ecológica”⁹⁰, ganha um sentido estratégico neste estudo, tendo em vista as divergências que historicamente tem afastado os dois campos, mas sobretudo a perspectiva utópica, contra-hegemônica, de construção de uma outra possibilidade civilizatória, em bases não-capitalistas.

Um terreno comum entre o ambientalismo e o marxismo

A questão que imediatamente se impõe, quando examinamos a formulação de Löwy sobre “*o novo modo de vida*”, diz respeito ao deslocamento teórico que realiza em relação à centralidade hierárquica do único sujeito coletivo, a classe operária, capaz de garantir uma alternativa ao capitalismo, preconizada pela utopia socialista clássica, fonte de uma divergência importante não apenas no tocante ao “ambientalismo”, mas também em relação ao feminismo, ao movimento negro, aos homossexuais e tantos outros sujeitos coletivos que animaram lutas sociais nas últimas décadas. Ao postular a “*quebra*” do sentido hierárquico que projeta na classe trabalhadora as únicas expectativas de mudanças na ordem capitalista, não se quer negligenciar a centralidade do trabalho e o fato de que se aprofundam dramaticamente os processos de exploração e dilapidação da força humana que trabalha, como ingenuamente o fazem certos setores mais pragmáticos do ambientalismo, que preferem pautar as contradições entre a sociedade e a natureza, sem a mediação do trabalho humano, evitando assim deparar-se com a *apartheid* que divide o planeta, nações e seus povos. Tampouco parecem promissoras, no sentido utópico e emancipatório, as estratégias atuais de sobrevivência dos movimentos sindicais ou de partidos identificados com a causa dos trabalhadores, acuada pelo desemprego e a precarização das condições de trabalho, restritos a iniciativas setorializadas e burocratizadas, com forte acento corporativo, pouco dialogando com as demandas sociais de natureza ambiental, sexual, étnica ou cultural e religiosa.

⁸⁹ Op. cit. P. 38 e 39.

⁹⁰ A noção é usada por Loureiro(2003), no artigo já citado, quando se propõe, do mesmo modo, a “estruturar os pontos em comum entre socialismo e ambientalismo. (p.73)

Outro autor que não trabalha com a exclusividade da mobilização classista, quando reconhece a dimensão emancipatória do ambientalismo, como de outros movimentos sociais transclassistas, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, propõe⁹¹, como tarefa indispensável para o enfrentamento do processo de globalização hegemônica; a “*redescoberta democrática do trabalho*”. Muito oportunamente, para a consagração de uma aliança “vermelha e verde”, Boaventura parte do pressuposto de que o contrato social da modernidade ocidental funda-se nos seguintes critérios, mutuamente implicados, de inclusão/exclusão;

- ✓ incluindo no contrato apenas os homens e suas associações, excluindo a natureza, tomada como objeto e propriedade, na qualidade de recurso ou de ameaça, importando apenas a natureza humana e suas necessidades sobre as demais espécies – o critério antropocêntrico;

- ✓ só os cidadãos integram o contrato, sendo excluídos por diferentes clivagens, os sem-emprego, os sem-terra, mulheres, negros, imigrantes, minorias étnicas, quando não majorias – o critério da cidadania territorialmente fundada;

- ✓ só fazem parte do contrato os interesses que podem ser traduzidos na sociedade civil, ficando de fora os interesses da esfera da vida privada e doméstica – o critério do comércio público dos interesses.

Desnecessário recuperar a contraditória, tensa e violenta trajetória do contrato social moderno, na medida em que os paradigmas sociopolíticos que procuraram exprimi-lo estiveram associados à produção e à manutenção de *bens públicos*, tais como; “*a legitimidade da governação, o bem-estar econômico e social, a segurança e a identidade coletiva*”⁹², sujeitos historicamente à intensas disputas entre interesses coletivos e privados. Como

⁹¹ No artigo; “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo” (1999)

⁹² No artigo citado, p. 37.

afirma Boaventura, *“as lutas pela prossecução do bem comum sempre foram lutas por definições alternativas de bem comum”*, assim ancorando a possibilidade de utopias sociais ainda que progressivamente mitigadas.

Interessa acompanhar mais de perto, para efeito da argumentação aqui defendida, a análise que o autor faz de uma das principais *“constelações institucionais”* da contratualidade moderna em relação ao trabalho, constituída no processo de *“socialização da economia”*⁹³, a partir das lutas operárias do século XIX, que mesmo não logrando a superação do capitalismo, acabaram por transformá-lo, conquistando o direito de greve, legislações de proteção ao trabalho, melhorias condições de trabalho e salários, seguros sociais e de segurança pessoal etc... Não perdendo de vista a centralidade dos Estados e sua capacidade reguladora na socialização da economia, tivemos historicamente a configuração, desigual e combinada, de dois formatos principais; o que ele chama de *“Estado-providência”*, que chegou a garantir uma sociabilidade mais democrática e um padrão de cidadania satisfatório a seus habitantes, baseado nas premissas contratuais do direito social ao trabalho e da liberdade de organização política e sindical, e o *“Estado desenvolvimentista”*, que na periferia e semi-periferia do sistema capitalista mundial, nos quais as tensões entre capitalismo e democracia foram resolvidas invariavelmente em favor da acumulação capitalista, com farto repertório de ditaduras, aonde o trabalho *“não deu acesso à cidadania”* e tampouco as liberdades civis foram plenamente garantidas. Assim entendida a contratualidade moderna entre o capital e o trabalho, segundo a lógica de inclusão/exclusão da acumulação ampliada do capital, temos um apartheid entre as nações, dando sentido ao processo de *“socialização da economia”* em bases capitalistas, *“obtida à custa de uma dupla dessocialização”*, em relação aos excluídos do mundo de trabalho e da cidadania e em relação à natureza, sujeita a um processo intenso de exploração e controle privado dos bens naturais, segundo um ritmo e uma temporalidade incompatíveis com os limites ambientais dos ecossistemas, loteados como espaços produtivos.

⁹³ Idem, p. 38 e 39.

A emergência de uma contratualidade “pós-moderna”, inspirada no Consenso de Washington como resposta à crise do capital, submete mais intensamente o trabalho ao controle do capital, cada vez mais financeirizado, transformando os contratos sociais e coletivos de trabalho em contratos individuais de direito civil, reservando ao Estado uma intervenção mínima e definitivamente quebrando a garantia de estabilidade em relação ao emprego. Deste modo, a flexibilização, para usar um termo caro à cultura pós-moderna, do contrato social da modernidade consiste “na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão”⁹⁴, combinando duas formas de exclusão⁹⁵; a relativa ao “pós-contratualismo”, cancelando direitos e interesses sociais aonde até então estiveram incluídos no contrato social; e a relativa ao “pré-contratualismo”, impedindo o acesso à cidadania aonde ainda os excluídos cultivavam a expectativa de um dia a ela alcançar. O processo em curso de “dessocialização da economia” radica, portanto, no fato de que o trabalho, associado ao emprego, “deixa de sustentar a cidadania e, vice-versa, esta deixa cada vez mais de sustentar o trabalho”⁹⁶.

A “eficácia dessocializadora” do consenso neoliberal aprofunda os mecanismos de alienação do trabalho e da natureza, na medida em que ambos passam definitivamente a ser tomados como *coisas* pela lógica totalizante do mercado, descontratualizando a noção de *bem comum*⁹⁷, tornando remota a sua consecução e, mais ainda, qualquer luta no sentido de interpretações alternativas do bem comum.

Boaventura, no entanto, discute a crise do contrato moderno no quadro de emergência do que ele chama de “fascismo societal”⁹⁸, que tem no

⁹⁴ Idem, p. 44 e 45

⁹⁵ Aqui, julgo necessário ponderar, como o faz Robert Castel (1997), quanto ao uso indiscriminado da noção de exclusão, que não sendo uma categoria analítica, permite ocultar os “traços constitutivos essenciais das situações de “exclusão” (que) não se encontram nas situações em si mesmas”. As diversas situações e mecanismos que levam ao desemprego, por exemplo, podem significar identidades sociais e ações políticas distintas, se tomarmos a situação de um desempregado adulto, depois de anos de socialização pelo trabalho e um jovem que nunca esteve empregado. Segundo Castel, a sociologia precisa estar atenta menos para o lugar de chegada - exclusão/desemprego – e mais para “os fatores que precedem a exclusão”, sobretudo para entender a natureza dos riscos de fraturas do tecido social.

⁹⁶ Boaventura, p.50.

⁹⁷ Idem, p. 41

⁹⁸ Como fenômeno híbrido, de natureza estatal, paraestatal e supraestatal, portando distinto do fascismo clássico, Boaventura apresenta seis formas de fascismo, que combinadas desenham no horizonte o espectro de uma governança global exercida por grandes corporações e instituições de regulação global,

apartheid social , na contratualidade pós-moderna e no controle financeiro da economia mundial, sem qualquer tipo de controle democrático, seus traços mais visíveis. Chama especial atenção para o fascismo financeiro, como a mais virulenta das formas de sociabilidade fascista que tem caracterizado os “tempos pós-modernos”, pois são os mercados financeiros, “*zonas selvagens*” da economia mundial globalizada, os arbitrários indutores do amplo processo de privatizações de empresas estatais e das políticas sociais de educação, saúde, segurança, moradia, lançando grandes contingentes humanos “*no estado natural da exclusão*”, quando não países inteiros, se considerarmos, por exemplo, o cenário africano.

Recusando que a “globalização capitalista neoliberal”, com sua sociabilidade fascista, seja a única possibilidade de futuro, Boaventura, ao propor o resgate do potencial emancipatório e democrático do trabalho, vislumbra a possibilidade filosófica, teórica, política, social e ética de uma globalização contra-hegemônica⁹⁹, portadora de sociabilidades alternativas, fundadoras de um novo contrato social, que “deve abranger não apenas o homem, mas também a natureza”¹⁰⁰.

O que se impõe, do ponto de vista deste autor e que toca profundamente aos sujeitos sociais identificados com o projeto de uma “sociedade sustentável”, é que as potencialidades democráticas do trabalho dependem da criação de algumas condições básicas.

A primeira delas diz respeito ao imperativo de que “ *o trabalho deve ser democraticamente partilhado*”¹⁰¹, em dois sentidos. A primeira partilha, rompendo com o primado antropocêntrico do contrato social da modernidade, supõe a predominância da colaboração e não da concorrência predatória¹⁰² do trabalho humano em relação ao trabalho da natureza, na medida em que o “ *trabalho humano não incide sobre uma natureza inerte , (mas) confronta-se*

cuja maior preocupação tem sido a saúde dos mercados financeiros em detrimento das necessidades humanas e dos limites ambientais.

⁹⁹ Este conceito é defendido em outro artigo mais recente do autor; “Os processos de globalização” (2002)

¹⁰⁰ Boaventura (1999, p. 60)

¹⁰¹ Idem

¹⁰² ...”desleal”, como prefere Boaventura, “sempre que o trabalho humano é garantido à custa da destruição do trabalho da natureza.” (p. 61)

*permanentemente com o trabalho da natureza e compete com ela*¹⁰³. Neste sentido, para um novo contrato social, *sustentável*, precisamos aprender a compartilhar a *"a atividade criadora do mundo com a natureza"*.

Não se quer subestimar aqui os desafios epistemológicos, políticos, sociais, econômicos ou tecnológicos, implicados nesta formulação, mas estimar, como o tem feito setores quer do ambientalismo, como do marxismo, a urgência com que precisam ser enfrentados para que a racionalidade instrumental do capital não se torne a *"condição religiosa do mundo"*¹⁰⁴. Do ponto de vista de uma *"utopia verde e vermelha"*¹⁰⁵ é necessária uma crítica mais radical ao antropocentrismo moderno, aprofundando o sentido dialético das relações entre cultura e natureza, retomando criticamente o princípio epistemológico da totalidade, oportunamente desprezado pela perspectiva pós-moderna que cultiva a fragmentação, mutilado pelo economicismo da ortodoxia marxista, que exclui a natureza da história como mera *"base material passiva"*¹⁰⁶ da existência humana, ou romantizado por *"ambientalismos"*, que preconizam um *"holismo"* que para inscrever a natureza na história, realiza a sublimação histórica das classes sociais implicadas na produção da existência humana.

Neste sentido, a possibilidade de uma *"racionalidade produtiva alternativa"*, como sugere Leff (2001)¹⁰⁷, *"fundada nos princípios da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável"*, implica na *"destruição da racionalidade econômica dominante"*, que tem moldado *"todos os âmbitos da organização burocrática, os métodos científicos, os padrões tecnológicos, os diversos órgãos do corpo social e os aparelhos jurídicos e ideológicos do Estado"*. Ciente das contradições imanentes aos conflitos de interesses entre a *"racionalidade ambiental"*, expressando uma nova sociabilidade, e a racionalidade instrumental do capital, opondo sujeitos históricos que

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Segundo Löwy (1998), a formulação é de Walter Benjamin, que a escreveu em 1921, associada à *"extensão da desesperança"*, imanente à expansão capitalista.

¹⁰⁵ Ou *"vermelha e verde"*, na medida em que qualquer hierarquia pode comprometer o sentido da radicalidade dialética pretendida.

¹⁰⁶ A expressão é de Loureiro (2003), quando critica a concepção pouco dialética de natureza em Habermas, excluída de sua proposta de uma *"racionalidade emancipatória"*, embora este não possa ser tomado como um exemplo de ortodoxia, estando mais próximo de algumas posturas pós-modernas.

¹⁰⁷ Trata-se da obra *"Epistemologia ambiental"*, p 125.

atravessam classes e grupos sociais, Leff adverte para a inconsistência de discursos ambientais que dissolvem estas contradições num consenso mundial, sob os emblemas de "*mudança global*" e de "*futuro comum*" da humanidade. A racionalidade ambiental, defendida por Leff, corresponde a construção de um "*novo paradigma de produção*", capaz de articular padrões de produtividade "*ecológica, cultural e tecnológica*", rompendo com os critérios produtivistas da racionalidade econômica e tecnológica dominante, bem como capaz de orientar as práticas sociais de movimentos que lutem para a transformação da racionalidade econômica dominante.

As contradições acima citadas apresentam-se do mesmo modo ao retomarmos a narrativa de Boaventura, quando se refere a segunda partilha democrática em relação ao trabalho, desta vez "*interna ao trabalho humano*", no sentido de uma redistribuição do "*estoque de trabalho disponível*", de modo a nos contrapormos à lógica excludente de um padrão tecnológico que gera riqueza sem criar emprego. A redução da jornada de trabalho e a fixação de padrões mínimos de qualidade para os salários, como referências e cláusulas sociais para integrarem os acordos de comércio internacional, são propostas de difícil consecução por afrontarem a agenda neoliberal dominante e os poderes globais subjacentes a ela, mas também pela profunda segmentação que atinge de modo diferenciado as condições de trabalho nas economias do planeta, capazes de opor interesses entre trabalhadores de países centrais, semi-periféricos e periféricos. Para tanto, seria necessário o "reconhecimento do poliformismo do trabalho", resultante da transformação no padrão de acumulação capitalista e no paradigma de produção fordistas, reduzindo a necessidade de trabalhadores estáveis e multiplicando as situações de trabalho instável e de direitos mitigados, faceta do "*fascismo contratual*" de que nos fala Boaventura¹⁰⁸, produzindo uma "*grande massa de trabalhadores de tempo parcial, terceirizados, ou aqueles (...) compelidos a ser trabalhadores "independentes"*", como salienta Frigotto¹⁰⁹, além da legião de trabalhadores

¹⁰⁸ Boaventura(1990, p. 52), que se manifesta com intensidade no processo de privatização da esfera pública, com os serviços de saúde, educação, da seguridade social, eletricidade, ou seja, com direitos sociais reduzidos à contratos individuais de consumo.

¹⁰⁹ Frigotto (2001. P. 35), para caracterizar o esgotamento da capacidade civilizatória do capital.

ambulantes, que nas ruas dos grandes assentamentos urbanos, sobretudo nos países do sul, animam uma rede de comércio informal, de mercadorias legais e ilegais, sujeitos às contingências violentas das chamadas “*zonas selvagens*”¹¹⁰ que tem demarcado as nossas “cidades partidas”.

Se o poliformismo do trabalho serve plenamente às exigências da acumulação flexível do capital em escala global, não apenas porque garante uma exploração mais intensa e mais barata do “estoque de trabalho disponível”, mas também porque aumenta a competição entre os trabalhadores com sacrifício progressivo dos laços de solidariedade entre os mesmos¹¹¹, deve servir de referência também para a elaboração de estratégias “*orientada(s) para a construção de uma racionalidade produtiva alternativa*”, no sentido de uma contra-hegemonia, que precisa encontrar sujeitos coletivos capazes de se contraporem à racionalidade hegemônica.

Se a fragmentação, heterogeneização e complexificação¹¹² do trabalho resultante da nova sociabilidade pós-moderna, tem alimentado os argumentos de que *a classe trabalhadora* perdeu a condição de sujeito coletivo, desde o séc.XIX como portador da utopia socialista, assim como os argumentos que afirmam a impossibilidade de qualquer alternativa histórica à realidade capitalista, tem orientado, por outro lado, uma crítica, que atravessa tanto o campo marxista, quanto o chamado campo ambiental, acusando o setorialismo¹¹³ o economicismo¹¹⁴ e o pragmatismo produtivista¹¹⁵ das lutas sindicais contemporâneas, incapazes de articular sequer uma defesa contra o processo de destrutividade provocado pelo capital globalizado, quer sobre a força humana que trabalha, quer sobre os recursos naturais.

¹¹⁰ “Zonas civilizadas e zonas selvagens”, são as noções usadas por Boaventura para caracterizar o que ele chama de “fascismo do apartheid social”, plenamente adequadas para a situação brasileira.

¹¹¹ A crise instalada no seio da Central Única dos Trabalhadores, opondo interesses entre os sindicatos do setor privado e os sindicatos de funcionários públicos, por ocasião da Greve contra a Reforma da Previdência (2003), sustentada pelos segundos contra a vontade dos primeiros, ilustra bem a situação teórica discutida.

¹¹² São as noções usadas por Antunes (2001, p.43), para caracterizar os impactos da “forma de acumulação capitalista” sobre o mundo do trabalho.

¹¹³ No sentido usado por Mézáros (2002), quando discute os limites setoriais e defensivistas do movimento operário contemporâneo.

¹¹⁴ No sentido da despolitização das lutas restritas às questões salariais e econômicas.

¹¹⁵ No sentido do apelo ao argumento do crescimento econômico, sem considerar os padrões tecnológicos e produtivos a serem buscados tendo em vista os impactos ambientais implicados.

Contra o espectro de *"um governo mundial sob o comando do capital"*¹¹⁶, Boaventura, ao reafirmar a importância estratégica da "redescoberta" do potencial democrático do trabalho, reclama uma *"reinvenção do movimento sindical"* de modo a recuperar para as classes trabalhadoras a condição de sujeitos coletivos, mas não exclusivos, de um novo solidarismo e um novo cosmopolitismo, que expresse uma *"alternativa civilizacional"* aonde o trabalho precisa ser concebido tendo em vista as relações *de* produção, tanto quanto as relações *na* produção¹¹⁷, assim como suas relações com o meio ambiente, com o sistema educativo, com as demandas sociais e culturais da população, não deixando de lado *"nada que afete a vida dos trabalhadores e dos cidadãos em geral"*.

No entanto, sugere este autor, tal cosmopolitismo ou universalismo não deve se reduzir apenas à ação da classe operária, tomada como único sujeito potencialmente "revolucionário", nos termos da formulação clássica do marxismo-leninista, mas diz respeito à "coligações cosmopolitas progressistas", incluindo também movimentos sociais de base "não-classista", ou transclassista, como aqueles que lutam contra as opressões sexuais, étnicas, religiosas, etárias, culturais ou contra a degradação sócio-ambiental. No mesmo sentido parece caminhar Löwy¹¹⁸, quando defende o caráter socialista de uma *"nova universalidade"*, que se contraponha à *"fragmentação, à dissociação e à atomização"* dos movimentos sociais, novos e antigos, tão ao gosto do ideário pós-moderno, contrário a toda tentativa de *"re-totalização e universalização"* das lutas sociais, de modo a aproximar os movimentos entre si¹¹⁹ e com o movimento sindical, *"em busca de uma convergência, de um terreno comum, de uma unidade que respeite a autonomia de cada um, mas que os associe em um combate pela emancipação universal"*.

¹¹⁶ Expressão de Mészáros, op.cit. p.28

¹¹⁷ Em obra mais antiga, Boaventura (1995, p.272)), distingue a brutalidade das relações de produção (a violência dos ritmos de trabalho, a degradação do ambiente de trabalho e a extração de mais-valia) da brutalidade nas relações na produção (as rivalidades e a concorrência, a delação e o furto entre trabalhadores, a discriminação sexista e racista nos ambientes de trabalho etc...)

¹¹⁸ Op.cit. p. 40 e 41.

¹¹⁹ Löwy se refere ao ambientalismo, ao feminismo, à teologia da libertação, aos movimentos anti-racistas, aos movimentos anti-globalização...

No que toca aos limites deste trabalho, o de investigar as possibilidades de “um terreno comum” entre o ambientalismo e o marxismo, na perspectiva utópica de uma “globalização contra-hegemônica”, ou dito de outro modo, de uma “sustentabilidade emancipatória” , recorro ao conceito de *cidadania planetária*, no sentido apontado por Loureiro (2003), que forjado e defendido por muitos movimentos sociais¹²⁰ , contraria a racionalidade do capital globalizado, quando supõe uma “*responsabilidade planetária*”, que se traduz no respeito aos limites dos ecossistemas e às formas de vida não-humanas, como também na solidariedade entre os humanos, quando implica na crítica ao caráter privado da acumulação capitalista que combina depredação e desperdício de recursos naturais com a manutenção de profundas desigualdades entre os povos, ou quando propõe a indissociabilidade entre estratégias locais e globais de ação política, para além dos reducionismos que privilegiam os temas locais e singulares em detrimento das determinações globais, ou privilegiam os temas globais, silenciando sobre os valores, identidades e interesses locais. Fertilizada por algumas correntes ambientalistas, a cidadania planetária, pode romper com o antropocentrismo e a racionalidade instrumental da tradição moderna, exponenciada nos tempos pós-modernos, ao instituir a dialética entre os direitos humanos e os direitos da natureza, como também entre direitos sociais e direitos ambientais. Assim como, inspirada pela tradição universalista do marxismo, pode superar os limites da atomização e do individualismo do ideário liberal, que circunscreve a cidadania no plano formal da vida política local/nacional e na competitividade do mercado de consumo, instaurando a possibilidade de ações solidárias transnacionais, no sentido de lutas que defendam o trabalho como critério de inclusão em escala global, daquelas que afirmam a injustiça das dívidas externas dos países periféricos, daquelas que sustentam a importância de um controle social dos mercados financeiros, de outras que denunciam as guerras imperialistas, como tantas outras que podem e devem irmanar os sujeitos sociais, portadores de uma sociabilidade e de uma racionalidade alternativa,

¹²⁰ Notoriamente pelos diversos movimentos sociais que tem participado dos Fóruns Sociais Mundiais ou das jornadas de lutas contra a globalização, sitiando os locais de encontro da OMC, do GAAT, do FMI e demais organismos identificados com a sustentação do atual apartheid planetário.

que emancipe a humanidade e a natureza do fascismo societal, expresso na contratualidade pós-moderna, como solução inevitável à crise do capital globalizado, sobretudo com a falência da proposta de sociabilidade “social-democrata” e dos Estados de bem-estar, que já serviram de horizonte civilizatório nos marcos capitalistas.

Neste sentido são mais do que oportunas as críticas de Mészáros (2002), quanto à “*inviabilidade da postura defensiva do movimento operário*”¹²¹, para falarmos do sujeito coletivo outrora portador da utopia socialista, denunciando a inviabilidade do chamado “Novo Trabalhismo”¹²², encarnando um relativo consenso entre correntes do movimento sindical, que de forma vaga e otimista, com base no paradigma Keynesiano¹²³, procuram sustentar a possibilidade de um desenvolvimento mais “civilizado” para a economia capitalista. Se considerarmos, não apenas o movimento operário, ou o proletariado fabril estável, mas os demais trabalhadores urbanos e rurais, organizados historicamente em bases sindicais, podemos constatar, como o faz Boaventura, que “*o sindicalismo já foi mais movimento que instituição*” e “*hoje é mais instituição que movimento*”.

Também no campo ambientalista, como já foi caracterizado neste trabalho, assistimos a um processo de institucionalização de movimentos sociais com a consolidação de organizações não-governamentais que atuam em regime de parceria, transitando entre a esfera pública e a privada, em busca de recursos para a sustentação de projetos sócio-ambientais, que a despeito das muitas diferenças possíveis entre eles, manifestam compromissos, nem sempre consistentes, com o chamado “desenvolvimento sustentável”. A organização de um “3º setor”, público não-estatal, financiado por verbas públicas e/ou privadas, sob a lógica da contratualidade pós-moderna, longe de potencializar o sentido emancipatório das bandeiras ambientalistas que emergiram ainda nos anos 60, disciplinaram as lutas inspiradas em demandas sócio-ambientais, instituindo um senso pragmático às ações realizadas segundo metas, cronogramas, objetivos e fluxos de recursos, regulados por parcerias que naturalizam um padrão de protagonismo social, ambigualmente situado entre o progressivo recuo dos compromissos estatais com o financiamento políticas públicas e a crescente privatização da esfera pública que herdamos da modernidade.

¹²¹ No Prefácio à edição brasileira da obra já citada, quando defende a atualidade histórica de uma ofensiva socialista diante da crise estrutural do capitalismo; p. 24

¹²² Embora o autor tenha como referência o cenário europeu ao cunhar esta noção, citando o governo Blair e a acomodação do movimento operário naquele continente, como facilitadores para o domínio de capital financeiro (p.25), uma aproximação com a situação brasileira parece bastante oportuna, se considerarmos o governo Lula; ex-liderança sindical, origem também de parte significativa de seus auxiliares diretos, que com o apoio de parte das correntes sindicais da CUT, única das centrais sindicais que sustentava na sua origem uma alternativa societária ao capital, que parecem querer renovar a crença de um desenvolvimento “civilizado” no contexto da globalização em curso.

¹²³ O autor refere-se à noção “keynesianismo de esquerda”, para caracterizar o apego anacrônico de parte da esquerda européia ao ideário econômico do keynesianismo, desconsiderando que as circunstâncias históricas que permitiram as políticas keynesianas, associadas aos Estados de bem-estar, já não se fazem presentes e que mesmo nas suas versões mais avançadas, estiveram longe de representar alguma alternativa ao capital.

Embora os cenários ideológicos hegemônicos, nos dois campos em discussão, apontem para um pragmatismo diante da “irreversibilidade” das condições pós-modernas, com sindicatos, partidos, ONGs e movimentos sociais compatibilizando suas pautas às exigências da globalização do capital, precisamos considerar a existência de contradições internas em cada um dos campos, com a atuação de sujeitos sociais que por entenderem a gravidade da crise civilizatória que vivemos, procuram renovar em novas bases a perspectiva de lutas sociais contra-hegemônicas, no sentido da construção de uma alternativa ao capitalismo.

As indicações de Leff (2001), neste sentido, parecem promissoras, quando discute a possibilidade de um paradigma produtivo alternativo, ancorado no conceito de *produtividade ecotecnológica*, que só pode emergir a partir da articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais segundo uma racionalidade que se contraponha à lógica produtiva dominante. Segundo seus próprios termos, os princípios de uma produtividade sustentável, que integrem ao “conceito de *produção* os processos ecológicos e culturais que lhe servem de suporte”, dizem respeito a uma *racionalidade ambiental* que;

“fundada nas condições ecológicas para aproveitar a produtividade primária dos ecossistemas e dar bases de sustentabilidade ao processo de industrialização, deve integrar os processos ecológicos, que geram os valores de uso natural, com os processos tecnológicos, que os transformam em valores de uso socialmente necessários por meio da produção e apropriação dos conhecimentos, saberes e valores culturais das comunidades para autogestão de seus recursos produtivos.”¹²⁴

¹²⁴ Obra já indicada; Epistemologia Ambiental (2001) p.87

Esta formulação de Leff¹²⁵ traz implicações epistemológicas importantes para o materialismo histórico, no sentido da reelaboração de alguns de seus conceitos fundamentais desafiados pela “crise ecológica”, como o de *forças produtivas* que precisa, segundo o autor, “*incorporar o potencial produtivo dos ecossistemas*”, a “produtividade primária” acima referida, na medida em que a racionalidade econômica vigente, instrumentalizando os processos tecnológicos, ao impor ritmos de exploração predatórios dos recursos naturais em confronto com as exigências ecológicas de regeneração e conservação dos mesmos, traduz a negação do trabalho da natureza, tornando remota a possibilidade de desenvolvimento sustentável. Ao considerar a produtividade dos ecossistemas, a produtividade ecotecnológica, pode assim, negar a tecnologia como mero fator de produção, imperativamente “*determinando a produtividade dos meios de produção e da força de trabalho e excluindo deste processo homem e a natureza*”¹²⁶. Outra implicação epistemológica importante, proposta por Leff, diz respeito ao conceito econômico de *valor*, incorporando “*os processos naturais e as dinâmicas ecológicas na produção de mercadorias*”, de modo a valorizar cultural, ética e moralmente os *valores naturais de uso*¹²⁷ imanentes ao bens da natureza, contrariando a racionalidade capitalista, que aliena os valores de uso ao submetê-los as regras do mercado.

Uma racionalidade ambiental referenciada nos princípios de uma *ecotecnologia*, exige ainda a reformulação do conceito de *formação econômica e social*, que na perspectiva marxista contribuiu para a compreensão da “*riqueza, variedade e autonomia das diferentes práticas superestruturais e suas interdeterminações com diferentes modos de produção*”¹²⁸. No entanto, afirma Leff, o materialismo histórico precisa resolver o desafio teórico de “*compreender as determinações do meio na estruturação das relações sociais e técnicas de produção*”, incorporando “*os processos ecológicos nos processos produtivos globais e no desenvolvimento das forças produtivas da*

¹²⁵ Ob.cit.pg 84

¹²⁶ Idem, p.87

¹²⁷ Idem, pg. 91.

¹²⁸ Idem, pg.116.

*sociedade*¹²⁹. Deste modo, o autor propõe o conceito de *formação econômica-socioambiental* para buscar uma articulação entre os “*processos naturais*” e as “*estruturas sociais (produtivas, ideológicas, jurídicas, políticas)*” para a orientação de estratégias ambientais e sustentáveis de produção.

A racionalidade ecotecnológica implicaria, ainda segundo Leff, numa nova *produtividade cultural*, que seja a expressão de práticas produtivas e de processos de trabalho, que tenham por referência os valores culturais “*inscritos nas práticas de cooperação no trabalho, de reciprocidade e de intercâmbio simbólico*”, que regulam a produção de uma formação social.

Tais contribuições, como a de Boaventura, propondo a resignificação democrática do trabalho enquanto tal e na sua relação com a natureza, como a de Leff, sustentando a possibilidade de uma produtividade ecotecnológica baseada numa racionalidade ambiental, concorrem para a constituição de um “terreno comum” capaz de aproximar historicamente movimentos de inspiração marxista de movimentos ambientais em favor de uma alternativa civilizatória ao capital, por exigirem inflexões epistemológicas em ambos os campos, de modo a recuperarmos a importância estratégica do conceito de *trabalho* para o estabelecimento de uma nova relação entre as sociedades humanas e destas com os ecossistemas vitais do planeta. Se por um lado os movimentos sindicais e os partidos políticos de esquerda, precisam superar o conceito estritamente produtivista de trabalho, identificado quase tautologicamente com a noção de desenvolvimento econômico, que parecem dominar as pragmáticas pautas políticas nas duas últimas décadas, por outro, o movimento ambientalista precisa, de modo geral, superar a crença de que a sustentabilidade, tão defendida, pode ser alcançada sem a mobilização organizada de trabalhadores e sem transformações profundas no mundo do trabalho.

Embora tenhamos distâncias a serem vencidas para que alianças históricas, que obviamente não se resumem aos sujeitos coletivos em foco, possam materializar uma práxis social emancipatória, articulando lutas contra-hegemônicas que integrem as demandas ecológicas, tecnológicas e culturais de uma sociedade realmente sustentável, sem miséria humana e ambiental, creio

¹²⁹ Idem, pg 117.

a esta altura, ter demonstrado a pertinência e a urgência de reinscrevermos no horizonte do devir humano a possibilidade de uma utopia, como defende o historiador Paul Ricoeur¹³⁰, *“não quando nela assenta uma lógica insensata, mas como função libertadora a impedir que o horizonte de expectativas se funda (e se confunda) com o campo de experiência”*, se entendermos que a experiência de crise que hoje vivemos não pode silenciar e impedir a emergência de uma sociabilidade não-capitalista.

Neste sentido, reafirmo a importância da tradição histórica do socialismo como referência utópica a ser considerada nesta virada de século, tendo em vista a consolidação de uma tendência ecossocialista nas disputas pelo conceito de “desenvolvimento sustentável”, bem como o sentido das práticas pedagógicas associadas ao campo da Educação Ambiental. Como diria Boaventura ao tratar de uma nova teoria da emancipação, *“ o socialismo não é, à partida, nem mais nem menos provável que qualquer outro futuro”*¹³¹

¹³⁰ A citação é da responsabilidade de François Dosse (1992), quando recupera o sentido da obra de Ricoeur.

¹³¹ No capítulo “Subjetividade, cidadania e emancipação”, da obra *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (1995), p.277

Introdução

Ao iniciarmos os trabalhos na *atividade Educação e Meio Ambiente*, procuramos explorar, inicialmente, o entendimento que as alunas tinham sobre o conceito de Meio Ambiente, sobre a situação ambiental local e planetária, bem como sobre a natureza dos impactos ambientais que degradam a biosfera terrestre. Tal perspectiva pedagógica fundamenta-se diante da necessidade de instaurarmos uma relação dialógica, e não unívoca, com os sujeitos a quem pretendemos motivar e mobilizar para ações potencialmente emancipatórias, como foi sugerido no capítulo anterior. Se importa, no contexto de uma pesquisa acadêmica, a definição dos marcos teóricos utilizados pelo seu autor, a enunciação do lugar de onde fala, tampouco parece de menor importância a identificação do outro, no caso, as alunas do Curso de Pedagogia, considerando-as como interlocutoras no trabalho pedagógico. Nesse sentido, capturar e entender as percepções, os juízos e as representações sobre a “crise” socioambiental em que vivemos, de que são portadoras nossas alunas, torna-se imprescindível para não confundirmos o trabalho de formação de uma consciência crítica com a afirmação unilateral dos pressupostos determinados pelo professor, como se, passivamente, os alunos pudessem ser conduzidos do senso comum à iluminação de um olhar, ao mesmo tempo científico e crítico. Entendemos que sem a participação dos sujeitos, superando as práticas da “educação bancária”, como nos advertia Paulo Freire, jamais conseguiremos associar, de forma orgânica, educação e emancipação.

Assim, além do esforço para a elaboração de ferramentas teóricas que permitam a defesa de uma posição no cenário do campo da educação ambiental, assumindo uma perspectiva anticapitalista, impõe-se como necessário, também, um esforço teórico para lidar com os mosaicos de

percepções, saberes e representações com os quais nos confrontamos no cotidiano das salas de aula, elaborados por alunas, que, com o crescente interesse pelos temas ambientais, em sua maioria, iniciam sua participação nas atividades que temos regularmente oferecido, com uma certa consciência da gravidade da crise socioambiental contemporânea, mas pouco identificadas tanto com a radicalidade da leitura que temos feito da situação crítica, como com uma alternativa civilizatória de inspiração socialista.

Por aceitar plenamente as premissas freirianas¹³² para uma educação transformadora, reconheço, nas narrativas, textos, cartazes e fotos produzidas durante as atividades com as alunas, um acervo material e simbólico rico para nos orientar na construção de um autêntico diálogo, se entendermos melhor as condições em que são elaborados os saberes e as expectativas mobilizadas, as visões de mundo evocadas, de modo a buscarmos a “pronúncia do mundo”¹³³ juntamente com elas, re-elaborando criticamente as fronteiras, sempre em movimento, entre os saberes acadêmico-científicos e os demais saberes que constituem o que chamamos de senso comum. Importa ainda considerar que, para um diálogo de fato, nem os professores devem ser tomados como referência exclusiva do saber acadêmico, nem os alunos podem ser vistos como única fonte do senso comum.

Para explorar melhor a importância que essa relação, entre esses dois tipos de saber, assume no contexto desta pesquisa, busquei inspiração e fundamentação em dois campos teóricos, sobretudo para enxergar algumas dimensões pouco valorizadas do senso comum, quase sempre associados a uma concepção ingênua e ou mágica da realidade, à pobreza narrativa, a credices e superstições, ao fatalismo, assim como à reprodução e conservação das relações sociais dominantes. Dessa forma, para melhor interpretar as possibilidades e os limites de uma produção que emerge na situação fronteira entre as credibilidades científicas e não-científicas, nos termos do diálogo

¹³² Gosto particularmente das páginas em que na *Pedagogia do Oprimido* defende a pertinência de uma relação dialógica entre educandos e educadores, p. 90/100.

¹³³ *Ibidem*.

encarnado por educadores e educandos, recorro primeiro à *Teoria das Representações Sociais*, para em seguida consultar a tradição marxista sobre o conceito de ideologia.

As representações sociais e o cotidiano

Encontramos na *Teoria das Representações Sociais*, do campo da Psicologia Social, um importante apoio teórico e metodológico para dialogar com os resultados representacionais de uma atividade de construção marcadamente simbólica, expressos em narrativas faladas e escritas, cartazes, fotografias e exposições produzidas durante nossos encontros com as alunas. Segundo a proposta teórica de Jovchelovitch, uma importante precursora da referida teoria em nosso país, “os processos que engendram representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura”.¹³⁴

Esta vertente da psicologia social foi inaugurada por Serge Moscovici no início dos anos 60¹³⁵, no interior de um combate com a vertente norte-americana de inspiração positivista, que cindia as representações individuais das sociais, como se tivessem naturezas distintas e independentes, devendo a psicologia ocupar-se das primeiras e a sociologia das segundas. Moscovici buscará na tradição sociológica francesa, em Durkheim, o conceito de “representações coletivas” para escapar, criticamente, da excessiva individualização da psicologia social norte-americana, mas, ao mesmo tempo, superando a perspectiva de seu ancestral teórico de subestimar a importância da atividade individual nas construções simbólicas de caráter coletivo. Para Durkheim, chama-nos atenção Minayo (1999)¹³⁶, as representações coletivas expressam o que determinada sociedade pensa sobre sua realidade, exercendo um papel coercitivo sobre as consciências individuais. Encarando as representações relacionadas à religião, à moral, ou às categorias de tempo e espaço como “fatos sociais”, que embora elaboradas em contextos sociais, dele ganham independência, as representações coletivas, segundo

¹³⁴ Jovchelovich (1994, p.79).

¹³⁵ Trata-se da publicação de seu estudo *La Psychanalyse: son image e son public*, em 1961.

¹³⁶ No artigo “O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica” (1999).

Durkheim, só poderiam ser apreendidas por uma sociologia objetiva, capaz de assegurar a devida assepsia contra contaminações ideológicas.

Contra qualquer pretensão de neutralidade e questionando a retórica da verdade, encarnada pelo discurso científico de matriz positivista, o campo de estudos inaugurado por Moscovici, ao valorizar o conhecimento do senso comum, como fonte de conhecimentos práticos que orientam a compreensão do mundo e as comunicações entre os sujeitos sociais, contribui para superar as clivagens ciência-verdade e senso comum-ilusão, tratando-se, assim, da introdução de “uma nova perspectiva ampliando o conhecimento- objeto-de-estudo para além das fronteiras da ciência e passando a abarcar, também, o conhecimento do homem ordinário.”¹³⁷

Ao discutir o processo de elaboração de representações sociais, a autora citada enfatiza que ao reconhecer o “poder de criação” que reside na esfera do senso comum, Moscovici está atento para a dupla natureza das representações, tanto como estruturas estruturadas, como estruturas estruturantes, sujeitas não apenas ao sentido coercitivo, identificado por Durkheim, mas também resultantes da atividade dos sujeitos sociais, não tomados isoladamente, mas como parte de instâncias coletivas da vida social.

Nessa medida, afirma Spink, existe um consenso entre os pesquisadores desse campo teórico de considerar, para a interpretação das representações sociais, não apenas os “produtos sociais” que elas implicam, mas também o contexto dessa produção e as condições sociais em que operam os produtores. Importa, ainda, segundo a pesquisadora, considerar as diferentes temporalidades que animam as representações, na medida em que as noções e conteúdos que circulam na sociedade podem ter origem tanto no “tempo longo, domínio das memórias coletivas” - como os arquétipos que povoam o imaginário social - “no tempo vivido que abarca o processo de socialização, território do *habitus*” - no sentido atribuído por Bourdieu às predisposições adquiridas pelo pertencimento a uma classe ou grupo social - ou no “tempo curto da interação” - que nos remete às situações mais imediatas de funcionalidade das representações. Desse modo, segundo os termos da própria autora ;

¹³⁷ SPINK, Mary J. (1999, p.121)

[...] quanto mais englobarmos em nossa análise o tempo longo - e, portanto os conteúdos do imaginário social – mais nos aproximaremos das permanências que formam os núcleos mais estáveis das representações. No sentido oposto, quanto mais nos ativermos ao aqui e agora da interação, mais nos defrontaremos com a diversidade e a criação.¹³⁸

Pelo exposto, podemos concluir com a autora, quando, ao identificar no sentido das representações, tanto permanências quanto diversidade e criação, afirma a natureza contraditória das mesmas, não sendo apenas o lugar de exercício da coerência estável, exigindo que tomemos os estudos de representações sociais como processos, ou como ela sugere, como “práxis”¹³⁹.

Para que a presente teoria demonstre seu alcance analítico para efeito do estudo que temos realizado sobre as representações sociais elaboradas pelas alunas do Curso de Pedagogia, é necessário ainda estabelecer os nexos entre elas e a experiência cotidiana, posto que elas só podem ter lugar, simbólico e material, nas práticas sociais vividas em um determinado contexto social e histórico; portanto, falamos aqui do espaço público como *locus* por excelência da produção de representações. Soam oportunas, neste momento, as palavras de Jovchelovich (2000) quando, ao pesquisar a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil, localiza suas fontes “no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços que os sujeitos se reúnem para falar e dar sentido ao cotidiano...”, onde “as representações se incubam, se cristalizam e são transmitidas”¹⁴⁰. Sempre

¹³⁸ Spink (1999, p.122).

¹³⁹ Idem, p.123.

¹⁴⁰ Na obra *Representações sociais e esfera pública no Brasil: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil* (2000, p.40).

expressando tensões entre a permanência e a mudança, o material e o simbólico, a religião e a ciência, o público e o privado, as representações sociais ganham sentido como mediações sociais, e, como tais, só podem ser devidamente percebidas como estratégias utilizadas por sujeitos sociais para enfrentar as contradições vividas no cotidiano da sociedade, e, nessa medida, “o senso comum é profundamente revelador dos modos de vida de uma comunidade”¹⁴¹.

O conceito de representações sociais proposto, assim, por Moscovici e os demais pesquisadores desse campo de conhecimentos, pretende explorar a riqueza das representações que emergem nas tensões entre o indivíduo e a sociedade, estando especialmente interessado na fronteira cultural, sempre movediça, entre a ciência e o chamado senso comum¹⁴². Gostaria, ainda, de considerar a importância atribuída pelos autores ao papel das representações sociais nos processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais, como nos chama a atenção Reigota (1995)¹⁴³, para sugerir suas implicações pedagógicas. Sendo um dos primeiros pesquisadores entre nós a fundamentar seus trabalhos na teoria em questão, explorando as representações sociais sobre meio ambiente de um grupo de professores do ensino fundamental, em sua maioria de Ciências e Biologia, Reigota estabelece uma relação entre as representações de meio ambiente elaboradas pelos professores e as respectivas práticas pedagógicas identificadas com os temas ambientais. A predominância de representações “naturalistas”, identificando meio ambiente com elementos naturais, invariavelmente corresponderam a uma concepção de educação ambiental de cunho preservacionista, pouco atenta às implicações sociais, econômicas, filosóficas e culturais das chamadas questões ambientais.

¹⁴¹ Op. Cit., p.21.

¹⁴² A história do conceito encontra-se bem apresentada por Farr, R.(1999) no artigo “Representações Sociais: a teoria e sua história”.

¹⁴³ Quando este autor recupera a história do conceito no artigo “Meio ambiente: representação social e prática pedagógica”. Nesse artigo o autor apresenta, resumidamente, o processo metodológico e os resultados de sua pesquisa de doutoramento intitulada “*Les représentations sociales quotidiennes des professeurs de sciences à S.Paulo-Brésil* (Universidade Católica de Louvain, , 1990)

No contexto de nossa experiência na UFF, realizamos algumas atividades¹⁴⁴ que suscitaram, pelos participantes, a geração de representações associadas à noção de meio ambiente, prevalecendo, inicialmente, uma visão naturalizada e antropocêntrica de meio ambiente, uma percepção pouco politizada dos diferentes interesses ambientais em jogo na sociedade, assim como a predisposição mental de trabalhar com relações binárias, inevitavelmente opondo natureza e economia, quase sempre numa perspectiva histórica linear e evolutiva, indicando os limites epistemológicos da tradição científica moderna, fundada na dissociação entre sujeito e objeto, entre alma e corpo, entre qualidade e quantidade, entre finalidade e causalidade, enfim, que sustentam a própria cisão entre Homem e Natureza. Nossas alunas são, em certa medida, herdeiras de um *habitus* escolar¹⁴⁵ e disciplinar que limita os movimentos necessários ao pensamento para apreenderem a complexidade de relações que só podem ser percebidas em outras bases epistemológicas. Construí-las, juntamente com nossas alunas, muitas delas já professoras, exige esforços interdisciplinares, que nem sempre têm sido capazes de superar a estrutura disciplinar e curricular dos cursos de pedagogia e das demais licenciaturas, assim como das escolas onde trabalham, ainda obedientes ao paradigma científico clássico.

Nossa experiência com as alunas do Curso de Pedagogia, nos tem sugerido a importância teórica e metodológica de partirmos dos saberes prévios acumulados em suas experiências de vida, das representações sociais de que são portadoras, a fim de que num contexto de diálogo crítico, possamos desconstruir/construir novas representações, que nos permitam vislumbrar estratégias de intervenção pedagógica

¹⁴⁴ Dentre as atividades desenvolvidas além da leitura de textos críticos e da análise dos documentos oficiais das grandes conferências, realizamos atividades práticas como: visitas orientadas em espaços degradados (lixão na periferia da cidade de Niterói, Baía de Guanabara) e preservados (Serra da Tiririca, Jardim Botânico/RJ), contatos com profissionais que desenvolvem atividades de educação ambiental, além de um diagnóstico dos problemas ambientais no próprio campus da universidade. A partir dos debates que as diversas atividades suscitaram, periodicamente as alunas realizaram trabalhos de síntese, que foram expostos na Faculdade, num processo de confronto com a realidade e de diálogo com a comunidade universitária.

¹⁴⁵ No sentido construído por Pierre Bourdieu (2000)

referidas a saberes socialmente construídos, fora e dentro dos espaços acadêmicos, de modo a respondermos aos desafios colocados pela crise socioambiental contemporânea.

Se os estudos sobre as representações elaboradas por { [HYPERLINK](#) mailto:alun@s } podem favorecer o processo pedagógico pretendido, na medida em que poderemos compreender com mais precisão os limites epistemológicos em jogo, pavimentando o caminho de novas articulações que rompam as fronteiras entre os saberes acadêmicos, escolares, religiosos ou míticos, por outro lado, podem revelar as possibilidades críticas presentes nas atitudes de resistência das alunas em relação à adesão plena, tanto ao paradigma tradicional, quanto em relação ao padrão civilizatório que nos impõe o atual cenário de crise socioambiental.

Em tal sentido, temos verificado, nas atividades desenvolvidas em situações de aula, que algumas representações elaboradas sobre questões ambientais costumam ser constituídas de uma certa bricolagem, mesclando noções científicas com saberes de outras origens - elementos da cultura popular, da cultura religiosa - muitas vezes revelando um sentido holístico e não linear, contrariando a rigidez instrumental da cultura científica. O chamado “senso-comum”, tão desconsiderado nos ambientes educacionais, sobrevive ainda que clandestinamente, para emergir, por vezes, de forma criativa, pondo em dúvida a infalibilidade de determinadas verdades científicas.

Para dialogar teórica e metodologicamente com essa dimensão incerta e imprevisível na elaboração de representações sociais, pretendo recorrer ainda às contribuições das ciências sociais, particularmente da tradição marxista, mas não exclusivamente, de modo não apenas a guardar coerência com as opções já assumidas no capítulo inicial, quando se discutiu a natureza da crise e suas implicações para uma práxis educativa, mas, fundamentalmente, para buscar um terreno comum, num esforço interdisciplinar, entre os dois campos de conhecimento.

As representações sociais e as lutas sociais

Como nos demonstra Minayo, em trabalho já citado¹⁴⁶, o conceito de representações sociais, assim com as questões teóricas suscitadas por qualquer tentativa de apreender sua natureza e seu alcance explicativo, tem despertado o interesse de várias correntes das ciências sociais, valendo lembrar de Durkheim, cujo conceito de representações coletivas serviu de inspiração para a elaboração teórica de Moscovici, com as ressalvas sobre o caráter absolutamente coercitivo, que praticamente, torna inexpressiva a atividade criativa dos indivíduos na elaboração das representações, além do insustentável postulado da neutralidade científica, por tudo o que já foi dito até aqui sobre as fronteiras móveis existentes entre ciência e senso comum.

Além de Durkheim, Minayo¹⁴⁷ recupera as contribuições de Max Weber que muito se aproximam dos desafios teóricos empreendidos no campo das representações sociais, sendo um deles central para as intenções da presente pesquisa, pois trata da relação entre as idéias, representações, concepções e mentalidades e as bases materiais de uma dada sociedade. Na sua polêmica com o materialismo histórico, quando critica em suas versões mais ingênuas um mecanicismo que atribui uma determinação, em última instância, da base material sobre a formulação das idéias, Weber apresenta a noção de “visão de mundo”, que, geralmente elaboradas pelos grupos dominantes em uma sociedade, dizem respeito às concepções abrangentes sobre os modos de encarar o tempo, o espaço, o trabalho, a riqueza, os papéis de gênero, enfim, atravessando todo o tecido social, na medida em que repercute nas atitudes e condutas cotidianas dos indivíduos. Para escapar de um impasse teórico sobre a anterioridade ou não das bases materiais sobre as idéias - polêmica que pode ser remontada ao mundo grego, com as disputas entre materialistas e essencialistas¹⁴⁸ - Weber defende a tese de uma recíproca influência entre as idéias e as condições materiais da vida social, admitindo uma “certa autonomia” do mundo das representações em relação ao mundo material, sem descartar,

¹⁴⁶ Minayo (1999).

¹⁴⁷ Op.cit.,p.92.

¹⁴⁸ Segundo Forster (2005), entre o epicurismo e o platonismo, p.64-78.

como adverte Minayo, “de que em determinados momentos o econômico seja o fator dominante e que outros fatores influam na formação das idéias”¹⁴⁹.

Embora este autor clássico da sociologia nos permita avançar na compreensão do papel da idéias, das “visões de mundo” que são elaboradas e de sua participação na organização das sociedades, realçando as condutas cotidianas por serem carregadas de significação cultural, Weber parece não resolver adequadamente a questão da neutralidade científica, reivindicando a possibilidade de sua objetividade, relativamente livre de influências ideológicas.

Recorrendo, ainda, ao roteiro sugerido por Minayo, que investiga as disputas teóricas sobre as representações sociais ou “as categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”¹⁵⁰, podemos aproximar-nos da tradição marxista, que, como bem define a autora, “defende a anterioridade da vida material sobre as idéias”¹⁵¹. Ou nas palavras do próprio Marx, quando, juntamente com Engels, afirma na Ideologia Alemã:

[...] Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais, ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele correspondem.¹⁵²

Ainda que Marx tenha dotado esta relação de um sentido dialético - “as circunstâncias fazem os homens e os homens fazem as circunstâncias”¹⁵³ - , não foram poucos os marxistas que, mecanicamente, destituíram a dialética das

¹⁴⁹ Op.cit., p.93.

¹⁵⁰ Op.cit., p.89.

¹⁵¹ Idem, p.98.

¹⁵² Ibidem..

¹⁵³ Ibidem.

relações entre a esfera simbólica e a esfera material, subordinando a primeira às exigências da segunda. Desse modo, concorrendo para uma correspondência automática entre ideologias e a condição de classe social, tomando a ideologia das classes dominantes (burguesas) como expressão de uma falsa consciência em contraposição à verdadeira consciência revolucionária da classe operária.

Não pretendo neste trabalho recuperar o denso e tortuoso caminho do conceito de ideologia no campo do materialismo histórico, que, em larga medida parece ter superado as formulações mais mecanicistas, que identificavam ideologia com uma mera ilusão, da mesma forma que o senso comum ou as crenças populares como meros tributários das ideologias dominantes, reificando a rígida fronteira entre ciência e ideologia. O que se pretende é explorar algumas contribuições indispensáveis do marxismo para enriquecer o conceito de representações sociais e suas possibilidades analíticas. Segundo Minayo, um dos marxistas que se ocupou mais atentamente das representações sociais e do senso comum foi G. Lukács, que propunha uma identificação entre as noções de “visão de mundo” e “consciência coletiva”, para sugerir um entendimento de que para este autor tais noções corresponderiam a um “conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente, de uma classe social) e as opõem aos outros grupos”¹⁵⁴. Segundo o historiador Terry Eagleton¹⁵⁵, Lukács concebe sua teoria de ideologia fortemente inspirada no conceito de “fetichismo de mercadoria”, como expressão “da estrutura material objetiva do capitalismo”, comprometendo a visão de mundo da classe burguesa, não a ponto de torná-la falsa, mas parcial, se consideramos uma totalidade social; mas lembra Eagleton: “isso não significa que seja infiel à situação, tal como se apresenta no momento”. Embora seja inegável, em pleno processo de globalização em bases capitalistas, que a visão de mundo dominante é, organicamente, vinculada ao referido processo de fetichização sob a lógica do mercado, contaminando a visão de mundo das classes sociais subalternas, e tal

¹⁵⁴ Op.cit., p.102.

¹⁵⁵ No artigo “A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental”(1996, p.186)

situação não pode ser desconsiderada por qualquer análise sobre as representações sociais, tendo a concordar com as ressalvas de Eagleton, quando sugere que Lukács incorre num certo historicismo, ao presumir “uma relação orgânica demais entre ‘um sujeito de classe’ e sua ‘visão de mundo’”¹⁵⁶, tomando a classe como um “indivíduo coletivizado”, pois sabemos da complexidade, já discutida anteriormente, dos últimos impactos sociais, econômicos, políticos e ideológicos ocorridos no mundo do trabalho nestes tempos de hegemonia neoliberal. Oportunamente, a crítica ao marxismo sobre as possibilidades de construção de uma visão de mundo revolucionária da classe trabalhadora, como única portadora de uma promessa civilizatória antagônica ao capital, será retomada, importando, no momento, explorar um pouco mais as contribuições de Lukács para a compreensão das relações entre o mundo das idéias e o mundo material a propósito de suas pesquisas sobre a ontologia do ser social, que acredito trazem implicações importantes para um diálogo com a teoria das representações sociais.

Ao defender Marx da acusação de que o materialismo histórico “subestimava a importância da consciência com relação ao ser material”¹⁵⁷, Lukács contra-argumenta afirmando que Marx entendia a consciência “como um produto tardio do desenvolvimento do ser material”, ou seja, supondo a anterioridade da matéria em relação às idéias, em termos ontológicos. Assim, para afirmar “uma filosofia evolutivo materialista”, a consciência como produto tardio:

[...] não é necessariamente um produto de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre esta base, torna possível intervir nesta realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ As passagens de autor foram extraídas da conferência intitulada “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem” (1978, p.3).

real poder no plano do ser e não (...) que ela é carente de força.

Quando define como um "salto" o nascimento do "ser social", deixando a condição de "ser da natureza orgânica", ou colocado em outros termos, "o animal tornado homem através do trabalho"¹⁵⁸, Lukács evoca a condição ontológica do trabalho no nascimento de um novo ser, na seguinte passagem:

A essência do trabalho consiste exatamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto diz Marx, é um resultado que no início do processo já existia 'já na representação do trabalhador', isto é, de modo ideal .¹⁵⁹

Creio já ser possível, neste momento, reivindicar a vocação ontológica das representações sociais como expressão da consciência, estabelecendo uma relação dialética necessária entre o pensamento, as idéias e as condições materiais da existência mediadas pelo trabalho, deste modo recusando qualquer tratamento das representações como fenômenos desenraizados de suas contingências histórico-sociais. Essa ancoragem ontológica das representações sociais tem duas implicações importantes, sendo a primeira o

¹⁵⁸ Idem, p.5.

¹⁵⁹ Idem, p.4.

fato de que elas não são uma coisa ou um fato social, mas sempre um processo material e simbólico, vivido historicamente, por sujeitos sociais concretos, marcado por contradições que opõem dialeticamente, permanência e mudança, ciência e senso comum, individualidade e coletividade, privado e público etc., de modo que seria insustentável buscar, no estudo das representações, um mapeamento neutro sob o estado de consciência de determinados grupos sociais sobre qualquer tema, ou, ainda, empreender estudos que tomem as representações como resultantes da mediação privilegiada entre o trabalho psíquico, individual ou coletivo, e a realidade vivida, secundarizando o trabalho material, e, com isto atravessando a fronteira epistemológica para o terreno do idealismo, que repousa em outra ontologia¹⁶⁰, a que pressupõe a anterioridade das idéias em relação à matéria. Seria como supormos que o poder de comunicação das idéias, ou representações, pudesse transformar uma realidade adversa, pressuposto de muitas iniciativas educativas no campo ambiental, por exemplo, que postulam mudanças comportamentais em favor do meio ambiente, na expectativa de que a difusão e a comunicação de idéias corretas e verdadeiras garantiriam as mudanças na realidade. Portanto, essa primeira implicação tem alcance epistemológico, na medida em que distingue duas ontologias, não podendo ser desconsiderada quando discutimos uma aproximação entre o materialismo histórico e a teoria das representações sociais, que, até o momento parecem estar próximas no sentido de uma ontologia histórico-social das sociedades humanas. Para tanto, podemos apresentar mais uma das passagens da literatura citada, que compromete a teoria em questão com esforços dialéticos para a superação de dualidades que têm desafiado as ciências que se ocupam da condição humana, como a emblemática relação entre as dimensões materiais e simbólicas da vida social, expresso desta forma por ,anto podemos apresentar, como jiaissticamnnteos um afastamento a sociedade e da hist teoria em questncretos,

□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□ Jovchelovitch;

¹⁶⁰ Refiro-me ao idealismo.

Neste momento, podemos vislumbrar um claro distanciamento entre os dois campos teóricos, pois, se no marxismo o vínculo ontológico entre consciência e trabalho se materializa, historicamente, na luta entre classes sociais, fundamentalmente, a burguesia e o proletariado, que, por terem interesses antagônicos nas sociedades capitalistas, manifestam este antagonismo em suas respectivas visões de mundo (ou ideologias), na perspectiva da teoria das representações sociais, ainda que seus estudiosos considerem as contradições sociais, bem como a existência de representações dominantes, não defendem uma perspectiva classista em suas análises.

Para explorar melhor esse distanciamento, que não é absoluto, seria oportuno evocarmos o conceito de ideologia, na medida em que ambos os campos o consideram importante. Admitindo haver uma certa sobreposição entre os conceitos de ideologia e de representações sociais, considerando a própria obra de Moscovici, que afirma ser a principal tarefa da Psicologia Social “o estudo da ideologia e da comunicação”¹⁶², Guareschi (1999) apresenta o que parece ser um consenso entre alguns pesquisadores deste campo:

Nosso entendimento é de que, apesar de todas as críticas que se possa fazer ao conceito de ideologia, como seu privilegiamento das funções políticas dos sistemas simbólicos, em detrimento de sua estrutura lógica e das mediações psicológicas, ele ainda desempenha um papel definitivo e indispensável, principalmente para se poder compreender as dimensões éticas, valorativas e críticas, na esperança da emancipação dos seres humanos de

¹⁶² Trata-se do artigo “Sem dinheiro não há salvação; ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais”.

condições de vida humilhantes. É nossa percepção que a dimensão valorativa, ética, jamais pode ser separada das ações, e por isso, de uma maneira ou de outra, ela está presente tanto no processo de construção das RS, como em sua estrutura. Perder a dimensão de não-neutralidade dos processos e representações é empobrecer a mistificar tanto a uns como a outras.¹⁶³

Tal passagem, por três razões, merece atenção quando tentamos explorar as diferenças entre o materialismo histórico e a teoria das RS. A primeira delas diz respeito às ressalvas críticas em relação ao conceito de ideologia, quando este desconsidera, para a análise dos sistemas simbólicos, as dimensões lógicas e psicológicas em favor das funções políticas dos referidos sistemas. Essa crítica é bastante sugestiva, pois nos indica que o ser social, à luz da teoria das RS, não pode ser apreendido apenas na sua dimensão pública e política, mas também na sua dimensão interna, psicológica. Dito de outro modo, nos termos de Spink (1999), "as representações são também uma expressão de uma realidade intra-individual, uma exteriorização do afeto"¹⁶⁴, ou nos termos de Jovchelovitch (1999), que investiga "de que forma as representações sociais vão além do trabalho individual do psiquismo e emergem como um fenômeno necessariamente colado ao tecido social"¹⁶⁵.

Enquanto o materialismo privilegia em suas análises sobre ideologia o protagonismo das classes sociais, entendidas como sujeitos coletivos, secundarizando a subjetividade e a intersubjetividade dos sujeitos, sempre sociais (quanto a isso não há divergência), para a teoria das RS, interessa o protagonismo de atores sociais, na sua tensão permanente entre a experiência

¹⁶³ Op.cit. , p. 200.

¹⁶⁴ Op.cit. , p.120

¹⁶⁵ Op.cit. ,p.79.

individual e subjetiva e a experiência coletiva e intersubjetiva, entre vida intra-individual e vida social.

A segunda razão presente na passagem supra-citada refere-se à noção de “emancipação” associada ao destino dos humilhados, ainda que não deixe claro de que humilhados falamos, ao passo que, na perspectiva marxista o projeto de emancipação refere-se ao destino dos explorados, que conscientes da exploração a que estão sujeitos, subvertem a ordem social em favor dos trabalhadores. Emancipação para o materialismo histórico, como sabemos, implica revolução ou reforma da sociedade capitalista, polêmica que até hoje motiva divergências e lutas entre as tendências revolucionárias e reformistas no campo socialista, mas que sempre pareceram concordar com o fato de as mudanças deverem ser encaminhadas por organizações políticas, sujeitos coletivos (partidos, sindicatos, movimentos sociais), expressivas dos interesses daqueles que vivem do trabalho contra a manutenção do capitalismo como derradeira possibilidade civilizatória para os povos. Se o conceito de revolução está ausente dos compromissos teóricos e éticos manifestados nos estudos consultados no campo da teoria das RS, não se deve inferir disso uma ausência de sentido utópico entre seus pesquisadores, pois, como afirma Jovchelovitch (2000) quando defende uma “Psicologia Social crítica”, no seu combate contra o “positivismo” e o “individualismo”, comprometedores dos esforços teóricos desse campo de conhecimento, “ as mudanças teóricas e epistemológicas que ocorrem na teoria social devem estar radicalmente associadas a narrativas humanas de liberdade, emancipação e justiça social.

”166

Se tais posicionamentos indicam, claramente, que em ambos os campos, não há espaço teórico para a neutralidade, a terceira razão de seleção da referida passagem, ou seja, que os projetos científicos precisam dialogar com as necessidades humanas no seu devir histórico, por outro lado, percebemos uma diferença em relação às utopias engendradas nos respectivos campos. Se

¹⁶⁶ Op.cit. ,p. 19.

admitirmos como portadores de uma utopia “forte” os projetos teórico-práticos de uma sociedade socialista, na medida em que pressupõe uma supressão revolucionária do capitalismo, e, como portadores de uma utopia “branda”, projetos de reformas ou mudanças na ordem vigente, no sentido de obtermos melhorias processuais que humanizem a lógica do capital, creio que poderíamos inscrever a teoria das RS nos marcos de uma utopia “branda”, assim como parcelas consideráveis do campo marxista, como chamamos atenção no primeiro capítulo, com a suavização ou “socialdemocratização” de suas críticas em relação ao capitalismo globalizado.

Desse modo, o que se pretende, neste momento, não é demonstrar os limites utópicos e ou teóricos dos estudos de representações sociais, em contraposição ao marxismo, mas considerar a fertilidade dos dois campos para pensarmos em projetos pedagógicos emancipatórios, já que as diferenças não parecem absolutas e não devem ser tomadas como concorrentes.

A razão para uma aparente complacência da teoria das RS em relação ao caráter predatório das relações de produção capitalistas parece residir no fato de que o foco de interesse desse campo é o trabalho simbólico, ou seja, a produção de sentidos e significados realizada por atores sociais no contexto do que é chamado de vida pública, importando as lutas empreendidas por esses para “dar sentido, interpretar e construir o mundo em que ele se encontra”¹⁶⁷. São as mediações de natureza psicossocial, ou seja, “o trabalho do psiquismo humano sobre o mundo”¹⁶⁸, que, em última instância constituem o interesse central desta teoria.

Podemos acusar na teoria em questão, com base no materialismo histórico, a ausência de sujeitos coletivos tradicionais (sobretudo das classes sociais), ao menos do foco central das investigações desse campo, quando não como mediadores importantes entre o sujeito psicossocial e a sociedade. Do

¹⁶⁷ Jovchelovitch (2000, p.41).

¹⁶⁸ Ibidem.

mesmo modo, cobrar a indefinição de outros sujeitos coletivos cujas práticas sociais possam produzir representações alternativas em relação às “representações hegemônicas a serviço das relações de poder”¹⁶⁹, privilegiando o protagonismo dos sujeitos psicossociais nesse sentido, confirmando, assim, a perspectiva emancipatória “branda” atribuída à teoria das RS. Entretanto, o que poderia ser tomado como uma fragilidade de uma teoria social, e em certa medida o é, pode-se constituir em força explicativa e poder crítico, se considerarmos as fragilidades do marxismo, exatamente no que diz respeito à dimensão subjetiva do ser social, conforme nos sugerem alguns autores, como Michel Löwy e Boaventura de S. Santos.

Em relação ao primeiro, tratamos, no primeiro capítulo, de suas críticas à ortodoxia marxista, sobretudo em referência à exclusividade de potencial emancipatório atribuído à classe operária, bem como para valorizar o protagonismo de outros sujeitos coletivos que articulam, em suas lutas, novas relações entre cidadania e subjetividade, como os movimentos sociais que politizaram as relações sociais para além das relações sociais de produção, animando as contradições na esfera da reprodução da sociedade, como o feminismo, o ambientalismo, anti-racismo, pacifismo etc.

Muito próximo dessa posição, Boaventura¹⁷⁰, na sua crítica aos excessos de regulação nas sociedades capitalistas atuais, procura demonstrar que, ao se opor criticamente às promessas emancipatórias do liberalismo, que, historicamente, tem resolvido a tensão entre indivíduo e Estado em favor do princípio do mercado, o marxismo contrapõe “ao sujeito monumental que é o Estado Liberal um outro sujeito monumental, a classe operária”¹⁷¹. Desse modo, como subjetividade coletiva, a classe e o seu partido, em nome da emancipação, tende a homogeneizar as subjetividades individuais dos produtores diretos, faltando “sempre à teoria marxista instâncias de mediação

¹⁶⁹ Guareschi (1999, p.201).

¹⁷⁰ Na obra “Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade” (1995).

¹⁷¹ Op.cit. , p.242.

entre ambas¹⁷². Contra o projeto societário liberal, que liquidou com o “potencial emancipatório da modernidade”, globalizando um padrão de democracia regulada e excludente, traduzida em uma combinação estéril de *cidadania* sem subjetividade nem emancipação, com *subjetividade* sem cidadania nem emancipação¹⁷³, Boaventura procura, a partir da crítica marxista ao liberalismo - mas recusando o risco de uma emancipação que se faça sacrificando tanto a subjetividade, quanto a cidadania, como o de uma emancipação com cidadania, mas sem subjetividade¹⁷⁴ -, formular teoricamente o desafio de inscrever, no horizonte vislumbrado pelos novos movimentos sociais, uma outra possibilidade de relacionar cidadania, subjetividade e emancipação.

Sua proposta de politização não só do próprio espaço da cidadania, para além dos limites da democracia representativa liberal, como do espaço doméstico, enquanto espaço privilegiado de reprodução social; assim como do espaço da produção, distinguindo as violências relacionadas às relações sociais *da* produção daquelas relacionadas às relações *na* produção¹⁷⁵; sem desconsiderar o espaço mundial e “as relações de troca desigual entre países, centrais, periféricos e semi-periféricos”¹⁷⁶, expressa um esforço teórico de fortalecer o “campo da emancipação”, num cenário de lutas sociais contra o espectro da regulação social em bases capitalistas, que deve ser percebido tanto local, quanto globalmente. Nessa estratégia de politização, vale dizer, de desnaturalização dos processos de regulação, Boaventura reclama atenção para o cotidiano – “que é por excelência, o mundo da intersubjetividade” – de modo

¹⁷² Ibidem.

¹⁷³ Aqui o autor se refere tanto “à normalização disciplinar foucaultiana”, quanto ao “narcisismo consumista e dessocializante”, p. 269.

¹⁷⁴ Aqui se referindo aos riscos de reformismos, tanto os autoritários quanto os de inspiração social-democrata.

¹⁷⁵ O autor refere-se à distinção necessária entre as violências do ritmo de produção, da degradação das condições de trabalho, da exploração do trabalho (relações de produção) e as violências associadas às rivalidades entre trabalhadores, à delação, ao furto, ao racismo, aomachismo (relações na produção), p.272.

¹⁷⁶ Op.cit., p. 275.

a ser entendido como "a dimensão espaço-temporal da vivência dos excessos de regulação e das opressões concretas em que eles se desdobram"¹⁷⁷.

Se considerarmos, com este autor, que o cotidiano pode ser "um campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores", se entendermos que os momentos da globalização são fixados e vividos localmente, poderemos encontrar nexos importantes entre cidadania e subjetividade, na medida em que o senso comum e o dia-a-dia vulgar forem repolitizados e desvulgarizados¹⁷⁸.

Desse modo, voltamos a aproximar-nos das contribuições da teoria das RS, tendo em vista a importância que ela atribui ao cotidiano, ao senso comum, como fonte de representações sociais contraditórias, aliadas às práticas sociais sempre tensionadas entre a sujeição regulatória e a resistência emancipatória.

Creio que as estratégias teórico-metodológicas apresentadas por esta teoria, não só para decodificar os sentidos e significados expressos nas representações elaboradas por atores sociais na vida cotidiana, mas também para compreender os processos de elaboração simbólica como eminentemente sociais, tendo na linguagem sua expressão mais clara, permite-nos alcançar a diversidade dos saberes do senso comum, os seus limites e as suas possibilidades para a construção de novas relações sociais identificadas com outras representações com maior poder crítico, o poder de desnaturalizar e repolitizar, como sugere Boaventura, as condições de produção e reprodução da existência humana.

O exercício teórico feito até agora, explorando as fronteiras e as passagens entre o materialismo histórico e um campo da psicologia social, mobilizando o potencial crítico de ambos, tem a pretensão de encontrar

¹⁷⁷ Op.cit., p.260.

¹⁷⁷ Op.cit, p 261.

fundamentos comuns para afirmar a condição ontológica do trabalho na constituição do ser social, tanto na sua dimensão material quanto simbólica, assim como para compreender a natureza contraditória dos processos históricos que transformaram o trabalho, os trabalhadores e a vida social em reféns de uma lógica produtiva e reprodutiva que os mercantiliza num sentido, empobrecendo, disciplinando e homogeneizando a práxis humana, mas, noutro sentido, fomentando a crítica e o desejo de emancipar essa práxis de seus condicionantes históricos.

O diálogo entre os dois campos fortalece também a recusa dos postulados positivistas, tanto o da neutralidade do saber acadêmico-científico diante das lutas que opõem interesses na sociedade, como o da sua superioridade objetiva para conhecer a realidade em relação aos demais saberes, para defender a possibilidade de um devir histórico diferente daquele em que vivemos hoje, ainda que as perspectivas utópicas não sejam de mesma intensidade.

Aqui é preciso fazer uma diferenciação importante, pois se tratando de temas socioambientais e da formação de professores, no contexto de uma crise que potencializa os riscos de sustentabilidade planetária, não há como deixar de considerar como central, na crítica que buscamos elaborar, a destrutividade dos atuais padrões capitalistas de produção e consumo. Isso não só nos aproxima da utopia "forte", evocada pelo materialismo histórico, como exige um esforço para entender as lutas sociais que têm ocorrido nas sociedades contemporâneas disputando o usufruto e o controle dos recursos naturais. Se essas lutas não podem ser reduzidas aos interesses estritamente classistas, nada nos autoriza a sublimar o protagonismo das classes sociais, como sujeitos coletivos, se os considerarmos não-homogêneos e passíveis de muitas contradições. De outro modo, na perspectiva de uma utopia ecossocialista, que sustentamos nesta pesquisa, impõe-se, ainda, o esforço, não perseguido pela teoria das RS, de buscar na emergência das lutas sociais, locais e globais a constituição de sujeitos coletivos que encarnem tanto a urgência quanto a

possibilidade histórica de uma alternativa civilizatória, que desde já trabalhe no sentido de criar condições materiais e culturais que tornem os homens, como sugere Lukács, “disponíveis para o reino da liberdade”¹⁷⁹, em contraposição ao reino das necessidades capitalistas, entendendo como ele, que...

[a] liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado por natureza, não é um dom do ‘alto’ e nem sequer uma parte integrante – de origem misteriosa – do ser humano. É o produto da própria atividade humana (...)¹⁸⁰.

Postulando a vontade teórica no cotidiano de um curso de pedagogia

Se os licenciandos, em sua maioria feminina, muitas já professoras em exercício, podem ou não se constituir em sujeitos históricos das mudanças exigidas por uma sociedade que se quer sustentável, como objetivam os próprios documentos oficiais da Educação Ambiental, é a questão que podemos reassumir neste momento para orientar os desdobramentos desta pesquisa.

Trata-se de pergunta inoportuna, se a tomarmos em termos absolutos, a exigir uma resposta positiva ou negativa, mas tão necessária quanto incômoda, se relativizarmos seu alcance para discutirmos em que medida esses sujeitos, estudantes de pedagogia, se aproximam ou se afastam de uma prática pedagogia emancipadora ou conservadora.

Se considerarmos a advertência de Gramsci de que “[...] somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos [...]”¹⁸¹, compartilhando, assim, determinados sentidos comuns

¹⁷⁹ Na citada conferência, quando ele discute o papel da “grande filosofia e da grande arte”, p.17.

¹⁸⁰ Op.cit., p.15

¹⁸¹ Na obra *Concepção dialética da história* (1978, p.12).

e determinadas representações da realidade, condição tanto de professores como de estudantes da Faculdade de Educação, seremos obrigados a admitir que a capacidade emancipadora ou conservadora não deveria ser buscada apenas junto aos estudantes, assim como não devemos considerar as salas de aulas como um encontro entre professores, portadores de saberes científicos, e estudantes, portadores de sentidos comuns.

Seguindo o raciocínio do revolucionário italiano, o bom senso, ou o “núcleo sadio” do senso comum, em que não reside apenas predisposições conservadoras, deve ser mobilizado em favor de uma consciência crítica, tornando *impossível* “a separação entre a filosofia ‘científica’ e a filosofia ‘vulgar’ e popular”.¹⁸² Na sua formulação Nosella (1992), que pesquisou as implicações culturais e educacionais do pensamento de Gramsci, este ocupou-se de tais questões com a “objetiva preocupação de preparar os quadros dirigentes que haveriam de governar o novo Estado Proletário [...]”¹⁸³, com o senso comum ganhando um claro sentido estratégico:

A educação de massa deve sim enraizar-se no senso comum, dele partir, mas se não ultrapassar aqueles limites, se não puxar para cima, torna-se educação conservadora, (...), conquista a adesão do povo mantendo-o, porém, no mesmo nível em que efetivamente está.¹⁸⁴

Ainda que não estejamos pesquisando sobre as tarefas educativas e culturais de um partido classista e revolucionário, mas investigando as possibilidades e limites de uma faculdade pública de formação de professores, são oportunas as contribuições de Gramsci, quando apreende a natureza ambígua, no seu entender “bizarra”, do senso comum, servindo tanto para a

¹⁸² Op.cit., p.16.

¹⁸³ Na obra *A escola de Gramsci*, p.14.

¹⁸⁴ Op.cit., p.29.

manutenção da hegemonia ideológica vigente, quanto para fomentar um trabalho pedagógico de construção crítica de um projeto societário contra-hegemônico.

Se renovamos, assim, o caminho teórico e metodológico de partir dos saberes e percepções das alunas de nosso curso, potencialmente entendidas como sujeitos individuais e ou coletivos, capazes de realizarem transformações no trabalho pedagógico em que estiverem implicadas, na academia onde estudam, ou nas escolas onde são professoras, recorro ainda a Freire, não apenas para firmar os vínculos indissolúveis entre uma pedagogia libertadora e prática do diálogo, em contraposição a “antidialogicidade da educação bancária”, mas também para responder a questão anteriormente formulada de um ponto de vista não estritamente racional, quando, ao defender a condição de companheiros, tanto de educadores, quanto de educandos, na “pronúncia do mundo”, afirma:

Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de Ser Mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens.

A fé nos homens é um dado a priori do diálogo¹⁸⁵.

A idéia de pesquisar indicadores de (in)sustentabilidade em nossos cotidianos urbanos a partir da experiência de nossas alunas, nasceu da necessidade de aprofundarmos um diálogo sobre qualidade de vida e meio ambiente, especialmente nas cidades onde vivemos e trabalhamos, tema sempre recorrente, quando superamos as visões estritamente naturalistas que costumam, senão predominar, ao menos nos mobilizar nos primeiros encontros, expressas invariavelmente nas representações antagônicas entre natureza e

¹⁸⁵ Na obra *A pedagogia do oprimido* (1983, p.95).

cidade, uma como negação da outra. O esforço teórico para saturar esta relação binária de sentido histórico, materialista e dialético, recuperando a lógica predatória do processo de urbanização em países semiperiféricos como o Brasil, de industrialização tardia e herança escravista-agro-exportadora, não seria suficiente para “traduzir”, por exemplo, as favelas que se adensam cada vez mais nas cidades brasileiras, se não se encontrar, em situação de diálogo, com os saberes elaborados pelas alunas sobre as condições de vida de uma parcela considerável da população urbana. Não raro, lidamos neste diálogo com representações fortemente impregnadas de uma histórica desconfiança, nutrida e difundida pelas elites brancas, proprietárias e letradas sobre os riscos sanitários, ambientais, morais e políticos identificados com as práticas sociais dos favelados. Considerando que muitas de nossas alunas trabalham como professoras em escolas públicas, com forte presença de crianças das classes populares que habitam as chamadas “comunidades”, podemos avaliar a importância de dialogarmos criticamente com as representações desfavoráveis que a favela costuma suscitar, um senso comum sempre a renovar e a justificar o violento *apartheid* social que vivemos. Creio não ser necessário justificar, em demasia, a pertinência de um tema como as favelas no contexto de uma agenda crítica de educação ambiental em nossas escolas, pelo tanto que ele nos permite, em condições de diálogo, de compreender não apenas a natureza da crise socioambiental que vivemos, mas também a coerência, histórica e mórbida, entre as representações sociais desfavoráveis sobre os moradores de favelas e as políticas sociais de caráter compensatório; no caso das escolas públicas, oferecendo uma educação autoritária e empobrecida, material e filosoficamente, para uma população “pobre”, “marginal”, “inculta” e “violenta”, concorrendo para a naturalização e conseqüente despolitização das degradantes condições socioambientais a que têm sido condenados grandes contingentes urbanos em nosso país.

Um dos desafios, sempre recorrentes em situações de sala de aula, quando discutimos a gravidade da crise socioambiental, é a de lidarmos com o

que Martin-Baró (1983)¹⁸⁶ identificou como “síndrome fatalista” na América Latina, cujas representações expressam o desencanto e a descrença sobre possibilidades de mudanças, ou como sugere Jovchelovitch (2000):

As coisas são como são, como foram ontem e como serão amanhã. Somente o presente conta, e não um presente pleno, mas aquele que é dado pelo empobrecimento das possibilidades da vida. Daí que, sem memória histórica ou um projeto de vida, pouco há de se fazer a não ser a aceitação fatal do destino.¹⁸⁷

Para dialogar criticamente com tais representações, aparentemente indicativas apenas da passividade e imobilismo do senso comum, alimentado pelas mídias que, de modo geral, consagram o consumo do presente como único horizonte da experiência humana, recorro ainda às pistas oferecidas pelo historiador Michel de Certeau em suas pesquisas sobre as práticas cotidianas do “homem ordinário”¹⁸⁸, que, ao contrário de deixar-se abater pelo peso de regras e valores dominantes, elabora astuciosamente inúmeras maneiras de resistência, ao usar o espaço urbano, ao assistir à televisão, ao fazer compras no supermercado ou ao ler um jornal, constituindo-se, silenciosamente, num produtor cultural, ressignificando os conteúdos da produção racionalizada, seja televisiva, urbanística ou comercial. Essa “fabricação”¹⁸⁹, escondida na esfera do consumo, que não deve ser considerada passiva, só pode ser pesquisada, segundo o historiador, por um olhar atento às estratégias e às táticas engendradas pelos sujeitos “ordinários”, muitas vezes imperceptíveis à lógica formal dos saberes técnico-científicos. Ler, habitar, conversar, caminhar ou cozinhar, dessa forma, são tomadas como práticas cotidianas, indicando “maneiras de fazer”¹⁹⁰, identificadas pelas “técnicas

¹⁸⁶ A obra *Accion e ideologia: psicologia social desde centroamerica*. (San Salvador: UCA Editoes), é citada por Jovchelovitch (2000, p.27).

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Trata-se da obra *A invenção do cotidiano*, que apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as práticas culturais contemporâneas, cujo primeiro volume de três, *Artes de fazer*, foi aqui utilizado.

¹⁸⁹ Noção usada pelo autor para se referir à produção dos consumidores (p.39).

¹⁹⁰ Sobre “os modos de proceder da criatividade cotidiana”, p.41

da produção sócio-cultural [sic]” de anônimos consumidores de bens materiais e simbólicos, que se constituem no que o autor define como a “marginalidade de uma maioria”¹⁹¹, lugar de estratégias e táticas do consumo que revelam “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte”¹⁹². O que Certeau procura são os rastros, ou, como ele prefere, “as trilhas” imprevisíveis da manipulação, muitas vezes astuciosa, de toda sorte de produtos, revelando “uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos”, segundo uma lógica estranha aos fabricantes. Como nos adverte o historiador, “o consumidor não poderia ser identificado ou qualificado conforme os produtos jornalísticos ou comerciais que assimila”¹⁹³, havendo uma distância entre a ordem que se procura impor pelos produtos e o uso que se faz dos mesmos.

Sirvo-me da perspectiva desse historiador e de sua advertência para manter uma indispensável vigilância teórica contra o risco, que corro, de simplificar excessivamente as representações sociais das alunas a serem trabalhadas, como no exercício de pesquisa realizado com as alunas inscritas na atividade *Educação e Meio Ambiente*, no segundo semestre de 2004, que, a seguir, apresento.

¹⁹¹ Certeau (1999,p.44).

¹⁹² Idem, (p. 45).

¹⁹³ Idem, (p.95).

3. PESQUISANDO INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: A EXPERIÊNCIA URBANA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Antes de apresentar a pesquisa propriamente dita, com suas estratégias teórico-metodológicas e seus resultados, julgo oportuno apresentar o grupo de

estudantes que participou das atividades como autores e intérpretes de um razoável acervo de imagens sobre o cotidiano urbano em que vivemos.

Traçando um perfil socioambiental do alunado da FEUFF¹⁹⁴

A própria condição de componente curricular, e não, de disciplina obrigatória, tem permitido ao componente curricular chamado de Atividades reunir alunos de mais de um período, mesclando experiências mais veteranas e mais novatas em relação ao nosso curso de Pedagogia. Dessa forma, a turma matriculada na atividade que ofereci no 2º semestre de 2004 foi composta inicialmente de 43 participantes, de períodos medianos¹⁹⁵ em relação ao curso, com larga maioria feminina (mais de 90%), o que não nos surpreende em se tratando de um curso de Pedagogia.

Tampouco surpreende a composição etária da turma, com mais da metade das alunas¹⁹⁶ (53%) com idades entre 20 e 24 anos, ou que mais de três quartos delas (76%) tenham menos de 30 anos, sem subestimarmos a presença de um quinto de participantes entre 30 e 50 anos. Coerentemente com esses indicadores etários, cerca de 65% das alunas moram com familiares (pai e ou mãe), enquanto cerca de apenas um quinto (21%) são casadas, com poucas morando sozinhas (9,1%).

Menos óbvios foram os dados levantados sobre as condições de moradia, com menos de 40% da turma residindo em Niterói, sendo São Gonçalo o segundo município com mais de um quarto de residentes (28%), seguido pelo Rio de Janeiro (9,3%) e outros municípios, como os da Baixada Fluminense (9,3%), além de Maricá (8,3%) e demais municípios da Região dos Lagos (4,7%).

¹⁹⁴ Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

¹⁹⁵ Do terceiro ao sexto períodos, considerando um curso projetado para nove períodos.

¹⁹⁶ Contrariando às observações da revisora, que me recomendou o uso de alunos para identificar os participantes da presente turma, com mulheres e homens, julguei oportuno usar a flexão feminina por entender que faz mais justiça a larga maioria de alunas em relação aos alunos, ainda que isso possa ferir as conhecidas regras gramaticais.

Constatamos que uma larga maioria (72%) reside em casas e que, predominantemente, o imóvel é próprio (65%) contra pouco mais de um terço que vivem em situação de aluguel.

Quando procuramos estimar os índices sobre o número de pessoas residentes por moradia, verificamos que, na maior parte das residências moram de três a quatro pessoas (58%), não sendo desprezíveis as residências com cinco ou mais moradores, cerca de um quinto do total (21%).

Sobre a renda familiar, verificamos que um pouco mais de 40% das alunas situa-se numa faixa de renda entre dois e cinco salários mínimos¹⁹⁷, percentual que ultrapassa a metade (51%), se incluirmos aquelas famílias cuja renda não chega aos dois salários. Pouco mais de um terço (35%), situa-se entre a faixa de cinco a dez salários e apenas 12% vivem com rendas familiares superiores aos dez salários.

Ao levantarmos os dados em relação à quantidade de pessoas que contribuem com a renda doméstica, constatamos que menos de um quinto das moradias (16,3%) são sustentadas por uma pessoa, sendo que pelos menos duas ou três pessoas respondem, respectivamente, pela manutenção de 44% e 34% das moradias pesquisadas. Praticamente, uma em cada dez moradias (9,3%) é sustentada pelo trabalho de quatro ou mais pessoas. A grande maioria dessa turma do curso noturno (79%) participa da renda doméstica, não apenas como professoras, embora seja essa a atividade prevalente.

Tais dados foram obtidos através de questionário¹⁹⁸, que também procurou levantar os serviços e equipamentos existentes em cada moradia, como significativos indicadores da situação socioambiental das alunas; portanto, da qualidade de vida das famílias em questão.

¹⁹⁷ R\$ 260,00 era o valor do salário mínimo no segundo semestre de 2004.

¹⁹⁸ Modelo em anexo.

Assim, em relação ao saneamento básico, identificamos que poucas moradias (5,5%) não têm abastecimento d'água e cerca de 14% das moradias não estão ligadas à rede de esgotos. Se pouco mais de 60% das moradias têm seu lixo recolhido mais de uma vez por semana, diariamente a coleta só ocorre em menos de um terço (28%) das residências.

Quanto aos serviços de telefonia, verificamos que, se quase 17% das moradias não têm telefone fixo, há uma média de 2,1 aparelhos celulares por moradia, com quase um quarto (19,4%) das famílias possuindo quatro aparelhos e mais de um terço (34,3%) delas possuindo entre dois e três.

Sobre as mídias que hoje fazem parte da paisagem doméstica, sistematizamos dados relativos a computadores, verificando que quase 40% das alunas não possuem um computador, contra mais da metade delas (53%) que dispõe de seus aparelhos ligados à Internet. Outra mídia pesquisada, a televisão, revelou-nos que, se um pouco mais de 40% das moradias têm apenas um aparelho, outras tantas (41,6%) possuem mais de um, sendo que apenas 14% dispõem de televisão por assinatura. Mais de um terço das moradias (36%) não contam com aparelhos de vídeo e quase 60% não possuem os cobiçados DVDs. Os equipamentos de som são quase unanimidade, com exceção de uma moradia, sendo que um pouco mais da metade (53%) tem apenas um aparelho, contra 45% das moradias que possuem mais de um.

Em relação aos equipamentos identificados com a cozinha, além do fogão e geladeira com presença universal nas moradias pesquisadas, verificamos que a maioria das famílias não possui freezer (72%) ou forno microondas (55,5%).

Máquinas de lavar roupas ainda não fazem parte do acervo de equipamentos de um quarto das moradias (25,2%) e aparelhos de ar condicionado só refrigeram ambientes em um terço (33,3%) delas.

Finalmente, metade das famílias/moradias não possui veículos automotores, sendo que quase 40% possuem um único veículo, contra 11% das famílias que possuem dois veículos.

Tais indicadores implicados nas condições de moradia, na medida em que foram consolidados com a participação dos envolvidos¹⁹⁹, permitiram uma aproximação entre os dados revelados em termos estatísticos e suas conseqüências socioambientais, pois pudemos explorar a construção de nexos entre as condições materiais de vida, alguns padrões de consumo e seus inevitáveis impactos ambientais, revelando as ricas possibilidades do cotidiano doméstico, ou da moradia, como fonte temática para uma agenda de educação ambiental que considere indissolúvel, ainda que incertas, as relações entre aquilo que pensamos ou elaboramos como representações sociais e as condições materiais de nossa existência.

Como a intenção não é a de traduzir em números os indicadores discutidos, mas animá-los com o estudo de algumas práticas cotidianas de nossos sujeitos, bem como das representações por eles construídas, tomando como ponto de partida as moradias, o que até aqui foi apresentado cumpre apenas o papel de consolidar alguns indicadores de um perfil socioambiental das alunas envolvidas na pesquisa.

Por ora, se temos alguns elementos para sustentar certo perfil socioambiental do alunado, sobretudo do curso noturno, podemos admitir que uma situação média, ou perfil médio, apontar-nos-ia uma jovem entre 20 e 24 anos, se residente fora do município de Niterói, provavelmente residindo em São Gonçalo, com seus pais e pelo menos um(a) irmão(ã), participando com seu trabalho de uma renda familiar variando entre dois e cinco salários, morando em casa própria com todos os serviços de saneamento básico, dispondo ainda de mais de um telefone, considerando o fixo e os celulares, de computador com Internet, com uma ou mais televisões, um vídeo e um

¹⁹⁹ Os dados completos sobre os serviços e equipamentos/moradia estão disponíveis em anexo.

equipamento de som, bem como de uma lavadora de roupas, mas sem possuir freezer, microondas, ar condicionado, ou qualquer veículo automotor.

De fato, podemos considerar, nos limites dos indicadores trabalhados, que a despeito da presença de participantes das classes sociais mais pobres, bem como de outros poucos pertencentes aos segmentos mais abastados da população (classes médias altas), temos uma composição social com predominância de segmentos que podemos identificar como integrantes das classes médias baixas, em larga medida, mulheres, mais jovens do que adultas, que procuram, não sem dificuldades, garantir sua formação em uma universidade pública, contrariando algumas avaliações tão apressadas quanto mal intencionadas, sugerindo a predominância das elites nas universidades públicas em nosso país, para descartar o princípio da gratuidade como garantia para a democratização do sistema público-estatal de educação superior.

Organizando a produção de imagens e as coleções temáticas

Contando com cerca de 40 participantes, divididos em duplas, municeiei cada uma delas com um filme fotográfico de 36 poses para a produção de imagens sobre o cotidiano vivido, de modo a podermos pesquisar não apenas o sentido das práticas sociais e de suas representações, no confronto com as lógicas crescentemente mercantilizadas que organizam as cidades, mas também as temáticas passíveis de freqüentar uma pauta de educação ambiental, cuja motivação seja a melhoria das condições de vida nos grandes assentamentos urbanos, em crise de sustentabilidade. Como sabemos, as alunas, em sua maioria, moram e trabalham nos municípios de Niterói e São Gonçalo, assim como no Rio de Janeiro e demais municípios da Baixada Fluminense.²⁰⁰

Essa estratégia, que explora o uso da fotografia, foi inspirada na pesquisa realizada por Ferrara²⁰¹, que estabelece uma interessante relação entre percepção

²⁰⁰ Mesmo as que moram em municípios menores, constituindo a minoria do grupo, se não por freqüentarem a Universidade, compartilham os dramas urbanos dos cerca de oito milhões de habitantes dos municípios que rodeiam a Baía de Guanabara.

²⁰¹ FERRARA, L. *As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania* (1996).

ambiental e cidadania, tomando uma cidade, sempre historicamente e espacialmente, como uma “explosão de informações”, derivadas de complexas relações dos homens consigo próprios e com a natureza. Segundo a autora, no entanto, sob o impacto do ambiente urbano, tais relações, por não serem “auto-evidentes”, só podem ser compreendidas através das “marcas e sinais que deixam impressas no cotidiano dos lugares, ou nos hábitos, nas crenças, valores e ações de uma coletividade”²⁰². Ocupando-se do levantamento, da observação, da associação e da interpretação desses signos, os estudos de percepção ambiental investigam a linguagem produzida pelos habitantes em suas intervenções na natureza e na elaboração cotidiana de estratégias de sobrevivência nos ecossistemas urbanos, aproximando-se da perspectiva apresentada por Certeau.

É interessante, ainda, a noção de “cidade invisível” que a autora propõe, para referir-se aos limites impostos à percepção do ambiente, que, sob o impacto do hábito, é obscurecida, porquanto a experiência cotidiana acaba por empobrecer o processo inferencial entre a produção de informações e a escolha de alternativas que assegurem qualidade ambiental, vale dizer, qualidade de vida das populações urbanas.

Partindo do conceito de que “cidadão é aquele que ultrapassa a condição do usuário urbano para assumir o pólo das decisões e vetorizar os destinos da cidade e dos interesses públicos”²⁰³, a autora supõe que “o exercício da cidadania depende da capacidade de gerar informação crítica sobre o cotidiano”, demonstrando em sua pesquisa alguns “obstáculos ambientais” impostos à percepção de uma centena de moradores da periferia de S.Paulo.²⁰⁴ Munidos de máquinas fotográficas, esses moradores produziram mais de 1.300 fotos a partir de temas geradores, como habitação, trabalho, transporte, consumo, educação e lazer.

²⁰² Idem, p.64.

²⁰³ Op. cit.(1996, p.76).

²⁰⁴ A pesquisa envolveu 100 moradores de três áreas distintas de São Miguel Paulista, na região leste da capital paulista, originárias de loteamentos populares clandestinos e com forte presença nordestina, “exemplo típico de área periférica da metrópole paulista.” (p.69)

Assim, inspirado por este estudo do campo da percepção ambiental, onde encontramos outras contribuições para interpretar as imagens produzidas pelas alunas, amparado na perspectiva de análise da teoria das representações sociais e na tradição histórico-crítica do marxismo, e, sobretudo, contando com a participação de quarenta alunas/fotógrafas, constituímos uma coleção de cerca de 700 (setecentas) fotos.

Cabe ainda considerar uma distinção importante que, no campo da antropologia²⁰⁵, identifica a natureza das imagens produzidas: se pelo pesquisador ou pela própria comunidade estudada. No caso da primeira situação - o pesquisador produz as imagens -, teríamos uma natureza *etique* das imagens, pois elas representam uma hipótese a ser confirmada com a pesquisa. Já no caso da natureza *emique*, as imagens são produzidas ou assumidas pela comunidade, encontrando-se “forçosamente impregnada pela representação que a comunidade ou seus membros fazem de si mesmos...”. Não é difícil acompanhar a conclusão do antropólogo, ao afirmar que as imagens de natureza *emique*, além de poderem ser utilizadas como instrumentos de pesquisa, confundem-se com o próprio objeto de pesquisa, quando o pesquisador estimula o pesquisado “a buscar ele mesmo a informação que fará avançar a reflexão científica”.²⁰⁶

Consciente dos riscos de trabalharmos nesta ambivalência das imagens de tipo *emique*, como é o caso do acervo produzido pelas alunas, na condição fronteira entre serem sujeitos e objetos, estive especialmente interessado em orientar essa produção de imagens tendo por inspiração teórica as noções solidárias de qualidade de vida e sustentabilidade, amadurecidas durante os encontros de preparação para a atividade, quando apresentei meu projeto de pesquisa, suas bases teóricas e minhas expectativas na participação da turma para a elaboração do referido acervo sobre o cotidiano urbano, inestimável para a presente tese de doutoramento. Com a generosa adesão de todos, na medida em que aprofundávamos nosso entendimento sobre a crítica situação

²⁰⁵ Refiro-me aqui ao artigo de GURAN (2000), intitulado *Fotografar para descobrir, fotografar para contar*.

²⁰⁶ Op.cit. , p.76.

socioambiental de nossas cidades, percebi a pertinência de ancorar²⁰⁷ a noção de sustentabilidade, ainda difusa para muitos na turma, na noção mais conhecida de qualidade de vida, sempre recorrente nas narrativas, quase sempre críticas em se tratando do cotidiano urbano vivenciado. Essa ancoragem, no entanto, se trabalhada em termos dialógicos, permite o reconhecimento da maior complexidade e abrangência da noção de sustentabilidade em relação à de qualidade de vida, tradicionalmente atribuída só à condição humana²⁰⁸, na medida em que evoca outras formas de vida, assim como a qualidade das águas, da atmosfera, dos solos, necessariamente implicadas nas práticas humanas, pondo em questão a própria relação entre as sociedades humanas e a natureza.

Como a noção de sustentabilidade emerge num contexto de crítica aos riscos de insustentabilidade associados aos atuais padrões de produção e consumo em escala global, ela acaba sugerindo, ainda que abstratamente, uma utopia, no sentido de uma outra possibilidade civilizatória, sempre oportuna diante da crise de credibilidades que alimenta o fatalismo e a desesperança. Finalmente, a aproximação entre as duas noções sustentabilidade/qualidade de vida permite-nos dialogar com versões economicistas e privatistas de desenvolvimento sustentável, empenhados em ancorar a idéia de sustentabilidade no tradicional conceito de desenvolvimento econômico, quando muito, incorporando seletivamente valores ambientais e sociais, de modo a não causar prejuízo à lógica de apropriação privada dos bens naturais, nem ao processo de mercantilização das demandas sociais, com o acesso privilegiado de poucos aos bens de consumo e aos serviços que asseguram padrões aceitáveis de qualidade de vida.

Os encontros preparatórios tiveram, assim, a pretensão de municiar de criticidade o olhar das alunas / fotógrafas, para que, nas paisagens urbanas capturadas, pudéssemos investigar alguns indicadores de (in)sustentabilidade das cidades em que vivemos.

²⁰⁷ Para Moscovi, como nos lembra Guareschi (1995), a *ancoragem* se constitui em procedimento fundamental no processo de construção de representações sociais, na medida em que traz “para categorias e imagens conhecidas e familiares o que ainda não está classificado e rotulado”.(p.201).

²⁰⁸ Vale lembrar que desde os anos 90, num esforço para superar os limites dos indicadores macroeconômicos clássicos, como o Produto Nacional Bruto, que serviu durante décadas para medir o desenvolvimento dos países, o Programa das Nações Unidas (PNUD) vem trabalhando com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), buscando traduzir um conceito de desenvolvimento que incorpore, no contexto das políticas socioeconômicas, a promoção da qualidade de vida das populações. Nesse sentido, o IDH expressa um indicador composto, articulando três indicadores; o Produto Interno Bruto per capita, a esperança de vida ao nascer e o grau de escolaridade da população. (Miquel, C., 1997, p.15).

Em tal sentido, acordamos com um roteiro que explorasse as seguintes situações temáticas, de modo a que todos os participantes procurassem contemplá-las com suas fotos²⁰⁹:

- ambiente de moradia e o seu entorno imediato;
- ambiente de trabalho;
- os percursos urbanos, considerando principalmente os trajetos casa-trabalho-universidade;
- ambiente universitário.

Com os filmes revelados, entreguei a cada participante a coleção de fotos de sua autoria, devidamente preparadas (numeradas, identificadas e fixadas num suporte de papel) para receberem as legendas elaboradas por cada um. Desse modo obtivemos um outro produto, aliando as imagens e suas respectivas legendas, para enriquecer o acervo de novos significados e representações.

O segundo passo metodológico foi o de desfazer as coleções individuais de cada fotógrafa para organizar as coleções temáticas, redesenhando o acervo de modo a considerar os temas mais fortemente representados, combinando a dimensão quantitativa (nº de fotos) e a qualitativa (força simbólica), o que permitiu a emergência de alguns temas, nem todos previstos antes de consolidarmos a produção das fotos legendadas.

Assim, quando rerepresentei o acervo aos participantes, ele estava organizado segundo as seguintes coleções temáticas:

- A casa e a rua, com mais de 130 fotos, cerca de 20 % do acervo²¹⁰, organizadas em três subcoleções; uma nomeada *Interiores*, retratando salas,

²⁰⁹ No limite de 18 fotos, sabendo que um filme foi compartilhado por dois participantes.

²¹⁰ Supondo as estimadas 700 fotos, a que me referi anteriormente.

quartos, cozinhas e as chamadas áreas de serviço; outra, nomeada *Vistas e quintais*, com mais de três dezenas de fotos tiradas de janelas e dos quintais que sobrevivem em nossas periferias urbanas, e uma última nomeada *Minha rua*, com mais de 50 imagens de ruas onde moram as alunas.

- Percurso urbano, representando aproximadamente 18 % do acervo, com uma coleção expressiva de mais de 70 fotos, nomeada de *Situações de trânsito*, registrando o movimento em ruas, estradas e avenidas, com destaque para a Av. Brasil, e outra, um pouco menor, com mais de 50 imagens de nossa conhecida baía, presente no percurso cotidiano de praticamente todos os participantes, nomeada, naturalmente de *Baía de Guanabara*.

- As escolas e as imediações, ambiente de trabalho da maioria das alunas, com 80 imagens representando pouco mais de 11% do acervo, inicialmente dividida em quatro subcoleções articuladas: uma nomeada simplesmente de *Interiores*, com quase 30 fotos registrando distintos ambientes dentro das escolas; uma nomeada *Turmas*, também próxima de 30, retratando turmas de alunos; além de duas outras, com pouco mais de dez imagens, uma nomeada de *Vizinhanças*, com registros das imediações das escolas e uma última chamada *Prédios*, invariavelmente com fotos de fachadas das escolas.

- Caminhando para/no campus, reunindo um pouco mais de 10% do acervo, organizada em três subcoleções: uma dedicada ao *Caminho Niemayer*²¹¹, outra retratando apenas a entrada do campus, chamada *Entrada do Gragoatá*, além de uma última nomeada de *Caminhos internos*, com fotos que registram a rotina da vida universitária.²¹²

²¹¹ Projeto urbanístico de grande porte do poder público municipal ao longo da Baía de Guanabara, iniciado na gestão anterior (2000/04) e ainda inacabado, cujo trecho entre a estação das barcas e o Campus do Gragoatá mereceu a atenção de nossas alunas/fotógrafas.

²¹² Essa coleção, que em princípio estaria incluída no escopo desta pesquisa, por não ter sido devidamente apresentada à turma para a seleção das fotos-legenda, como as demais coleções, não será considerada nos limites da presente pesquisa, aguardando outro momento para ser retomada.

Tal acervo mobilizou cerca de 60% do acervo total, com o restante das fotos constituindo coleções que aguardam outra ocasião para serem pesquisadas, como uma coleção de mais de 80 paisagens, divididas entre as valorizadas e as desvalorizadas, uma coleção de fotos que tematizam atividades profissionais diferentes do magistério, além de boa quantidade de fotos que foram excluídas do estudo por redundância, quando seus temas ou já estavam devidamente contemplados nas coleções organizadas, ou por comprometimento técnico (fora de foco, pouca ou muita luz, tremida etc.).

Essas coleções foram objeto, durante quatro encontros²¹³, de um trabalho de seleção realizado por grupos de cinco ou seis participantes, que deveriam relatar por escrito os resultados das respectivas escolhas, tendo em vista os aspectos simbólicos, estéticos e conceituais que os orientaram. Assim, com o trabalho dos grupos respeitando as coleções temáticas definidas, reduzimo-las quantitativamente, em favor de uma qualificação mais crítica, na medida em que as fotos legendadas escolhidas foram enriquecidas pelos relatos produzidos pelos grupos, ora confirmando, ora relativizando, ou até divergindo das representações e sentidos que originalmente sugeriam.

O tratamento seletivo em questão resultou num acervo, composto das coleções aqui discriminadas²¹⁴, totalizando mais de 130 fotos legendadas, representando cerca de 20% do acervo original, merecendo, a partir de então, a atenção privilegiada para os desdobramentos da presente pesquisa, sem mais contar com a participação direta das alunas depois do encerramento do semestre.

Pesquisando os nexos entre as representações do cotidiano urbano e os indicadores de (in)sustentabilidade

²¹³ A referida atividade Educação e Meio Ambiente costuma ser oferecida em regime de 15 encontros semanais, de quatro horas cada um, totalizando 60 horas.

²¹⁴ Menos a quarta coleção, relacionada ao campus do Gragoatá, pela razão já apontada.

Para as primeiras aproximações em relação às coleções temáticas discutidas, foram inestimáveis algumas contribuições de estudos de percepção ambiental²¹⁵, particularmente daqueles que compartilham²¹⁶ os conceitos de *topofilia* e *topofobia*, originalmente sugeridos pelo geógrafo Yi-Fu Tuan²¹⁷, que, desde os anos 80 tem influenciado pesquisadores interessados nos lugares e paisagens valorizados, procurando compreender “os sentimentos de indiferença, de afeição ou de aversão do homem pelos lugares com os quais tem alguma forma de contato”²¹⁸, na perspectiva de contribuir para a formação de juízos de valor e de atitudes, indispensáveis para garantir ações sociais sobre lugares e paisagens sob ameaça²¹⁹. Naturalmente o conceito de *topofilia* refere-se aos lugares valorizados, enquanto que o de *topofobia* indica, ao contrário, os lugares que provocam qualquer tipo de aversão ou medo.

Apreendendo esses conceitos, não foi difícil fazer um primeiro mapeamento das representações que emergiam do trabalho de interpretação das primeiras coleções exploradas. Tanto em relação ao espaço doméstico, como à rua onde moram, ou, ainda, em relação à Baía de Guanabara, foi possível identificar, com clareza, algumas representações nitidamente topofílicas, tanto quanto outras obviamente topofóbicas. No entanto, em boa parte das foto-legendas, as representações que emergiam, ao contrário de nitidez ou clareza, sugeriam ambivalências entre topofilia e topofobia, por vezes com certa prevalência de uma sobre a outra, mas indicando sempre a necessidade de uma terceira categoria, que ajudasse na interpretação de representações desafiadoras de qualquer tentativa teórica de circunscrevê-las em fronteiras rígidas, como já vimos, sempre desobedecidas quando lidamos com experiências do cotidiano. Assim, para enriquecer ou, talvez, possibilitar

²¹⁵ Para efeito da presente pesquisa a obra de referência foi *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*, organizada por Vicente del Rio e Livia de Oliveira, 1996.

²¹⁶ Particularmente de um deles: AMORIN Fº, O. B. “Topofilia, topofobia e topocídio em MG”, presente na obra citada.

²¹⁷ Duas obras de referência deste autor estão indicadas na bibliografia.

²¹⁸ Amorin Fº, 1996, p.141.

²¹⁹ A tal respeito esse autor utiliza o conceito de *topocídio*, do geógrafo britânico Porteous (1988), para indicar “a aniquilação deliberada de lugares”, como no caso da degradação rios de Minas de Gerais, para ele um verdadeiro “hidrocídio”. Oportunamente esse conceito será lembrado, quando da análise das coleções fotográficas.

qualquer avanço na análise das coleções, passei a considerar como representações *ambivalentes*, aquelas que abrigavam algum conflito interno entre a topofilia e a topofobia. Não por acaso elas se revelaram muito ricas, exatamente por sua imprecisão, por sugerir sempre algum movimento entre as posições topofílicas e topofóbicas, com implicações simbólicas e materiais importantes para quem pretende pesquisar as representações, tendo como interesse a elaboração de indicadores socioambientais, de maneira a servir de orientação para uma agenda de educação ambiental inspirada no cotidiano urbano.

A necessidade de elaboração de indicadores de sustentabilidade impôs-se, sobretudo, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, tendo em vista as próprias recomendações da Agenda 21 e sua pretensão de influenciar na formulação de políticas sustentáveis dos países signatários. Segundo Ribeiro (2004)²²⁰, o trabalho de construção de indicadores de desenvolvimento sustentável foi liderado, principalmente, pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), criada pelas Nações Unidas, de modo a orientar os países na tomada de decisões em direção à sustentabilidade, concorrendo, também, para a criação de metodologias para a elaboração de indicadores por outras agências multilaterais²²¹, que têm procurado vencer o desafio de expressar e mensurar aspectos distintos relacionados ao projeto de sustentabilidade, sejam econômicos, sociais, ambientais e institucionais. Para a autora, os indicadores podem simplificar o processo de tomada de decisões, quando traduzem “o conhecimento científico, social e físico em unidades de informação”, assim como podem “sinalizar, a tempo, como evitar um dano econômico, social e ambiental”. Constituem ainda “uma ferramenta importante para comunicar idéias, pensamentos e valores”²²².

²²⁰ No artigo “Indicadores de desenvolvimento sustentável. Metodologia e experiências”.

²²¹ A Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Agência Européia do Ambiente (AEA) e a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (USEPA), segundo a autora, pioneiras na elaboração de indicadores de desenvolvimento sustentável.

²²² Op. cit. , p.51

Tal esforço resultou na publicação pelo CDS (1996) de um documento conhecido como "Livro Azul"²²³, que apresentou uma coleção de mais de 130 indicadores para orientarem o trabalho de mensuração do desenvolvimento sustentável nos termos preconizados pela Agenda 21, mais tarde reduzidos para um conjunto de 57 indicadores, que servem hoje de referência para o trabalho de agências governamentais e não-governamentais no mundo, entre elas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os indicadores utilizados no primeiro trabalho do IBGE em 2002, como na sua atualização em 2004²²⁴, serão considerados uma referência na presente pesquisa, embora o tipo de indicador que busco elaborar escape do rigor técnico normalmente exigido nos levantamentos realizados pelo instituto.

Considerando, como sugere Acselrad (2004)²²⁵, "que o discurso sobre sustentabilidade nasceu no seio da tecnoburocracia dos organismos multilaterais de desenvolvimento", que, a despeito do reconhecimento de uma crise de sustentabilidade de alcance global, prefere considerá-la como "uma crise do modo de regulação", passível de ser ecologizada, ou seja, de incorporar a dimensão ambiental aos padrões capitalistas de produção e consumo, temos razões para entender os esforços de uma "nova" regulação de tais organismos, da qual fazem parte os referidos indicadores, como um projeto pragmático e conciliador (conservador) de sustentabilidade. Não por acaso, entre os indicadores de sustentabilidade consagrados pelos fóruns multilaterais, não encontramos aqueles que poderiam aferir os riscos de insustentabilidade advindos, por exemplo, do vertiginoso processo de concentração e controle privado sobre os bens naturais disponíveis, tanto por implicar a homogeneização tecnológica, sociocultural e biofísica de regiões e ecossistemas sob o impacto de grandes projetos²²⁶, empobrecendo, quando não eliminando, outras formas

²²³ Intitulado "*Indicators of Sustainable Development Framework and Methodologies*".

²²⁴ No artigo "Indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil" (2004), o coordenador técnico do trabalho realizado no IBGE, Wadih J. Scandar Neto, esclarece as adaptações que têm sido feitas na coleção de indicadores provenientes do CDS para atender as especificidades brasileiras.

²²⁵ No artigo "Sustentabilidade: concepções, histórico e dimensões".

²²⁶ Quando discute a questão, Acselrad, no artigo citado (p.10), refere-se aos projetos de hidroelétricas, de mineração, de irrigação etc., aos quais poderíamos acrescentar, por exemplo, a expansão da fronteira

de usufruto de bens e de recursos naturais, quanto por viabilizar uma acumulação de riquezas profundamente antidemocrática, em benefício de poucos. A privatização crescente de bens naturais, como da água doce, por grandes corporações de alcance global, escaparia de nossa atenção se nos guiássemos pelo único indicador utilizado pelo IBGE para contemplar a situação dos corpos de água doce no país - a qualidade das águas interiores -, capaz de aferir diferentes graus ou fontes de poluição, mas sem qualquer referência ao regime de propriedade e de exploração de recursos hídricos.

A discussão sobre os indicadores de sustentabilidade ganha um sentido mais interessante para os objetivos da presente pesquisa, quando considera as experiências de desenvolvimento sustentável local, inspiradas no programa conhecido como *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável* (DLIS), que, segundo Brasil Jr. (2004), “envolve uma rede formada tanto por órgãos governamentais, atores locais e governos quanto por agentes de financiamento”²²⁷, aos quais podemos acrescentar as organizações não-governamentais. Tais experiências, que procuram mobilizar comunidades para ações comprometidas com o desenvolvimento local e sustentável, têm enfrentado o desafio de elaborar indicadores com a participação das populações envolvidas a para construção de diagnósticos socioambientais e para a avaliação da eficácia dos projetos comunitários, invariavelmente articulando geração de renda, respeito às culturas locais, fortalecimento das instituições locais e preservação ambiental. Dessa forma, saberes e percepções diferentes do universo científico e tecnológico participam da elaboração de indicadores, aproximando-os da experiência de sujeitos individuais ou coletivos, como pescadores, agricultores, artesãos, pequenos comerciantes, coletores e tantos outros, que sobrevivem com suas práticas materiais e simbólicas nos lugares considerados vulneráveis do ponto de vista socioambiental, geralmente escolhidos para essas iniciativas interinstitucionais.

agrícola da soja, que tem transformado áreas crescentes de cerrado e florestas em monocultura de exportação.

²²⁷ No artigo de Brasil Jr. (2004), “Desenvolvimento sustentável: construindo indicadores”, p.31.

Mesmo não compartilhando com o excessivo otimismo que anima tais iniciativas de fomento ao desenvolvimento local, como na pretensão de “estabelecer um modelo que privilegie a produção descentralizada”, de modo a promover “uma distribuição de oportunidades ao longo de todo o território nacional, o que, certamente, induz a uma redução de desequilíbrios regionais”²²⁸, por entender que a lógica hegemônica de desenvolvimento, privatista e autoritária, não será quebrada por convencimento dos resultados e méritos alcançados em muitos projetos de desenvolvimento comunitário, creio que as metodologias participativas desenvolvidas nestas experiências podem auxiliar- nos no sentido da construção de diagnósticos e de indicadores referenciados, ao menos em parte, no cotidiano das populações envolvidas.

Neste sentido, como adverte Brasil Jr.²²⁹, tais experiências exigem “um exercício diferenciado”, pois que as “as duas principais famílias de indicadores de sustentabilidade” que encontramos na literatura, tanto os “indicadores estatísticos ou ecológicos mensuráveis (energia, capacidade de suporte, estatísticas sociais etc.)”, como os indicadores convertidos em valores monetários para servirem a “análises econômicas integradas”, não costumam levar em conta os saberes populares, sendo produzidos em ambientes onde prevalece a cultura científica e tecnológica.

Ao pretender explorar a riqueza temática das representações produzidas por alunas do curso de Pedagogia, na perspectiva de elaborar indicadores que orientem uma pauta de educação em ambientes urbanos, estarei distanciando-me do sentido tradicional atribuído aos indicadores, resultantes da elaboração exclusiva de peritos, para assumir os riscos de uma construção “diferenciada”, qual seja, a de buscar um diálogo entre os saberes científicos e aqueles associados ao senso comum.

²²⁸ Op.cit., p.31.

²²⁹ Op.cit., p.35.

Para tanto, julgo oportuno o convite teórico formulado por Acselrad (2004)²³⁰, quando afirma a necessidade de superarmos a visão estritamente material do meio ambiente, para considerar que “a intervenção humana no espaço bio-físico, não pode ser reduzida ao aspecto quantitativo da mesma”.

Quando analisamos os processos de apropriação de espaços, precisamos levar em conta tanto as bases materiais (os bens naturais, o regime de propriedade, a mão-de-obra e as tecnologias disponíveis), como o contexto das interações culturais, que, por serem profundamente desiguais em nossa sociedade, garantem a alguns sujeitos sociais a hegemonia necessária para se apropriarem material e simbolicamente de territórios e de suas riquezas, silenciando outras culturas, ou maneiras de apropriação dos mesmos. As vitórias políticas e produtivas de um grande empreendimento de mineração ou agroexportação, por exemplo, veiculadas pelas grandes mídias, comemoram índices de produtividade, ecoeficiência, empregabilidade e responsabilidade social em termos culturais e representacionais que se impõem sobre as identidades socioculturais das populações que sofrem diretamente os impactos socioambientais do mesmo, muitas vezes perdendo parcial ou totalmente o acesso à terra ou aos bens naturais constituintes, historicamente, de suas bases materiais de existência, bem como de seus antepassados, se quisermos lembrar da situação dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais atingidas por tais projetos modernizadores. Os conflitos ambientais que colocam em posição antagonica interesses distintos sobre o controle de bens e recursos naturais, via de regra, opondo interesses privados e coletivos, manifestam-se nas representações elaboradas pelos sujeitos sociais envolvidos, fazendo com que noções, como a de sustentabilidade, ganhem sentidos divergentes; se considerarmos o exemplo acima, tendo, de um lado, dirigentes executivos de corporações e, de outro, as populações atingidas.

As representações sociais revelam sempre qualidades simbólicas, que não sobreviveriam para dar sentido às contraditórias comunicações entre os

²³⁰ Op.cit, p.10.

sujeitos sociais, caso não estivessem ancoradas em bases materiais concretas. Daí a pertinência de tomá-las como matéria-prima para a elaboração de indicadores de (in)sustentabilidade, não-traduzíveis em índices precisos, mas buscando qualidades simbólicas, que são mobilizadas por sujeitos sociais, no caso, as alunas e alunos de pedagogia, para a identificação de situações urbanas potencialmente educativas, se não perdemos de vista o fato de que o trabalho pedagógico tem uma inequívoca dimensão cultural e simbólica, com importantes implicações nas práticas sociais, sejam elas sustentáveis ou insustentáveis, conservadoras ou libertadoras.

É interessante observar, ainda, que entre os indicadores de sustentabilidade recomendados pela ONU e presentes no repertório do IBGE²³¹, não consta qualquer referência, quantitativa ou qualitativa, aos projetos de educação ambiental escolares ou comunitários, com os indicadores educacionais ocupando-se restritamente da educação escolar, privilegiando dados referentes às taxas de escolarização, de escolaridade e de alfabetização. Se tais indicadores são importantes para avaliarmos a qualidade de vida de uma população, são de pouca valia para uma avaliação sobre a existência e a qualidade de projetos, que, nas escolas e fora delas, identifiquem-se com os princípios da Agenda 21, que fundamentam a legislação mais recente, que trata da educação ambiental em nosso país, bem como as parcerias entre ONGs, poder público e empresas públicas e privadas, responsáveis por muitas iniciativas de educação ambiental de alcance comunitário. Essa lacuna, que exigiria esforços interinstitucionais para definição de indicadores, para o levantamento e para o tratamento dos dados, não poderá ser sanada nos limites de um trabalho acadêmico que pretende, com os indicadores qualitativos pesquisados a partir de um acervo de imagens urbanas, contribuir para a elaboração de uma agenda crítica de educação ambiental, tendo, por referência, a experiência cotidiana em nossas cidades de um grupo de estudantes e professoras. Assim, estarei menos interessado no indicador sobre

²³¹ Scander Neto (2004) apresenta um ótimo quadro comparativo entre os indicadores elaborados pela CDS-ONU e os praticados pelo IBGE, em anexo, ao final de seu artigo, p. 46/47.

“a concentração de poluentes no ar em áreas urbanas”, utilizado pelo IBGE²³², e mais interessado na maneira como a poluição atmosférica é percebida e representada pelos participantes envolvidos na pesquisa, de modo a entender os nexos materiais e simbólicos entre tais representações e as práticas sociais de conformismo e/ou inconformismo em relação a esse agravo ambiental, para exemplificarmos um tema que mereceu a identificação de alta gravidade pela maioria dos participantes, comparativamente a outras fontes de impactos socioambientais²³³.

* * *

O presente acervo de fotos legendadas, cada uma delas expressando uma representação social sobre o cotidiano urbano, será analisado não a partir de suas unidades ou individualidades, mas no contexto das coleções temáticas já anunciadas, considerando os dois principais processos de formação das representações tradicionalmente utilizados neste campo de pesquisa desde a proposta seminal de Moscovici: os processos de ancoragem e de objetivação.

Pereira de Sá (1993) recobra a formulação clássica de Moscovici, muito oportuna para identificar, nas fotos legendadas, os atributos dialéticos da imagem e da significação:

No real, a estrutura de cada representação nos aparece desdobrada: ela tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto a frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Nós escrevemos que: Representação figura/significação, entendendo por isso que

²³² O outro indicador utilizado para aferir a qualidade do ar que respiramos é o de consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio. Op.cit. , p.46.

²³³ Um dos exercícios propostos durante a atividade Educação e Meio Ambiente procura hierarquizar, segundo a percepção dos participantes diante de uma lista de problemas ambientais conhecidos (no caso com 16 temas) , aqueles que devem ser considerados de alta gravidade, assim como os de média e baixa gravidade.

ela faz compreender em toda figura um sentido e em todo sentido uma figura.²³⁴

O processo de ancoragem está relacionado ao esforço social de “fornecer um contexto inteligível ao objeto”, uma interpretação, que cumpra a função de incorporar ou integrar (idéias, acontecimentos, pessoas etc.) “a um sistema de pensamento social preexistente”, ou seja, traduzindo o que é estranho e ameaçador nos termos do que já é conhecido. Classificar e denominar são as operações básicas da ancoragem, para tanto recorrendo, inevitavelmente, aos estoques de representações já construídos socialmente: as memórias sociais.

Veremos como as legendas elaboradas pelas alunas expressam um esforço de ancoragem, interpretando as imagens capturadas. Estas, por sua vez, são resultantes de uma objetivação, no caso uma escolha fotográfica que recorta uma certa paisagem, materializando uma idéia até então abstrata. Como resume o próprio Moscovici²³⁵, “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou ser imprecisos, reproduzir um conceito em uma imagem”.

As duas estratégias de apropriação simbólica da realidade - tanto a ancoragem, que enraíza socialmente idéias, noções, conceitos, quanto a objetivação, que traduz em imagem o que é pensamento - permitem aos sujeitos sociais posicionarem-se em relação a sua realidade, transformando o que não é bem conhecido em algo familiar. Nos termos do próprio Moscovici “o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar.”²³⁶

Tais proposições teóricas me permitiram estudar a estrutura das representações presentes no acervo de fotos legendadas, sem perder de vista a mobilidade entre imagem e significado, pois, a despeito do gesto que produziu a imagem ser anterior à produção das legendas, uma vez implicadas, elas se

²³⁴ No artigo “Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria”(p.34), quando apresenta a referida citação de Moscovici (1976).

²³⁵ Op.cit. , p.40.

²³⁶ Idem, p.35.

tornam indissociáveis, possibilitando não apenas entender os processos simbólicos de familiarização alcançados pelas representações, mas também a possibilidade de provocarmos o estranhamento daquilo que parece familiar, se temos o compromisso com uma educação que estimule uma outra perspectiva de entendimento.

Na foto abaixo, que integra a subcoleção *Minha rua*, vemos a imagem de uma rua em perspectiva, sem calçamento, marcada por muitas poças d'água e alguma lama. A legenda sugere um sentido crítico em relação à situação da rua, ancorando a (ir)responsabilidade no poder público local.



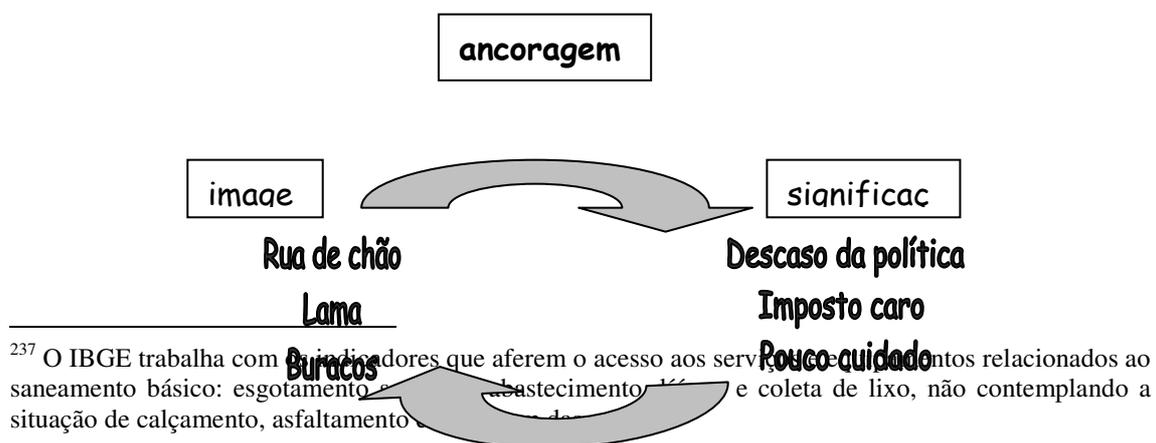
“Rua 83 – Itaipuaçu. O descaso da política local, por um lugar que tem um dos mais caros impostos, precisa ser melhor cuidado.” (Rosana Azevedo)

Essa imagem da rua de chão, esburacada e cheia de poças, ganha um sentido e uma explicação (ancoragem) no “descaso da política local”, que se manifesta na contradição entre impostos caros e pouco cuidado. De outro modo, a crítica ao poder público expresso na legenda ganha uma força simbólica com a imagem (objetivação), que concretiza nas águas empoçadas das chuvas a prova da incúria do poder local.

A exemplo de muitas outras fotos legendadas, esta sugere uma representação tipicamente topofóbica, revelando-nos pelo menos, um indicador de (in)sustentabilidade relevante, como o do acesso ou não aos serviços e equipamentos de infra-estrutura urbana²³⁷, sempre repercutindo favorável ou desfavoravelmente na qualidade de vida de uma população. Não é o momento para discutirmos com mais profundidade o sentido conformista da crítica formulada, comum aos consensos populares sobre a (im)produtividade da atividade política, tema que será explorado quando tratarmos de uma agenda de educação ambiental. Importa, no momento, apenas considerar que uma situação aparentemente familiar à autora, sua rua sem calçamento, com buracos, água e lama, reserva uma dimensão não-familiar, que, de certa forma, escapa do entendimento, na medida em que a “política local” é praticada por quem não cuida do local. Mais ainda, ao imputar a capacidade de ação política aos políticos, a autora exclui-se da atividade política, reforçando a não-familiaridade aludida. Assim, a ancoragem da imagem realiza-se provocando dúvida sobre a justiça da ação política, cobrando impostos sem cuidados correspondentes, ao mesmo tempo naturalizando, ou tornando familiar, o descompromisso com a população por parte de quem detém o poder local.

O estratégia analítica sugerida com este exemplo tomado isoladamente, como já foi comentado as análises se farão sobre coleções temáticas, permite demonstrar o potencial teórico da teoria das representações sociais, talvez melhor visualizada

através do seguinte esquema gráfico;



²³⁷ O IBGE trabalha com indicadores que aferem o acesso aos serviços e equipamentos relacionados ao saneamento básico: esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo, não contemplando a situação de calçamento, asfaltamento

Para mapear e pesquisar as representações sociais que emergem das coleções temáticas, considere basicamente três cenários simbólicos; um, dominado claramente por representações topofílicas, com indicadores

objetivação

Indicador desfavorável de sustentabilidade:
Falta de acesso à infra-estrutura urbana
(calçamento e drenagem)

favoráveis à sustentabilidade, bem como o seu antagônico, dominado pela topofobia, com seus indicadores desfavoráveis, e um outro, identificado por sua ambivalência, que, entre os dois primeiros constitui-se num campo de movimentos e de tensões entre posições topofílicas e topofóbicas, com os indicadores transitando entre a sustentabilidade e a insustentabilidade.

Nos capítulos seguintes, as três coleções temáticas definidas serão tratadas segundo a perspectiva defendida até aqui, com a preocupação estratégica de fundamentar uma proposta de agenda em educação ambiental inspirada no cotidiano urbano de estudantes de pedagogia.

4. A CASA E A RUA

A primeira das coleções a ser analisada, como já antecipamos, foi composta de três subcoleções, nomeadas de *Interiores*, *Vistas e quintais* e *Minha rua*. Em princípio, não há como deixar de levar em conta a polarização simbólica entre a casa e a rua, com a primeira representando o espaço doméstico, familiar e privado, e, a outra, o espaço exterior e público, estranho e, muitas vezes ameaçador ao primeiro, expressando as emblemáticas oposições entre ordem e desordem, entre harmonia e desarmonia. Reconhecendo a pertinência dessa polaridade para examinarmos o acervo constituído, como nos chama atenção Da Matta (1979), ao afirmá-la como “um instrumento poderoso na análise do mundo social brasileiro...”²³⁸, este autor não perde de vista que, além da evidência mais imediata, que nos sugere domínios sociais “mutuamente exclusivos”, existem as gradações e ambivalências entre o mundo externo da rua e o mundo interno familiar. Assim, podemos entender a ambigüidade da varanda, entre a casa e a rua, de onde se observa, em segurança, aqueles que se aproximam, ou a sala, que, interna à casa constitui-se num espaço também intermediário onde são recebidas as visitas, que chegam da rua, ou ainda as janelas, de onde se pode ver a rua.²³⁹

²³⁸ Trata-se do clássico *Carnavais, malandros e heróis*, p.70.

²³⁹ Idem, p.71.

Mesmo entre as ruas, sugere Da Mata, temos uma oposição entre a “minha rua”²⁴⁰, como lugar onde moramos, portanto familiar, e a representação da rua em geral, como lugar estranho e externo ao mundo doméstico.

Portanto, nesta primeira coleção, estaremos lidando, basicamente, com representações do universo familiar/doméstico, que, por ter a sua privacidade sistematicamente assediada, quando não, ameaçada, por forças e poderes das ruas, do espaço público, tanto resiste quanto se adapta, num jogo dialético, que procura sempre garantir a sustentabilidade material e simbólica da vida familiar.

Interiores

Para pesquisar as representações sobre o interior das moradias retratadas, organizei um painel com as fotografias legendadas escolhidas²⁴¹ e debatidas por um dos grupos da turma, totalizando 25, divididas em três domínios domésticos distintos: as salas, os quartos e o conjunto copa/cozinha/área de serviço.²⁴² Em relação aos três domínios procurei identificar as representações de topofilia, as topofóbicas, bem como as consideradas ambivalentes. Não foi difícil perceber entre as representações presentes nas fotos-legenda escolhidas e as representações que emergiram nas discussões e nos textos²⁴³ gerados pelo grupo que avaliou esta subcoleção, mudanças claras de percepção, que resignificavam o próprio sentido topofílico ou topofóbico de algumas representações originais, como também, sugerindo movimentos e tensões nas representações ambivalentes.

²⁴⁰ Idem, p.72.

²⁴¹ A coleção apresentada ao grupo era composta de 45 foto-legendas.

²⁴² Vale registrar a ausência dos banheiros, com apenas um sendo retratado, não tendo sido escolhido para compor a coleção aqui analisada.

²⁴³ Três textos, nos anexos, foram elaborados pelos alunos sobre os domínios em questão, dos quais algumas passagens foram extraídas por sua força simbólica, estando indicadas por um asterístico (*). Esta identificação é importante, pois passagens de legendas de algumas fotos também estão citadas, sem, no entanto, estarem assim identificadas.

Em relação às salas, as representações claramente topofílicas foram objetivadas em dois sentidos diferentes: num deles evocando o colo paterno, com a imagem da autora sentada no colo do "papai" no sofá da sala (fl.1)²⁴⁴, e noutro sentido, apresentando o ambiente de lazer doméstico com seus conjuntos multimídia (tv, vídeo, som), como o lugar "onde assisto tv, ouço música, recebo amigos etc." (fl.2). Se a primeira representação não gerou polêmica ou questionamentos à intimidade do lar como fonte de carinho e proteção dos pais, sobretudo paterno²⁴⁵, as representações sobre o lazer mereceram animados questionamentos, principalmente em relação à televisão, deslocando para o campo da ambivalência os prazeres televisivos.

Tais questionamentos foram suscitados a partir de uma foto-legenda portadora de uma representação ambivalente (fl.3): a imagem de um sofá, cadeira e puf alinhados em frente a uma tv ausente, com a legenda associando aquele momento de reunião familiar à noção de "futilidade coletiva", de certa forma comprometendo a qualidade topofílica da cumplicidade familiar.

O texto que expressou essa discussão²⁴⁶ chega a ganhar um sentido topofóbico, quando ancora as representações da televisão nas noções de consumismo e de alienação em favor da "perpetuação da lógica do sistema"*, mais ainda quando evoca a necessidade de "ressignificar"* a sala doméstica, principalmente da classe trabalhadora, "que foi contaminada pela televisão brasileira"*. Além do papel da televisão na manutenção ideológica das relações de poder, critica-se também seu papel (des)educativo, que estimula o consumismo, concorrendo para a "destruição do nosso meio ambiente"*. A televisão, assim, com seu lugar privilegiado no lazer doméstico, sofre um deslocamento simbólico significativo e até radical no curso da atividade, deixando uma posição de topofilia para ter seu sentido ancorado em situações de topofobia, sem prejuízo das ambigüidades. A televisão, e as práticas sociais

²⁴⁴ As fotos-legenda de cada coleção estão reproduzidas no caderno anexo, sendo identificadas pela ordem em que aparecem no texto, precedidas da abreviatura (fl); assim teremos (fl.1), (fl.2) etc.

²⁴⁵ Uma outra foto da mesma aluna com sua mãe não foi escolhida pelo grupo.

²⁴⁶ Cada coleção submetida ao crivo dos grupos gerou um ou mais textos, no caso da coleção interiores foram cinco.

a ela aliadas, ainda serão retomadas quando da discussão sobre os quartos, por ora cabendo assinalar sua importância para uma pesquisa de indicadores de qualidade de vida e de sustentabilidade, que leve em conta não apenas o acesso aos bens eletrônicos, mas a qualidade da produção cultural veiculada pelas telas domésticas, como janelas ligando o ambiente doméstico ao mundo externo.

Outras representações ambivalentes sobre as salas merecem registro, como a de um lugar preferido (topofilia) que é comprometido pela falta de tempo para usufruí-lo, com o tradicional sofá diante da tv, ou pela falta de sol, que não permite a sobrevivência das plantas (fl.4). Outra ainda, que apresenta o ambiente da sala "preparado" para a foto, depois da bagunça do filho pequeno, que dorme no berço, com a constatação do pouco espaço que a família dispõe em sua sala (fl.5). Do mesmo modo ambivalente, temos uma situação de reforma na sala, em que a autora acusa certa vergonha de registrar, mas o faz para apresentar um curioso pedreiro flagrado quando rejuntava o piso (fl.6). Esta última, propiciou um deslocamento interessante quando submetida ao grupo, com o tema da reforma superando o sentimento de vergonha, próxima à topofobia, para ganhar conotações positivas, na medida em que "reformando a casa, buscamos reformar a qualidade de vida"* , empurrando o tema para o campo da topofilia.

A imagem da porta de entrada de um apartamento, através de uma grade, identificada pela autora como "o lugar que mais gosto de ver", ancorada na experiência de regresso para casa no fim do dia, configurou uma representação bastante polêmica, com deslocamentos simbólicos significativos.

Se para a autora da foto-legenda (fl.7), a porta do apartamento representa o ansioso regresso para casa, com teor topofílico, será a grade, e não a porta, o tema da representação elaborada por membros do grupo, colocando em questão o conceito de (in)segurança. No texto elaborado, a grade, longe de ser a objetivação da segurança, desejo que é atribuído à autora

da foto, expressa uma insegurança que compromete "a qualidade de vida que tanto almejamos, não nos dando sensação de liberdade e bem estar e sim de prisão."* Essa representação clássica que associa grades à prisão, ao ser ancorada na entrada de um apartamento, desconstruindo a representação topofílica original para sugerir uma situação topofóbica, permitiu a emergência de um tema estratégico para a definição de indicadores de sustentabilidade - o da segurança pública -, pois a insegurança e o medo são sentimentos fortemente presentes em nossas cidades. Sem dúvida o progressivo engrandecimento, além de outras medidas de segurança, que protegem prédios, empresas, lojas e condomínios, demarcando fronteiras contra ameaças criminosas, constituem um forte indicador de insustentabilidade, posto que revelam o grau de desigualdade e de violência que tem apartado perigosamente as classes sociais nas grandes cidades do país. Oportunamente, as implicações pedagógicas daí decorrentes merecerão atenção, mas não sem antes percorrermos as demais dependências domésticas.

Todas as fotos-legenda escolhidas sobre os quartos²⁴⁷ constituem representações topofílicas, remetidas às situações de descanso, de namoro, de diversão, mesmo quando os quartos são associados ao estudo e ao trabalho, nada parecendo perturbar a representação do quarto como espaço íntimo e preservado (fls. 8/9). É, também, lugar de memórias, como sugere uma foto-legenda de um quadro de cortiça repleto de imagens de parentes e amigos (fl.10), também de afetos, com a personificação de um urso de pelúcia ou de um armário como amigos confidentes para os momentos de desconforto, como sugerem duas outras representações de quartos (fls. 11/12).

Mais uma vez, sob o crivo do grupo, verificou-se um deslocamento simbólico, quando o sentimento de topofilia dominante é ameaçado com a transformação do quarto em "espaço multimídia"* (computador, tv, som e telefone), ancorado na noção de "invasão"* desse valorizado cômodo pela lógica da sociedade capitalista. De outro modo, para criticar a dura rotina daqueles que vivem do trabalho, cada vez podendo usufruir menos de seus

²⁴⁷ Nove ao todo.

próprios quartos, senão para dormir, sem “tempo para sonhar”*, pois “privilegiados, hoje, são aqueles que ainda conseguem dormir num período de 8 h diárias.”*

Uma foto-legenda, que parece ter inspirado esta crítica (fl.13), se, originalmente, já sugeria uma certa ambivalência por conta do nexos mecânico estabelecido entre a rotina de trabalho e a cama, que se interpõe entre a ligação fortemente topofílica do “descanso do corpo” com a cama, depois da (re)ancoragem produzida com a discussão do grupo, a mesma foto ganha uma interpretação fortemente topofóbica, de alienação e crescente exploração, alcançando os trabalhadores no domínio mais íntimo de suas casas: os seus quartos. Tal deslocamento simbólico, semelhante ao verificado em relação às salas, sugere haver mesmo em espaços familiares e conhecidos, lugar para estranhamentos, que se valem das representações e de seus movimentos simbólicos para ressignificá-los em termos críticos. A crítica à presença invasiva da tv e demais mídias, ou às poucas horas de descanso reservadas ao corpo castigado pelo trabalho, expressa-se através de representações que localizam tensões na fronteira entre o espaço doméstico e o espaço externo, mais precisamente entre o cotidiano das famílias e as exigências e apelos do mercado, quer de trabalho, quer de bens eletrônicos ou dos produtos culturais consumidos. Manipulação, alienação, exploração são os conceitos que garantem esta ancoragem topofóbica da imagem de um simples e modesto quarto, cumprindo um papel crítico de resistência²⁴⁸ à invasão, para garantir alguma liberdade do espaço doméstico, sem invalidar o papel pragmático das representações mais topofílicas, que cuidam de tornar familiares as motivações do mercado.

²⁴⁸ Martin Bauer (1995), estudando o processo de popularização da ciência, discute a função de resistência das representações sociais no sentido de elaborar um “sistema imunológico” cultural, neutralizando os aspectos mais ameaçadores de novas idéias (de origem científica), para assimilá-las às idéias já existentes. Assim, além do sentido pragmático das representações sociais, tornando familiar noções científicas, esse autor leva em consideração também a “capacidade de resistência” das representações, mantendo certa fidelidade a idéias já elaboradas, mas transformando-se ao mesmo tempo em que transforma o objeto de difusão.

Essa instável ambivalência, dada a sua riqueza simbólica, permite- nos perceber as tensões entre a coerção e a liberdade suscitadas pelas práticas cotidianas domésticas, bastante sugestivas para pesquisarmos indicadores de sustentabilidade. De um lado, temos o acesso aos bens eletroeletrônicos, antes exclusivos às salas - hoje também nos quartos - expressando um indicador de qualidade de vida (conforto, lazer, prazer e descanso) concorrendo para a sustentabilidade de uma família; de outro, temos estes bens como indicadores de insustentabilidade, na medida em que a qualidade de vida é ameaçada pelo pouco tempo de descanso e repouso e/ou pelos processos de alienação cultural. Um levantamento sobre as horas de sono entre os estudantes do curso noturno de pedagogia, por exemplo, que freqüentemente, trabalham durante o dia, poderia produzir dados interessantes para avaliarmos a sustentabilidade e a qualidade da vida de estudantes/trabalhadores nas grandes cidades; do mesmo modo, um outro levantamento/pesquisa sobre o grau de satisfação com os produtos culturais consumidos em suas salas e quartos, poderia ter efeito semelhante.

O percurso no interior da casa, no entanto, precisa ainda explorar outros domínios domésticos, através das representações elaboradas sobre cozinhas, copas e demais dependências de serviço. Início, como tenho procedido, identificando as representações topofílicas para apresentar duas delas que, solidárias em suas simbologias, representam copas e cozinhas como espaços de alimentação, diálogo e confraternização, indicando momentos do cotidiano doméstico bastante valorizados. Uma delas traz a imagem de uma família reunida num almoço de domingo, "um momento muito precioso", comenta sua autora (fl.14). Noutra, vemos a imagem de uma copa tendo ao fundo uma cozinha, sem personagens, mas com seu movimento, sugerido pela legenda, mais intenso nos finais de semana, ancorando tanto o trato dos alimentos como o diálogo familiar, nesse domínio doméstico (fl.15).

Uma terceira representação, também topofílica, indica uma pequena cozinha como "local ideal ", onde sua autora se delicia "inventando massas",

mesmo só sabendo cozinhar com as receitas de embalagens. A alimentação, portanto, está associada à criatividade e ao prazer (fl.16).

A despeito dessas simbologias topofílicas, muito valorizadas pelo grupo que se debruçou sobre a coleção, outras representações mobilizaram as atenções por sua ambivalência. Uma, apresentando uma pequena cozinha ladrilhada até o teto, brilhando de limpeza, como o lugar de preparação de refeições e, obviamente, de manutenção de limpeza, realçando as funções práticas desse espaço, sem valorações (fl.17). Outra, com pesar, representa a cozinha como espaço onde fica a maior parte do tempo quando em casa, admitindo não gostar de cozinhar, e, para concluir; “deve ser por isso que demoro tanto” (fl.18). Essas duas representações que reduzem tal domínio doméstico ao trabalho que ele exige, seja com neutralidade funcional, seja com pesar pelo tempo consumido, apresentam conotações mais distantes da topofilia, avizinhandose de uma experiência quase topofóbica. Qualidade claramente topofóbica, no entanto, temos em apenas uma das representações: a imagem de uma pequena cozinha conjugada com a área de serviço, onde o sol da tarde sobre a pia de inox só permite qualquer atividade depois das dezoito horas, segundo sua autora (fl.19).

Com a intervenção do grupo, expressa em texto, alguns temas ausentes emergiram, explorando a ambivalência atribuída às copas, cozinhas e anexos, como na seguinte representação da cozinha, que transita poeticamente da topofilia para a topofobia: “é um espaço, de produção: produção de energia, de alimentos, criatividade, economia, desperdício...de lixo também”*. A cozinha, como lugar de consumo de equipamentos e de produtos que vendem facilidades para o trabalho doméstico, para além do que seria preciso e necessário, considerando as restrições do espaço e do dinheiro disponíveis, parece indicar uma situação de insustentabilidade, como na constatação; “quanto entulhamento, quantas prestações...”*. Ancora-se, assim, nas cozinhas o próprio “paradoxo do mundo do capital”*, que induz com suas propagandas ao consumo “desenfreado”*, à descartabilidade e à frustração por não se ter

tudo que se deseja, além da produção do lixo, cujo destino não costuma interessar aos consumidores. Depois de realizar esse deslocamento, atribuindo valores topofóbicos às práticas cotidianas em nossas cozinhas, o texto em discussão suaviza seu teor crítico, trazendo na conclusão o outro lado, ou seja, recuperando o sentido harmônico dos almoços de domingo, “ o cheiro da sobremesa, do bolo, do café da tarde”*, para constatar, ainda, a existência de tais práticas em alguns lares.

O deslocamento simbólico, acima referido, parte de um *locus* de harmonia e prazer para representá-lo como campo de exercício da vontade do capital, para, em seguida, retornar à topofilia da vida familiar, mais uma vez indicando a riqueza das situações ambivalentes provocadas pelo assédio do mercado sobre as rotinas familiares. A ambivalência reside no fato de que, se de um lado, o acesso aos bens e equipamentos constituem um indicador de qualidade de vida e de sustentabilidade, por simplificar o trabalho doméstico e garantir certo conforto, por outro, constituem fontes de desperdício, de endividamento, de descarte sem controle e de alienação de valores, com o ter sobrepondo-se ao *ser*.

De uma maneira também ambivalente, se a valorização topofílica das representações que associam alimentação, prazer, criatividade e comunhão entre familiares indicam situações positivas de sustentabilidade, constata-se que o ritmo de vida em grandes cidades, entre outros fatores, torna cada vez menos frequentes essas experiências no cotidiano doméstico, comprometendo a qualidade de vida.

Outros indicadores interessantes merecem registro, como em relação à luz solar, valorizada em uma das representações quando alcança as plantas no parapeito da cozinha de um apartamento (fl.20), mas desvalorizada quanto transforma outra cozinha de apartamento num espaço inabitável, como foi comentado anteriormente. Se tomarmos os apartamentos retratados, como em grande parte dos apartamentos, o acesso à luz do sol é comprometida, exigindo luz elétrica durante o dia com suas repercussões orçamentárias, além de

prejudicar ou impedir o cultivo de plantas, estas sempre associadas à sustentabilidade e à qualidade de vida. Também as queixas, mesmo bem-humoradas, acusam a exigüidade de espaço em parte considerável dos cômodos retratados, sobretudo nos apartamentos, que, mesmo não sendo o padrão de moradia dominante no grupo, constitui um indicador importante para aferirmos a qualidade de vida em ambientes urbanos, crescentemente verticalizados, reservando, invariavelmente, às classes médias e populares apartamentos que confinam a sustentabilidade familiar em poucos metros quadrados.

A pesquisa sobre indicadores de sustentabilidade nas moradias, retratadas nesta coleção intitulada "A casa e a rua", será enriquecida com a análise da sub-coleção seguinte que tem por tema as vistas e os quintais, revelando significativas diferenças simbólicas e materiais entre apartamentos e casas.

Vistas e quintais

As representações estudadas correspondem à metade das 36 fotolegendas alusivas ao tema, sendo escolhidas e comentadas pelo grupo que se ocupou desta subcoleção.

As representações dos quintais são predominantemente topofílicas, pois que se referem ao usufruto de bens imateriais e materiais, que, harmonicamente, sugerem indicadores satisfatórios de sustentabilidade. Como bens imateriais relevantes para o grupo, podemos considerar o que é bom para o olhar, sejam flores, pássaros, frutas, um canteiro ou um conjunto de palmeiras centenárias que se avista de uma janela. Bom também para ouvir, como o canto dos pássaros ou, ainda, para cheirar, como o perfume de uma floração de maracujá. Simbolizam, segundo o grupo, "tranqüilidade, sossego, paz"* , refúgio para refletir sobre as tensões e a correria do cotidiano urbano de nossas cidades (fls. 21/24).

Também os quintais proporcionam bens materiais: frutas, hortaliças, ervas, boas para a alimentação, em contraposição aos alimentos comprados, que, muitas vezes inspiram dúvidas e receios sobre sua qualidade. Os “*sucos de verdade*”, citados por uma das representações (fl.25), expressam bem o usufruto ao mesmo tempo simbólico e material proporcionado por árvores frutíferas nos quintais que ainda sobrevivem nas cidades.

Os quintais permitem também a sobrevivência de saberes populares associados ao cultivo de plantas e ervas, bem como em relação à percepção do tempo, como numa foto-legenda de uma vista proporcionada por um quintal, que permite consultar a chance de sol ou chuva a partir de uma formação mais elevada do relevo (fl.26).

Em relação às vistas capturadas de apartamentos, apenas uma das escolhidas tem um sentido topofílico, quando apresenta uma paisagem urbana com um relevo ao fundo, cujo principal valor reside na ausência de grades, garantindo, segundo a autora, “uma sensação de liberdade” (fl.27). As demais transitam entre o campo da ambivalência e o da topofobia.

Constituindo cenários ambivalentes temos: uma vista entre grades, cuja fotógrafa parece ter-se surpreendido com o prejuízo da imagem com as barras fora de foco (fl.28); outra paisagem, com o Corcovado e o Pão de Açúcar, que, a despeito do valor simbólico indiscutível, é apenas uma parte da vista que os pais alcançavam outrora, antes da “muralha”* de prédios, que hoje impede a visão da Praia de Icaraí (fl.29); ou, ainda, uma vista que não pode ser melhor usufruída, pois as janelas não podem ser abertas por conta do vento que provoca desordem na sala (fl.30).

Duas representações sobre quintais implicam ambivalência, ambas expressando incômodos com as obras domésticas: uma delas declarando seu amor ao quintal e seu ódio em relação aos materiais referentes à lenta construção da casa de um irmão, que, há sete anos entulha o terreno (fl.31);

outra com a autora apresentando duas parentes que conversam no quintal em meio aos entulhos de uma reforma (fl.32).

No campo da topofobia, temos representações tanto de apartamentos quanto de quintais. De um apartamento, temos a vista de um grande laboratório, cujos transformadores e o ruído que geram provocam a sensação de risco e medo na vizinha/fotógrafa (fl.33).

Outra paisagem, a de um morro, cuja cobertura vegetal está sendo "engolida"* pela urbanização (fl.34), mereceu acento crítico do grupo que tratou destas representações. A "urbanização sem planejamento"* foi identificada pelo grupo como a causa também da falta de saneamento, a emprestar um sentido topofóbico a um quintal banhado pelas águas poluídas de um riacho, que já deve ter sido fonte de topofilia para os moradores mais antigos da região (fl.35). Do mesmo modo, temos outra representação desfavorável sobre o lixo acumulado no quintal de um vizinho (fl.36). O comprometimento da qualidade de vida, na visão do grupo, ancora-se no binômio doença/mau cheiro, que, diante do quadro desfavorável, exige a promoção de uma conscientização a respeito, sem deixar claro quem conscientiza quem.

Sem divergências significativas entre as representações originais e as representações elaboradas pelo grupo que as examinou, não tivemos, em relação a esta subcoleção, deslocamentos simbólicos relevantes, apenas valendo assinalar que as situações ambivalentes relacionadas à urbanização - a mutilar paisagens, provocar desmatamentos, não garantindo acesso aos serviços de saneamento - ganharam um sentido mais claramente topofóbico sob o crivo do grupo, que evoca as noções articuladas de "perigo" e de "rapidez"* para se referir ao processo de urbanização "que causa baixa qualidade de vida."*

As representações de vistas e quintais ancoradas na experiência de uma turma de alunos constituem, assim, uma fonte rica para uma pesquisa de indicadores de (in)sustentabilidade em cenários urbanos predominantemente periféricos e semiperiféricos, sujeitos a um processo vertiginoso de urbanização, cujos impactos e riscos ameaçam a qualidade de vida de seus habitantes, se não perdemos de vista a dimensão simbólica e material das práticas domésticas representadas nesta coleção. A irrestrita objetividade dos indicadores de desenvolvimento sustentável propostos pelos organismos multilaterais, se garante, por um lado, dados indispensáveis sobre a cobertura de serviços de saneamento, ou, ainda, sobre doenças provocadas por saneamento ambiental inadequado, pouco nos auxilia para localizarmos e entendermos a importância de se ter acesso doméstico às paisagens mais ou menos harmônicas, que inspirem paz ou medo, assim como aos bens simbólicos e alimentícios de um quintal, possibilitando práticas domésticas impossíveis no confinamento de um apartamento, salvo na tímida escala de vasos, que ainda assim lembram os habitantes urbanos de sua ontológica, e também simbólica, ligação com a terra.

Tais indicadores socioambientais, estranhos ao inventário mais objetivo pesquisado pelo IBGE, podem ser mobilizados, como veremos mais tarde, para avançarmos na elaboração de uma agenda de educação ambiental nos termos aqui sugeridos, restando, ainda, investigarmos a última subcoleção, que nos aproxima das ruas onde moram os participantes desta pesquisa.

Minha rua

O grupo que se ocupou dessa subcoleção, que totaliza mais de cinquenta foto-legendas, declarou²⁴⁹ sua dificuldade para selecionar as mais significativas, tendo em vista as noções de qualidade de vida e de sustentabilidade, ancorando, imediatamente, as ruas no espaço da história familiar, entendendo

²⁴⁹ Através de textos, em anexo, relatando a experiência de escolha e de qualificação de dezoito imagens legendadas.

a rua onde moramos como "extensão de nossas casas"* , confirmando Da Matta, citado anteriormente. Essa predisposição afetiva sobre as ruas retratadas, por conterem histórias pessoais e familiares, resultou na elaboração de representações fortemente topofílicas a partir de algumas fotos-legenda escolhidas.

Os sentimentos de pertencimento e de familiaridade estão solidariamente presentes em pelo menos quatro foto-legendas: uma, apresentando a entrada da rua onde mora a autora, que conhece a "todos na rua" (fl.37); outra, retratando uma ladeira com a casa rosa, "onde nasci, cresci e continuo nela..." (fl.38); uma terceira, focalizando o início "da minha rua" com a clássica hospitalidade de quem abre a porta de sua casa - "seja bem vindo" (fl.39); além de uma última rua, para onde sua autora "volta ao sossego", em outro município, quando tem o "colinho dos pais" (fl.40).

A tranqüilidade também justifica a topofilia em duas outras representações de rua. Em uma delas, o pouco movimento permite "ouvir na maior parte do dia os pássaros cantando" (fl.41), com a natureza também servindo de ancoragem para a tranqüilidade, mais do que a casa, não indicada pela autora. Em outra, um pequeno cão (de guarda?) caminha numa viela sombreada, indicando a entrada da casa com a provocação bem-humorada "identifique-se", brincando com a tranqüilidade que a imagem sugere (fl.42).

Três fotos-legendas escolhidas sugerem representações ambivalentes. Na primeira delas, um panorama de uma rua, tomado de um provável sobrado, evoca as tensões entre a individualidade e a sociabilidade, com uma irônica ancoragem na noção de "fofoca" (de portão), pois "todo mundo sabe da vida de todo mundo" (fl.43). Uma outra registra uma assídua "quitandeira" com sua banca de frutas na rua, com sua autora referindo-se, de um lado, à simpatia da vendedora e, de outro, ao preço caro de suas frutas (fl.44). Uma terceira, com a imagem tomada do alto de uma longa ladeira, que exige 15 minutos para ser vencida até a casa de sua autora, mas compensada, na percepção do grupo,

pela vista de uma paisagem dominada por uma mata, que, certamente, oferece "o aroma das plantas"* , "o canto dos pássaros"* além do "gosto de liberdade"* (fl. 45). Foi com tal predisposição topofílica, identificada anteriormente, que as representações descritas foram (re)ancoradas pelo grupo, suavizando qualquer componente topofóbico. Assim, a ameaça de uma sociabilidade indiscreta sobre a privacidade da autora da primeira foto-legenda, é amenizada pelo grupo, com os vizinhos ganhando o status de "parentes"* , a quem podemos amar num dia para odiar no outro. Do mesmo modo, a "quitandeira" tem seu atributo de simpatia enaltecido, sem qualquer restrição ao impedimento de se consumir suas frutas pelo alto preço.

Esse sutil deslocamento simbólico, que realça os aspectos topofílicos em detrimento dos aspectos topofóbicos, fez-se presente, também, em relação às representações que identifiquei como próximas à topofobia, ou, pelo menos, com um teor crítico mais evidente em relação às condições de moradia em parte das ruas retratadas. Destas, em cinco das escolhidas, as chuvas e os seus impactos foram tematizados, para denunciar os alagamentos, a falta de saneamento, a falta de drenagem, a lama que torna difícil o caminho para o ponto do ônibus, ou, ainda, uma obra mal-feita, pois o "piche" escoou com as águas da chuva para uma lagoa (de Itaipu) ameaçando aquele ecossistema (fls.45/50). Direta, ou indiretamente, a omissão do poder público é denunciada em três delas, embora nos termos pouco politizados exemplificados anteriormente, quando uma dessas representações foi analisada à título de exemplo. A criticidade presente nas representações originais é bastante suavizada, na medida em que o grupo, ao pressupor que "a rua é também nosso lar"* , justifica as reivindicações como uma manifestação de cuidado e zelo, assim como temos em relação a nossa casa, diluindo a própria noção de cidadania, já que a rua perde sua ancoragem como espaço público nas representações elaboradas. Duas outras ruas sem calçamento, uma delas cobrando "asfaltamento já" (fls. 51/52), foram tratadas pelo grupo do mesmo modo, como manifestação de carinho, despolitizando o sentido da

representação elaborada pelos autores em favor do topofílico sentimento de familiaridade.

Uma última representação fortemente topofóbica remete-nos novamente à experiência do medo ancorado na paisagem de uma rua, oferecendo riscos para a segurança e a harmonia doméstica, objetivada em outra imagem da já conhecida vizinha do laboratório farmacêutico. Dessa vez, com uma foto frontal de seu prédio para localizar seus vizinhos, além do referido laboratório, um posto de gasolina. Nessa foto-legenda, a autora esclarece melhor sua percepção de risco, admitindo “pânico” quando escuta “barulhos estranhos”, como o de escapamento de gases, citado como exemplo (fl.53). Nem esta representação, que nega tão flagrantemente os pressupostos materiais e simbólicos desejáveis para a melhor qualidade da vida doméstica, com o risco atravessando a fronteira entre rua e a casa , trazendo medo aonde se quer paz, parece ter abalado o esforço simbólico empreendido pelo grupo no sentido de manter a rua onde moramos como um lugar mais incorporado ao domínio doméstico, do que em relação a um domínio público, bem expresso na seguinte passagem: “mas feia ou bonita, é ela, a rua, quem [sic] olhamos no início do dia ou no final da noite e nos sentimos bem, porque sabemos que estamos em casa.”²⁵⁰

Os sentimentos de familiaridade e de pertencimento, que parecem apagar, simbolicamente, as fronteiras entre a casa e a rua em que se mora , querendo estender para a rua tanto a segurança e a tranqüilidade, como o carinho e o cuidado que se originam no ambiente doméstico, indicam não uma mera idealização harmônica das relações entre uma e outra, sem muita consistência quando consultamos as contraditórias relações de uma realidade concreta, mas indicam, com muita força simbólica, uma necessidade básica de qualquer família – morar num ambiente (casa/rua) seguro , afetuoso, harmônico e tranqüilo. Se concordarmos que estas qualidades são legitimamente desejáveis do ponto de vista da sustentabilidade da vida familiar,

²⁵⁰ Da conclusão do texto elaborado pelo grupo a respeito do tema “minha rua”.

porque obviamente se referem à qualidade de vida e à cidadania, o simbolismo tofílico, que prevaleceu nas representações estudadas, sugere um pressuposto oportuno para investigarmos indicadores correspondentes à situações socioambientais que acarretem risco ou degradação dos bens materiais e simbólicos valorizados pelas representações.

Assim, temos um conjunto de indicadores combinados referentes ao acesso a serviços de saneamento²⁵¹ e outros serviços urbanos, como luz, calçamento etc., ou, como acusaram as representações, a ausência destes, evidenciados pelas chuvas e seus impactos negativos sobre a qualidade de vida. No entanto, a despolitização das queixas quanto ao desempenho do poder público, garantida pela insistente incorporação simbólica da rua ao universo doméstico, se revelam alguma tensão entre as dimensões pública e privada no contexto das ruas retratadas, revelam também uma predisposição conformista, mais do grupo que examinou as representações e menos de alguns moradores, mais incisivos na sua crítica ao descaso do poder local. Uma pesquisa que pretenda investigar as possibilidades educativas inspiradas nas condições de moradia em nossas cidades, que sabemos muito desiguais, não pode desconsiderar, como importante indicador qualitativo, o conformismo ou mesmo o fatalismo encontrados exatamente nos ambientes mais degradados, mais vulneráveis, tornando mais difícil qualquer ação mais coletiva e política contra os fatores que ameaçam a sustentabilidade de muitas famílias das classes populares.

Uma clara situação de risco à segurança doméstica, na coleção estudada, diz respeito aos dois vizinhos não-familiares - um laboratório e um posto de gasolina - estranhos ao universo simbólico familiar elaborado sobre as ruas onde moram os participantes da pesquisa. Talvez por isso a situação tenha sido pouco valorizada nas representações do grupo como situação tofóbica, subestimando a experiência de pânico constante vivido pela vizinha em

²⁵¹ Abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem e varredura de ruas, além do recolhimento de lixo.

questão. A ameaça de ser atingido por externalidades oriundas de processos produtivos que manipulam, armazenam e descartam substâncias perigosas não é pequena em nossas cidades, comprometendo o ambiente e a saúde de populações residentes próximas de concentrações industriais, com casos bem documentados em nosso país.²⁵²

De outro modo, ainda que não tenhamos, aparentemente, nessa parte do acervo de fotos-legenda, nenhuma moradia sujeita às ameaças que se abatem sobre comunidades conflagradas por disputas armadas entre traficantes e forças policiais, tal situação não deve ser desconsiderada quando discutimos indicadores de sustentabilidade nas cidades citadas na presente pesquisa, pois o medo e a insegurança estão-se constituindo em elementos quase naturais do cotidiano de todas elas.

Pesquisa temática para uma agenda de educação socioambiental (a casa e a rua)

A análise das representações elaboradas sobre as casas e ruas, constituindo a primeira das coleções temáticas, já permite, a partir dos indicadores de (in)sustentabilidade explorados, um esforço no sentido de mapearmos temas para uma agenda de educação ambiental, tendo por referência a vida cotidiana dos participantes da pesquisa, como sabemos, professora(e)s já em exercício e/ou em formação na Faculdade de Educação da UFF.

Considerando, portanto, os domínios domésticos e as práticas sociais/familiares como fonte da produção simbólica examinada até o momento, podemos inventariar os seguintes temas geradores, passíveis de animarem a agenda proposta, na perspectiva de uma educação crítica e emancipadora.

²⁵² O livro organizado por Acselrad, Herculano e Pádua (2004), intitulado “Justiça ambiental e cidadania”, traz, entre outros, o caso da contaminação de organoclorados na Baixada Santista, cujos depósitos clandestinos de rejeitos da Rhodia comprometeram, além da qualidade do ambiente com a contaminação do solo e subsolo, a saúde de moradores, afetados com distúrbios neurocomportamentais e hormonais, além de doenças cancerígenas. (Gomes, J. C. *A maior contaminação por POPs no Brasil*, p. 239 – 262)

A mídia doméstica

A ambivalência identificada na percepção dos participantes sobre o acesso aos bens de multimídia, com foco principal na televisão, porém não exclusivamente, revelou uma clara contradição, na medida em que tais bens mereceram representações que transitaram entre a topofilia e a topofobia. Simbolizaram conforto, lazer e diversão, mas também alienação, dominação e invasão. Esse rico conflito pode e deve merecer a atenção de educadores, pois indica não só tensão vivida entre a liberdade e a intimidade do lar e os poderes constituídos na vida pública, como alguma capacidade de resistência experimentada pelos consumidores, que longe de serem passivos, defendem-se simbolicamente, contra o assédio de interesses estranhos aos domínios domésticos.

Duas questões devem ser consideradas nesse sentido. Uma diz respeito a qualidade dos produtos culturais consumidos, como novelas, seriados, filmes, telejornais, músicas, shows, clips musicais, competições esportivas, desfiles de moda etc., considerando a hegemonia cultural exercida por grandes corporações da indústria cultural estadunidense²⁵³ na vida cultural brasileira, como em muitos países, sobretudo do continente americano, consumindo domesticamente, desde os anos 50, com a expansão do mercado de televisores, seus produtos culturais. Para dialogar criticamente com essa qualidade, a despeito de sua supremacia tecnológica e financeira, uma pedagogia crítica precisa considerar as relações entre cultura e poder, de modo a compreender a dimensão simbólica e material do processo de homogeneização cultural a que estamos sujeitos, em prejuízo de produções que expressam valores e qualidades culturais locais, regionais ou nacionais. O caráter monocultural dessa pesada indústria, que tem no mercado monopolizado das mídias eletrônicas seu principal fundamento, garante a

²⁵³ Como a Disney Company, a Time Warner, a Times Mirror e outros conglomerados responsáveis pela produção e comercialização de filmes, livros, músicas, textos, imagens através de diversas mídias, para ficarmos no campo do entretenimento cultural.

difusão planetária de hábitos, valores, desejos e comportamentos validados para crianças, adolescentes, jovens e adultos à luz do *american way of life*, traduzido hoje nos termos da agenda neoliberal, consagrando o mercado como a única instância de mediação das necessidades humanas e alcançando um poder sem precedentes de “moldagem da vida cotidiana”²⁵⁴, através do consumo doméstico de sua diversificada produção cultural. Se entendermos que essa vocação imperialista, etnocêntrica, consumista e privatista da cultura de massa hegemônica é incompatível com os princípios de sustentabilidade, que pressupõem a valorização do multiculturalismo e da democratização das relações entre os povos, incluindo as relações culturais, temos a possibilidade de tratarmos das práticas culturais cotidianas e domésticas numa perspectiva crítica. Uma pedagogia crítica pode contribuir para desnaturalizar o consumo cultural doméstico, revelando suas implicações socioculturais, econômicas, ambientais, ideológicas e geopolíticas, politizando um espaço que só aparentemente é preservado para a vida íntima de uma família contemporânea.

Outra questão a ser considerada diz respeito aos impactos socioambientais provocados pela exposição diária das famílias ao assédio publicitário veiculado em suas tvs, que difunde igualmente uma cultura hedonista, individualista, privatista, consumista, buscando ancorar o consumo dos produtos anunciados no cotidiano familiar e nas suas diferenciadas exigências para sustentar-se, procurando moldá-las segundo padrões de consumo e de comportamentos adequados aos interesses privados e corporativos dos anunciantes. Operações simbólicas importantes associam sentimentos, desejos, valores e conceitos aos produtos anunciados, induzindo a um consumo de bens materiais e imateriais, combinando a descartabilidade dos primeiros com a perenidade dos segundos. Um anúncio de um novo modelo de automóvel faz parecer antigo e ultrapassado o modelo do ano anterior, mas renova os ideais de pertencimento a uma elite moderna e progressista, assim como renova a capacidade de sucesso nas conquistas de belas mulheres,

²⁵⁴ A expressão é usada por Henry Giroux (1995) no artigo “Praticando estudos culturais nas faculdades de educação”, p.134.

invariavelmente brancas nos anúncios. No caso do consumo estritamente doméstico, um novo produto de limpeza torna obsoleto aquele usado anteriormente, mas reedita o desejo feminino de ter o trabalho doméstico simplificado, aumentando o tempo livre para o exercício de uma feminilidade moderna, com ocupações mais edificantes. Certamente tais apelos mediáticos diuturnos alcançam, em alguma medida, a consciência doméstica, mas não sem resistência, como verificamos nas ambivalentes representações elaboradas nesta pesquisa, com críticas potencialmente ricas sobre os atuais padrões de produção e consumo e seus impactos na geração de lixo, no consumo energético, assim como no endividamento da renda familiar.

Considerando que os meios de comunicação de massa, como nos adverte Jovchelovitch (2000), tornaram-se nas últimas décadas “constitutivas da vida social”, na medida em que “alteraram modos de interação, transformaram o acesso a, e o consumo de bens simbólicos”, mudando de forma significativa “as fronteiras entre a esfera pública e a privada”. De certa maneira, definindo a circulação desses bens nas sociedades contemporâneas, entendemos, como a autora, que a mídia se constitui em “fonte importante de reflexão para o estudo das representações sociais.”²⁵⁵ Tais estudos sobre publicidade podem dotar uma pedagogia crítica, de uma oportuna capacidade, teórica e metodológica, de desconstrução das narrativas publicitárias, demonstrando a insustentabilidade das práticas sociais, bem como dos valores e conceitos a elas associados, se consideramos os princípios do chamado desenvolvimento sustentável.

Para fortalecer a convicção de que “a publicidade tornou-se o discurso público dominante do século XX”, como diria Kellner (1995), e, sobretudo para justificar uma aproximação crítica da pedagogia em relação à publicidade, evocamos deste autor uma interessante passagem teórica:

²⁵⁵ As considerações aqui citadas foram extraídas da obra já citada *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*, indicada na bibliografia, particularmente do quarto capítulo “A cobertura da vida pública: representações sociais da esfera pública na imprensa”, p. 89-92.

*A publicidade constitui uma das esferas mais avançadas da produção de imagem, com mais dinheiro, talento, e energia investidos nesta forma de cultura do que em qualquer outra em nossa sociedade hipercapitalista. A própria publicidade é uma pedagogia que ensina aos indivíduos o que eles precisam e devem desejar, pensar e fazer para serem felizes, bem-sucedidos e genuinamente americanos. A publicidade ensina uma visão de mundo, valores e quais comportamentos são socialmente aceitáveis e quais são inaceitáveis.*²⁵⁶

O tempo livre doméstico e o tempo produtivo

Outra tensão importante, que emergiu das representações pesquisadas sobre o universo doméstico, expressa o desconforto com a exigüidade do tempo livre disponível para o usufruto do prazeres domésticos, sempre fortemente topofílicos por estarem ancorados na afetividade, na proteção, na confraternização e na intimidade garantidas pelas relações familiares. O comprometimento do tempo dos atores desta pesquisa, em sua maioria, com jornadas de trabalho acrescidas de jornadas de estudo, além do tempo consumido com deslocamentos no trânsito no sentido casa-trabalho-faculdade-casa, reduzem o tempo livre doméstico, para muitos do grupo, quase ao limite necessário para a reprodução da própria força de trabalho. Se consideramos ainda que o tempo doméstico livre, descontado o tempo empenhado em trabalhos domésticos (alimentação, limpeza, abastecimento, gestão econômica etc), encontra-se mobilizado em torno das mídias, sobretudo da programação televisiva, temos esse tempo de lazer domesticado produtivamente pelo concorrido mercado cultural e publicitário, pois a maior ou menor audiência alcançada pelos produtos culturais oferecidos permite o loteamento hierarquizado do tempo televisivo, tendo no seu topo os minutos milionários

²⁵⁶ Douglas Kellner, professor da Universidade do Texas e identificado com o campo dos Estudos Culturais, teve o artigo aqui citado “Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna”, publicado na obra organizada por Tomaz Tadeu da Silva *Alienígenas na sala de aula* (1995).

das inserções publicitárias no chamado horário nobre, com os telejornais e as novelas, principalmente, entretendo as noites familiares. Ao assistir a um programa, garantimos uma audiência que transforma em mercadoria o tempo dedicado à tela, com interpelações em intervalos regulares por empresas e corporações, que, investindo cifras elevadas em publicidade, comunicam-se diretamente com os potenciais consumidores de seus produtos e serviços. Não se trata, portanto, de um tempo livre, ainda que voluntariamente doado, mas de um tempo produtivo para a sustentabilidade dos atuais padrões de produção, consumo e distribuição de riquezas.

Essa percepção crítica não faltou ao grupo que se ocupou da coleção Interiores, quando acusou a presença invasiva das mídias no cotidiano doméstico, assim quando apontou também para a alienação e a exploração do tempo do trabalho, temas importantes para uma pauta de educação ambiental que se proponha a construir uma cultura anti-hegemônica capaz de identificar os mecanismos materiais e simbólicos que concorrem para a regulação do tempo e das práticas cotidianas sob a égide do mercado capitalista, para extrair, das tensões entre coerção e liberdade uma outra possibilidade civilizatória, que emancipe o tempo humano da lógica das corporações transnacionais, que, sedutoramente, fazem-se presentes em nosso cotidiano doméstico.

Os quintais na fronteira da urbanização

Os quintais, como vimos, evocaram representações predominantemente topofílicas exatamente por estarem ancoradas em práticas cuja temporalidade escapa à lógica do capital, como plantar e tratar de uma horta doméstica, contemplar árvores e plantas, usufruir do cheiro de uma floração ou do canto de pássaros, colher frutas ou simplesmente meditar sobre a vida. Os quintais permitem, de alguma forma, uma aproximação com o tempo da natureza, com suas criaturas, lembrando os homens de sua condição terrena e cósmica e dando lugar para os sentimentos de paz e tranqüilidade, ameaçados pelo tempo urbano. A presença de muitos quintais nas regiões semiperiféricas ou periféricas de nossas cidades, constituem fragmentos importantes de ecossistemas, que mesmo domesticados ou criados pela vontade

humana, representam um refúgio para inúmeras espécies de plantas e animais que teimam em sobreviver nos espaços urbanos. Se alguns quintais com maior biodiversidade poderiam perfeitamente servir a uma pauta de educação ambiental de cunho conservacionista ou estritamente ecológico, também podem servir a uma pauta mais crítica, caso os tomemos como elementos de uma situação fronteira em relação ao processo de urbanização conhecidos em nosso país, na medida em que constituem ambientes domésticos que preservam solos, espécies animais e vegetais, bem como algumas práticas sociais típicas de espaços rurais.

Analisando o processo de urbanização na cidade de S.Paulo, semelhante ao ocorrido nos grandes centros urbanos, Jacobi (2000) refere-se ao conceito de “urbanização por expansão de periferias”²⁵⁷ para definir a “ocupação extensiva e desordenada do espaço urbano” no sentido da sua periferia, produzindo áreas “desurbanizadas”, ou seja, despossuídas total ou parcialmente de infra-estrutura urbana, com o movimento de ocupação de áreas mais desvalorizadas por parte das classes populares, configurando um padrão habitacional conhecido como “autoconstrução/casa própria/loteamentos periféricos”.²⁵⁸ A ação do Estado - de um modo fomentando a especulação imobiliária através de investimentos públicos que valorizam a malha metropolitana; de outro, mitigando investimentos públicos que não garantem infra-estrutura urbana nas regiões ocupadas pelos segmentos mais pobres da população - precisa ser submetida à perspectiva de uma educação ambiental crítica. Isso para que possamos entender o papel ativo do Estado na “produção do espaço urbano”²⁵⁹, historicamente contribuindo para a segregação e a degradação do espaço urbano.

Não é incomum as populações pobres serem culpabilizadas pela degradação do meio ambiente, quando ocupam áreas ambientalmente vulneráveis, como as de encostas ou de proteção de mananciais de água, isentando-se o poder público de sua responsabilidade sobre a lógica de ocupação do espaço urbano, que empurra, para as regiões menos urbanizadas, contingentes populacionais que não encontram apoio nas

²⁵⁷ O conceito foi bem desenvolvido anteriormente por Kowarick (1985) no artigo “O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana”.

²⁵⁸ Jacobi (2000) na obra *Cidade e meio ambiente*, p.19.

²⁵⁹ Kowarick, p.40.

políticas públicas de habitação, de saneamento básico, de saúde ou de transporte. O conceito de “espoliação urbana”, sugerido por Kowarick merece ser considerado numa pauta de educação ambiental, pois, ao nos chamar a atenção para o conjunto de “ extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos”²⁶⁰, inestimáveis para a subsistência da população, revela o caráter da urbanização brasileira, que, além de agravar o processo de exploração dos trabalhadores, com a dilapidação da força de trabalho para além das relações de trabalho, implica também a degradação ambiental, comprometendo seriamente a qualidade de vida de grandes parcelas da população urbana.²⁶¹

As representações toposfólicas elaboradas sobre alguns quintais apresentam indicadores interessantes sobre o processo de urbanização no Brasil, seja quando acusa a ausência de saneamento básico que contamina um riacho, seja quando aponta o acúmulo de lixo num quintal vizinho, ou quando lamenta a rapidez das construções que sacrificam as áreas com cobertura vegetal. Os conceitos aqui apresentados, como os de “urbanização por expansão de periferias” e “espoliação urbana”, podem tornar mais agudo e crítico o olhar dos envolvidos em projetos de educação ambiental, superando a crítica difusa e conformista contra situações de degradação urbana, sempre na expectativa, algo ingênua, de que o poder constituído se torne mais sensível às demandas por saneamento, asfaltamento, coleta de lixo etc.

A força simbólica dos quintais representados no presente acervo, no entanto, sugere um claro sentido toposfílico, porquanto os indicadores socioambientais se referem a sentimentos (paz, tranqüilidade, sossego) e a práticas (contemplar, cheirar, ouvir plantar, colher, conversar, meditar), ambos ancorados no desejo de uma relação mais harmoniosa com a natureza. Os quintais permitem, assim, uma experiência temporal que nos remete a um passado, cujo alcance pode ser profundo - quando evoca memórias coletivas e arquetípicas de um paraíso perdido - ou menos profundo quando faz lembrar a memória rural de muitas famílias que hoje habitam as regiões menos nobres de nossas cidades. Por representar um limite, sempre relativo, ao avanço da

²⁶⁰ Kowarick, p.34.

²⁶¹ Em sua pesquisa sobre a cidade de S. Paulo, Jacobi apresenta dados de uma “cidade clandestina” na periferia, com 600 mil pessoas vivendo em casas coletivas, 1,9 milhão vivendo em favelas e mais de 2,5 milhões em loteamentos irregulares, p.23.

urbanização, tanto no sentido ecológico por abrigar alguma diversidade de espécies, como no sentido da ocupação do espaço, por manter uma área preservada da especulação imobiliária, como também no sentido cultural, por permitir práticas materiais e simbólicas que harmonizam a condição humana com a natureza, creio que os quintais se constituem em fontes de indicadores favoráveis de sustentabilidade, quando não por aliviarem ou suavizarem os impactos da urbanização, responsável, como vimos, pela dilapidação das condições de vida e do meio ambiente. Exatamente por representar um obstáculo ao padrão de moradia que imposto com o processo de urbanização e especulação de terrenos urbanos, através da construção de prédios de apartamentos, as casas com quintais, ainda remanescentes em nossas cidades, podem contribuir para o entendimento da lógica de ocupação capitalista do espaço urbano e dos referidos impactos sobre a vida social e o meio ambiente.

A vida confinada nos apartamentos

Presentes desde os anos 30 e 40 nas principais capitais do país, em estilo “art déco e destinados a dar moradia aos segmentos da classe média em expansão”²⁶², os prédios de apartamentos foram-se convertendo, sobretudo a partir do desenvolvimentismo dos anos 50, no paradigma moderno de moradia, aliando funcionalidade, conforto e segurança, atingindo uma expansão explosiva na década de 70, quando se tornaram dominantes nas regiões mais valorizadas dos centros urbanos, para alcançarem, nas últimas décadas, também as paisagens urbanas mais periféricas, com condomínios verticalizados de custo mais popular.

Diferentemente dos amplos apartamentos construídos até os anos 60, os imóveis mais recentes, mesmo os projetados para as classes mais abastadas, apresentam-se

²⁶² As referências históricas sobre os apartamentos foram pesquisadas na obra de Veríssimo & Bittar, *500 anos da Casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia* (1999).

tímidos em relação à área construída, com cômodos menores e pé direito mais baixo, permitindo a multiplicação de unidades habitacionais, tanto no sentido horizontal, por cada andar construído, quanto no sentido vertical, com os edifícios superando 12, 15 ou 20 andares, quase “arranhando” os céus. Esse simbolismo vitorioso que associa modernidade, tecnologia e qualidade de vida, habilmente utilizado pelos empreendedores financeiros/imobiliários, que se consolidaram como importantes atores da vida econômica e política do país durante o período de ditadura assegurado pelos quartéis, somente em meados dos anos 80 passou a ser visto como ameaça à qualidade de vida urbana, ganhando representações topofóbicas (como espigão) fundamentadas na percepção dos impactos socioambientais provocados pela voraz especulação imobiliária. Movimentos sociais, articulando moradores locais e especialistas de diversas áreas (urbanistas, sanitaristas, ambientalistas etc.), passaram a ter um papel importante no questionamento sobre o padrão de ocupação do espaço urbano, lutando, nem sempre com sucesso, para impor limites aos projetos imobiliários, considerando seus impactos sobre a malha viária, o sistema sanitário ou sobre os bens patrimoniais e naturais atingidos. Parte dos conflitos socioambientais em nossas cidades refere-se ao antagonismo entre os interesses privados de grandes corporações imobiliárias e os interesses identificados com a coletividade, ou o interesse público, com os primeiros em franca vantagem em relação aos segundos.

Considerando a simplicidade dos apartamentos, que podemos definir também como uma modalidade de moradia sem quintal, não foi difícil reconhecer, nas representações dos exemplos retratados, a evidência de indicadores de confinamento: seja com as pequenas áreas de serviço absorvendo atividades importantes para a sustentabilidade do lar, sobretudo em relação às roupas, algumas vezes conjugadas com uma pequena cozinha; seja com a exigüidade de espaço dos demais cômodos, quase não reservando espaço para circulação entre os móveis e utensílios domésticos; seja pela falta ou excesso de exposição à luz solar ou aos ventos. A noção de confinamento ganha um sentido mais topofóbico com a sensação de (in)segurança provocada pelo gradeamento e demais medidas de segurança, diante dos riscos crescentes oferecidos por nossas cidades socialmente partidas.

De modo diferente dos quintais, mas por se constituírem no modelo residencial hegemônico, atravessando as diferentes classes sociais, ainda que com significativas diferenças no grau de confinamento experimentado, os prédios de apartamentos ajudam a compreender a história da urbanização brasileira, na conformação desigual das cidades, assim como o próprio metabolismo entre as cidades e os ambientes incorporados à trama urbana. Do cotidiano doméstico dos apartamentos ou das vistas capturadas de suas janelas, podemos inferir aspectos fundamentais do processo civilizatório em que vivemos, cujas tensões e ambivalências, entre a privacidade do lar e o caráter público do universo das ruas, podem ser de muita valia para uma pauta de educação socioambiental em situações urbanas, que politize os agravos que afetam a qualidade de vida, se buscamos, de fato, caminhos para a uma sociedade sustentável.

A rua: entre o espaço familiar e o espaço público

Como vimos em relação à coleção Minha rua, prevaleceu, nas representações elaboradas, um forte sentimento topofílico, mesmo que tenham sido reconhecidas inúmeras ambivalências e mesmo algumas situações críticas que comprometem as condições de vida de seus moradores. De certo modo, a incorporação simbólica da rua aos domínios familiares, como expressão de uma situação fronteira distencionada em favor da familiaridade, com a diluição da dimensão pública da rua, revelou não apenas a importância atribuída aos valores familiares (carinho, harmonia, paternidade, fraternidade) para a sustentabilidade de uma moradia e a qualidade de vida de seus moradores, mas também uma despolitização da percepção da rua como espaço público, mitigando a noção de cidadania e desagravando a responsabilidade dos poderes constituídos sobre os riscos à qualidade de vida.

Em relação à valorização topofílica das qualidades familiares, é interessante observar que, em nenhuma das representações elaboradas, a harmonia familiar foi

*ameaçada por algum agente interno, mas sempre por um agente externo - os meios de comunicação, por exemplo -, o que não nos desobriga de levarmos em consideração, para efeito de uma agenda socioambiental, temas delicados que expõem desarmonias familiares como as práticas violentas, tão freqüentemente vitimando mulheres e crianças em nosso país.*²⁶³

Sobre o conformismo que parece naturalizar a ausência do poder público nos bairros mais pobres das cidades, tema estratégico para uma pedagogia crítica, recorro ao conceito de “justiça ambiental” defendido por inúmeros pesquisadores e entidades no Brasil, tendo em vista a experiência de movimentos sociais nos Estados Unidos, sobretudo das populações de afrodescendentes, que a partir dos anos 80²⁶⁴ começaram a denunciar a maior exposição de negros e pobres aos riscos ambientais. Assim, considerando as injustiças ambientais no Brasil e propondo ampliar o conceito “para além da temática específica da contaminação química e do aspecto especificamente racial da discriminação”, tais pesquisadores e entidades manifestam-se nos seguintes termos para fundamentar um movimento de justiça ambiental em nosso país:

As gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam um conjunto de situações caracterizadas pela desigual distribuição de poder sobre a base material da vida social e do desenvolvimento. A injustiça e a discriminação, portanto, aparecem na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na

²⁶³ Creio que uma aproximação entre os movimentos sociais que se ocupam da condição feminina e da infância com os movimentos ambientalistas poderia fertilizar o debate sobre violência doméstica no Brasil, se esse tema for focado na perspectiva de um combate político, educativo e cultural contra práticas sociais que comprometem a qualidade de vida (e a sustentabilidade) de muitas famílias brasileiras.

²⁶⁴ Segundo o norte-americano Robert Bullard (2004, p.45), que pesquisa o racismo ambiental em seu país, data de 1982 a primeira manifestação na Carolina do Norte de moradores afrodescendentes contra a presença de um aterro sanitário contendo bifenil policlorado, ameaçando a saúde de seus vizinhos. Tal manifestação, que resultou em mais de 500 prisões, suscitou estudos reveladores de que 75% dos aterros de resíduos perigosos eram localizados próximos de comunidades de afro-americanos.

*exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento.*²⁶⁵

Estudar as condições de moradia à luz do conceito de justiça ambiental, permite-nos desnaturalizar, entre outros aspectos, a precária cobertura dos serviços de saneamento básico nas regiões mais pobres do país, comprometendo a qualidade ambiental com poluição de recursos hídricos e dilapidando a saúde humana, especialmente de crianças, com elevados índices de morbidade e mortalidade. Uma agenda de educação socioambiental crítica pode e deve, a partir das situações de moradia, concorrer para a devida politização das práticas cotidianas, que, por estarem sob o manto da familiaridade, obscurecem os nexos entre a esfera pública e a esfera doméstica, entre os interesses coletivos e os privados, entre a sustentabilidade local e a sustentabilidade global.

5. PERCURSOS URBANOS

Esta coleção pretendeu reunir o conjunto de fotos-legenda que registrou os percursos realizados, cotidianamente, pelos participantes da pesquisa. Assim, com mais de 70 registros de movimentos de veículos em estradas, avenidas e ruas, apresentei para um grupo da turma uma subcoleção intitulada *situações de trânsito*, das quais foram selecionadas 24, que serão, a seguir, discutidas. Uma outra subcoleção mereceu destaque, quando procurei identificar as paisagens retratadas, ou seja, as imagens que não estivessem ocupadas com o trânsito propriamente dito. Com mais de 50 registros, a Baía

²⁶⁵ Na introdução de obra já citada, “Justiça ambiental e cidadania”, organizada por Acselrad e outros (2004,p.10).

de Guanabara impôs-se como tema de uma segunda subcoleção, pois de uma forma ou de outra está presente no percurso cotidiano de todos os participantes, quer atravessada pela ponte ou pelas barcas por aqueles que moram no Rio de Janeiro ou nos municípios da Baixada Fluminense, quer tangenciada pelas ruas e avenidas dos municípios de Niterói e São Gonçalo.

Situações de trânsito

Inevitável iniciarmos a apresentação desta sub-coleção pelas representações topofóbicas, que prevalecem claramente sobre aquelas que podemos identificar como ambivalentes, já que nenhuma das representações pesquisadas poderia remeter-nos à topofilia. Não por acaso, o texto apresentado pelo grupo que selecionou as fotos-legenda, cujo título "Quanto custa para o homem o caos urbano?" * afirma, em seu primeiro parágrafo, a inevitabilidade do trânsito para aqueles que vivem nas cidades, "sendo impossível fugir dele "**.

Antes mesmo de estarem em trânsito de fato, nas primeiras horas da manhã, muitos experimentam a espera pelo transporte, ônibus ou van, tema de três das fotos-legenda escolhidas pelo grupo. Em uma delas, a representação sobre este primeiro momento cotidiano de efetivo confronto com a rua, quando a autora deixa a casa rumo à faculdade, está ancorada na experiência de longas esperas, aliando cansaço e desânimo, na calçada da Alameda São Boaventura²⁶⁶ (fl.1). Nas outras duas, as representações associam o longo tempo de espera, numa calçada ou no acostamento de uma estrada, ao risco de atraso, com uma delas agravando o desconforto de um e de outro com a certeza de pegar conduções cheias (fls.2/3).

* Como procedemos em relação à primeira coleção, os asterísticos indicam passagens dos textos produzidos pelas alunas sobre as coleções estudadas.

²⁶⁶ Via de intenso tráfego de veículos em Niterói, incluindo os pesados como ônibus e caminhões, grande parte buscando o acesso para a Ponte Rio-Niterói, palco de freqüentes engarrafamentos.

Uma outra representação, apresentando uma imagem de dentro de um ônibus lotado, feita por quem viaja “quase todos os dias em pé”, responsabiliza o poder público pelo seu desconforto, por retirar de circulação as vans irregulares, diminuindo a oferta de transporte, como parece sugerir a legenda (fl.4).

Os engarrafamentos foram tematizados por três fotos-legenda, além de outras não escolhidas pelo grupo, uma delas com uma imagem da já citada Alameda São Boaventura, engarrafada no sentido da Ponte Rio-Niterói, ancorada na experiência de “martírio” de todas as manhãs (fl.5). Em outra, sua autora fotografou uma rua com fluxo normal de veículos, para, na legenda, contrapor a aparente normalidade com a frequência de congestionamentos, toda vez que ocorre “qualquer problema” na Ponte (fl.6). Outra imagem de uma rua do centro de Niterói, em dia de chuva, com intenso movimento de veículos e guarda-chuvas na calçada, sem maiores comentários, sugere uma rotina diária “depois das 18 horas” (fl.7) Outra alusão indireta às retenções no trânsito foi apresentada por uma imagem de uma rua no Rio de Janeiro, com automóveis em fila para contornar uma obra de cinco meses, demora atribuída pela autora à reeleição do prefeito, sem mais motivos para terminá-la com pressa (fl.8).

As representações tofóbicas, até aqui apresentadas, são solidárias simbolicamente por estarem ancoradas na necessidade de locomoção cotidiana de seus autores, como de resto de grande parte da população que estuda e/ou trabalha, dependendo não só da qualidade dos serviços de transportes oferecidos por empresas, constituídas ou clandestinas, mas também das condições de trânsito.

Sem ambivalência, o texto elaborado pelo grupo que se ocupou desta subcoleção, afirma que “a forma como o trânsito se dá, não é favorável à qualidade de vida”, evocando o “grande tempo de espera”, as viagens lotadas e em pé, os “terríveis” engarrafamentos, tendo como referência social

os trabalhadores. Estes chegam "cansados e estressados"* ao local de trabalho, "reduzindo a sua produtividade".

Se explorarmos os indicadores socioambientais sugeridos pelas situações topofóbicas no trânsito, considerando tanto a qualidade dos serviços de transporte, como as condições cotidianas de tráfego em nossas malhas viárias, podemos tratar como relevantes:

- o tempo médio consumido tanto na espera de transporte, como nas viagens sujeitas a constantes engarrafamentos, totalizando para muitos duas ou mais horas/dia;

- a intensidade do desconforto produzido pela espera no ponto, assim como pela viagem realizada em veículos lotados, produzindo cansaço, desânimo e estresse nos trabalhadores.

É interessante observar que, ao tomar como referência a condição daqueles que trabalham, os participantes da pesquisa localizaram dois riscos de perdas em relação aos referidos indicadores. No primeiro caso, as representações originais ressaltaram o permanente risco à pontualidade nos compromissos profissionais e/ou acadêmicos; no segundo, o que parece estar primeiramente em risco é a produtividade do trabalhador. Os impactos sobre a saúde física e mental dos que cotidianamente enfrentam as condições adversas do trânsito sequer foram consideradas. A poluição atmosférica com a intensa queima de combustível fóssil, por exemplo, não foi tema de nenhuma das representações elaboradas sobre as situações de trânsito, assim como a poluição sonora, muitas vezes ultrapassando os decibéis toleráveis para ouvidos humanos. Tampouco o impacto econômico do custo das passagens no orçamento das famílias foi problematizado, embora tenha sido citado por uma das fotos-legenda escolhida e que será discutida posteriormente. Tais lacunas revelam, ao menos para o grupo que selecionou e interpretou a presente coleção, uma percepção produtivista do trabalhador, ou seja, considerando principalmente a sua função produtiva e os riscos que a prejudicam,

desconsiderando a capacidade de reprodução da força de trabalho por parte dele, também seriamente afetada pelas situações topofóbicas do trânsito, já que viagens demoradas e desconfortáveis, ar contaminado, ruídos excessivos e o estresse físico e mental conspiram contra a saúde de qualquer trabalhador. Tais considerações serão retomadas quando tratarmos das implicações político-pedagógicas para efeito de uma agenda de educação ambiental, pois é preciso explorar ainda outras representações sobre as situações de trânsito.

A Avenida Brasil, artéria emblemática do município do Rio de Janeiro, que poderia constituir uma coleção específica com mais de dez fotos-legenda, foi tema de quatro foto-legendas incluídas no campo da topofobia. Duas evocam as favelas “cortadas” pela avenida, como indica a legenda de uma das fotos, na altura de Coelho Neto, subúrbio do Rio (fl.9). A outra apresenta a imagem frontal de um prédio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com uma faixa estendida em sua portaria, reproduzida na legenda – Fiocruz pede paz – aludindo “ao fato de bandidos da favela de Bonsucesso terem metralhado a sua guarita” (fl.10).

Duas outras fotos-legenda da avenida estão ancoradas em situações de risco e desconforto por parte daqueles que precisam ali pegar condução. Numa delas, sua autora fotografou uma passarela (fl.11), quase invisível no ponto de fuga do enquadramento, indicando o longo e necessário caminho para fazer a travessia da avenida, evitando o risco nas suas pistas, que suporta um tráfego diário e intenso de veículos leves e pesados, certamente uma das mais movimentadas do país. Na outra, uma das pistas da Av. Brasil é fotografada de um ponto de ônibus, a caminho do campus em Niterói, aparentemente sem outra intenção senão a de registrar um momento da rotina diária (fl.12). Ao ser examinada pelo grupo, os cones delimitando uma obra no acostamento foram percebidos como uma situação de risco para veículos e pedestres, com a imagem ganhando uma ancoragem mais topofóbica, se já não fosse suficientemente desconfortável a espera por um ônibus na margem da conhecida avenida.

Em se tratando de risco, não faltou na coleção resultante da escolha do grupo, a representação de um "acidente com vítima", aparentemente uma colisão de uma kombi com um poste, na saída do Aeroporto Tom Jobim, talvez por isso a presença de um grande grupo de pessoas uniformizadas, além de um policial, prestando os primeiros socorros (fl.13). O acidente é explicado na legenda como sendo "fatalidade(s) do cotidiano", percepção confirmada e intensificada pelo grupo, quando ressalta "o perigo constante de acidentes", (...), "aterrorizando" a todos que necessitam das "grandes rodovias".

Indiscutivelmente as situações de risco aqui representadas concorrem sobremaneira para o comprometimento da qualidade de vida, sobretudo quando elas se banalizam na percepção dos habitantes de grandes cidades. Risco banalizado, medo banalizado. Assim como os tiroteios entre traficantes que disputam o controle do tráfico de drogas nas inúmeras favelas cortadas pela Avenida Brasil, ou entre estes e as forças policiais, fazem parte de seu cotidiano, cujos limites de violência são, rotineiramente, superados por seus atores, podendo atingir qualquer morador, motorista, passageiro ou pedestre, o mesmo ocorre em relação aos acidentes de trânsito, cujos índices de morbidade e mortalidade já não espantam a percepção da população.

Como buscamos indicadores socioambientais referenciados nas situações de trânsito, fonte de uma série de agravos à saúde humana e ambiental, expressando sinais críticos de insustentabilidade das grandes cidades do país, convém considerarmos a relação entre os elevados índices de morbimortalidade por causas violentas, quer por acidentes de trânsito quer por armas de fogo, e a naturalidade com que nos acostumamos ao medo cotidiano que experimentamos ao sairmos de casa para qualquer atividade. A crescente percepção de risco, assim como as estratégias individuais e coletivas adotadas para minimizá-lo no dia-a-dia, certamente se constituem em indicadores importantes, quando discutimos um padrão de desenvolvimento sustentável, além dos dados mais objetivos contemplados pela pauta de indicadores

recomendados pela ONU e assumidos pelo IBGE, como os coeficientes de mortalidade por homicídio e por acidentes de transportes, inscritos no quesito segurança.²⁶⁷

A despeito do cenário topofóbico dominante, algumas fotos-legenda trazem situações ambivalentes que merecem atenção. Com os meios de transporte sendo objeto de quatro delas, as viagens de vans ganharam duas representações: uma para lembrar, com certo bom humor, a rotina diária – “a van nossa de cada dia!” (fl.14) -, na outra, uma van fotografada com sua porta aberta, tendo nos assentos, além da aluna, dois rapazes desconhecidos, todos sorrindo para o registro. Coerentemente, a cena tem a seguinte legenda: “viagem cansativa, porém muito divertida” (fl.15). Uma terceira representação refere-se à viagem nas barcas que atravessam a baía, com a imagem do interior da embarcação expressa no breve comentário sobre a ida (Niterói) – “vou dormindo...”- e a volta (Rio) – “vou conversando...” (fl.16). A última representação, mais crítica e topofóbica do que as anteriores, traz a imagem de um microônibus em movimentada avenida na região oceânica de Niterói, cujos atributos naturais – “praia, sol, mar, ondas” – são de certa forma desvalorizados pelo “transporte horroroso”, ancorando a crítica no “monopólio” exercido por empresa privada, que oferece uma viagem de “50 minutos”, cara e desconfortável (fl.17).

Embora tenham escolhido estas representações que tematizam as alternativas de transportes coletivos acessíveis à população, elas não mobilizaram a atenção do grupo na elaboração do texto, que não reserva muito espaço para ambivalência, ou tolerância, que amenize o sentido topofóbico prevalente no parágrafo final; “esta questão do trânsito afeta diretamente a qualidade de vida de qualquer ser humano”*, não acolhendo a possibilidade do bom humor ou de um sorriso, mesmo dentro de uma van noturna, animando a volta para casa. As barcas, transporte onde se pode dormir e conversar, ganha, na representação do grupo, um deslocamento simbólico, com uma crítica da

²⁶⁷ Scandar Neto (2004, p.46).

precária situação em que se encontram e do risco que oferecem aos trabalhadores “em dias de chuva e nevoeiro”*, incluindo mais essa modalidade de transporte no campo da topofobia. Mesmo o microônibus, que serve à denúncia da prevalência de interesses privados que impõe um serviço caro e desconfortável à população, escapou de uma referência no texto elaborado pelo grupo.

A Avenida Brasil, citada anteriormente como fonte de topofobia, comparece com mais três foto-legendas, desta vez sugerindo ambivalência. Duas delas são complementares (fls.18/19), pois a fotógrafa, utilizando uma passarela como mirante, lança o seu olhar nos dois sentidos da avenida, para o centro e para a zona oeste, dando-nos uma visão privilegiada do movimento das pistas, além de um efeito estético com o céu claro e azul suavizando o asfalto escuro. A terceira representação, cuja foto foi tirada da janela do ônibus, sugere um alívio, pois ao invés do “trânsito sempre caótico”, o dia era “de grande tranqüilidade” (fl.20)

Uma outra estrada muito movimentada, a Niterói-Manilha²⁶⁸, foi tema de uma foto-legenda (fl.21) que contrasta a imagem de pistas tranqüilas e pouco movimentadas com a metáfora do “inferno”, para se referir ao movimento nos “feriadões”, quando imensos engarrafamentos ocupam, por horas, a principal estrada de acesso tanto para regiões serranas, como, e principalmente, para o litoral com as suas lagoas e praias - destinos valorizados pela população urbana em busca de topofilia, seja junto às matas, aos rios e ao clima ameno da serra, seja junto ao mar com suas praias ensolaradas.

Outra representação que apresenta um deslocamento simbólico entre topofobia e topofilia traz uma imagem do bairro de S. Francisco (Niterói)

²⁶⁸ Muito utilizada pelos moradores de municípios mais próximos de Rio de Janeiro e de Niterói, como S. Gonçalo, Itaboraí, Magé, Rio Bonito e os demais que avançam até a região dos Lagos.

próximo ao túnel que leva para a “pior avenida”²⁶⁹ da cidade, “com trânsito lento em qualquer hora”, motivo de “estresse” na ida para a universidade, mas, ambivalentemente, motivo de “alegria” na hora da volta para casa (fl.22). O bairro, que simboliza “o meio do caminho”, ganha, assim, ancoragem topofílica (retorno ao lar) ou topofóbica (lentidão do trânsito), dependendo do sentido em que é atravessado.

Tais ambivalências, como já foi sugerido, não foram exploradas pelo grupo, mantendo no texto elaborado sobre as foto-legendas um compromisso quase absoluto com uma versão topofóbica do trânsito, salvo por uma referência aos “trabalhadores privilegiados com belas imagens oferecidas pela natureza”*, como a da Praia de S. Pedro de Aldeia, fotografada por aluna que mora na região e percorre a estrada que margeia a lagoa todo dia para Niterói, sem outra intenção aparente que a de registrar a “minha rotina” (fl.23).

Sem prejuízo da importância dos indicadores socioambientais que identificam as situações de trânsito como eminentemente ameaçadoras para a qualidade de vida da população, as representações ambivalentes revelam fronteiras móveis entre a topofobia e a topofilia, indicando estratégias de lidar com os múltiplos desconfortos cotidianos, seja buscando compensações que transformem, em motivo de alegria, o lugar que foi palco de um estresse na ida, seja aliando cansaço com diversão nos assentos de uma van, seja encontrando uma fonte de beleza na paisagem ou usufruindo da fugaz tranqüilidade de um dia sem retenções ou engarrafamentos. Longe de negarem a gravidade dos impactos do trânsito na sustentabilidade da vida urbana, as práticas que amenizam, simbólica e materialmente as condições de transporte, ancoram-se tanto na resistência às adversidades impostas, como no desejo de melhorias na qualidade de vida.

²⁶⁹ A autora refere-se à Av. Roberto Silveira, uma das principais via de acesso à Ponte Rio-Niterói e ao centro da cidade.

Nesse sentido, o grupo sugere, no seu texto, a urgência de encontrarmos alternativas para a gravidade da situação do trânsito, de modo a “desafogá-lo”*, como trens e metrô, que, “infelizmente”*, não contam com a vontade, nem com os investimentos do “poder público e empresarial”*. A percepção da necessidade e da possibilidade de soluções parece esbarrar na descrença em relação aos poderes constituídos, dotando a crítica de um teor conformista, como se a população não tivesse qualquer possibilidade de protagonismo no sentido das mudanças desejadas. Para efeito dos indicadores que buscamos pesquisar, tendo em vista uma agenda de educação socioambiental, interessa tanto uma avaliação das políticas públicas e suas parcerias privadas, no sentido da melhoria nos serviços de transportes e no gerenciamento do trânsito, como também uma avaliação da predisposição da população, quer em relação a sua credibilidade nos poderes constituídos, quer em relação ao seu poder de interferência nas decisões sobre os problemas urbanos. O padrão de cidadania de uma sociedade, inevitavelmente, é resultante do contraditório conflito entre os interesses públicos/coletivos e os interesses privados, com indiscutível vantagem dos segundos na história da urbanização brasileira, sendo a consciência deste conflito fundamental para qualquer projeto de desenvolvimento sustentável. Antes de avançarmos na discussão sobre as possibilidades de uma educação de caráter emancipatório, que contemple a crítica situação urbana que vivemos, a coleção intitulada de *Percursos urbanos* nos reserva ainda uma subcoleção, tendo a Baía de Guanabara como fonte das representações.

Baía de Guanabara

A presente coleção, que reúne 18 fotos-legenda, escolhidas entre meia centena de imagens sobre a Baía de Guanabara, será objeto de representações, das mais favoráveis às mais desfavoráveis, se consideramos as condições de sustentabilidade socioambiental de uma baía gravemente afetada no seu metabolismo ecossistêmico pelas notórias agressões às suas águas, aos rios que a alimentam, às suas margens, às espécies que dela dependem, aos

mangues e as matas que já caracterizaram o ambiente natural de uma baía, o qual, hoje, suporta uma densidade de mais de oito milhões de habitantes.

A percepção de gravidade, por parte da população, sobre a situação socioambiental da Baía não constitui novidade, tendo sido razoavelmente pautada pela mídia nos últimos anos, cobrindo tanto as denúncias e propostas de movimentos sociais e organizações não-governamentais, quanto as ações dos poderes públicos e privados, no sentido da mitigação dos múltiplos impactos provenientes do precário tratamento de esgotos sanitários e industriais, da ineficiente cobertura na coleta de lixo, da debilidade da fiscalização sobre atividades predatórias em áreas de preservação ambiental, da ocupação desordenada das encostas, enfim, tornando pública e política a preocupação com a saúde ambiental da baía. Ela tem sido tema recorrente em nossas atividades com as turmas da Faculdade de Educação, explorando as ameaças contra a riqueza histórica, cultural e ambiental que representa, além das possibilidades de inclusão de educadores e educandos nos esforços que pretendem assegurar a sustentabilidade socioambiental da baía e de seu entorno.

Parte das representações selecionadas pelo grupo corresponde, assim, a essa percepção de risco ambiental, com algumas ganhando ancoragens nitidamente topofóbicas, em outras porém, os agravos são suavizados com os atributos naturais da baía, que ainda sobrevivem e encantam, ou, de outro modo, as belezas naturais são relativizadas por conta das agressões. Não faltaram também aquelas que podemos considerar como topofílicas, fortemente presentes na coleção estudada, com mais de 20 fotos-legenda de paisagens que valorizam a beleza da baía.

Respeitando a seleção do grupo, que, primeiramente, em seu texto comenta as três representações que inspiram explicitamente sentimentos topofílicos de "paz, tranquilidade e relaxamento"* , temos em duas delas a presença de aves marinhas fotografadas das barcas, uma cruzando o céu azul

com a legenda poética sugerindo um "céu vivo" (fl.24), outra, flagrando uma ave depois de um mergulho bem sucedido em busca de "um peixinho" (fl.25). A terceira, cujo foco é a Pedra da Itapuca, na Praia de Icaraí, valoriza outra atividade, além da contemplação do patrimônio natural: "caminhar no calçadão é uma delícia!" (fl.26).

Outras paisagens valorizadas sugerem uma conciliação entre a civilização e a natureza, com ancoragens topofílicas tanto nas belezas naturais da baía, quanto em grandes obras urbanísticas. Em uma delas, temos uma imagem do "Cristo Redentor", que mesmo em dia nublado, compõe, com a Baía de Guanabara, "um cenário maravilhoso" (fl.27). Em outra, a imagem é feita do Caminho Niemayer, retratando "a beleza da Baía de Guanabara e da Ponte Rio-Niterói" (fl.28). A baía e a ponte são tematizadas em outra representação igualmente conciliadora, na medida em que a bela vista das águas e do céu foi capturada da ponte, na legenda sendo citada como estando "ao lado" da baía (fl.29).

Essa predisposição topofílica e conciliadora não sobrevive incólume ao exame do grupo, que, diante das referidas fotos-legenda elabora uma representação ambivalente, reconhecendo a beleza natural, mas acusando "a interferência do meio urbano", desmontando a conciliação para sugerir antagonismo entre a natureza e a cidade, pois "este meio natural que é tão lindo, sofre com as conseqüências da civilização"*.

Outras quatro fotos-legenda mereceram o mesmo tratamento do grupo, ainda que neste caso as representações originais não tivessem uma vocação tão claramente topofílica, assumindo, portanto, um sentido ambivalente. Em uma delas a paisagem fotografada, das águas calmas com a cidade do Rio ao fundo, é ancorada na beleza e no sofrimento: "Bela visão da tão sofrida Baía de Guanabara" (fl.30). Em outra o campus do Gragoatá (Niterói) é retratado de uma das barcas, com o azul das águas sendo ironizado: "pelo menos na foto a baía permanece azul" (fl.31).

As duas fotos-legenda restantes são muito semelhantes, por retratarem a estação das barcas, em Niterói, olhada do mar, tendo como moldura o concreto dos prédios vizinhos. Assemelham-se, também, na ancoragem descritiva e quase neutra da imagem, uma, indicando a chegada a Niterói (fl.32), outra, nomeando a vizinhança da estação (fl.33), sem prejuízo do belo resultado estético conseguido pelas fotografias, que certamente não foi ocasional.

Estas representações valorizam, no caso das duas primeiras, a beleza da visão e a saúde das águas, ambas ameaçadas pelas agressões conhecidas; no caso das outras duas, as estações das barcas, buscando alguma beleza na paisagem rotineira. Como verificamos anteriormente, na leitura do grupo, o que se valoriza é exatamente a desvalorização provocada pelo “meio urbano” sobre o “meio natural”*. Esse sutil deslocamento simbólico revela um esforço crítico do grupo, que tende a recusar a possibilidade de conciliação entre natureza e civilização para configurar uma relação antagônica.

Semelhante antagonismo se manifesta mais claramente quando o grupo se refere às representações mais topofóbicas, expressas nas demais fotos-legenda escolhidas. Três delas tematizam diretamente a poluição das águas da baía. A mais sumária traz uma imagem plena com as águas da baía, provavelmente feita a bordo de uma barca, com a seguinte pergunta acusadora: “Mar ou esgoto? (fl.34). Em uma outra, temos a estação das barcas em Niterói fotografada da praia, com lixo na areia e o cano terminal da rede de esgoto, comentando na legenda: “tudo para piorar o aspecto da baía”. Esta representação ganha um sentido mais crítico quando acusa a “falta de conscientização das pessoas e do governo” (fl.35). A terceira foto-legenda, com uma imagem feita de dentro de um pequeno barco de pesca, revela que a rede trouxe mais lixo do que peixes para dentro do barco, reafirmando na legenda: “Olhem quanto lixo no fundo da Baía de Guanabara” (fl.36).

Uma outra forma de poluição é sugerida por uma foto-legenda, com a imagem de uma barca navegando na baía com a ponte ao fundo, transformada em propaganda flutuante de um supermercado (fl.37). Um navio abandonado, fotografado em dia de céu e águas escuras, compõe outro cenário topofóbico, com a denúncia na legenda: “Olhem que ferro-velho na Baía de Guanabara”(fl.38), um dos representantes de um verdadeiro cemitério de navios desativados²⁷⁰ em suas águas. Uma outra representação desfavorável apresenta uma vista da baía, registrada da estrada Niterói-Manilha, comprometida pela presença de “um dos estaleiros que cercam a Baía!”, também com nítida ancoragem topofóbica (fl.39).

Se as representações apresentadas indicam alguns dos agravos que ameaçam a integridade da baía, uma última representação critica uma das unidades do Campus do Gragoatá (UFF), na margem na baía, com uma foto tirada de uma das barcas, tendo, no primeiro plano a Biblioteca Central, identificada topofobicamente como “o grande caixote lacrado”, sugerindo um desencontro entre o ambiente e a arquitetura do prédio (fl.40).

Confirmando a percepção topofóbica das diferentes autoras, quando elaboraram suas fotos-legenda, o grupo usa em seu texto a noção de “invasão” para se referir ao “resultado” da ação humana “num ambiente natural: sujeira, abandono e o descuido da população que trabalha e mora em suas proximidades.” * A passagem revela uma predisposição nada conciliadora entre homem e natureza, sugerindo uma vocação predatória daquele, tomado genericamente, ou da população descuidada. A insensibilidade em relação ao ambiente natural é reafirmada no caso do projeto arquitetônico no campus universitário, na medida em que “a luz solar não é aproveitada, transformando a Biblioteca numa estrutura de concreto, que nos remete a uma grande caixa fechada.”*

²⁷⁰ Um levantamento realizado para a elaboração de um Plano de Gestão Costeira para a baía, sob a supervisão do governo do estado (FEEMA/SEMADS), identificou mais de duzentas embarcações em situação de abandono nas águas da baía.

As fotos-legenda que constituem a subcoleção estudada, e mesmo considerando toda a coleção que fez parte deste exercício de pesquisa sobre a baía, não fazem jus à diversidade de situações socioambientais no entorno e dentro de suas águas, pois expressam, sobretudo, experiências de trânsito nos limites da porção mais próxima à entrada, usando a ponte, a barca ou rodovias que ligam Rio, Niterói e S.Gonçalo, três dos municípios que integram a Bacia da Baía de Guanabara.²⁷¹ As ilhas, as praias, os mangues e os rios localizados para além da Ponte Rio-Niterói, em direção ao fundo da baía, não estão representados nesta coleção, assim como exemplos de ocupação econômica e populacional, tanto da orla como da bacia, que tem, historicamente, concorrido para a sua degradação socioambiental. Mesmo com os limites perceptivos de transeuntes diários, condição da maioria das alunas/fotógrafas²⁷², a presente coleção sobre a Baía de Guanabara permite a pesquisa de alguns indicadores socioambientais importantes, de modo a justificar sua pertinência como tema estratégico de uma agenda de educação nesse campo nos municípios de seu entorno, já não fosse justificada por sua importância histórica na ocupação humana dessa região do litoral brasileiro, desde os tempos pré-cabralinos, por suas águas calmas e a fartura de água doce e de alimentos - palco de muitas lutas envolvendo povos nativos e europeus pelo seu controle.

A riqueza simbólica, sensorial e material da baía, emerge com nitidez da coleção estudada, suscitando tanto representações próximas à topofilia, quanto àquelas mais topofóbicas, fazendo da baía uma fonte ambivalente de indicadores, favoráveis e desfavoráveis, se consideramos suas condições de sustentabilidade socioambiental.

Para muitos dos participantes da pesquisa, apesar dos pesares, a baía possibilita experiências e sentimentos valorizados, invariavelmente associados à

²⁷¹ São 16 os municípios que integram a bacia da baía: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, Guapimirim, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio Bonito, São João de Meriti, Tanguá e Cachoeiras de Macacu.

²⁷² Da coleção apresentada, duas das fotos foram tiradas em condições distintas de quem está em trânsito para o trabalho ou para a faculdade: a que registra a Praia de Icaraí durante uma caminhada e a que revela o fundo de um barco de pesca, do pai da fotógrafa.

qualidade de vida, seja quando se contempla uma bela vista de seus atributos naturais e urbanísticos de uma janela, seja quando se caminha na sua orla. Sugerem momentos de paz, tranqüilidade e relaxamento durante os percursos nem sempre agradáveis da rotina cotidiana. Se não parece haver divergências, entre as representações individuais e coletivas, sobre os laços materiais e simbólicos que associam o bem-estar humano ao usufruto de bens naturais, reconhecidos como fonte de topofilia, os bens construídos (cristo, ponte, estação das barcas, calçadão, etc.) são menos consensuais, sendo valorizados em algumas fotos-legenda e ganhando conotações topofóbicas nas representações elaboradas pelo grupo, com o uso das noções de “interferência” e “invasão”.

De todo modo, importa considerar que, para efeito dos indicadores socioambientais que pesquisamos, a baía representa um ambiente valorizado para o grupo, mas cuja integridade, infelizmente, está sendo ameaçada pelos impactos provenientes das atividades urbanas. Parte das representações estudadas ocupa-se dessas ameaças, com a poluição das águas ganhando destaque, quer pelo despejo cotidiano de lixo ou esgoto, quer pelas carcaças de navios abandonados ou pela propaganda flutuante.

Sobre as mais conhecidas fontes de poluição, o lixo e o esgoto, alguns dados²⁷³ dão a dimensão do impacto nas condições de sustentabilidade da baía, mesmo depois de quase 12 anos do início das obras previstas no Plano de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG)²⁷⁴, que pretendia saneá-la, melhorando a coleta e as condições dos aterros de lixo no seu entorno, bem como garantir o tratamento de 58% do esgoto despejado em suas águas. Até 2005, dos 16 municípios do entorno da baía, apenas um (Nova Iguaçu)

²⁷³ Os dados utilizados foram extraídos de uma série jornalística intitulada “Natureza à Deriva”, de autoria de Paulo Marqueiro e Tulio Brandão, publicada no jornal *O Globo*, entre janeiro e fevereiro de 2005, fazendo um diagnóstico das condições socioambientais da baía, por ocasião dos dez anos do Plano de Despoluição da Baía de Guanabara.

²⁷⁴ As obras do referido programa foram iniciadas em fevereiro de 1995, um ano depois da assinatura de contrato que lhes garantiu o financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Japonês para a Cooperação Internacional (JBIC), com custo total inicial de US\$ 793 milhões, dez anos depois orçadas em US\$1,04 bilhão, sobretudo por conta de atraso e reajustes contratuais. (O Globo, 3 /02/05, p.13)

dispunha de aterro sanitário²⁷⁵, prevalecendo os lixões e os aterros controlados²⁷⁶, cujos resíduos sólidos e líquidos atingem suas águas. Usinas de reciclagem e compostagem inconclusas ou desativadas, equipamentos como caminhões, tratores e retroescavadeiras sucateados em pátios, aterros vertendo chorume em rios que deságuam na baía, serviços de coleta de lixo atingindo ainda poucos domicílios²⁷⁷ fizeram parte do cenário retratado pelos jornalistas, permitindo compreender a manutenção de graves indicadores de insustentabilidade socioambiental da baía, com a cotidiana poluição das águas e o assoreamento²⁷⁸ provocado também pelo acúmulo de lixo no fundo, além das dez toneladas diárias de lixo flutuante, sobretudo de sacos e garrafas de material plástico, podendo atingir até uma centena de toneladas em dias chuvosos.²⁷⁹

Também em relação ao despejo diário de esgotos na baía, que concorre fortemente para a poluição e o assoreamento, o cenário é de gravidade, já que as metas do PDBG não se cumpriram até 2005, com ainda 75% da carga de esgotos diária lançada, sem tratamento, em suas águas, o equivalente a 15 mil litros por segundo, longe da meta inicial de garantir o tratamento de 58% do esgoto lançado até 1999. Atravessando os dois últimos governos²⁸⁰, com prazos não cumpridos, obras inacabadas e muitos adiamentos, essa meta foi prorrogada para o fim de 2006, deixando sem definições a segunda fase do programa.

Outros agravos não citados pelas representações contribuem para o comprometimento da vida na baía: como o despejo diário de cerca de três toneladas de óleo, menos que as dez toneladas/dia vertidas nos anos 90, mas ainda assim, comprometendo a qualidade das águas; ou a carga diária de

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ São recomendáveis apenas na fase de encerramento dos lixões e não como solução definitiva, advertem os ambientalistas. (*O Globo*, 3/02/2005)

²⁷⁷ Como em São Gonçalo, que, em 2005 ainda tinha 70% de sua população sem a devida coleta de lixo

²⁷⁸ “Diz dos processos geomórficos de deposição de sedimentos, ex: fluvial, eólico, marinho” (Vocabulário Básico de Meio Ambiente – 1990).

²⁷⁹ *O Globo*, 30/01/2005.

²⁸⁰ Governos de Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho.

resíduos industriais²⁸¹, estimada em 64 toneladas de resíduos: além dos 300 quilos de metais pesados, com as águas apresentando índices elevados de zinco, mercúrio, cromo, fenóis, chumbo e cobre.²⁸²

Em 2005, constatava-se o baixo índice de balneabilidade das 53 praias da baía, com apenas quatro merecendo a recomendação de próprias para o banho, sendo que 22 foram classificadas como péssimas para atividades de lazer.²⁸³

Não por acaso, outras atividades estão seriamente ameaçadas, como a dos pescadores e a de catadores de caranguejo, pela redução considerável da biodiversidade já abrigada, em suas águas, nos seus mangues e suas restingas, que ainda sobrevivem em algumas áreas da baía. Um trecho contínuo de manguezais entre os municípios de São Gonçalo e Magé, com cerca de 80 km², atravessado pelos últimos quatro rios razoavelmente saudáveis, entre os mais de 50 cujas águas chegam à baía, representando um pouco mais de 30% da cobertura de mangues que já existiu, abrigando mais de 150 espécies de aves, além de jacarés e capivaras, sendo berçário de inúmeras espécies como camarões, peixes e caranguejos, encontra-se, precariamente, defendida por uma Área de Proteção Ambiental (APA de Guapimirim), com estrutura insuficiente para garantir a integridade do ecossistema.²⁸⁴ A promessa de instalação de um pólo petroquímico no município de Itaboraí, se tem excitado os interesses empresariais e políticos sobre uma região empobrecida da baía, inclusive com a perspectiva de geração de empregos e de modernização, com os cobiçados *royalties* a alimentarem receitas municipais, traz, por outro lado, preocupações em relação aos impactos sobre esta última reserva de manguezais.

²⁸¹ Cerca de dez mil indústrias operam na baía, com destaque para o complexo petroquímico de Duque de Caxias.

²⁸² O Globo, 30/01/2005.

²⁸³ O Globo, 31/01/2005.

²⁸⁴ O Globo, 5/02/2005.

Diante das circunstâncias, não chega a surpreender as estimativas de um dos principais estudiosos da baía, Elmo Amador, citado nas reportagens²⁸⁵, quando prevê sua morte nos próximos 200 anos, se os processos de degradação não forem, senão interrompidos ao menos controlados na sua intensidade. Podemos considerar neste momento o risco de topocídio, conceito anteriormente citado²⁸⁶, para definir situações de degradação irreversível, de colapso socioambiental, que parece oportuno para uma avaliação sobre o futuro da Baía de Guanabara, caso as cidades do seu entorno não implementem um plano de gestão costeira que diminua, efetivamente, os riscos à sua sustentabilidade.

Se alguns riscos foram tematizados nas representações, as responsabilidades foram genericamente atribuídas ao homem ou à civilização, como se a degradação da natureza fosse o resultado necessário das práticas humanas, sugerindo um antagonismo fatalista entre homem e natureza. De outro modo, em algumas representações foram responsabilizados o governo e a população pela falta de consciência, pelo abandono e o descuido em relação à baía, sem qualquer indicação sobre a possibilidade ou a necessidade de práticas sociais e governamentais que melhorem a sua situação.

A percepção de que a baía sofre um processo de degradação, sobretudo pela poluição de suas águas, presente em parte das representações elaboradas pelo grupo, ganha uma expressão mais conformista do que inconformista nas narrativas, pois, se criticam o descompromisso ambiental da população e dos governantes, também não esperam mudanças, quer na atitude da população quer na dos governos. Se as representações mais topofóbicas não chegam a antever um cenário de topocídio (morte da baía), por ela, a despeito das agressões, continuar inspirando representações topofílicas, por outro lado, ao identificarem civilização com degradação da natureza, as representações não deixam muita margem para um futuro sustentável.

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ Amorim F^o (1996, p. 142)

Tais ambivalências indicam não apenas limites no conhecimento sobre as condições socioambientais da baía, da parte daqueles que a percebem como paisagem durante percursos urbanos, mas também um inconformismo conformista em relação ao processo de sua crescente degradação, com nenhuma das representações sugerindo a possibilidade de transformação das relações entre as cidades, seus habitantes, e a baía.

Tanto quanto os indicadores que materializam a intensidade dos agravos por elas sofridos cotidianamente, alguns contemplados pelos critérios da ONU e do IBGE, como os relativos ao tema da biodiversidade (áreas protegidas, espécies ameaçadas ou extintas e tráfico e comércio de animais silvestres), ao tema dos oceanos e áreas costeiras (balneabilidade, população residente no litoral e produção de pescado), assim como os já citados sobre as condições de saneamento, considero importantes os indicadores qualitativos, que, revelados nas representações elaboradas, permite-nos compreender como a baía é percebida pelos participantes do exercício de pesquisa.

Em grande parte deste acervo de fotos-legenda prevalece o olhar do transeunte, de quem atravessa a baía sobre rodas ou pelo mar, ou de quem caminha na sua orla chegando ao Campus do Gragoatá, buscando o usufruto da paisagem, fonte de beleza, harmonia e tranqüilidade, sentimentos topofílicos ancorados nos bens naturais e mesmo em alguns bens construídos, como o Cristo, a Ponte, o Caminho Niemayer²⁸⁷, as estações, embora estes, com exceção do primeiro, sejam percebidos de forma mais ambivalente. A corrupção dessa paisagem, que ameaça a integridade desses bens, principalmente pela poluição das águas, é lamentada como perda material e simbólica de qualidade de vida, não só referente à saúde da baía, mas também no tocante à condição humana, que assiste à degradação de um bem natural valorizado sem ter como reagir além do lamento, por mais crítico que ele seja. Embora tais

²⁸⁷ Trecho importante do Caminho Niemayer percorrido por grande parte dos alunos do Campus do Gragoatá, tema de uma sub-coleção que ainda será discutida neste trabalho.

representações reconheçam nela valores intrínsecos, significativos para a qualidade do percurso cotidiano dos transeuntes, elas indicam, no plano simbólico, uma relação de exterioridade entre as pessoas e a baía: a paisagem, mesmo agredida, continua oferecendo prazer e encantamento. Chama, também, a atenção o sentimento de impotência política diante do processo de degradação identificado, que responsabiliza indivíduos e governos, sem vislumbrar soluções ou mesmo a sua participação na defesa deste bem valorizado, salvo, talvez, a de não contribuir com a poluição jogando resíduos em suas águas.

Poucas fotos-legenda apresentam uma outra maneira de olhar a baía, por estarem referidas à experiências mais próximas do espelho d'água e do seu metabolismo, como é o caso de duas pequenas coleções²⁸⁸: uma, reunindo o registro de duas alunas que costumam caminhar sobre o calçadão que valoriza trecho nobre da orla de Niterói²⁸⁹; outra, registrando, em três momentos, uma pescaria na baía, num modesto barco de pescador, pai da autora. Duas dessas fotos-legendas são conhecidas por terem sido escolhidas pelo grupo, uma da Pedra da Itapuca e uma do interior do barco; entretanto o que interessa indicar sobre essas experiências, que não estavam previstas na proposta original dos temas a serem retratados, é o fato delas favorecerem a qualificação dos indicadores sobre a baía para além de uma paisagem externa.

Caminhar pela orla, rotineiramente, permite acompanhar mais amiúde o estado da baía, como na foto-legenda que traz uma vista da Praia da Boa Viagem, com o seguinte comentário: "há dias que as garrafas PET ficam boiando na baía" (fl.41), ou uma outra, com uma imagem da Praia de Icaraí, indicando os prédios que "tomaram conta de sua orla"(fl.42). Tais representações, por evocarem alguma memória em relação à qualidade das águas e à ocupação da orla, sugerem uma percepção menos episódica que a de

²⁸⁸ Algumas fotos-legendas não escolhidas pelo grupo serão apresentadas por permitirem um especial enriquecimento na percepção da baía.

²⁸⁹ Praias de Icaraí, Flexas e Boa Viagem até o Forte Gragoatá, muito utilizada para caminhadas, corridas e demais exercícios, pelos pescadores que tiveram parte do calçadão equipada com suportes para varas, além dos muitos casais que no fim de tarde buscam a orla da baía para namorar.

um mero transeunte, favorecendo sentimentos de afeição e pertencimento referenciados na baía, onde se pode ler, no aspecto das águas, na presença de aves e peixes, na força do vento, ou no cheiro da maresia, a evolução do seu estado.

Mais profunda, em todos os aspectos, é a experiência de quem depende do metabolismo da baía, como um pescador, cuja filha sabe ler no resultado de uma pescaria o empobrecimento da biodiversidade e da sua atividade pesqueira, quando apresenta a imagem de uma caixa com pequenos peixes para comentar que “até as cocorocas²⁹⁰ estão em extinção” (fl.43), ou quando apresentou o lixo depositado no fundo da baía na foto-legenda já comentada, percebendo o assoreamento que escapa da percepção do transeunte, mais mobilizado com o lixo flutuante. Os pescadores, assim como os catadores de caranguejo e de mariscos, sujeitos coletivos que experimentam, em referência a ela, um sentimento de dependência e, de certo modo, de pertencimento, são portadores de um olhar que tem muito a oferecer a uma pesquisa sobre indicadores socioambientais da baía.

Essas distintas maneiras de se relacionar com a baía devem ser levadas em conta, principalmente, quando nos preocupamos com as implicações educativas e pedagógicas desta pesquisa, porquanto esperamos aguçar o olhar de educadores de modo a superarem a simples condição de transeuntes que atravessam ou tangenciam a baía, embora esta condição seja relevante para um estudo sobre as condições da mesma.

²⁹⁰ Espécie não valorizada comercialmente, epidêmica na baía e que, aparentemente, tem resistido às águas poluídas, que já não são quase freqüentadas por peixes mais valorizados, como garoupas, linguados e robalos. Corvinas, cada vez menores e mais raras, ainda mantém a atividade pesqueira com fins comerciais na baía.

Pesquisa temática para uma agenda de educação socioambiental (percursos urbanos)

Para retomar os temas discutidos a propósito dos indicadores sugeridos nas representações que compõem a coleção *Percursos urbanos*, tendo em vista a elaboração de uma agenda de educação socioambiental que possa ser considerada pelos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, proponho os seguintes desdobramentos temáticos, necessariamente articulados entre si.

Trânsito e degradação da vida

As representações sobre as situações de trânsito experimentadas pelos participantes da pesquisa, contingência de todos que precisam se deslocar nos grandes centros urbanos para qualquer finalidade, não deixam margem de dúvida sobre o caráter tofofóbico que tem assumido a experiência cotidiana dos percursos urbanos, fonte de desconforto, estresse, irritação, cansaço e medo. Se os engarrafamentos, que potencializam a tofofobia, provocando representações sociais ancoradas nas noções de inferno e de martírio, deixaram de ser eventuais para se tornarem cotidianos em nossas cidades, penalizando, genericamente a toda a população, não podemos desprezar diferenças socioambientais importantes quando consideramos as condições de circulação e transporte que não são as mesmas para todos. No caso dos sujeitos desta pesquisa, como de grande parte da população, a qualidade das viagens depende não só das condições de trânsito, como das condições dos serviços de transportes coletivos. Os impactos negativos do trânsito sobre a qualidade de vida nas cidades costumam ser mais severos para os usuários de transportes coletivos, apesar dos que dirigem seus próprios veículos não serem poupados dos engarrafamentos diários.

Examinando as condições de trânsito e tomando os engarrafamentos como indicadores de uma crise do sistema de circulação de veículos nas cidades, impondo lentidão do fluxo, viagens mais demoradas, desconforto,

desgaste físico e emocional, além dos inevitáveis atrasos em relação aos compromissos, podemos considerá-los como fatores agravantes do processo de espoliação urbana, nos termos defendidos anteriormente²⁹¹, por acentuarem a dilapidação da força de trabalho para além da exploração do trabalho na esfera da produção. Refém dos poderes públicos responsáveis pela gestão do tráfego (sinalização, fiscalização, segurança etc.) e pelas soluções urbanísticas que buscam racionalizar a circulação de veículos (pontes, elevados, túneis, alargamentos de vias etc.), progressivamente desafiados por uma frota cada vez maior, a população, embora insatisfeita, parece impotente diante da rotina torturante enfrentada nos deslocamentos diários. São praticamente inexistentes as instâncias de participação da população na definição das políticas públicas implicadas no trânsito, salvo uma ou outra audiência pública convocada por ocasião de obras de grande porte, ou ainda por ocasião das eleições, quando promessas de obras são oferecidas ao eleitorado.

Do mesmo modo, sem participação dos usuários/cidadãos, as empresas concessionárias que exploram as linhas de transporte municipais e intermunicipais, definem os preços e a qualidade dos serviços, que, mesmo sob a supervisão do poder público, cotidianamente impõem à população longa espera por condução, viagens desconfortáveis (lotação) e passagens caras, como apontaram as representações discutidas. Salvo em episódios explosivos, quando o descontentamento popular gera violência e depredação de ônibus, trens e estações²⁹², provocando, além de repressão policial, alguma reação do poder público e das empresas no sentido da melhoria dos serviços e dos preços, a população, via de regra, conforma-se com as políticas de transporte estabelecidas entre o poder público e seus parceiros privados.

Se as representações estudadas sugerem, assim, uma clara insatisfação, acompanhada de resignação, sem muitas expectativas de dias melhores, não

²⁹¹ Kovarick (1985).

²⁹² O livro *Cidade, Povo e Poder*, organizado por J.A. Moisés et al.(1981), apresenta dois artigos sobre quebra-quebras, um do referido autor, intitulado “Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947”, ocorrido em São Paulo, e outro, de Edison Nunes, “Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, 1977-1981”.

deve passar despercebido o fato de que, além do cansaço e desconforto, o tempo perdido e o risco de atraso ganharam bastante importância no contexto das representações, que não fizeram qualquer referência aos impactos do trânsito sobre a saúde humana e o meio ambiente, indicando uma percepção parcial da crítica situação vivida nas cidades. Além do risco de acidentes, com mortos e feridos, lembrado por uma das fotos-legenda estudadas, os danos à saúde de quem se encontra exposto diariamente a situações de estresse prolongado, como em congestionamentos, que segundo cardiologistas, potencializa em três vezes risco de enfarte²⁹³, não foram, objetivamente, contemplados na coleção de representações estudada. Temas como a contaminação do ar pela emissão de gases, ou a poluição sonora pelos motores e buzinas, que trazem evidentes prejuízos à saúde, aumentando a incidência de doenças respiratórias e cancerígenas, tampouco mereceram referência, indicando uma tolerância maior em relação à dupla poluição da atmosfera - por gases e por ruídos - do que em relação aos transtornos psicofísicos (cansaço, desânimo) e temporais (atraso nos compromissos) causados pelo trânsito, como se os impactos sobre a saúde da população e sobre as condições ambientais representassem custos inerentes e inevitáveis ao crescimento urbano.

Mais uma vez recorro ao conceito de dilapidação da força de trabalho²⁹⁴ para caracterizar os custos sociais impostos pelo padrão de crescimento urbano que conhecemos, no caso demonstrando como as atuais condições de trânsito e de transportes repercutem na perda de qualidade de vida da população, pressuposto que deveria bastar para evidenciar a insustentabilidade das políticas reguladoras do trânsito em nossas cidades.

Uma pauta de educação ambiental crítica precisa cumprir o papel de problematizar os conflitos entre interesses privados e coletivos na elaboração

²⁹³ Em matéria publicada no *Jornal do Brasil* (13/11/2006) médicos fazem essa advertência, além de relacionarem os engarrafamentos com a incidência de hipertensão, gastrites, úlceras e problemas musculares, na coluna e nas articulações.

²⁹⁴ Kowarick (1981, p.34).

das políticas que afetam as condições de trânsito e de transportes em nossas cidades, na medida em que, ao prevalecerem os interesses privados sobre os interesses da população, caminharemos para um agravamento dos impactos discutidos. A desnaturalização dos engarrafamentos e de seus fatores de degradação da qualidade de vida, bem como da conformada tolerância da população com relação às políticas traçadas sem a sua participação, devem constituir uma motivação para educadores comprometidos com uma lógica de desenvolvimento sustentável, passíveis de concorrer para a elaboração de estratégias que garantam algum controle social sobre as políticas relacionadas com a gestão do trânsito nas cidades. É interessante não perder de vista a potencialidade de movimentos de estudantes, protagonistas de lutas em muitas cidades brasileiras, defendendo o passe-livre, que, partindo das dificuldades econômicas das famílias com os elevados custos diários das passagens, podem ampliar sua pauta de lutas para considerar outros impactos sobre a qualidade de vida provocados pelas situações de trânsito, como os sanitários e ambientais.

Uma matriz energética insustentável

A poluição atmosférica, como já foi constatado, não foi tematizada no contexto da coleção sobre as situações de trânsito, indicando não apenas uma aparente tolerância em relação aos seus efeitos na qualidade de vida nas cidades, mas também, senão o desconhecimento, uma subestimação sobre a contribuição dos veículos automotores para o aquecimento global pela emissão ininterrupta de gases-estufa na atmosfera.

A queima de combustíveis fósseis, utilizada desde a Revolução Industrial como fonte básica de energia - carvão, petróleo e gás - tem alterado a composição de gases da atmosfera, favorecendo, perigosamente, o acúmulo de gases retentores de calor, provocando a elevação das temperaturas médias do planeta, com impactos severos sobre as condições de vida na Terra.

Modelagens climáticas realizadas por pesquisadores que têm subsidiado o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (PIMC), cujo relatório foi apresentado na ECO-92, no Rio de Janeiro, para orientar as mudanças que se faziam urgentes na matriz energética baseada no consumo de combustíveis fósseis, afirmavam a gravidade das alterações provocadas pelas atividades humanas no ciclo de carbono do planeta²⁹⁵, prometendo diminuir, nas próximas décadas, a oferta de alimentos e de água doce, provocar migrações forçadas de populações em regiões costeiras, sujeitas a serem atingidas pela elevação dos oceanos, do mesmo modo ameaçando a vida de espécies e de biomas inteiros como as florestas.²⁹⁶

Os veículos que circulam no planeta, segundo Walsh (1992), “geram mais poluição atmosférica do que qualquer atividade humana”²⁹⁷, sendo a principal fonte dos gases-estufa²⁹⁸, como o dióxido de carbono (CO₂), os clorofluorcarbonos (CFC), o óxido nitroso (N₂O), o metano (CH₄), além do monóxido de carbono (CO), produzidos a partir da queima de gasolina, óleo e gás, sendo que o gás natural apresenta uma concentração menor de carbono, assim, considerado menos poluidor quando comparado aos demais combustíveis fósseis.

Para acompanhar as advertências sobre a natureza dos riscos climáticos advindos do aquecimento global:

[...] se a maioria dos climatólogos estiver certa, num mundo sem alterações em que as emissões de gases-estufa permaneçam

²⁹⁵ Para as modelagens climáticas são consideradas as trocas de carbono entre a atmosfera e as principais reservas de carbono do planeta, como os oceanos, o solo e a biota (conjunto dos seres vivos, incluindo as florestas). Estima-se que o equilíbrio entre essas trocas tem sido afetado pelas atividades humanas, que, através da queima de combustíveis fósseis, lança cerca de 5.7 Gt (gigatoneladas/bilhões de toneladas) anualmente na atmosfera. Leggett, J.(1992, p.20).

²⁹⁶ O livro *Aquecimento Global: o relatório do Greenpeace*, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (1992), traz oportunos artigos sobre os estudos de modelagem climática e sobre os impactos previstos com o aquecimento global, como em Woodwell, G. “Os efeitos do aquecimento global”, p. 106-120.

²⁹⁷ No artigo “Veículos automotores e aquecimento global”, também publicado na obra anterior, p.240.

²⁹⁸ Atividades industriais e desmatamentos também contribuem para aumentar a presença de gases-estufa na atmosfera.

nos índices atuais, marchamos para índices de elevação de temperaturas sem precedente na história da humanidade; o registro geológico nos lança um alerta de quão sem precedente elas são e de quão pressionado o meio ambiente ficará se isto acontecer.²⁹⁹

Quase 15 anos depois que tais advertências ganharam publicidade no cenário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, com a assinatura de uma convenção sobre as mudanças climáticas e um capítulo dedicado à proteção da atmosfera na Agenda 21, pouco foi feito no sentido de proteger a atmosfera terrestre do bombardeio diário de gigatoneladas de carbono através dos gases emitidos diuturnamente por uma frota crescente de veículos, na sua maior parte, ainda movida a combustíveis fósseis. Do mesmo modo, não nos livramos de processos industriais poluentes e de desmatamentos.

A despeito da consciência, tornada pública, sobre a insustentabilidade de uma matriz energética que continue a explorar, intensamente, as reservas de combustíveis fósseis disponíveis³⁰⁰, tudo nos sugere a intenção, tanto das grandes corporações petrolíferas, e demais corporações associadas, como as produtoras de veículos, quanto dos governos hegemônicos, sobretudo os Estados Unidos, de continuarem a explorar essas reservas sem limites, se não perdemos de vista a relação entre o negaceio norte-americano, recusando-se a ratificar o tratado de Kioto, descomprometendo-se com medidas que reduzam a emissão de gases-estufa, e a sua presença militar liderando países ocidentais e aliados na guerra em curso no Iraque, com a inequívoca estratégia de controlar o acesso às grandes reservas petrolíferas daqueles países.

²⁹⁹ Leggett, p.18.

³⁰⁰ Estima-se que os estoques desses combustíveis totalizem algo entre 5.000 e 10.000 gigatoneladas de carbono, retidos em camadas profundas do planeta; portanto fora do ciclo de carbono que ocorre entre a atmosfera, o solo e os oceanos.

O padrão de transporte consagrado pelo desenvolvimento em bases capitalistas, além de fortemente depende do consumo de combustíveis fósseis, implica ainda um outro aspecto importante referente ao estímulo para que todos desejem seu veículo particular, bem de consumo dos mais valorizados em nossas sociedades, simbólica e materialmente associado ao sucesso de seus proprietários.

A fidelidade social a esse padrão insustentável de consumo de veículos e de combustíveis, quer sejamos proprietários ou não de um veículo, traduzido no conformismo com que suportamos as espoliações que nos são impostas pelas condições cotidianas de trânsito, no tempo consumido, no custo dos deslocamentos, na qualidade dos serviços de transportes e na saúde física e mental, parece obscurecer a percepção de risco sobre as mudanças climáticas que se avizinham, se os assentamentos urbanos continuarem a contaminar a atmosfera terrestre com gases-estufa.

As noções de aquecimento global, efeito estufa ou mudanças climáticas, embora freqüentem a mídia há mais de uma década, não se encontram devidamente ancoradas na consciência da população, ou teríamos encontrado entre as mais de 70 representações sobre as situações de trânsito elaboradas pelas alunas, alguma associação entre os tormentos cotidianos nas ruas de nossas cidades e tais impactos, quando não, uma referência à poluição atmosférica.

Do ponto de vista de uma agenda ambiental crítica, os engarrafamentos que se fazem cotidianos, quase naturalizados como uma contingência inevitável, devem ser tomados como manifestações de uma crise de sustentabilidade, não apenas das condições de trânsito e das políticas públicas e privadas que controlam os sistemas locais de transportes urbanos, mas da própria matriz energética, que tem sido intensamente explorada desde o século XVIII, quando as primeiras minas de carvão forneceram a energia necessária para a Revolução Industrial na Europa. Desde então,

o controle sobre as reservas de combustíveis fósseis, sobretudo com o início da exploração do petróleo, tem sido objeto de disputa entre nações e corporações transnacionais, que, historicamente, têm usado o poder econômico e o poder dos exércitos para expropriar dos povos seus direitos sobre as reservas disponíveis, mantendo a prerrogativa de continuar lançando, na atmosfera terrestre, milhares de toneladas de carbono por ano, alimentando a concentração de riquezas em favor de poucos e hipotecando o futuro das próximas gerações.

As recomendações para que sejam reduzidas as emissões de gases-estufas, para que sejam produzidas alternativas energéticas menos poluentes ou para que sejam intensificadas as modalidades de transporte coletivos, diminuindo o uso do transporte individual e privado, presentes nas advertências de climatólogos e ambientalistas, expressas na Agenda 21, são negligenciadas pelos poderosos interesses implicados na manutenção da atual matriz energética e do correspondente paradigma tecnológico e produtivo.

Como não podemos esperar indefinidamente por mudanças nos padrões de produção e consumo de combustíveis e veículos, considerando os poderes empresariais e governamentais constituídos, local e globalmente, controladores da produção e do mercado desses bens em escala planetária, com a urgência do maior lucro em menos tempo, uma outra urgência precisa ganhar ancoragem em sujeitos sociais que, local e globalmente, trabalhem em favor de mudanças que alterem o próprio metabolismo das sociedades humanas com a natureza, segundo uma nova racionalidade produtiva, não espoliadora do trabalho humano e do trabalho da natureza, nos termos de um projeto civilizatório sustentável, cujo devir histórico certamente exigirá rupturas de toda ordem com o projeto civilizatório capitalista, metabolicamente insustentável, como parece revelar a rotina do trânsito em nossas cidades.

Uma outra racionalidade produtiva, além de esforços científicos e tecnológicos na busca do que Leff (2001) identifica como “uma produtividade

ecotecnológica”³⁰¹, exige que lutas sociais contra-hegemônicas se empenhem na sua viabilidade política e histórica, atravessando as diversas instâncias produtivas e reprodutivas da vida social, para afirmar a possibilidade e a necessidade de mudanças paradigmáticas nos padrões de produção, consumo e distribuição de bens e riquezas, hoje regulados segundo a racionalidade instrumental do capital globalizado. As escolas, portanto, como instâncias privilegiadas de educação, não só de alunos, mas de professores, gestores, funcionários e comunidades envolvidas, podem e devem orientar seu trabalho pedagógico conforme os princípios de uma sociedade que pretendemos sustentável, mais justa e mais saudável, em termos sociais e ambientais. Para tanto, seus atores, entre eles os docentes, precisam saber interpretar o sentido da crise socioambiental que se manifesta em nosso cotidiano, como no trânsito urbano, cujo alcance dos impactos nos adverte tanto dos riscos locais sobre a saúde humana e o ambiente das cidades, como dos riscos globais, com prováveis mudanças climáticas no planeta.

A Baía de Guanabara:

entre a topofilia nostálgica e o topocídio anunciado

Nada do que até hoje vi é comparável em beleza a esta baía, Nápoles, o estuário do Forth, o porto de Bombaim e Tricomali, cada um dos quais eu julgava perfeito em sua beleza, todos devem ceder lugar a esta baía, que excede a cada qual em suas peculiaridades (...) o mais encantador cenário que a imaginação pode conceber.

Mary Graham (pesquisadora inglesa, 1821)

³⁰¹ Citado na página 12.

Durante a nossa estada no Rio-de-Janeiro, gozamos a primavera dos poetas (...) a vista desta baía dará sempre o mais vivo prazer aos viajantes(...) Nada é mais rico que o cenário destas paisagens que se oferecem em toda parte.

Bougainville (matemático francês, 1776)³⁰²

A essas representações topofílicas da Baía de Guanabara poderíamos acrescentar outras, de muitos viajantes europeus que a conheceram a partir do século XVI, encantados com seus atributos naturais. Com a Mata Atlântica tomando as regiões mais altas da bacia, com os mangues, restingas e brejos nas regiões mais baixas e próximas à sua orla, com dezenas de rios desaguando em suas águas, com quase duas centenas de ilhas e mais de 50 praias, com riquíssima variedade de espécies animais e vegetais, incluindo as baleias, que freqüentaram suas águas até o século XIX, tal cenário, de fato, deve ter merecido tamanha admiração, a julgar pelo que ele ainda oferece como fonte de topofilia aos habitantes do século XXI.

Quinhentos anos depois, no entanto, o cenário encontra-se seriamente degradado, com uma redução de cerca de 30% do espelho d'água, provocada por aterros, que também fizeram desaparecer 61 das 188 ilhas que existiam, além de suprimirem 20 das enseadas, das quais só sobrevivem quatro. Da cobertura vegetal, restam apenas 37% das matas, 31% de alagados e brejos e dos mangues restam pouco mais 80 Km², dos 260 Km² originais. Muitos rios desapareceram e grande parte se transformou em valões ou foram canalizados, recebendo dejetos urbanos, entre esgoto e lixo, que também alcançam suas praias, muitas impróprias para banho.³⁰³

Ainda assim, tendo sofrido uma drástica redução dos ecossistemas e suportando uma enorme carga de poluentes orgânicos e químicos provenientes

³⁰² As duas passagens foram extraídas da reportagem “*Natureza à deriva*”, publicada no jornal *O Globo*, em 3/02/2005, p. 13.

³⁰³ *O Globo*, 05/02/2005.

das mais de 14 mil indústrias, de 14 terminais marítimos, de dois portos comerciais, além de duas refinarias e mais de dez estaleiros, a baía, como foi demonstrado pelas representações estudadas, constitui-se numa paisagem bastante valorizada pela população.

A permanência das representações topofílicas em relação à baía, contra muitas evidências de degradação, ao contrário de uma deliberada alienação em relação à realidade material, parece revelar os mais profundos e atávicos sentimentos/desejos de harmonia entre os humanos e a natureza, que sobrevivem, mesmo na aridez destes tempos pós-modernos.

Estudioso de imagens e símbolos, Mircea Eliade afirma a importância arquetípica dos mitos que sobrevivem na experiência do homem contemporâneo, os quais, oportunamente, para nos ajudar a interpretar as representações sobre a baía, reclama atenção para a perenidade de algumas “nostalgias”³⁰⁴, como a referente ao “paraíso”, ao lugar idílico de uma época de ouro, fundada na unidade primordial entre os homens e a natureza.

Assim, o simbolismo do “Paraíso Perdido” como parte de um tesouro mítico, ontológico à condição humana, embora “secularizado, degradado e maquiado !”, está presente

[...] no fluxo semiconsciente da mais material das existências: nos devaneios, nas melancolias, no jogo livre das imagens durante as “horas vazias” da consciência (na rua, no metrô etc.), nas distrações e nos passatempos de todos os tipos.³⁰⁵

³⁰⁴ Eliade (1991), p.13.

³⁰⁵ Eliade, p.14.

Parte significativa das representações sobre a baía, com imagens tiradas da Ponte, das barcas, de caminhadas, sugere essa experiência de emergência da nostalgia de uma harmonia perdida. A *Teoria das Representações Sociais* não desconhece a origem mítica de muitas representações que circulam na sociedade, quando identifica aquelas correspondentes ao “tempo longo”, ou seja, que nos remetem às “permanências que formam os núcleos mais estáveis das representações”.³⁰⁶

A força simbólica das representações topofílicas sobre a baía, longe, portanto, de indicar ausência de senso de realidade, teimosamente nos afirma a pertinência de redescobriremos, em tais nostalgias, um ponto de partida para libertarmos a imaginação social, pedagógica e política dos imperativos predatórios do atual processo civilizatório, se entendermos a sua perenidade simbólica não como resquício de um tempo mítico, indesejável segundo a lógica triunfante do capitalismo por sua natureza irracional e sagrada, mas como o legado de outras experiências civilizatórias, antigas e arcaicas, que revelam aspectos profundos, porque ontológicos, da condição terrena e social dos homens. Na formulação de Eliade; “Cada ser histórico traz em si uma grande parte da humanidade anterior à História.” Esta parte a-histórica de todo ser humano, não se perde na irracionalidade, mas “traz, tal qual uma medalha, a marca da lembrança de uma existência mais rica, mais completa, quase beatificante.”³⁰⁷

Ao pretender explorar as representações que valorizam as belezas naturais ameaçadas pelo processo de urbanização, não se quer, nostalgicamente, rememorar um paraíso ecológico perdido, uma baía outrora plena de vida, tampouco beatificar as lutas ambientais, mas entendê-las no plano simbólico como um gesto de resistência à sua degradação, ainda que conformado, no plano material, com a marcha predatória da civilização.

³⁰⁶ Lembrando da discussão sobre as distintas temporalidades que dão sentido às representações, apresentada no segundo capítulo (SPINK, 1999, p.121).

³⁰⁶ Spink (1999, p.122)

³⁰⁷ Eliade, p.9.

As ambivalências encontradas em muitas representações acusam esse desconforto, o de assistir, contrariado, à contaminação de uma paisagem coletivamente valorizada. O desejo de preservação da baía, impresso em cada uma das representações, com mais ou menos intensidade, se encontra ancoragem em mitos nostálgicos, é para garantir uma experiência de humanização, não o contrário, mesmo que os homens freqüentemente outras representações mais topofóbias, como agentes por excelência da degradação. A tensão entre o homem nostálgico e o homem destruidor é potencialmente rica para o encaminhamento de uma agenda socioambiental, por representar no plano histórico as possibilidades futuras em relação à baía e ao projeto civilizatório que sobreviver no seu entorno no transcorrer nesse século que se inicia.

A destrutividade manifesta do projeto civilizatório capitalista, cujo metabolismo tem exigido a espoliação da força de trabalho e dos recursos naturais, encontra na Baía de Guanabara uma demonstração exemplar, não estando distante das futuras gerações um cenário de topocídio, com a morbididade crescente dos seus ecossistemas, condenando também à morte os mitos nostálgicos, certamente aprofundando a desumanização das sociedades sobreviventes.

Para incorporar a dramática situação da baía na agenda educacional das escolas do seu entorno, de modo a que as comunidades escolares participem dos esforços sociais de preservação e de gestão comprometidos com a sua sustentabilidade, é preciso considerar a indissociabilidade entre a baía e as cidades; portanto, falamos também da sustentabilidade urbana: degradação urbana implica degradação da baía. Ainda que tenham metabolismos distintos, regidos por temporalidades distintas, com a baía sendo formada após o degelo da última era glacial, quando um estuário foi invadido por águas oceânicas há

estimados sete mil anos (tempo geológico)³⁰⁸, e a cidade mais antiga não tendo ainda 500s anos (tempo histórico), desde então, o metabolismo da baía e o dos assentamentos humanos pós-colonização estão organicamente ligados. A partir do século XIX, com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro e o início de um sistemático processo ocupação urbana, agrícola e industrial do seu entorno, ganhando no curso do século XX uma vocação urbano-industrial, que usou, intensamente, seus atributos e recursos, a baía, em dois séculos, encontra-se seriamente atingida na sua sustentabilidade, como os dados procuraram demonstrar.

Nesse sentido, além da necessidade de maior conhecimento sobre os ciclos vitais da baía e de seus ecossistemas associados, assim como dos agravos sofridos nos últimos séculos, é preciso compreender melhor a lógica da expansão urbano-industrial, que tem transformado a baía no lugar de despejo de seus resíduos.

Para avaliar o alcance do protagonismo das escolas, faz-se necessário, também, considerar a atuação e os interesses diversos e desiguais que se valem dos recursos da baía, pois a impotência das pautas curriculares tradicionais, mesmo quando se ocupam de questões ambientais, nutre-se desse desconhecimento, que empobrece política e filosoficamente o trabalho pedagógico.

Uma agenda de educação ambiental, neste início de século, que tematize a Baía de Guanabara, não pode desconsiderar o projeto de construção de “um dos maiores e mais modernos pólos petroquímicos do mundo”, segundo os termos da elogiosa matéria sobre o empreendimento³⁰⁹, que nos informa dos mais de oito bilhões de dólares em investimentos, dos 150 mil barris de petróleo pesado, além dos derivados petroquímicos, cuja produção deve iniciar-se em 2012, bem como das estimativas de 200 mil empregos durante a sua

³⁰⁸ Deve-se ao geólogo Elmo Amador as informações sobre a formação geológica da baía (O Globo, 30/01/2005, p.18).

³⁰⁹ Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). (JB Niterói, 8/12/2006)

construção e cinquenta mil quando a refinaria iniciar sua produção. Estão previstas, ainda, no escopo do projeto, uma obra rodoviária, ligando a nova refinaria, no município de Itaboraí, ao Porto de Sepetiba, além da construção de um oleoduto com conexão para a refinaria mais antiga, em Duque de Caxias. Embora sediado em Itaboraí, tal empreendimento tem sido comemorado por outros dez municípios vizinhos, que, em regime de consórcio³¹⁰, pretendem preparar-se para participarem das atividades complementares, sobretudo no ramo petroquímico, com a perspectiva de instalação de novas indústrias, além da cobiçada participação nos *royalties* do petróleo. Assim, o governo federal, com a sua empresa petrolífera, o governo estadual, os 11 governos municipais, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), além de boa parte da imprensa anunciam tempos mais promissores para uma grande região da bacia da Baía de Guanabara, marcada por indicadores econômicos e sociais sofríveis, ressaltando o município de Niterói, com o reaquecimento recente de sua indústria naval e de seu porto, estimulados pelas demandas por plataformas, embarcações e equipamentos para a extração de petróleo e gás na Bacia de Santos, além de apresentar indicadores sobre saneamento, saúde e educação mais favoráveis à qualidade de vida.

O futuro complexo petroquímico, para cuja localização pesou a proximidade da Bacia de Campos, apresentado como unanimidade pelos governos federal, estadual e municipais, assim como pelas indústrias associadas ao petróleo e pela imprensa de modo geral, não deverá contar com maiores resistências, caso consideremos que a possibilidade de aumento na oferta de emprego e de aumento nas receitas municipais, de escolas profissionalizantes, e, quem sabe de melhoria nos serviços públicos, já não seriam suficientes para ganhar a simpatia de sindicatos, associações de moradores, Igrejas, meios de comunicação, prestadores de serviços, comerciantes, bem como de boa parte das populações nos 11 municípios. As representações sociais sobre o petróleo

³¹⁰ Batizado de Conleste (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense). (JBNiterói, 16/11/2006)

tendem a ser mais topofílicas do que topofóbicas, preponderando no senso comum as ancoragens no progresso econômico, nos empregos etc., pragmaticamente valorizadas em relação às ancoragens na poluição ambiental e nos demais riscos socioambientais.

Como um fato quase consumado, caminhamos para aumentar, de forma significativa, os riscos ambientais em relação à Baía e aos rios ainda vivos que a alimentam, bem como em relação a última reserva de seus manguezais, a julgar pela importante contribuição do complexo mais antigo localizado do outro lado, em Duque de Caxias, para a destruição de desses, para a poluição e o assoreamento de rios e da própria baía, empobrecendo a biodiversidade e as atividades humanas que dependem da saúde desses ecossistemas, como a pesca e a coleta de mariscos e caranguejos. Merece registro o fato de que a despeito de todos os movimentos institucionais já realizados para viabilizar o empreendimento, o mesmo ainda não tem licença ambiental, porque o pedido de licenciamento ainda não foi encaminhado à Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA)³¹¹, órgão encarregado avaliar as garantias socioambientais oferecidas pelos empreendedores no sentido de minimizarem os consideráveis riscos iminentes ao ciclo produtivo do petróleo, que se constitui em perigo logo que alcança a biosfera, pela tecnologia humana, com a gravidade de ter na sua vizinhança uma área de proteção ambiental, criada exatamente para garantir a preservação do último trecho contínuo de manguezais que sobrevive na baía.

Tais garantias se referem principalmente ao tratamento dado aos rejeitos líquidos, sólidos e gasosos eliminados no processo produtivo, para que não contaminem corpos d'água, o solo, o subsolo, além da atmosfera, incluindo outros aspectos, como as condições de escoamento e transporte da produção, o impacto no sistema viário, o plano de contingência para o caso de acidentes etc. O estudos e os relatórios de impactos ambientais a serem elaborados pelos

³¹¹ Como noticia o JBNiterói, 8/12/2006, informando da manifestação de apoio do governador eleito, Sérgio Cabral, em reunião do Conleste, apesar da falta de licenciamento ambiental.

empreendedores e submetidos ao crivo da FEEMA só ganharão alguma publicidade, no sentido da divulgação de seu conteúdo, tanto em relação aos impactos, quanto em relação às medidas de mitigação dos mesmos, se o processo de licenciamento ambiental for acompanhado por movimentos sociais e ongs ambientalistas, hoje os atores que apresentam algum grau de mobilização para tanto. Defendo que as escolas, sobretudo as localizadas nos municípios mais diretamente afetados pelo empreendimento, preparem-se para incluir em seus projetos político-pedagógicos não só o acompanhamento dos acontecimentos relacionados ao complexo petroquímico, mas a devida problematização de seus impactos sociais e ambientais, de modo a participarem dos esforços de preservação dos ecossistemas ameaçados, assim como da melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

A importância dos manguezais sob proteção da APA de Guapimirim precisa ser melhor conhecida, pois esse ecossistema costeiro de transição entre ambientes terrestres e marinhos, historicamente aterrado, desmatado e poluído no restante da orla da baía, representa um berçário de muitas espécies terrestres e aquáticas, além de garantir, com a cobertura vegetal, a fixação de terras, a proteção das margens do rios e das zonas costeiras contra a erosão e o conseqüente assoreamento dos corpos d' água.

Uma aproximação das escolas com os responsáveis pela gestão dessa unidade de conservação³¹², assim como em relação aos movimentos sociais e organizações ambientalistas que atuam no contexto da baía, podem concorrer não só para que as comunidades escolares conheçam melhor o metabolismo da baía e a potencialização dos riscos socioambientais com o novo empreendimento petroquímico, mas também para que as escolas se integrem em ações socioeducativas que visem à valorização ecológica e social³¹³ do

³¹² A chefia da unidade é atualmente exercida por Breno Herrera, atualmente empenhado em conseguir apoio científico, técnico e político para o projeto de transformar a unidade de conservação em Estação Ecológica (Esec), modalidade de proteção mais rigorosa, só permitindo a presença humana com autorização. (*O Globo*, 5/01/2005)

³¹³ São bastante recorrentes as representações sociais desfavoráveis em relação aos mangues, seja por serem associados à sua ocupação histórica pelos segmentos mais pobres da população, seja pela lama que

manguezal, de modo a defender a integridade desse importante e derradeiro ecossistema, pois, se ele for afetado pelos impactos gerados pelo complexo petroquímico com a intensidade conhecida do outro lado da baía, poderemos precipitar o pior dos cenários, um topocídio, antes das previsões estimadas pelo geólogo Elmo Amador, o da morte da baía nos próximos 200 anos.

Parece inequívoco que, ao definir a futura vocação petroquímica de uma grande região da bacia da Baía de Guanabara, os poderes constituídos em parceria público-privada reafirmam não só a primazia dos combustíveis fósseis na matriz energética do país, mas também o padrão de desenvolvimento econômico tradicional e hegemônico, promovendo concentração de riquezas em favor de interesses privados e socializando os custos socioambientais. Em se tratando de sustentabilidade, tanto da baía, quanto das cidades, tudo indica que a saúde de ambas dependerá, em certa medida, da capacidade de mobilização de sujeitos sociais capazes de exercer controle social sobre políticas socioeconômicas em curso, de modo a diminuir os riscos socioambientais advindos do funcionamento de referido empreendimento. Tais poderiam ser as preocupações de educadores, quando trabalharem com o tema da Baía de Guanabara em suas escolas.

caracteriza o mangue, seja pelo empecilho que representava para a expansão urbana, muitos argumentos justificaram historicamente o aterramento de mangues.

6. AS ESCOLAS E SUAS IMEDIAÇÕES

Esta coleção temática, inicialmente organizada em quatro subcoleções, como foi indicado anteriormente (interiores, vizinhanças, turmas e prédios/fachadas), não chegou a ganhar o mesmo tratamento das anteriores, pois o encontro em que elas foram apresentadas para a turma³¹⁴ precisou ser redimensionado por conta de uma atividade extra, um debate sobre as mudanças nas diretrizes curriculares do Curso de Pedagogia, com a atividade da pesquisa sendo realizada na metade do tempo disponível, cerca de hora e meia de trabalho. Apenas duas das subcoleções foram trabalhadas, referentes aos prédios e as vizinhanças, até a produção de material escrito sobre as escolhas, fonte de representações elaboradas coletivamente com as outras subcoleções, as maiores, com cerca de 60 fotos-legenda, sendo apenas apresentadas ao grupo. O encontro seguinte, o último do semestre, reservado para uma avaliação das atividades desenvolvidas, entrega de trabalhos e notas, com quórum mais reduzido, permitiu apenas que dois grupos trabalhassem na seleção de fotos-legendas, feita de forma mais ligeira, sem o compromisso de elaboração de um texto que comentasse as escolhas. Desse modo, ainda que as alunas tenham-me ajudado nas escolhas, reduzindo para pouco mais de 20 fotos-legenda o universo a ser pesquisado, as representações sobre as

³¹⁴ Cada uma das coleções foi apresentada em um encontro, nas sextas-feiras das 18 às 22 horas, horário da Atividade *Educação e Meio Ambiente*, na prática iniciando às 18:30, para alcançar quórum mínimo - devido aos atrasos provocados pelo trânsito intenso do fim de tarde - terminando no máximo às 21:45, às vezes antes, quando muitas alunas pedem licença para não perder os horários de ônibus e barcas, com a noite transformando a saída do campus em situação de risco. Desse modo, dispúnhamos de cerca de três horas para a seleção, discussão e produção de um texto pelos grupos organizados para se ocuparem do tratamento das subcoleções.

imediações das escolas e as turmas de alunos retratados não tiveram o contraponto das representações elaboradas pelo grupo que as escolheu, pois como vimos em relação às coleções anteriores, os deslocamentos simbólicos provocados pela leitura do grupo enriqueceram as possibilidades de análise das representações individuais.

Posteriormente, ao retomar essa coleção de 44 fotos-legendas para pesquisar as representações relativas às escolas, como lugar de trabalho da maioria das alunas, reorganizei-a, buscando identificar os três cenários simbólicos que orientaram a pesquisa das representações: o de topofilia, o de topofobia e o que chamamos de ambivalente. Assim, montei³¹⁵ uma subcoleção com quase metade das fotos-legenda sugerindo representações claramente topofílicas, ou favoráveis, em relação às escolas, e mais duas outras, uma com representações ambivalentes e a última, com as desfavoráveis ou topofóbicas.

Escolas / situações favoráveis

Pude identificar algumas fontes de topofilia em relação ao trabalho nas escolas, cuja distinção nos auxilia apenas para indicar algumas qualidades e condições que dão sentido à valorização de determinadas experiências profissionais e afetivas no cotidiano das escolas, sem sugerir qualquer tipo de fronteira rígida entre essas fontes, até porque elas são solidárias entre si, para garantir a sustentabilidade do próprio trabalho escolar. Assim, as quatro pequenas coleções a seguir apresentadas pretendem um primeiro mapeamento dessas fontes.

A primeira delas reúne quatro fotos-legenda, de duas escolas, ambas com suas fachadas retratadas, além de espaços internos: a sala de aula de uma escola pública e um pátio de uma escola particular. Sem a presença de qualquer pessoa nas quatro imagens, os professores/fotógrafos apresentam as

³¹⁵ Para permitir o manuseio e a visualização de cada subcoleção, as fotos-legenda foram fixadas numa grande folha (papel pardo ou 40 kg), comportando até 25 unidades, quando necessário.

escolas onde trabalham como fonte de satisfação profissional e afetiva, embora com ancoragens diferentes, como veremos.

A escola particular é valorizada na foto-legenda de sua fachada de duas maneiras: com uma ancoragem na qualidade de ser "muito boa" e outra no seu "visual", que agrada esteticamente (fl.1). De outro modo, na segunda foto-legenda, a professora apresenta o "pátio verde" como fonte de topofilia, ancorada na seguinte definição: "Este cantinho arborizado numa escola dentro da cidade ", valorizado como sendo "raro ", "um lugar especial ", associado a momentos de felicidade para si, suas filhas e seus alunos (fl.2).

Um professor, dos poucos do grupo, com a foto da fachada de uma casa grande de dois andares, parcialmente encoberta pelo muro branco e algumas árvores, valoriza a escola pública em que trabalha por "ser considerada Pólo de reuniões e eventos da rede municipal", acrescentando gostar "muito de trabalhar neste espaço"(fl.3). Na outra foto-legenda, a sala de aula, em que trabalha com uma 4ª série, é apresentada como fonte de satisfação, por ser "o espaço onde realizo meu trabalho, tiro o meu sustento e contribuo para a conscientização dos meus alunos", finalizando com uma ancoragem afetiva nos seguintes termos: "o grau de afetividade nesta turma é alto"(fl.4).

Como vemos, duas escolas e seus respectivos ambientes apresentam qualidades e condições valorizadas, que podem ser melhor entendidas nas suas diferenças, se exploramos as devidas justificativas elaboradas por seus autores.

Segundo a ancoragem da professora, o pátio é um lugar de felicidade porque abriga um canto arborizado, raro na experiência urbana de crianças, com poucas possibilidades de contato com a natureza. O sentido harmônico dessa representação do pátio, onde as crianças brincam junto à natureza, ganha também uma inspiração maternal, quando a felicidade é compartilhada por suas filhas e seus alunos. Temos uma valorização fortemente afetiva de

uma experiência cotidiana, fora da sala de aula, relacionando crianças, brincadeiras e natureza.

Já o professor, quando valoriza a sala de aula, sua representação ganha uma ancoragem mais racional e profissional, tendo o trabalho como núcleo central, entendido em duas dimensões: uma referente à sobrevivência material, outra referente à função social de sua atividade. A afetividade não está ausente, e, embora não ocupando um lugar central na representação em questão, reforça o seu sentido topofílico.

As diferenças simbólicas expressas nessas fotos-legenda indicam valorizações distintas da escola. De um lado, podem sugerir um contraste entre uma experiência masculina e uma feminina, com a primeira evocando o trabalho na sala de aula com narrativa racional e politizada, e a segunda, as brincadeiras debaixo das árvores, com narrativa emocional, quase maternal. Embora correndo o risco de reforçar, indevidamente, as tradicionais identidades de gênero, com traços caricatos, quase opondo, mecanicamente, os olhares femininos e masculinos - um, ancorado na emoção, outro na razão, considero interessante essas diferenças, se elas não forem tomadas em termos absolutos, pois, relativizados, esses olhares podem-se fertilizar mutuamente, com a razão deixando-se contaminar pela emoção, e vice-versa. Logo veremos outras ancoragens maternas, muito comuns neste universo profissional, predominantemente feminino, sobretudo na Educação Básica.

Para além da diferença de gênero, temos expressas nas representações duas valorizações, que poderiam perfeitamente ter sido elaboradas por duas mulheres, mas que manteriam a distinção já enunciada entre a narrativa mais política e a narrativa mais emocional, sendo interessante assinalar que a primeira refere-se a uma escola pública e a Segunda, a uma escola particular. A distinção entre ensino público e privado ganhará mais evidência quando avançarmos na análise das demais representações.

Uma segunda fonte expressiva de topofilia corresponde aos alunos e às turmas, representadas por uma subcoleção de oito fotos-legenda³¹⁶, seis delas apresentando seus alunos afetuosamente: “meus alunos queridos”, “meus queridinhos”, “fofuras”, ou, ainda, brincando com o limite da maternidade, usando aspas nas expressões “meus filhinhos” e “meus bebês”, também usadas carinhosamente para apresentar a “minha turma” (fls. 5/10).

Um berçário, salas de aula - de educação infantil e do ensino fundamental -, além de uma quadra, são os ambientes de trabalho, cujas fronteiras simbólicas acabam sendo atravessadas pelas ancoragens amorosas, que, em última instância, remetem ao sentimento de maternidade, mesmo ressalvado pelas aspas, que, ambigualmente, lembram o senso profissional, para conciliá-lo com os sentimentos provocados pelas crianças retratadas. Ao representá-las como “queridinhos” ou “filhinhos”, as professoras incorporam os alunos aos seus domínios afetivos, tornando mais familiar uma relação que é mediada por um contrato de trabalho, freqüentemente colocando-as, todo início de ano, em contato com novas turmas, que, desconhecidas, tornam-se, assim, conhecidas. Uma das fotos-legenda (fl.10) expressa bem esta trajetória, por vezes difícil, mas recompensadora ao final, digna de saudades.

Duas outras fotos-legenda trazem representações favoráveis, não tanto do ponto de vista das fotógrafas/professoras, pois essas assumem a perspectiva do que é bom e prazeroso para as crianças, quando apresentam as suas turmas: uma delas durante uma aula de Educação Física, que “eles adoram”, a ponto de nem prestarem atenção ao momento da foto (fl.11), e a outra, em momento de brincadeiras no “parquinho próximo à escola”, quando “as crianças se divertem” (fl.12).

Tais representações da experiência infantil nas escolas estão relacionadas aos momentos de relativa liberdade das crianças, na aula de Educação Física, quando o corpo se liberta da cadeira na sala de aula para

³¹⁶ Mais de 35 fotos-legendas tiveram as turmas como tema.

participar dos jogos, e, durante um tempo livre, talvez no recreio, quando brincam no escorrega e nos balanços do parquinho. Não temos aqui uma topofilia justificada nos sentimentos amorosos da professora em relação às crianças, mas uma ancoragem na experiência infantil, em alguns momentos da rotina escolar em que as crianças podem entregar-se alegremente aos jogos e às brincadeiras.

Se as representações das turmas de alunos escolhidas tem um sentido topofílico, as diferentes ancoragens demonstradas podem sugerir concepções distintas sobre as crianças e sobre o próprio trabalho pedagógico, questão que será retomada oportunamente, de modo a darmos seqüência ao estudo sobre as demais representações sobre as escolas.

Uma terceira pequena coleção, com quatro fotos-legenda, valoriza algumas relações vividas no cotidiano da escola, de certa forma harmonizando profissão e afeto. Em duas delas o tema diz respeito às relações no trabalho, ou seja, a relação entre pares docentes. Numa primeira, seis professores sorriem em torno de uma mesa, incluindo a autora da legenda, que apresenta as cinco professoras e um professor como "colegas", que procuram "compartilhar idéias e atividades" nas turmas de 4ª série (fl.13). Na segunda, a foto de duas professoras abraçadas por um professor é acompanhada do comentário: "Esse trio luta e o projeto não morre" (fl.14).

Se nas duas representações o trabalho é apresentado como fonte de satisfação, não devemos perder de vista que essa valorização depende, no primeiro caso, do companheirismo de colegas mais próximos, como ressalta a professora, e, no segundo caso, o companheirismo está associado à luta para a manutenção do projeto comum.

As demais representações referem-se a duas situações no ambiente de trabalho, mas não identificadas com o trabalho escolar propriamente dito. Numa delas, um refeitório coberto, sugerindo uma varanda, reúne professores

e alunos para o lanche, "hora de socialização" - segundo a autora da foto-legenda (fl.15) -, quando "todos temos alguns momentos para conversar, rir e brincar com as crianças e os adolescentes". A outra, traz a imagem do vestiário feminino de uma creche, vazio, "onde as mulheradas se encontram para tricotar". (fl.16)

O sentido topofílico das duas representações está ancorado nas práticas sociais, que, aproveitando-se de qualquer relaxamento da vigilância escolar no intervalo do recreio ou no fim do expediente, libertam a imemorial necessidade humana de conversar, rir e brincar, ou "tricotar", numa versão estritamente feminina. São situações prazerosas e claramente delimitadas, só possíveis fora do espaço formal de trabalho.

Na primeira representação, o momento de alimentação é valorizado por permitir uma situação de amigável informalidade entre professores e seus alunos, em contrapartida, sugerindo em contrapartida, que a socialização (conversar, rir e brincar) está não só circunscrita aos limites do tempo do lanche, mas ausente do momento da aula, quando a formalidade parece ser restaurada.

Na segunda representação, o espaço do vestiário é transformado em lugar de livre conversação, de troca entre iguais, não tanto como professoras de uma creche, mas como mulheres que costumam compartilhar alguns momentos de intimidade³¹⁷ durante os dias de trabalho, residindo aí seu sentido topofílico.

A despeito das diferenças entre as duas situações - na primeira as trocas se dão entre diferentes (professores, crianças e adolescentes), na segunda, entre iguais (mulheres e professoras) - elas são representadas com narrativas afetivas, ancoradas, em princípio, fora do espaço formal de trabalho.

³¹⁷ O verbo "tricotar", como sabemos, remete à antiga atividade feminina de tricotar coletivamente, enquanto conversavam e trocavam confidências e preocupações; hoje, quase sempre usado em tom de brincadeira, justifica o tempo feminino dedicado à livre conversação.

Uma última e pequena coleção merece ainda atenção, neste esforço de mapear as fontes de topofilia no cotidiano escolar, reunindo cinco fotos-legenda cujo o tema é o trabalho pedagógico, quando projetos e atividades são valorizados. Três delas valorizam atividades com implicações socioambientais. Em uma das representações, um grande painel com cartazes que evocam a "ecologia" e a "paz" é valorizado, também por terem sido feito pelos alunos com a conhecida técnica do "fuxico", tratando-se da produção de uma escola que foi visitada pela fotógrafa (fl.17). Uma segunda representação traz a imagem de alunas durante um desfile cívico, portando cartazes exigindo a preservação da água e o fim da poluição, tema reservado para a escola da professora/fotógrafa (fl.18). Na terceira foto-legenda, a imagem de uma horta é valorizada por ser "cultivada pelos alunos " e pelas verduras serem "consumidas na própria escola." (fl.19)

Embora tematicamente irmanadas pelas preocupações ambientais, temos distintas ancoragens entre as referidas representações. No primeiro caso, além dos temas da paz e da ecologia, o que principalmente se valoriza nos cartazes é a participação dos alunos na sua produção, executando bem uma técnica de artes-plásticas. Uma mensagem pacifista e ecológica, muito sumária, está associada à produção artística deles, quase em posição de subalternidade, se considerarmos a ausência dos temas na legenda.

Na segunda situação, a mensagem ecológica, também sumária, está associada ao civismo republicano, ou seja, o que se valoriza é o ideal de uma pátria que cuida de suas águas. A terceira situação, relativa à horta, está ancorada na dupla participação dos alunos, na produção e no consumo de hortaliças, que implica o trabalho com a terra, da sementeira à colheita, indicando uma experiência mais sistemática e duradoura na escola, se compararmos com a produção mais episódica de uma exposição de cartazes ou de um desfile cívico.

Para efeito de uma pesquisa sobre indicadores socioambientais referidos à cultura pedagógica das escolas, essas diferentes ancoragens podem revelar aspectos importantes para aferirmos a qualidade dos projetos pedagógicos de vocação ambientalista desenvolvidos em espaços escolares, já que os temas ambientais tendem a qualificar, favoravelmente, o trabalho educacional nas escolas.

As duas representações restantes dessa subcoleção valorizam méritos dos respectivos projetos pedagógicos das escolas retratadas. Numa delas, a professora, abraçada às mães e suas crianças, entre cartazes expostos, confraternizam o sucesso de uma atividade: uma "Feira de Projetos", na creche da Universidade (fl.20). Na outra, a última das representações topofílicas sobre as escolas, uma sala de Educação Infantil é retratada sem as crianças, com vários "brinquedos, jogos e outros materiais" arrumados no chão, indicando uma nova situação pedagógica, depois da adesão à "proposta" de deixá-los "ao alcance das crianças" (fl.21).

Se na primeira representação a valorização da atividade pedagógica está ancorada na participação dos pais, presentes também afetivamente com sorrisos e abraços, na segunda, a ancoragem topofílica reside na transformação espacial e conceitual da sala de aula, em favor de uma perspectiva mais construtivista de organização nela dos espaços e das atividades, ao invés do dirigismo que veta às crianças o acesso aos materiais disponíveis.

Com base nessa primeira subcoleção sobre as escolas, podemos sistematizar alguns indicadores favoráveis sobre a experiência das professoras envolvidas na pesquisa, revelando aspectos importantes sobre as suas concepções de educação, de escola ou de infância. Não pode escapar à nossa percepção a forte narrativa afetiva, de cunho maternal, de certo modo justificando o trabalho pedagógico, presente em parte das representações

estudadas. Herança de uma cultura pedagógica tradicional mais preocupada com os cuidados em relação à infância e menos com a dimensão teórica, filosófica e política da educação básica, bastante criticada pelas correntes pedagógicas mais importantes que animam os currículos dos cursos de Pedagogia das universidades públicas, como é o caso do nosso curso na UFF, as representações que buscam ancoragem nas relações familiares, quer na condição materna ou na de tia, tratamento comum em muitas escolas, continuam presentes no ideário de muitas professoras. Não sendo a única representação encontrada, identificamos narrativas que justificam os bons momentos da experiência escolar de forma menos afetiva e mais profissional, valorizando o trabalho pedagógico, sem deixar de considerar a importância do companheirismo, de afetividade ou carinho no cotidiano das escolas. Essas diferentes representações favoráveis da experiência escolar indicam a coexistência de concepções mais ingênuas e mais críticas sobre o trabalho de professoras na Educação Básica, trazendo implicações político-pedagógicas, se desejamos contribuir para a formação de professores críticos e atuantes no contexto da sociedade em que vivemos. Tais implicações merecerão atenção quando tratarmos das contribuições das coleções referentes às escolas para a elaboração de uma agenda de educação ambiental, como foi feito em relação às coleções anteriores.

Do mesmo modo, merecem atenção as representações que encontram, nos lugares de informalidade da escola, a fonte de satisfação, prazer ou alegria, quando os sujeitos experimentam liberdade, não conhecida nas atividades formais, de conversar, rir, brincar. Seja quando se trata dos profissionais envolvidos, ou das crianças, uma fronteira parece separar duas situações distintas, mas profundamente relacionadas: o tempo do trabalho, com suas obrigações, sua hierarquia e seriedade, e o tempo dos intervalos, com a sua liberdade de prosa, de risos e de brincadeiras. Mais uma vez, podemos identificar a presença de concepções mais tradicionais de educação, rígidas quanto à demarcação de momentos de trabalho e de diversão, como se fossem necessidades irremediavelmente incompatíveis de alunos e professores. Mesmo

que no cotidiano das escolas essa fronteira acabe sendo relativizada pela ação dos sujeitos, por mais rigorosa que seja sua ordem disciplinar, não devemos desprezar o fato de que determinadas concepções de educação e ensino tendem a burocratizar as relações de trabalho nas escolas, sendo um indicador desfavorável se pretendemos alimentar em comunidades escolares uma ação pedagógica de vocação emancipadora, onde o trabalho pedagógico não seja apenas fonte de formalidades curriculares e de coerções sobre a espontaneidade de professores e alunos, mas um autêntico exercício de socialização de professores e alunos.

Esse dilema se encontra bem explicitado na situação de mudança apresentada por uma das foto-legendas, à propósito da liberdade ou não de acesso das crianças aos brinquedos de uma classe de educação infantil, com o abandono da postura tradicional da ordem imposta pela vontade adulta, em favor de uma autêntica negociação da ordem na sala de aula entre o professor e seus alunos, ainda que tenhamos uma relação assimétrica, mas favorecendo uma nova experiência de socialização, ao compartilhar a responsabilidade pela organização da sala com as crianças.

Também em relação às representações sobre temas ambientais nas escolas, temos indicadores distintos, pois se duas delas revelam atividades mais episódicas, com conteúdos pouco elaborados, não indo além da evocação de paz e ecologia, no caso da exposição, ou de apelos à preservação das águas na situação do desfile, temos, por outro lado, na representação sobre a horta, indicações de atividade mais presente no cotidiano da escola. Mesmo não tendo como aferir o alcance dos conteúdos tratados na experiência da horta, ela sinaliza uma prática coletiva de produção e consumo, promissora, no contexto de uma agenda de educação ambiental.

Tais indicadores dizem respeito à qualidade da experiência educativa nas escolas, se, compreensivelmente, ausentes das pautas mais gerais de indicadores de sustentabilidade utilizadas por agências oficiais, não podem

deixar de ser consideradas por esta pesquisa, ocupada com a formação de professores no contexto do que, genericamente, chamamos de educação ambiental. Tais preocupações serão retomadas após examinarmos outros conjuntos de representações, desta vez menos topofílicas ou topofóbicas, das escolas retratadas.

Escolas / situações ambivalentes

Esta subcoleção reúne oito fotos-legenda que podemos localizar no campo da ambivalência, entre a topofilia e a topofobia.

Três fotos-legendas focalizando ambientes de recreação ou de atividades de Educação Física, fora da sala de aula, trazem interessantes ambivalências, com duas delas retratando a mesma escola municipal, com o sentido topofóbico das representações sendo amenizado por mudanças recentes. Trata-se de um "parquinho", com o piso e as paredes maltratados, com os brinquedos alegremente ocupados pelas crianças, pois "até pouco tempo não estava sendo usado", devido à presença de fezes de coelho (fl.22). Da mesma escola, temos uma foto de uma piscina protegida por grades, com água limpa - boa novidade -, depois de permanecer meses "completamente suja" (fl.23). Uma terceira representação, agora de outra escola, traz a imagem de uma quadra gradeada, espaço preferido pelas crianças, mas fonte de preocupação dos professores: "temos medo delas se machucarem"(fl.24).

Nas representações da escola municipal, a ambivalência reside no fato de que os ambientes, antes vetados às crianças, no momento, estavam em condições de uso, felizmente para elas - assim testemunham os sorrisos que descem no escorrega e os presumidos diante da possibilidade de nadar, depois de meses, na piscina. Embora a recuperação desses ambientes para uso da comunidade escolar, sem dúvida, signifique num dado favorável, a ancoragem principal de tais representações indica abandono, descaso, incúria administrativa, apesar de as autoridades municipais não serem explicitamente citadas.

Na terceira representação, a ambivalência está ancorada em duas experiências diferentes em relação à quadra de esportes da escola, lugar em “que as crianças mais gostam de ficar”, pelos jogos e brincadeiras; por isso, também o lugar das situações mais arriscadas vividas pelos alunos na escola, segundo a percepção dos professores.

Continuando com a apresentação das demais representações ambivalentes, temos outras três fotos-legenda, que têm em comum o fato de tratarem do ambiente da sala de aula, mas com temas e ancoragens distintas. Uma delas traz a imagem de uma turma em atividade de grupo, numa escola municipal recentemente reformada “para ampliar instalações”, mas causando o problema de ter colocado algumas salas de aulas “de frente para a quadra de esportes” (fl.25). Uma segunda foto-legenda, também com alunos de uma escola pública em atividade, alinhados em fileiras, ganhando uma ancoragem confessional: “trabalhar com este grupo está sendo muito difícil”, com o professor/autor valorizando, no entanto, a sua “aprendizagem social” (fl.26). A terceira retrata uma sala de educação infantil de uma escola particular, limpa e arrumada, sem seus alunos, cuja boa aparência é contrariada pelo objetivo pedagógico não atingido: “deixar os materiais e brinquedos ao alcance das crianças” (fl.27).

Podem-se notar dois movimentos simbólicos básicos nas representações em questão: ou bem uma situação, em princípio favorável, é ancorada de forma desfavorável, comprometendo o sentido topofílico inicial, ou, inversamente, uma situação, inicialmente desfavorável, é atenuada por uma ancoragem favorável, suavizando as dificuldades. As representações referentes à escola que sofreu uma reforma ou à sala de educação infantil que não atingiu um objetivo realizam o primeiro movimento, pois tanto uma reforma na escola sugere um cenário mais favorável, quanto o cenário da sala de educação infantil sugere uma situação, ao menos fisicamente, propícia ao trabalho. No primeiro caso, a perspectiva de melhoria após a reforma perde força, pois a

“obra não levou em consideração ” a dificuldade pedagógica criada com a nova disposição das salas, com algumas delas em situação frontal à quadra, sujeitas, assim, às muitas interferências das atividades ali desenvolvidas.

No segundo, uma sala de aula, aparentemente favorável, é comprometida com uma prática pedagógica diretiva em relação às crianças, não lhes permitindo a elas acesso livre aos brinquedos e jogos³¹⁸.

Embora os temas sejam distintos, com repercussões diferentes na pesquisa de indicadores socioambientais, temos, nas duas representações, uma desvalorização de uma situação potencialmente ou aparentemente favorável. Já na representação da outra sala de aula, ocupada pelos alunos, temos uma situação confessadamente difícil, portanto desfavorável, superada por uma ancoragem que valoriza a dificuldade como fonte de aprendizagem do próprio professor.

As duas últimas fotos-legendas, escolhidas pelo grupo, que apresentam ambivalências, têm em comum, além de legendas mais densas e ricas simbolicamente, ancoragens que sugerem concepções sobre o trabalho pedagógico, ainda que valorizando de forma diferente a experiência docente. Uma delas apresenta a biblioteca da escola – vazia -, lugar onde a equipe pedagógica e, eventualmente, a direção, definem o “planejamento” semanal, assim entre aspas, colocando dúvida sobre o real sentido da atividade de planejar, para valorizar as tensões que têm marcado as últimas discussões: “Que bom! ”, exclamando ao final da legenda (fl.28). Na outra, um menino lê sozinho, sentado num gramado, próximo a um painel tomado por pichações, imagem acompanhada do depoimento sobre a dura rotina de quem divide o tempo entre a faculdade e o estágio: “chegar em casa às 11 e estar de pé às 6:30 ”. O cansaço, no entanto, é compensado quando a autora se percebe

³¹⁸ Para essa conclusão levo em consideração a foto-legenda tratada anteriormente, quando uma sala de educação infantil aderiu à proposta de permitir acesso das crianças aos materiais da sala, ambas de autoria da mesma professora.

contribuindo “na educação de tantas crianças e adolescentes, como este menino” (fl.29).

Na primeira, a biblioteca da escola, lugar reservado aos estudos onde normalmente prevalece a regra do silêncio, é apresentada como espaço de discussão e planejamento do trabalho, já uma ambivalência, reforçada pela crítica sutil não só à pouca frequência das diretoras, mas ao caráter do referido planejamento, com as aspas sugerindo que a atividade não é satisfatória. No entanto, as últimas discussões têm tornado a experiência mais satisfatória, exatamente pela tensão que vem provocando. Tal representação revela uma situação de disputas e divergências entre os membros da equipe pedagógica, motivo da animação do autor, que parece acreditar na possibilidade de mudanças no planejamento do trabalho pedagógico a partir das discussões. A valorização das discussões tensas como fonte de satisfação profissional não costuma ser usual, salvo por aqueles que concebem as escolas não como ambientes harmoniosos, mas como campo de embates entre visões diferentes do trabalho educativo.

Na segunda, o sentido topofóbico do cansaço resultante da longa jornada de atividades, que reserva à autora poucas horas de sono, é compensado pela percepção de estar contribuindo para a educação de crianças e jovens. O menino sentado no gramado, ocupado com sua leitura, constitui o foco simbólico da imagem, por objetivar o próprio sentido da formação profissional buscada pela autora, ancorada na experiência de sacrifício que impõe cansaço à aluna/estagiária, mas com a recompensa pela constatação de sua participação no trabalho educativo, do que podemos inferir um compromisso ético/moral com a educação de crianças e adolescentes.

Se o menino que lê materializa o sentido do trabalho em educação, com sua rotina cansativa e a compensação moral, o painel grafitado, a interferir fortemente na imagem, parece não ter qualquer função simbólica, porquanto não foi citado na legenda, como se uma fronteira separasse o menino leitor do

menino grafiteiro. A cultura das ruas, que faz parte da educação de crianças e adolescentes em nossas cidades, parece deslocada no contexto da educação formal, mesmo quando presente no ambiente escolar.

Esta pequena coleção de fotos-legenda permite fazer avançar a pesquisa de alguns indicadores importantes sobre a qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas retratadas, considerando a participação do poder público, as recíprocas relações entre docentes e destes com os alunos, assim como as concepções educacionais a justificarem o trabalho pedagógico.

As primeiras representações comentadas, referentes à escola municipal que esteve durante um período sem poder usar o parquinho e a piscina, indicam, claramente, o descuido da gestão pública municipal em relação à manutenção das escolas, situação que não é estranha às redes de escolas de alguns dos municípios citados nesta pesquisa. A degradação física das escolas, no caso, com a poluição e contaminação de ambientes importantes para uma comunidade escolar, ainda que temporariamente, revela não só o descompromisso dos governantes com a qualidade da educação pública, mas um profundo desrespeito aos direitos das crianças e dos profissionais da educação. A crítica moderada da professora, que sequer identifica explicitamente a responsabilidade pelos cenários vivenciados e retratados por ela, se manifesta sua insatisfação por um lado, por outro, parece conformar-se com as tardias providências tomadas.

De modo parecido, outra representação fornece indicadores de conformismo diante das atitudes do poder público, a propósito da reforma realizada em outra escola municipal, cuja a equipe pedagógica, certamente, não foi consultada, caso contrário, as salas não teriam ficado expostas aos barulhos naturais e cotidianos de uma quadra de esportes. O autoritarismo, muito presente nas relações entre os dirigentes educacionais e as escolas de

uma rede municipal, repercute de muitas maneiras no cotidiano delas, como na ocasião de planejar uma obra de ampliação, em princípio bem recebida pelas comunidades escolares. Decisões técnicas, administrativas e econômicas, freqüentemente tomadas sem a devida consideração da dimensão pedagógica de uma reforma do espaço físico, portanto, descartando a participação dos sujeitos imediatamente implicados - professores, funcionários e alunos - produzem soluções insatisfatórias, como a exemplificada. Apesar da insatisfação, porque a "obra " deixou de considerar um aspecto que repercute desfavoravelmente no seu cotidiano, a professora, ao personalizar a reforma, despersonaliza os agentes por ela responsáveis, conformando-se com a situação. O baixo grau de participação dos profissionais de ensino na gestão das escolas, o que não assegura meios e condições de controle dos mesmos sobre o melhor uso do dinheiro público na educação, é um traço importante da cultura escolar tradicional, que pode ser melhor entendida se consideramos as matrizes autoritárias das políticas educacionais que tem marcado história da educação em nosso país. Os princípios de uma gestão democrática ainda estão distantes da realidade cotidiana de grande parte das escolas públicas.

Se considerarmos a questão democrática do ponto de vista da relação entre docentes e alunos, podemos encontrar outros indicadores interessantes nas representações em questão. De um lado, temos uma representação crítica a uma postura pedagógica que impõe uma ordem diretiva na sala de aula, privando as crianças de terem acesso livre aos jogos e brinquedos, portanto uma situação pedagógica desfavorável. Por outro, uma representação, em tom confessional, admite dificuldades do professor com a turma, ou situações de confronto entre a vontade do adulto e a das crianças, valorizando a aprendizagem do próprio professor, indicando uma postura democrática, já que, tradicionalmente, os docentes ensinam e as crianças aprendem. A oposição entre o olhar dos alunos e olhar dos professores aparece também na representação sobre a quadra, topofílica para as crianças e topofóbica para os adultos, a indicar não apenas as condições etárias e funcionais que posicionam diferentemente esses dois sujeitos no contexto escolar, mas também os

freqüentes conflitos de interesses que se manifestam no cotidiano das escolas. No caso da referida representação, o medo dos adultos, professores, não impede a alegria das crianças, libertas por alguns momentos da rígida condição de alunos para brincarem na quadra. Freqüentemente, porém, as tensões entre esses olhares são resolvidas de forma autoritária, sem considerar as expectativas e as necessidades dos alunos, educando crianças e adolescentes para o silêncio e a submissão.

Se as três situações tratadas, sugerindo indicadores favoráveis e desfavoráveis sobre a qualidade das relações entre alunos e professores, não fazem justiça à complexidade da vida escolar, podem servir de orientação para uma pesquisa cujo fundamento seja o princípio de que a qualidade das relações numa comunidade escolar depende dos teores de democracia vivenciados por seus sujeitos sociais, dirigentes, professores e demais profissionais das escolas. Impossível firmar compromissos pedagógicos com a formação de cidadãos sem experiência democrática; portanto, por mais ambivalentes que sejam tais conceitos, mutuamente implicados, de democracia e de cidadania, não podem deixar de ser considerados quando procuramos entender a natureza material e simbólica das relações predominantes no cotidiano das escolas, sabendo das muitas mediações possíveis entre situações autoritárias e democráticas, cujas fronteiras são sempre instáveis e sujeitas a mudanças.

Continuando com a pesquisa de indicadores sobre a qualidade das relações escolares, podemos retomar a representação sobre as tensas discussões ocorridas na biblioteca da escola, valorizadas pelo professor, certamente por indicar a possibilidade de mudanças na gestão pedagógica da escola. A vitalidade de um projeto pedagógico só pode ser sustentada se for alimentada por discussões não só entre os pares docentes, como também incluindo os demais segmentos de uma escola. Tal representação elaborada pelo professor pressupõe, como aludimos anteriormente, um posicionamento participativo sobre a gestão pedagógica de quem concebe uma relação necessária entre educação e cidadania. De outro modo, outra representação

citada, a do menino leitor, sem a mesma motivação política, apenas tangencia a noção de cidadania sem nomeá-la, para valorizar o esforço pessoal empreendido na educação de crianças e adolescentes, expressando uma reconfortante motivação moral como contrapartida do cansaço experimentado. Segundo identificação já feita, tais indicadores revelam concepções mais ou menos críticas sobre a função social das escolas, bem como sobre as relações entre educação e sociedade, tornando os conceitos de democracia e cidadania estratégicos, porque disputados entre posturas mais conservadoras e mais emancipatórias, que coabitam em qualquer escola, muitas vezes provocando tensões: bem-vindas, se a perspectiva for à de construção de um projeto democrático de ensino.

Escolas / situações desfavoráveis

Esta subcoleção reúne 14 fotos-legenda, trazendo indicadores desfavoráveis em relação às escolas, com oito delas retratando ambientes dentro das escolas e seis, os ambientes de vizinhança. Teremos na análise destas últimas a mediação de grupos de alunas, que, além da escolha, elaboraram comentários sobre elas.

Iniciando a apresentação das representações referentes aos ambientes internos, temos três fotos-legenda com ancoragens negativas sobre as salas de aulas. Uma delas, a imagem de uma sala com muitas crianças, é acompanhada de uma curta legenda identificando a escola municipal, para deixar claro o que a imagem já revela, ou seja, uma sala “com espaço reduzido” (fl.30). Outra sala, também lotada de crianças com pouco espaço entre as cadeiras, ganha uma ancoragem mais topofóbica, na medida em que a professora trabalha nela nos dois turnos, com turmas diferentes: “É o lugar onde passo o dia todo...”, completando de forma exclamativa: “...quando está quente é um calor infernal !!!”. O último comentário da legenda não deixa dúvidas sobre o sentido topofóbico da representação, ao reafirmar que, “apesar de passar o dia todo nesta sala, não me sinto bem nela” (fl.31).

A terceira representação sobre uma sala de aula é mais complexa, pois trabalha com uma dupla ancoragem negativa, primeiramente para criticar as “salas abertas” dos CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública), permitindo que “todos os sons externos ecoem dentro das salas de aula”, com implicações para a saúde dos professores: “São altos os índices de afastamento [...] do trabalho em função de calos nas cordas vocais”; num segundo momento, para

localizar a escola entre duas comunidades “comandadas por grupos rivais”, conseqüentemente com sérias implicações para seus moradores, pois “quem mora numa comunidade não pode entrar na outra, com risco de morrer”(fl.32).

Duas salas de professores também foram representadas de maneira desfavorável. Uma delas, “muito pequena para a quantidade de professores”, apresenta um agravante: sobre a mesa, entre o sorriso das duas professoras, “uma das ‘armas de tortura’ da escola, o arcaico mimeógrafo”(fl.33). A outra sala, mais ampla que a anterior, mas sem nenhum professor, não é alvo de qualquer desvalorização explícita, servindo para comentar a rotina corrida do professor, que “difícilmente senta nessas cadeiras”, por estar “sempre correndo com o trabalho” (fl.34).

Se, na primeira situação, o tamanho da sala e o mimeógrafo afirmam uma ancoragem desfavorável em relação às condições materiais de trabalho que escola oferece aos professores, na segunda, o que parece insatisfatório é o ritmo de trabalho imposto ao professor, com a sala de professores transformada num ambiente de passagem, para “pegar ” o material de trabalho, “assinar ponto e beber água ”, sem muita chance de uso do próprio espaço.

Ainda dentro das escolas, três outros ambientes são apresentados de maneira desfavorável. Em uma das fotos-legenda (fl.35), a sala da diretoria de uma creche, “muito pequena”, não permite que se ligue o ventilador, “porque voa a papelada toda”. Se podemos inferir em relação a essa sala uma situação de calor, que pede um ventilador, em outro ambiente retratado, o calor é a principal fonte de topofobia, pois se trata de um refeitório, coberto com telha de amianto, transformando o espaço onde lancham e almoçam as crianças, “coitadas”, numa “verdadeira ‘ilha de calor’” (fl.36). Numa terceira escola, um estreito vão entre paredes parece reservado para o depósito da mobília escolar fora de uso, demonstrando, segundo a autora da foto-legenda, “descaso com o dinheiro público” (fl.37).

Se no primeiro ambiente são as diretoras que experimentam o desconforto de trabalhar na pequena sala sem ventilação, no segundo, quem experimenta desconforto cotidiano são as crianças, obrigadas a fazer refeições numa "ilha de calor". Já em relação ao terceiro ambiente retratado, os "móveis escolares" é que são maltratados, atitude condenável por se constituírem em patrimônio público.

Se até o momento, com parte da subcoleção apresentada, já poderíamos explorar possíveis indicadores desfavoráveis à qualidade do trabalho pedagógico nas escolas em tela, o restante das fotos-legendas, que tratam das imediações de algumas escolas, traz outras contribuições topofóbicas a serem consideradas, merecendo comentários escritos do grupo de alunas que as examinou.

A primeira foto-legenda, que muito mobilizou a atenção do grupo, traz a imagem de um ponto de ônibus junto ao muro mal-conservado de um grande galpão, com crianças pequenas e sozinhas aguardando condução. Sua autora, sem problematizar a situação, apresenta um de seus "aluninhos", que volta para casa "com os vizinhos que também estudam lá" (fl.38).

A aparente neutralidade da autora foi logo contestada por membros do grupo, com comentários que ressignificaram, em termos desfavoráveis, a situação, com críticas ao "triste fato de crianças se deslocarem sozinhas nesta paisagem"* , ou, ainda, pelas crianças estarem "diariamente sendo expostas aos riscos de uma área periférica"* . A ancoragem crítica ganha um sentido político, na medida em que "essa é a triste realidade de muitas famílias no contexto atual [...], que não podem acompanhar seus filhos até a escola, nem tampouco pagar alguém para fazê-lo "*, sugerindo uma situação "de abandono político e social"* .

Três paisagens bem representativas da crítica situação socioambiental, nas periferias do Rio de Janeiro e dos demais municípios retratados nesta pesquisa, foram fotografadas por uma professora de duas escolas em Jacarepaguá, que também mobilizaram a atenção de um dos grupos da turma.

Duas fotos-legenda referem-se a um CIEP já retratado (fl.39). Uma delas trazendo a vista de uma sala de aula, tendo ao fundo um morro ocupado nos anos 90 por uma comunidade chamada "*Bateau Mouche*", depois de seus moradores terem sido vítimas de uma enchente no fim dos anos 80; todos perderam suas casas, tendo vivido algum tempo alojados na própria escola, então recém-construída. Na outra foto-legenda, o foco é outro morro ocupado, também próximo da escola, onde moram alguns de seus alunos: a comunidade "da Chacrinha"(fl.40). A terceira foto-legenda registra a entrada de outra escola, tendo ao fundo um morro ocupado por outra comunidade pobre, que, devido às últimas tentativas de "invasão por grupos rivais", tem deixado "os alunos em estado de alerta constante" (fl.41).

Na primeira situação, temos uma ancoragem histórica contando a origem de uma favela, cujos moradores estiveram abrigados no CIEP, que só veio a funcionar como escola entre 1991/92, quando, então, os desabrigados passaram a ocupar a "mata que fica[va] atrás da escola". A riqueza do relato revela, como veremos a propósito da pesquisa de nossos indicadores, o descaso e a irresponsabilidade das políticas públicas na gestão do espaço urbano. O grupo expressa, com o seguinte comentário, a situação retratada: "Sem planejamento urbanístico em prol de uma política social democrática, muitos sujeitos a partir de suas necessidades de sobrevivência precisam de um teto para se protegem do sol, da chuva, do frio...e da 'violência'".*

O mesmo CIEP é vizinho de outra comunidade, a "*da Chacrinha*", já aqui referida, representada como lugar de moradia de muitos de seus alunos, indicando a existência de outra uma relação histórica da escola com as

comunidades vizinhas, por se constituir no espaço público de educação escolar para suas crianças e adolescentes.

O morro, a violência e o medo constituem o núcleo da última representação, com a prudente noção de “grupos rivais ” apenas sugerindo as violentas lutas - com armamento pesado - entre os diferentes grupos de traficantes pelo controle do comércio de drogas em quase todas as comunidades periféricas de nossas cidades. As armas e as drogas estão subentendidas na representação, como uma ancoragem deliberadamente oculta, para justificar o medo, ou, como prefere a professora: o “estado de alerta constante” vivido pelos alunos, para sugerir o risco de ser vítima ocasional de um tiroteio, quer entre traficantes, quer entre estes e forças policiais.

Os cuidados da autora, professora de duas escolas que sofrem os impactos de comunidades controladas por traficantes, na elaboração de suas fotos-legenda, indicam que o medo não é exclusivo aos alunos, mas está incorporado na cultura de muitas comunidades escolares, que, cotidianamente, precisam exercitar estratégias para minimizar os riscos de viver e trabalhar em áreas especialmente conflagradas nas periferias de nossas cidades. Um dos cuidados, obviamente, é o de evitar nomear ou identificar publicamente os protagonistas das ações violentas na vizinhança das escolas, cujas paredes não protegem qualquer aluno, professor ou dirigente de um mal-entendido com os grupos que, eventualmente, controlam o tráfico nas imediações.³¹⁹

Na tentativa de resumir a situação apresentada pelas fotos-legenda citadas, o grupo manifesta-se da seguinte maneira: “Desemprego, miséria, fome, violência, derrubada de árvores, construções irregulares, enchentes,

³¹⁹ Os relatos que tenho ouvido ao longo dos últimos anos de minhas alunas da faculdade, também professoras na rede pública de ensino, dão conta da insustentável situação de muitas escolas, que se encontram reféns da vontade e dos interesses de quadrilhas de traficantes, constantemente tendo suas atividades comprometidas devido aos confrontos armados, não sendo raro aquelas em que os traficantes circulam nas suas dependências.

desmoronamentos... mortes"* , também evitando referências explícitas ao crime organizado.

Uma outra foto-legenda mereceu atenção do grupo, com a paisagem de uma mata cortada por um "valão", localizados ao lado da escola, concorrendo em dias de chuva para o alagamento da rua (fl.42). Ao se referir às políticas que explicam a existência de "um rio que agora não vive mais como um rio"*, transbordando quando chove, alagando a rua da escola, o texto do grupo critica os responsáveis pela situação: "A rua não é de uma escola privada, sendo assim não há interesse para que se mude essa realidade pelos nossos dirigentes "*.

Tendo como referência as "[...] zonas periféricas distanciadas de um núcleo inclusivo da zona sul da capital do RJ", no mesmo texto se argumenta que "para se entender o meio ambiente, precisamos compreender as lógicas político-econômicas da sociedade, pois a mãe natureza se modifica de acordo com os interesses de seus filhos (os homens)".

Constatamos que o exercício crítico do grupo garantiu, dessa vez, uma ancoragem menos descritiva e mais politizada, identificando responsabilidades, embora genericamente, sobre a situação de muitas escolas nas periferias das cidades.

Uma última representação desfavorável sobre essas escolas traz a imagem da fachada lateral de uma unidade municipal, "em lugar de difícil acesso ", ancorada na rotina de um professor, "que sempre chega atrasado", depois de caminhar de "10 a 15 min" (fl.43).

O grupo que comentou esta foto-legenda preferiu uma ancoragem mais poética evocando o verso de conhecida canção - "todo artista deve ir onde o povo está " – para afirmar "que onde houver povo deve haver escola/ensino...", mas ponderando, criticamente, sobre "alguns artistas/professores " que têm

sua situação agravada "pelas condições precárias de transporte e de acesso a algumas escolas ". A identificação da condição dos artistas com a dos professores sugere uma mesma missão desempenhada por estes sujeitos sociais em relação à democratização dos bens culturais, em que pesem as dificuldades de acesso encontradas.

O presente acervo, que reúne representações desfavoráveis em relação às escolas, constitui um rico material de pesquisa para importantes indicadores socioambientais comprometedoras, de alguma maneira, da qualidade da educação oferecida pelas escolas citadas, que têm em comum a condição de escolas de redes públicas. Se considerarmos, primeiramente, as situações intramuros nas escolas, podemos fazer um pequeno inventário de tais indicadores, a partir, da experiência tanto de docentes como de alunos.

Salas de aula comportando mais alunos do que o desejável e recomendável, salas de professores também pequenas para o número de profissionais da escola, do mesmo modo como a sala das diretoras de uma creche indicam a exigüidade de espaços disponíveis para as atividades de crianças, professores e dirigentes, provocando desconforto, calor, sempre em prejuízo da qualidade do trabalho. Se, sobretudo, consideramos a situação dos professores, que, cotidianamente, trabalham com turmas cheias, com as carteiras apossando-se de todo o espaço disponível, sem muita chance de outra disposição para atividades mais grupais ou para a própria circulação do professor entre os alunos, acentua-se a experiência de confinamento e desconforto vivida em muitas salas de aula.

Crítérios estranhos às necessidades pedagógicas de professores e alunos costumam impor-se na organização administrativa das escolas públicas, resolvendo a crescente e justa demanda social por vagas sem o proporcional

investimento na expansão das redes, aumentando a população escolar das unidades existentes, conseqüentemente, sobrecarregando as equipes pedagógicas e os demais profissionais da escola com turmas mais numerosas.

As soluções arquitetônicas tampouco parecem considerar o conforto de professores e alunos, se tomamos como exemplos não só as salas de trabalho comentadas, mas também as salas “abertas”, de meia parede, que caracterizam os CIEPS, ou as telhas de amianto sobre o refeitório, indicando a pouca participação de docentes e discentes na definição dos ambientes escolares, ainda que estes repercutam, desfavoravelmente, na qualidade das atividades cotidianas. No primeiro caso, as salas de aulas sem qualquer proteção contra os ruídos produzidos em cada uma delas, exige dos professores um esforço vocal mais elevado para superá-los, contribuindo para aumentar o volume do barulho, bem como os riscos de doenças nas cordas vocais. Dos alunos, por outro lado, podemos estimar um esforço maior para acompanhar as atividades, pois que os ruídos atrapalham a audição e, conseqüentemente, a atenção, gerando dispersão e mais ruído. No segundo caso, transforma-se o momento das refeições dos alunos numa experiência desconfortável por conta da “ilha de calor” gerada pelas telhas de amianto, baratas em relação às de cerâmica, mas desaconselhadas por não neutralizarem a ação dos raios solares, além de serem constituídas de uma fibra mineral condenada internacionalmente pelas doenças provocadas nos trabalhadores envolvidos no processo de sua produção³²⁰.

Se tais representações de ambientes escolares permitem a identificação de fontes de topofobia, ou seja, de fatores materiais e físicos que agravam as condições de trabalho e convívio, indicam também a conformada participação dos profissionais e dos alunos, assim como de suas famílias, na manutenção de situações desfavoráveis à qualidade do trabalho escolar, pouco fazendo além da

³²⁰ Por estarem expostos às partículas de amianto durante anos, muitos trabalhadores adquirem doenças pulmonares, como a asbestose, normalmente fatal, quando os alvéolos pulmonares são contaminados com amianto. A polêmica judicial entre indústrias que usam amianto e o Ministério da Saúde sobre portaria que pretende erradicar seu uso industrial pode ser consultada na revista jurídica: www.ultimainstancia.uol.com.br.

crítica, por vezes até bem-humorada, como na correlação entre o mimeógrafo e uma "arma de tortura", mas insuficiente para transformar as situações. A dicotomia entre as atividades político-administrativas e financeiras e as atividades propriamente pedagógicas - as primeiras reservadas aos dirigentes hierarquizados nos ambientes das secretarias municipais ou estaduais; as segundas, reservadas aos docentes e discentes - constitui um traço marcante da qualidade pouco democrática da gestão das escolas, com acanhada participação de professores, funcionários, alunos e suas famílias.

Além dos limites de natureza teórica e metodológica tanto da cultura pedagógica institucionalizada, quanto dos cursos de formação de professores, que merecerão atenção em outro momento, um dos fatores concorrentes para a neutralização da participação dos profissionais na gestão escolar diz respeito ao ritmo de trabalho que se impõe a muitos profissionais de educação, que dividem seu tempo semanal entre duas ou mais escolas, diminuindo, sensivelmente, o tempo dedicado a cada uma delas, muitas vezes restrito aos afazeres de sala de aula, sem chance de maior envolvimento nas outras atividades, como as reuniões formais e informais com os demais profissionais.

A jornada apressada, representada pelo professor que sempre chega atrasado e que dificilmente senta na sala de professores (fl.34), é bastante sugestiva em tal sentido, considerando ser esse o cotidiano de grande parte da força de trabalho empenhada nas escolas públicas, que, mal-remunerada, precisa acumular mais de uma matrícula, como é o caso do professor exemplificado, ou dedicar-se também às escolas da rede privada, para assegurar uma renda, por vezes apenas suficiente para a sobrevivência mensal.

Uma certa resignação está presente no conjunto das representações mais tofóbicas sobre a escola, que somente denunciam situações, ou se queixam das desfavoráveis, aparentando não vislumbrar mudanças no seu cotidiano, como o flagrante descaso com o patrimônio público delatado pela professora, com peças do mobiliário escolar amontoadas num estreito vão entre

as paredes da escola (fl.37). É interessante notar ainda que nenhuma alusão, mesmo indireta, aos baixos salários pagos aos professores de modo geral, em especial aos profissionais das redes públicas, foi identificada na coleção de fotos-legenda sobre as escolas, fortalecendo a interpretação de que a resignação ou a acomodação fazem parte do cotidiano de nossas escolas.

Em relação às situações extramuros, parte das representações escolhidas permite uma aproximação com indicadores sobre os impactos da violência urbana no cotidiano das escolas, como o medo compartilhado pelas comunidades escolares, vizinhas de comunidades disputadas por traficantes de drogas. Tais representações indicam ainda a presença de crianças dessas comunidades na escola. Assim, a relação entre projetos pedagógicos e a situação das comunidades torna-se orgânica, impondo questões que não devem ser desconsideradas pelas políticas educacionais dirigidas à educação básica em áreas periféricas.

A narrativa histórica do CIEP que, antes de funcionar como escola serviu de alojamento para uma comunidade desabrigada por uma enchente, e, posteriormente, ocupou um morro vizinho, desmatando suas encostas, criando novas situações de riscos socioambientais, indica, emblematicamente, a participação irresponsável do poder público nos críticos cenários urbanos vividos pelas populações que habitam, trabalham e estudam nas periferias de nossas cidades. Morros desmatados concorrem para o aumento da erosão provocada pelas chuvas, assoreando com sedimentos os corpos d'água, aumentando os riscos de enchente em dias de chuva.

O batismo da comunidade com o nome de *Bateau Mouche* - em alusão ao trágico naufrágio de uma embarcação na Baía de Guanabara, na última noite do ano de 1988, com a morte de mais de cinquenta passageiros³²¹, entre eles uma atriz conhecida, tendo o inquérito e o julgamento, acompanhados pela grande mídia, apontado a responsabilização criminal dos donos da empresa de

³²¹ *O Globo*, 16/10/2006, edição on line.

turismo náutico, por superlotarem a embarcação e não estarem devidamente equipados para situações de naufrágio - indica certamente uma identificação da comunidade com a condição de sobreviventes de um naufrágio, mas, talvez, indique também a semelhança com a condição de vítimas de um crime não praticado por uma empresa privada que sacrificou a segurança dos passageiros para aumentar a margem de lucros, mas por agências públicas, cujas políticas que orientam a ocupação do espaço urbano excluem as necessidades de grandes contingentes populacionais que povoam as periferias urbanas.

As numerosas e populosas comunidades que habitam em moradias precárias, autoconstruídas em loteamentos irregulares, sem acesso pleno aos serviços e aos equipamentos públicos de saneamento, urbanização, saúde, transporte, segurança e comunicações³²², são, potencialmente, mais vulneráveis, quer às balas perdidas num dos freqüentes tiroteios que envolvem traficantes e/ou policiais, quer por um desmoronamento de encosta ou por enchentes nos dias de chuva mais forte, eventos que não podem ser caracterizados como acidentes, se isto servir para descaracterizar a (ir)responsabilidade do poder público.

Na pauta de indicadores de desenvolvimento sustentável recomendada pela ONU, já citada anteriormente, o item habitação é avaliado segundo o critério da inadequabilidade das moradias, considerando apenas a densidade de moradores por dormitório, sem qualquer outra referência sobre a ocupação de encostas, margens de córregos e rios, ou demais áreas de risco. Se, por um lado, o coeficiente de mortalidade por homicídios permite alguma aferição dos padrões de violência de uma sociedade, a experiência de medo vivida por comunidades sitiadas por organizações de traficantes, por sua subjetividade, escapa de qualquer aferição mais objetiva e mensurável; no entanto, do ponto de vista da presente pesquisa, o medo de tiroteios ou de enchentes constitui um forte indicador de insustentabilidade socioambiental.

³²² Jacobi (2000) usa a noção de “cidade clandestina” para se referir às 600 mil pessoas que vivem em casas coletivas, às 1.9 milhão que vivem em favelas e as mais de 2,5 milhões que vivem em loteamentos irregulares no município de São Paulo (p. 22/23).

As situações de risco nas imediações das escolas retratadas revelam outros aspectos, como o da escola municipal próxima de um córrego, transformado em “valão”, que, em dias de chuva, concorre para o alagamento da rua da escola, com os previsíveis transtornos para a comunidade escolar, sem mencionar a permanente ameaça sanitária representada pelas águas poluídas pelos esgotos recebidos pelo ex-córrego. A naturalidade com que a população, incluindo a professora, convive com a morte de corpos d’água e com a ocorrência freqüente de alagamentos, devido à ausência de políticas públicas de saneamento básico, deve ser considerada como um indicador de impotência política, tanto dos moradores, como dos membros da comunidade escolar, no sentido de se defenderem dos agravos às suas condições de vida.

A naturalidade carinhosa com que uma professora retratou seu “aluninho do segundo turno ” com seus colegas e vizinhos num ponto de ônibus, para viajarem sozinhos de volta para suas casas, ao ser contestada pelo grupo que analisou aquela coleção de fotos-legenda, por verem na imagem o risco, a tristeza e o abandono político a que estão sujeitas as crianças e as famílias pobres das periferias urbanas, permite-nos problematizar e, de um lado, as condições de acesso e transporte das crianças às escolas, de outro, as responsabilidades dos poderes públicos, incluindo as unidades escolares, em relação à população escolar, sobretudo da educação básica, considerando também os seus deslocamentos entre a moradia e a escola.

Mesmo contestando a situação de crianças, alunos da escola, que viajam sozinhos de ônibus, a crítica formulada pelas colegas da professora, aparentemente insensível aos riscos dessas viagens, se acusa a irresponsabilidade da esfera política, não admite qualquer responsabilidade da própria escola em relação à situação retratada.

Essas situações consideradas desfavoráveis em relação às escolas indicam não só agravos que afetam a qualidade das atividades escolares, mas também a maneira

como os sujeitos, no caso as alunas/professoras, com elas convivem. A despeito do senso crítico manifestado em algumas representações, constatando aspectos importantes da crise que afeta a sustentabilidade das cidades, nenhuma delas se ancora na possibilidade de mudanças que possam melhorar a qualidade dos ambientes escolares e os seus respectivos entornos. A escola, seus profissionais e seus alunos são representados mais como vítimas de circunstâncias desfavoráveis do que como atores com capacidade e vontade de transformar a realidade.

Pesquisa temática para uma agenda de educação ambiental (a escola e suas imediações)

Considerando que a qualidade de vida é indissociável da qualidade de ensino e que esta depende de um ambiente, material e simbólico, favorável ao desenvolvimento das atividades escolares, as implicações político-pedagógicas exploradas em seguida, a partir dos indicadores discutidos a propósito das representações sobre as escolas e suas imediações, obedecem a três preocupações básicas: a qualidade das relações na escola, a qualidade do trabalho pedagógico e a qualidade da gestão escolar.

A qualidade das relações na escola: entre o afeto e o profissionalismo

Foi possível mapearmos, nas representações estudadas, duas narrativas básicas sobre as relações entre os sujeitos na escola, ambas topofílicas, considerando, quase que exclusivamente, os professores e os alunos, com apenas uma imagem alusiva às famílias com duas mães em evento de uma creche (fl.20), sem qualquer referência aos demais profissionais não-docentes, envolvidos nas atividades de administração, limpeza e alimentação da escola.

A quase invisibilidade material e simbólica daqueles que não realizam o trabalho pedagógico propriamente dito, mas são fundamentais na sustentabilidade de qualquer escola, considerando não apenas as fotos-legenda

escolhidas, pouco acima de 40, porém as 80 constituem a coleção, mais do que sugerir, revelam fronteiras importantes, que dão sentido hierárquico às relações entre os docentes, os demais funcionários, os alunos e seus familiares, desafiando, historicamente, os projetos político-pedagógicos de vocação mais democrática.

Não subestimando a densidade social e histórica das segregações de classe, de gênero e de etnia que se manifestam no cotidiano das escolas, como de resto nas demais esferas da sociedade, mas reconhecendo a centralidade das atividades e das relações entre professores, e deles com os alunos, assim como entre os próprios alunos, as representações de experiências valorizadas pelos professores e pelos alunos revelam aspectos fundamentais do cotidiano escolar.

Uma das narrativas básicas encontradas, como vimos, tem uma forte ancoragem nos sentimentos familiares, como os de mãe ou de uma tia, associando educação e afeto, sem mediações teóricas ou metodológicas para justificar a condição de professoras. Tais representações, que cumprem o papel de tornarem afetivamente familiares os seus alunos, são coerentes não apenas com tradição feminina da profissão, mas, sobretudo, com uma cultura pedagógica mais tradicional, ainda presente nas escolas, que idealiza a relação com seus alunos no plano da afetividade, do carinho, do amor, deslocando-os de seu contexto social, muitas vezes estranho à experiência dos professores. Essa cultura pedagógica, que, invariavelmente, se expressa tão poeticamente quanto ingenuamente, por vezes busca ancoragem no caráter quase divino da missão do educador, como na legenda de uma representação não escolhida, que assim justifica a foto da professora abraçada com seus alunos: "Esse trabalho é gratificante porque é para Deus".

Se estas narrativas ingênuas pouco podem contribuir para responder aos desafios educacionais impostos pela crise socioambiental contemporânea, por outro lado, não devemos subestimar o reconhecimento da importância do afeto

na qualidade das relações entre professores e alunos. Mesmo considerando a impropriedade de tal valorização de sentimentos maternos num espaço público de trabalho, tanto a condição feminina, como a maternidade, quando ressignificadas numa perspectiva histórica e social, podem-se constituir em temas importantes para a elaboração de estratégias político-pedagógicas empenhadas na sustentabilidade de nossas sociedades. Os indicadores de saúde materno-infantil em nosso país, vergonhosos se comparados a muitos países do próprio continente americano, podem servir de motivação para alguns compromissos político-pedagógico das escolas com a melhoria de condições de vida de mulheres e crianças, caso levemos em conta, por exemplo, os altos índices de gravidez precoce ou de morbi-mortalidade infantil que conhecemos no Brasil. Uma agenda de educação ambiental comprometida com a sustentabilidade pode e deve incluir, entre suas preocupações, as questões relativas à sexualidade, de modo a garantir maior conscientização em crianças e adolescentes sobre os riscos da vida sexual, como uma gravidez indesejada, doenças venéreas, além da AIDS, do mesmo modo, incluindo a dramática situação sanitária que priva grandes contingentes populacionais do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que penalizam a saúde, especialmente das crianças brasileiras. O sentimento de maternidade, que implica ontologicamente o cuidado com as crianças, pode ser mobilizado criticamente, no âmbito de comunidades escolares, para o enfrentamento das injustiças socioambientais que caracterizam a natureza insustentável e excludente da sociedade brasileira.

Outro padrão de narrativa topofílica encontrada nas representações associa profissionalismo e afeto, quer entre professores, com alusões ao companheirismo dos que trabalham compartilhando suas preocupações, quer entre eles e seus alunos, quando a experiência pedagógica é fortalecida pelo afeto cultivado entre estes e aqueles. Apesar de encontrarmos, nessas representações favoráveis das escolas, uma valorização mais claramente profissional - e não apenas afetiva - do cotidiano escolar, foram raras aquelas que valorizaram positivamente a dimensão social e política das inter-relações

entre os membros da escola, com uma apenas entre as escolhidas buscando esse sentido, quando usa a noção de "conscientização", ou ainda, uma outra, que valoriza as tensões provenientes dos debates entre professores e a equipe dirigente, não por acaso elaboradas pelo mesmo autor. É interessante observar que as inter-relações na escola não foram objeto de representações desfavoráveis, embora sejam comuns desentendimentos e divergências entre professores, assim como entre alunos, muitas vezes afetando a qualidade das relações e, conseqüentemente, do trabalho, como pode ser o caso de gestões mais autoritárias na escola, tema explicitamente ausente das representações estudadas, mas indiretamente presente em algumas representações que deixam claro a pequena participação dos docentes na gestão escolar.

Se entre a afetividade e o profissionalismo temos uma fonte importante de topofilia a animar as relações nas escolas, parece prevalecer nas representações uma concepção de educação que repousa no protagonismo de dois de seus atores, professores e alunos, praticamente excluindo as famílias, lembradas pela presença num evento trocando abraços com a professora, tornando, ainda, invisíveis os profissionais não-docentes. Além disso, as escolas são representadas, geralmente, como ambientes vividos por atores destituídos de motivações político-filosóficas, com as únicas exceções assinaladas, como se os afetos e o senso profissional não devessem sofrer influências nesse sentido, por colocar em risco a harmonia desejada e valorizada no ambiente de trabalho.

Não apenas pelas representações estudadas, mas também pelo convívio de alguns anos com as turmas do Curso de Pedagogia, percebo a tendência de parte do alunado de identificar tautologicamente a atividade política com os partidos políticos, fonte compreensível de severas críticas e desconfianças da população, de tal modo que muitos se esforçam para, idealisticamente, livrar o trabalho educativo por eles realido qualquer inspiração política, mesmo diante do empenho de um currículo e de muitos professores, que, desde o início do curso, afirmam tal dimensão política e filosófica do trabalho educacional.

Para a consolidação de uma agenda de educação ambiental de teor crítico, que não despreze a qualidade das relações inter-pessoais nas escolas, as concepções ingênuas sobre educação e escola, que despolitizam a natureza do trabalho pedagógico, precisam ser superadas, pois se constituem em sério limite às pretensões de termos escolas participando de esforços sociais no sentido da construção de uma sociedade sustentável.

A qualidade do trabalho pedagógico: entre o descompromisso do poder público, a herança pedagógica conservadora e a crítica conformista

Dada a riqueza material e simbólica da coleção de fotos-legenda analisada, foi possível um razoável mapeamento de indicadores socioambientais que conspiram, cotidianamente, contra a qualidade do trabalho nas escolas retratadas, na sua maioria das redes públicas de ensino.

Nesse sentido, não foram poucas as representações que, direta ou indiretamente, revelaram a (ir)responsabilidade do poder público em relação às situações desfavoráveis ao trabalho realizado pelas escolas. Verificamos as demonstrações de descaso e desrespeito, como na situação dos ambientes contaminados do parquinho e da piscina de uma escola municipal, ou quando peças do mobiliário são amontoadas em depósito improvisado, ou mesmo quando atua reformando uma escola, mas não considerando devidamente os aspectos pedagógicos implicados, e ainda, quando suas políticas amesquinhas de planejamento, de custeio e financiamento das redes se traduzem em baixos salários, turmas com número excessivo de alunos ou equipamentos inadequados e "torturantes", como o arcaico mimeógrafo e as insalubres telhas de amianto.

No entanto, como verificamos, as críticas são difusas, não identificando, devidamente, as responsabilidades públicas, sugerindo certo conformismo com as

situações desfavoráveis, na medida em que nenhuma reação, individual ou coletiva, chega a ser cogitada nas representações. Os poderes públicos, nas suas diferentes esferas de responsabilidade sobre as políticas educacionais, desde a escola até os órgãos governamentais, são pobremente representados, com uma ou outra citação de dirigentes locais e uma única referência a uma escola, valorizada pelo professor, por ser sede de atividades e eventos de uma rede municipal. Uma obra que causa transtornos, a piscina poluída, o mobiliário escolar abandonado, a telha que provoca a “ilha de calor”, ambigualmente revelam o descaso, a incompetência, ou o descompromisso de uma difusa esfera pública e governamental, mas omitem os sujeitos sociais concretos, responsáveis pelos agravos.

Da mesma forma, os expressivos relatos sobre as imediações das escolas públicas tendo por vizinhança comunidades que, precariamente alcançadas pelas políticas públicas (educação, saúde, saneamento básico, cultura, segurança, etc.), convivem diariamente com as disputas violentas entre grupos de traficantes e o confronto destes com forças policiais, propiciando a cultura do medo e do silêncio. Se tais representações revelam tanto a gravidade da crise socioambiental das cidades, quanto a falência das políticas públicas dominantes, omitem, por prudência ou por descrença, a identidade dos sujeitos sociais (traficantes, policiais, autoridades públicas) co-responsáveis diretamente pela insegurança coletiva, quase naturalizada entre nós.

A mesma impotência crítica denuncia o “valão” que alaga a rua da escola, ou as crianças que se deslocam sozinhas no trajeto casa-escola, reconhecendo a ausência do poder público, mas sem admitir a possibilidade de mudança, ou, ainda, alguma responsabilidade da própria escola, como parte da esfera pública, sobre a precária situação sanitária do bairro ou sobre a insegurança de seus alunos.

Se representações alusivas ao poder público sugerem descompromisso ou descaso, também sugerem resignação e conformismo da parte de seus críticos, posto que as escolas, com seus profissionais e alunos, aparecem como vítimas e não como sujeitos capazes de responderem aos agravos sofridos. A

desvalorização dos poderes públicos encontra, assim, correspondência com a impotência política dos que são governados, em favor da manutenção de padrões insustentáveis de cidadania.

Um dos pressupostos para o desenvolvimento de uma agenda socioambiental nas escolas é o exercício constante de um diálogo crítico das comunidades escolares com as poderes constituídos, acompanhando as políticas públicas, que, direta ou indiretamente, afetam o ambiente escolar e a qualidade do trabalho pedagógico. Para tanto, é necessária a superação por parte dessas comunidades escolares dos limites da crítica conformista, sempre acompanhada da impotência política, justamente por tornar remota a possibilidade de vivermos e trabalharmos em condições mais sustentáveis. Mais do que entender o processo de precarização da políticas públicas como resultante da hegemonia de uma lógica neoliberal, que subordina os interesses coletivos - representados pelo Estado - aos interesses privados de grandes corporações nacionais e transnacionais, as escolas, e sobretudo os professores, precisam qualificar-se como interlocutores para defenderem e cobrarem a responsabilidade dos poderes públicos diante dos agravos à qualidade da educação oferecida à população. O conceito de cidadania, pouco citado nas representações, não por acaso, mas por coerência com o conformismo e a resignação identificados, merece ganhar centralidade, de modo a valorizar os nexos entre educação e meio ambiente, tanto para motivar as comunidades escolares a se defenderem de situações socioambientais desfavoráveis, como para exigir a participação do poder público na melhoria da qualidade do ensino e do ambiente escolar.

Ao invés de aceitar como natural a precarização das condições de trabalho, considerando os baixos salários ou as salas superlotadas, ou a degradação socioambiental em suas imediações, com a expansão de áreas habitadas sobre encostas e a ausência de serviços de saneamento básico, as escolas, seus profissionais e alunos, podem envolver-se, com seu trabalho

pedagógico, no enfrentamento das condições que desqualificam sua importância como instância de formação de crianças, jovens e adolescentes.

Decerto que o tema da violência urbana merece atenção especial no contexto de qualquer agenda pedagógica pela gravidade dos riscos a que muitas escolas estão sujeitas, porque indica a intensidade da exclusão social em que vivemos, assim como a falência das políticas públicas no sentido de garantir cidadania a grandes contingentes da população, mas também porque as práticas violentas associadas ao tráfico de drogas seduzem uma parcela de crianças, adolescentes e jovens que não encontram alternativas de vida que lhes permitam escapar da pobreza. Mesmo reconhecendo os limites do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas, sem poder, isoladamente, de impedir os impactos do tráfico e da violência sobre seus alunos, professores e funcionários, o medo e o silêncio não podem ser as únicas respostas aos riscos que se encontram perigosamente banalizados nas grandes cidades. As famílias, que moram em comunidades mais imediatamente atingidas pela violência de traficantes e policiais, têm nas escolas públicas, talvez, uma única esperança de futuro para os seus filhos, e nesse sentido, elas precisam também se qualificar teórica e politicamente para atuarem, com apoio das famílias, como um ambiente educativo, alternativo às práticas violentas.

Outra questão importante para o desenvolvimento de uma agenda socioambiental diz respeito à existência de uma cultura pedagógica tradicional, ainda vigorosa nas escolas, que limita a qualidade e o alcance do trabalho pedagógico. Em relação às representações nitidamente topofóbicas sobre o trabalho pedagógico propriamente dito, como o da professora que experimenta duas jornadas na mesma sala, sujeita ao "calor infernal", ou do professor, sempre atrasado, que mal consegue se sentar na sala de professores, ou ainda da professora cujas aulas sofrem interferências de ruídos externos, também encontramos conformismo e resignação diante das adversidades vividas, um dos traços distintivos da impotência pedagógica das escolas.

Mesmo no tocante às representações favoráveis do trabalho pedagógico, verificamos traços de uma cultura pedagógica conservadora, seja quando valorizam moralmente, e não politicamente, a cansativa rotina docente; seja quando valorizam os temas ambientais, mas secundarizando o conteúdo em favor da forma; seja quando valorizam os espaços informais de trabalho, como os lugares de liberdade e de socialização, em contraposição aos espaços formais, lugares da hierarquia e da ordem; ou ainda, quando valorizam a adesão de alguns professores a uma proposta pedagógica mais construtivista contra a herança de uma pedagogia diretiva e autoritária. Mesmo a partir desses traços, por vezes ambivalentes, indicando a co-existência de propostas pedagógicas distintas no dia-a-dia das escolas, não devemos subestimar a permanência de predisposições culturais típicas da "educação bancária", nos termos utilizados por Paulo Freire para caracterizar uma educação marcada por rigidez curricular, pelas relações hierarquizadas, pelo desinteresse em relação às motivações e conhecimentos dos alunos, pela neutralização da dimensão política do trabalho educativo, pela valorização dos aspectos formais do saber escolar, e, sobretudo, por conceber a educação como um exercício de obediência de alunos e professores às normas educacionais estabelecidas.

A emergência de uma agenda de educação socioambiental nas escolas depende, assim, de rupturas significativas com os paradigmas pedagógicos tradicionais, impotentes para responderem aos desafios educacionais impostos pela crise socioambiental, que se manifesta cotidianamente em nossas cidades, porque abdicam da vontade de transformar a realidade insustentável, em última instância, retirando da experiência educacional qualquer senso de utopia. Se entendemos que as escolas, principalmente as públicas, podem ser protagonistas na construção de uma sociedade sustentável, utopia acalentada nos encontros internacionais e nacionais de educadores ambientais, precisamos buscar outros critérios para qualificar o trabalho pedagógico praticado nelas: afinal, resignação e conformismo não podem ser o resultado social deste trabalho.

Qualquer passo em direção a essa utopia, a de constituirmos escolas participantes com seus trabalhos dos esforços e das lutas sociais em favor de sociedades mais justas, social e ambientalmente, exigirá alguma ruptura na ordem escolar tradicional, tema a ser retomado quando tratarmos, a seguir, da gestão escolar.

A qualidade da gestão escolar: entre as práticas autoritárias e a necessidade de democratização

Embora o tema gestão escolar não tenha sido diretamente citado na coleção de representações sobre as escolas, o estudo revelou indicações interessantes sobre o padrão de gestão nelas mais freqüentemente encontrado.

A primeira consideração importante sobre qualidade das práticas de gestão percebidas diz respeito à quase invisibilidade de outros sujeitos no cenário das escolas, além de professores e alunos, considerando a significativa coleção de fotos-legenda, cerca de 80 que as retrataram. A ligeira presença de pais e a ausência de qualquer profissional não-docente, tais como os funcionários que se ocupam da secretaria e da administração, da limpeza ou da cozinha, se não causam exatamente uma surpresa, confirmam o papel secundário desempenhado por esses sujeitos no contexto da escola, que pouco participam das decisões de sua gestão, reservada, tradicionalmente, aos membros do corpo docente e demais profissionais de ensino, embora suas atividades sejam indispensáveis ao seu metabolismo. Se o resultado da produção de alguns ganha visibilidade e sentido simbólico em determinadas representações, como nas situações de lanche e refeições de professores e alunos, tanto as cozinheiras, responsáveis pelo preparo dos alimentos, quanto as cozinhas, ambientes de preparo dos alimentos, mereceram qualquer menção. Atividades de limpeza, varredura, tratamento do lixo etc., bem como os seus sujeitos, também não tiveram lugar em nenhuma das representações. Tampouco as secretarias, ocupadas por servidores que cuidam da vida burocrática da escola, estiveram presentes nas fotos-legenda, ou mesmo nas representações elaboradas pelos grupos que as selecionaram.

Tais invisibilidades, ambivalentemente, revelam algumas fronteiras que dividem e hierarquizam os segmentos que participam da vida escolar, não sendo estranhas às que apartam a sociedade brasileira, pois são tributárias de uma lógica que, historicamente, tem distinguido a população entre governantes e governados, entre proprietários e não-proprietários, entre os brancos e as demais etnias, entre letrados e iletrados, entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores braçais, entre homens e mulheres, garantindo, ao longo de meio século, a consolidação de uma das nações mais desiguais do planeta, com tal concentração de poderes, de bens e riquezas, que grande parte da população se encontra entre a pobreza e a miséria.

As raízes autoritárias da sociedade brasileira (colonialismo, escravismo, patriarcalismo, etnocentrismo, machismo, privatismo, patrimonialismo, cartorialismo etc.) explicam a histórica submissão da gestão dos interesses públicos em nosso país ao controle de elites proprietárias, que, a despeito das resistências por parte dos excluídos, têm, sistematicamente, governado em benefício dos interesses da acumulação privada, negligenciando inúmeras demandas sociais, entre elas as educacionais de uma população que apresenta índices sofríveis de escolarização³²³.

Assim, ao pesquisar indicadores da qualidade da gestão escolar a partir das representações elaboradas por um grupo de professoras, não poderíamos surpreender-nos por encontrar indicadores de gestões pouco democráticas, sem sinais ou rastros da participação ativa sequer do corpo docente, que apenas se queixa da obra mal-feita, do mobiliário abandonado, das salas pequenas e mal-ventiladas, do excesso de alunos, dos ruídos externos que atrapalham a aula ou dos ambientes poluídos e degradados.

³²³ Em relação ao tempo de escolarização (média de anos de estudos considerando a população com mais de 10 anos), temos em relação a alguns municípios citados na pesquisa: S.Gonçalo com 6,7 anos, São João de Meriti com 6,4anos, Itaboraí com 5,3 anos, além do Rio de Janeiro e Niterói, com indicadores mais razoáveis, respectivamente, 8,1 e 9,1 anos, que assim mesmo asseguram, em tese, apenas o ensino fundamental completo. (Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 2003)

Se as representações revelam indicadores da participação passiva e resignada do corpo docente, salvo em uma delas que sugere uma disputa sobre os rumos do planejamento semanal, concorrendo para a manutenção da ordem escolar tradicional, por natureza autoritária, não podemos desconsiderar as dificuldades profissionais, temporais e salariais comprometedoras da participação de professores para além das atividades propriamente pedagógicas, com poucos podendo dispor de tempo, energia e recursos, para continuar estudando, para participar de reuniões pedagógicas ou de movimentos sociais. Os mesmos atenuantes poderiam ser apresentados para justificar outra ausência notável nas representações estudadas, a de qualquer referência a movimentos organizados de professores, como os promovidos pelos sindicatos³²⁴, indicando falta de ancoragem das lutas sindicais no cotidiano das escolas, quase sempre privilegiando as questões salariais.

A debilidade política do corpo docente nas escolas públicas, maioria entre as escolas retratadas, manifesta-se também em razão da dualidade estrutural nas redes de ensino, responsável pelas fronteiras existentes entre a esfera administrativa/financeira e a esfera pedagógica, anteriormente comentadas, que distingue os profissionais da educação ocupados com as atividades técnicas de gestão, entendida no seu sentido restrito, dos demais profissionais da rede, que se ocupam com o fazer pedagógico nas salas de aula, com freqüentes desencontros de prioridades entre eles. Outra fronteira decorrente dessa dualidade é a que separa, hierarquicamente, aqueles docentes em cargos de órgãos governamentais, incluídos na casta dirigente, e os professores que vivem o cotidiano das escolas. Não são raras as situações em que um cargo desses é cobiçado por representar, além de prestígio pelo exercício de algum poder de decisão e uma remuneração melhor, um inequívoco alívio por se livrar, por vezes temporariamente, da pesada rotina do professor de sala de aula. Mesmo entre os docentes eleitos para a direção de escolas, com a participação de todos os seus segmentos, prática já consolidada em algumas redes públicas de ensino, são comuns aqueles que ao contrário de

³²⁴ Tanto dos professores da rede pública (SEPE), quanto os da privada nos municípios (SIMPRO).

representarem as necessidades, os interesses e as expectativas educacionais de quem os elegeram, acabam-se rendendo, parcial ou plenamente, aos critérios econômicos, técnicos, políticos, pedagógicos e ideológicos dos governantes.

Assim, os tímidos ensaios democráticos, representados pelas eleições de dirigentes de escolas, acabam neutralizados, se consideramos que as políticas públicas de educação desde os anos 90, como as demais políticas públicas, têm sido seriamente afetadas na sua qualidade pelo severo contingenciamento de recursos destinados, que, sob a tutela das macropolíticas econômicas de inspiração neoliberal, mal têm permitido a manutenção das escolas (prédios, materiais pedagógicos e de consumo, alimentos, equipamentos, mobiliários, livros, vídeos) e a tão modesta quanto insustentável remuneração dos profissionais docentes e não-docentes.

As políticas educacionais hegemônicas, se não encontrarem resistência social, longe de democratizarem o direito à educação de qualidade, prometem aprofundar o *apartheid* educacional do país, ao reafirmar a velha dualidade de nosso sistema de ensino, reservando a esfera pública para a educação das classes populares, com sério comprometimento de sua qualidade pelas razões apontadas, e, para os filhos das classes dirigentes, uma educação oferecida pela esfera privada, cuja qualidade se encontra fortemente referenciada nas necessidades dos empreendimentos corporativos e empresariais.

O esforço feito até agora para demonstrar a relação entre o caráter autoritário, tanto do paradigma tradicional de gestão nas escolas públicas, quanto do próprio sistema de ensino brasileiro, e a debilidade política dos sujeitos sociais que poderiam/deveriam empenhar-se na democratização desse sistema, não pretende sepultar a possibilidade de mudanças nas políticas educacionais, mas apenas advertir para os limites a serem enfrentados no cotidiano das escolas.

Uma agenda de educação socioambiental, nos termos propostos nesta pesquisa, não pode deixar de considerar a importância de uma gestão democrática nas escolas como fundamento para a construção de sua autonomia, ainda que sempre relativa, quer no plano pedagógico, para elaborar seus projetos político-pedagógicos, quer no plano administrativo, para mobilizar os meios que viabilizem a materialidade dos projetos. Para que as escolas das redes públicas se libertem dos limites discutidos, não há outro caminho senão o de buscarem, na experiência democrática, o fortalecimento teórico e político de seus sujeitos, de modo a vencerem sua impotência para a transformação das situações desfavoráveis.

Uma gestão de fato democrática, não pode prescindir da participação de todos os segmentos que a compõem: seus dirigentes, os docentes, os demais profissionais da equipe pedagógica, os servidores técnicos, os servidores da limpeza e da cozinha, os alunos e as famílias, de modo a desafiar as fronteiras sociais, econômicas, culturais, étnicas, sexuais, institucionais e burocráticas que os segregam e hierarquizam, sem pretensões de um caminho sereno e harmônico, pois as tensões são inevitáveis em qualquer processo de democratização, quando são explicitadas as contradições entre interesses, necessidades e expectativas dos diferentes sujeitos sociais envolvidos.

As tensões são bem-vindas, quando servem ao amadurecimento de um projeto coletivo, como sugere a foto-legenda do professor que comemora as discussões tensas, mas sempre nefastas, quando reafirmam as desigualdades entre os interlocutores. Uma experiência democrática deve incentivar a imaginação política e pedagógica de uma comunidade escolar, indispensável para a formação de sujeitos coletivos capazes de formular, planejar e executar ações político-pedagógicas que concorram para as transformações da realidade vivida, reconhecidamente como insustentável em termos socioambientais. Para vencer a resignação e o conformismo, tão presentes em parte significativa das representações, que seqüestram da imaginação social a possibilidade de um futuro sustentável, é necessário um ambiente favorável à criação de estratégias

de trabalho que garantam a participação produtiva e não apenas passiva, dos diferentes sujeitos sociais envolvidos com uma escola. Para que esses queiram compartilhar responsabilidades na gestão escolar, necessariamente diferenciadas, é preciso que se sintam pertencentes ao projeto de democratização; caso contrário, estaremos falando de uma democracia formal, sem qualquer vocação emancipatória. Assim, a impotência política pode ir sendo superada, com o fortalecimento dos sujeitos implicados no projeto de uma gestão escolar.

Os direitos sociais e ambientais sonogados às classes populares de nosso país, cujos filhos estudam nas escolas públicas, constituem um tema fundamental para qualquer projeto pedagógico que, comprometido com a construção de uma sociedade sustentável, aprenda a mobilizar as comunidades escolares para lutarem nesse sentido. Se um dos aspectos mais graves da crise socioambiental que vivemos é justamente o processo avançado de perdas democráticas com a consolidação do projeto societário neoliberal, que debilita as políticas públicas para mercantilizar todas as necessidades humanas, não resta outro caminho senão o de aprofundar e ancorar, no cotidiano das escolas, a experiência democrática.

Uma comunidade escolar, assim motivada, e essa motivação demanda uma preparação teórica, política e pedagógica, pode produzir mudanças significativas nos ambientes escolares, no seu entorno e, obviamente, na qualidade de sua própria produção. A naturalidade com que uma comunidade escolar percebe a vizinhança de um "valão", resignada com a poluição de suas águas e com o alagamento da rua em dias de chuva, pode dar lugar a uma outra atitude, que, desnaturalizando a degradação do rio, permita o envolvimento político-pedagógico da escola com a precária situação sanitária do bairro, mobilizando seus recursos humanos e materiais, articulando-se com outros sujeitos sociais e coletivos, para garantir, junto ao poder público, uma solução ambiental e sanitária satisfatória. Dessa forma, muitas outras possibilidades podem-se apresentar ao alcance de projetos pedagógicos, como

o tráfico e o consumo de drogas, as precárias habitações de uma comunidade nas encostas vizinhas, a dificuldade de acesso à escola, a péssima qualidade dos serviços de saúde, enfim, qualquer situação de injustiça socioambiental que penalize a qualidade de vida em nossas cidades. Definitivamente, nenhuma escola fará tais inflexões na sua agenda pedagógica, sem viver, com alguma intensidade, experiências que democratizem não apenas o metabolismo de suas relações internas, mas os próprios conceitos sobre educação, escola, sociedade e qualidade de vida, muito empobrecidos e amesquinçados pela cultura pedagógica conservadora, teoricamente aprisionada pelas versões moderna e pós-moderna do liberalismo.

Uma gestão democrática, portanto, deve empenhar-se na emancipação cultural, política e pedagógica daqueles que trabalham e estudam na escola, em relação aos pressupostos liberais, que defendem a insustentável conciliação entre educação, democracia, capitalismo e sustentabilidade. Se entendermos que a emancipação tem uma natureza social, não se realizando apenas individualmente e sim coletivamente, podemos pensar na construção de uma escola como um lugar, no sentido de uma utopia possível, onde todos aprendem, não apenas os seus alunos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo iniciado a longa escritura desta tese em meados de 2003, quando me ocupava dos estudos sobre a natureza da crise contemporânea, não é difícil concluir que iniciamos o ano de 2007 sem qualquer alívio, ao contrário, com alguns sinais de agravamento da mesma.

Se por um lado multiplicam-se as advertências sobre a ocorrência de eventos catastróficos na biosfera terrestre, associados ao aumento das temperaturas no planeta, provocado pela emissão crescente de gases-estufa na atmosfera, de outro, nenhuma mudança significativa ocorreu no metabolismo das sociedades humanas, que, fiéis aos combustíveis fósseis, continuam a bombear dióxido de carbono, metano e óxido nitroso na atmosfera.

Enquanto florestas continuam sendo devastadas, as águas dos rios e dos oceanos sendo poluídas, os solos e sub-solos explorados de forma predatória, a biodiversidade sofrendo perdas crescentes, os assentamentos humanos, cada vez mais urbanizados e populosos, continuam a consumir, na forma de bens e serviços, recursos naturais crescentes, como se fossem inesgotáveis, em nada alterando o processo de alienação da qualidade de vida das gerações futuras.

A corrida científico-tecnológica continua sendo intensificada sob os auspícios de grandes corporações transnacionais e dos Estados centrais hegemônicos, buscando o controle privado das últimas reservas de recursos naturais, para serem exploradas segundo a racionalidade produtiva do capital globalizado, enquanto os países, periféricos e semiperiféricos, continuam

defasados tecnologicamente e perdendo, progressivamente, o controle sobre seus próprios recursos naturais.

Os povos africanos, latino-americanos e asiáticos continuam experimentando, em larga escala, a pobreza, consumindo muito menos energia, alimentos, roupas, produtos e equipamentos que os povos minoritários do Hemisfério Norte, que seguem drenando recursos e riquezas de todo o planeta para manterem seus padrões mais elevados de consumo.

A descartabilidade, ou a obsolescência programada, continua a ser um princípio perseguido pelas grandes corporações, que, dominando poderosos recursos midiáticos, seguem educando a população a consumir irresponsavelmente, enquanto que os dejetos, os rejeitos e o lixo avolumam-se em nossas cidades, ameaçando a saúde humana e o meio ambiente.

A financeirização da economia global segue seu ritmo vertiginoso, com os bancos e instituições financeiras assumindo a hegemonia do processo de acumulação de riquezas em detrimento da produção material, enquanto o trabalho humano tem sido submetido a um processo de desregulamentação e precarização, aumentando a liberdade de sua exploração pelo capital.

As grandes corporações transnacionais continuam fundindo-se em megaoperações financeiras, constituindo-se em atores privilegiados de uma governabilidade global, que vem dilapidando a soberania dos Estados Nacionais, enquanto os povos vão sendo submetidos à lógica de um novo contrato social, definindo, cada vez mais, a condição humana nos termos de uma relação entre corporações e seus clientes, pulverizando a noção de cidadania e de bem público.

Finalmente, para tornar mais sombrio o cenário já topofóbico da crise planetária, assistimos, nos últimos anos, a um agravamento das frentes de guerra, mantidas pelos EUA e seus aliados europeus e não-europeus, sobretudo

Inglaterra e Israel, contra a resistência armada de movimentos islâmicos, na Palestina, no Afeganistão, no Iraque e no Líbano, além do recrudescimento da retórica belicista contra os governos do Irã, Coréia do Norte e Síria.

Se usarmos o conceito de “falha metabólica”, no sentido proposto por Marx, quando se referia à ruptura provocada pela agricultura capitalista na relação metabólica entre as sociedades humanas (rurais e urbanas) e a natureza, com a alienação tanto da força de trabalho, como dos recursos naturais, reconhecendo essa “falha” como intrínseca à lógica da expansão capitalista, podemos admitir que, desde o séc. XIX, o projeto civilizatório capitalista aprofundou a ruptura entre o seu metabolismo e o metabolismo da natureza. Talvez possamos falar de falhas metabólicas associadas às múltiplas tecnologias surgidas desde então, cuja coerência entre elas nos permita concordar com as formulações de Mészáros, ao afirmar a natureza destrutiva e incontrolável do “sociometabolismo do capital”. Como exemplo emblemático de falha metabólica mais contemporânea, teríamos a indústria petroquímica, que, explorando o óleo proveniente da biomassa fóssil, depositado em camadas geológicas profundas, para sustentar a matriz energética e materializar-se nos milhares de produtos presentes em nosso cotidiano, tem-se, em contrapartida, constituído numa das principais ameaças à atmosfera e à biosfera terrestre. As guerras, passadas e presentes, empreendidas para assegurar o controle das reservas naturais de petróleo, parecem confirmar a profundidade da falha metabólica e a radicalidade da vocação destrutiva do capital.

Exatamente por considerar grave a crise socioambiental planetária reivindicamos a importância do seu estudo e de sua crítica no contexto da Faculdade de Educação da UFF, que além do curso de Pedagogia, atua na formação de professores de diversas áreas de conhecimento, recebendo alunos de outros cursos de graduação mantidos pela Universidade.

Sem pretender superestimar o protagonismo dos professores e das escolas na reversão da crise, cultivando alguma modalidade ingênua de

otimismo pedagógico, esta pesquisa defende a perspectiva de que as escolas, e demais espaços educativos, podem-se constituir em espaços privilegiados de formação de sujeitos sociais, que advertidos da urgência de transformações profundas nos atuais padrões de produção, consumo e distribuição de riquezas, sejam capazes de elaborar, planejar e praticar estratégias socioeducativas orientadas para a construção de uma outra possibilidade civilizatória.

Assim, dois esforços foram combinados no sentido de vencermos, ao menos em parte, as distâncias que ainda nos separam de uma produção social, no plano do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, organicamente identificada com a necessidade histórica de inflexões e rupturas com a lógica dominante, que tudo tem feito para atrelar a educação às exigências do capital globalizado, esvaziando sua dimensão pública e política, ao concebê-la como um serviço contratado junto ao mercado.

O primeiro esforço diz respeito à crítica teórica, procurando inscrever o campo da educação na perspectiva de uma nova racionalidade produtiva, uma racionalidade ecotecnológica, como nos propõe Leff, que exige o rompimento com a produtividade pedagógica conservadora, nas suas versões tradicionais e pós-modernas, cuja qualidade se encontra cada vez mais refém dos critérios de eficiência, competitividade e rapidez exigidos pela esfera empresarial. Nesse sentido, procuramos identificar, no campo da educação ambiental, uma hegemonia conservadora, que pragmaticamente tem neutralizado o potencial emancipatório da crítica socioambiental, para conciliá-la com a utopia pós-moderna do capitalismo, qual seja, a de submeter o trabalho humano e os recursos naturais ao controle absoluto das grandes corporações transnacionais, os “leviatãs”³²⁵ de uma governabilidade progressivamente antidemocrática e totalitária.

³²⁵ Conceito oportunamente usado por Boron (1999) para caracterizar a atuação dos “grandes conglomerados empresariais”, que dominam o cenário da nova sociabilidade proposta pelo neoliberalismo.

O segundo esforço pretendeu estabelecer um diálogo entre os pressupostos ecossocialistas teoricamente defendidos e as percepções socioambientais das alunas do curso de Pedagogia, pesquisando as representações por elas elaboradas no curso de uma pesquisa sobre sustentabilidade/qualidade de vida no seu cotidiano. A riqueza material e simbólica das coleções temáticas organizadas, a partir do acervo de fotos-legendas produzido, permitiu uma aproximação importante com o que poderíamos chamar de ideário socioambiental das alunas, indicando tanto as possibilidades, como os limites para a consolidação de uma agenda de educação crítica, solidária com as demandas sociais e ambientais, não apenas das comunidades escolares imediatamente envolvidas, como de todas as populações que têm sido espoliadas na sua qualidade de vida, mas que se comprometa também com a natureza, respeitando seus ciclos vitais e os limites ambientais de seus ecossistemas e de suas criaturas, e, necessariamente, despoluindo materialmente a produtividade humana de suas tecnologias predatórias e de suas injustas relações de trabalho e, simbolicamente, de seu ideário antropocêntrico, etnocêntrico, neocolonialista e privatista.

Se a utopia vermelha e verde, postulada pelos ecossocialistas, não se encontra ancorada nas práticas sociais e no cotidiano das alunas do curso de Pedagogia, até porque nenhuma vontade doutrinária é capaz de garantir um diálogo autêntico - premissa de uma educação emancipadora - como nos advertiu Paulo Freire, sua crítica ao capital, além da proposta de uma outra possibilidade civilizatória, estimula a imaginação política e pedagógica, encorajando e fortalecendo os sujeitos a abandonarem a resignação, a descrença ou o fatalismo. Compartilhar a recusa de nos rendermos à inexorabilidade de um destino humano e ambiental a serviço do capital pode ser um terreno comum a pavimentar um diálogo entre o mundo acadêmico e a prática pedagógica nas escolas, se temos em vista a participação de nossas alunas e alunos em qualquer projeto pedagógico de vocação crítica e emancipatória.

A expressiva e generosa produção das alunas durante a presente pesquisa, assim como o convívio acadêmico que tenho experimentado ao longo de oito anos de trabalho, encorajam-me a buscar este diálogo, por entender que a compreensão das fronteiras que limitam a qualidade, material e simbólica, de nossos ambientes educativos, permite-nos, por outro lado, ambivalentemente, o estudo e a realização dos movimentos de ultrapassagem das fronteiras. Ao identificar uma tendência conformista em muitas representações, não se pretendeu desqualificar ou subestimar a condição de sujeitos sociais de seus autores, mas demonstrar a importância de uma predisposição social, que só permanecerá imutável se não for submetida ao debate e à crítica de nossas possibilidades presentes e futuras.

Assim, esta pesquisa inacabada, cujas lacunas serão percebidas pelos seus leitores, pode ser tomada como o melhor registro possível, para o momento, de um compromisso que renovo com a qualidade do trabalho acadêmico/pedagógico de nossa faculdade, como também com qualidade da formação de professores, que podem assumir a tarefa histórica de emanciparem a educação das armadilhas neoliberais que pretendem a sua rendição à condição de mercadoria.

As perspectivas imediatas de desdobramentos desta pesquisa, quando retorno ao cotidiano da faculdade, estão sendo amadurecidas em três sentidos combinados. O primeiro diz respeito à intenção de organizar um curso de extensão universitária, dirigido a professores e estudantes que queiram se qualificar para trabalhar, a partir de suas escolas, com a situação socioambiental da Baía de Guanabara. A instalação de um novo complexo petroquímico na bacia da baía, no município de Itaboraí, com repercussões em vários outros municípios, apresentado como uma redenção social e econômica para uma grande região do entorno da baía, promete por outro lado, sérios riscos à sua sustentabilidade socioambiental. A expectativa é a de encontrar receptividade junto aos responsáveis pela gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim (IBAMA), para um trabalho comum de mobilização de professores, alunos e comunidades em defesa da preservação das últimas reservas de manguezais, colaborando com vigilância social a ser

desenvolvida, tendo em vista os impactos do referido empreendimento sobre as condições de vida, tanto das populações próximas, quanto das diversas espécies que habitam, temporal ou permanentemente, os manguezais.

O segundo movimento refere-se à reorganização e digitalização do acervo de fotos-legenda, explorando as representações de temas já identificados e pesquisando outros, deixando-o aberto para a contribuição de outras turmas de alunos, na medida em que o estudo de representações sociais permanece fértil para a construção de estratégias político-pedagógicas que atuam no campo da educação ambiental.

O terceira atividade diz respeito à nossa³²⁶ participação no Laboratório de Investigação em Educação Ambiental e Sociedade (LIEAS), reunindo pesquisadores e estudantes de três Universidades Federais (do Rio de Janeiro, da Rural-RJ e da Fluminense), além da Fundação Oswaldo Cruz. O LIEAS consolidou-se ao longo de 2006, de modo a garantir as condições interinstitucionais necessárias para o desenvolvimento de pesquisas, bem como de projetos de ensino e extensão no campo da Educação Ambiental, posicionando-se criticamente, tanto sobre a natureza da crise contemporânea, como também em relação ao que chamamos de ambientalismo conservador ou hegemônico.

Assim, ambivalentemente, entre o pessimismo e o otimismo, porque o compromisso absoluto com qualquer dos dois é temerário, pretendo seguir adiante, defendendo uma outra possibilidade civilizatória, sem espoliação do trabalho humano e dos bens naturais ainda disponíveis.

³²⁶ Também da Prof^a. Eunice Trein (UFF).

8. Bibliografia

ACSERD, Henri. Sustentabilidade: concepções, histórico e dimensões. In: **IV Seminário fluminense de indicadores**. Cadernos de textos. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 2004.

AMORIM Fº, Oswaldo Bueno. Topofilia, topofilia e topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, V. e OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

ANDERSON, Perry. *As origens da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização na ordem neoliberal. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. **A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez/CLACSO, 2001.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como imunização cultural: a função de resistência das Representações Sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESHI, P. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORON, Atílio. Os novos "Leviatãs" e a *polis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo II. Que estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

BOFF, Leonardo. **Ética da vida**. Brasília: Letraviva, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRIGAGÃO, Clóvis. **A corrida para a morte**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSERALD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Delume Dumará: Fundação Ford, 2004.

CARDOSO, Ciro F. Epistemologia pós-moderna. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CARVALHO, Isabel. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos par a educação ambiental. In: NOAL, F. O; REIGOTA, M.; BARCELOS, V.H. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 1998.

_____. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, C. F. e outros. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez editora, 2000.

_____. **Territorialidades em luta**: uma análise dos discursos ecológicos. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Iesae/FGV, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

DOSSE, François. Paul Ricoeur revoluciona a história. In: _____. **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESPE, 2001.

CHESNAIS, F. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, Agnes e al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Corecon, 1999.

CRESPO, Samyra. Educação para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da Agenda 21. In: NOAL, F.O. e outros. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 1998.

DEL RIO, V. e OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e a sua história. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESHI, P. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FORSTER, John B. Marx e o meio ambiente. In WOOD, Ellen M. **Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. Em defesa da história. In: WOOD, Ellen M. **Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____, **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GIROUX, Henry. Memória e Pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Um alienígena na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESHI, Pedrinho A. "Sem dinheiro não há salvação": ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESHI, P. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: o consenso um embate?** Campinas – SP: Papirus, 2000.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. In: **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyla, 1992.

HOBBSAWM, Eric. Barbárie: manual do usuário. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente**: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo: Annablumme, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Um alienígena na sala de aula.** Petrópolis: Vozes, 1995.

KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, J. et al. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAYRARGUES, Philippe P. O Cinismo da Reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F. e outros. **Educação Ambiental; repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LEGGETT, Jeremy. A natureza da ameaça do efeito estufa. In: **Aquecimento global: o relatório do Greenpeace.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1992.

LIMA, Gustavo Ferreira da C. Crise Ambiental, Educação e Cidadania: desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C.F. e outros. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Teoria Social e Questão Ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In : LOUREIRO e outros. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Cortez editora, 2000.

_____. **O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política.** Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LÖWY, Michael. Além do neoliberalismo: a alternativa socialista. In: MALAGUTI, M. e al. **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo.** São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Gyorgy. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** Temas de Ciências Humanas. São Paulo (4): 1-18, 1978.

MARQUEIRO, Paulo; BRANDÃO, Júlio. Natureza à deriva. **O Globo,** Rio de Janeiro, jan./fev., 2005.

MARTINS, Paulo R. Justiça ambiental e projeto político: o caso da Central Única dos Trabalhadores. In: ACSERAD, H e outros. **Justiça Ambiental e Cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, M^a Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MÍQUEL, César A. O índice de desenvolvimento humano: uma proposta conceitual. **Proposta**, rio de Janeiro, nº 73, jun/agosto, 1997.

MORIN, E. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NETO, Temístocles M. Sindicalismo e Justiça ambiental. In: ACSERAD, H e outros. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

NOSELLA, Paollo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

RIBEIRO, Neise. Indicadores de desenvolvimento sustentável – metodologia e experiências. In: **IV Seminário fluminense de indicadores**. Cadernos de textos. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 2004.

SÁ, Celso Pereira. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. (org.) **O conhecimento do cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo; Cortez, 1985.

_____. Reinventando a democracia. Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes e al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Corecon, 1999.

_____. Os processos de globalização. In: SANTOS, B.S.(org) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCANDAR NETO, Wadih J. Indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil. In: **IV Seminário fluminense de indicadores**. Cadernos de textos. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 2004

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, C.F. e outros. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TREIN, Eunice & BARRETO, M. **Meio Ambiente e educação:** uma relação em construção no curso de Pedagogia da UFF. Comunicação apresentada na 53ª Reunião anual da SBPC, Salvador, 2001.

VERÍSSIMO, F.; BITTAR, S.M. **500 anos da casa no Brasil:** as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecológica. In: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ e Editora Espaço e Tempo, 1987.

VOCABULÁRIO básico de meio ambiente. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, 1990.

WOODWELL, George. Os efeitos do aquecimento global. In: **Aquecimento global: o relatório do Greenpeace.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1992.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)